



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA
SOCIAL E POLÍTICA DA AMAZÔNIA.

JOANA EMMERICK SEABRA

**ANTAGONISMOS ENTRE TERRITORIALIDADES NA ESTRADA DE FERRO
CARAJÁS: ÁGUAS, PALMEIRAS-MÃES E OS CAMINHOS DE RESISTÊNCIA
DE UMA COMUNIDADE À COBRA DE FERRO NA BAIXADA MARANHENSE.**



São Luís.

2019.

JOANA EMMERICK SEABRA

ANTAGONISMOS ENTRE TERRITORIALIDADES NA ESTRADA DE FERRO
CARAJÁS: ÁGUAS, *PALMEIRAS-MÃE* E OS *CAMINHOS* DE RESISTÊNCIA DE
UMA *COMUNIDADE À COBRA DE FERRO* NA BAIXADA MARANHENSE.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do
grau de mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jurandir Santos de Novaes

Co-orientador: Prof. Dr. Emmanuel de Almeida Farias

Júnior

São Luís.

2019

Seabra, Joana Emmerick.

Antagonismos entre Territorialidades na Estrada de Ferro Carajás: águas, *palmeiras-mães* e os *caminhos de resistência* de uma *comunidade à cobra de ferro* na Baixada Maranhense / Joana Emmerick Seabra. – São Luis, MA, 2020.

230 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, 2020

Orientador: Profa. Dra. Jurandir Santos de Novaes

Prof. Dr. Emmanuel de Almeida Farias Junior.

1.Megaprojetos. 2.Conflitos. 3.Territorialidades. 4.Estratégias corporativas 5. Resistências I.Título

CDU: 911.3:316.48(812.1)

JOANA EMMERICK SEABRA

ANTAGONISMOS ENTRE TERRITORIALIDADES NA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS: ÁGUAS,
PALMEIRAS-MÃE E OS *CAMINHOS* DE RESISTÊNCIA DE UMA *COMUNIDADE À COBRA DE*
FERRO NA BAIXADA MARANHENSE.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do
grau de mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jurandir Santos de Novaes

Co-orientador: Prof. Dr. Emmanuel de Almeida Farias

Júnior

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Jurandir Santos de Novaes (Orientadora).

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Prof. Dr. Emmanuel, de Almeida Farias Júnior.

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Prof.^a Dr.^a Cíndia Brustolin.

Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Prof.^a Pós Dr.^a Rosa Elizabeth Acevedo Marin.

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

São Luís.

2019

Às poetisas e poetas dos povos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à *comunidade* de Mutum II por me receber em suas casas, compartilhar suas histórias e sabedoria. Sem citar nomes, agradeço às pessoas mais que especiais que construíram este trabalho, esperando que o mesmo possa significar alguma contribuição possível à luta por justiça e respeito aos seus modos de viver.

À organização Justiça nos Trilhos por possibilitar minha participação no processo de pesquisa com a *comunidade*, permeado de muitas aprendizagens, sem a qual eu não teria conhecido Mutum II. Às advogadas Ana Paula dos Santos e Caroline Rios, e à equipe que construiu a primeira pesquisa, Larissa Santos, Ainá Caburé e Mariana Lucena, pela amizade e parceria.

À Rejany Ferreira pela ida conjunta à campo, pelas trocas políticas e intelectuais e, sobretudo, pela amizade e cuidado.

Esta pesquisa não poderia ter sido realizada sem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

Agradeço a orientação da prof^a. Jurandir Novaes e do prof. Emmanuel Araújo, que atuou sobretudo no momento inicial da pesquisa. À prof^a. Rosa Acevedo Marín que contribuiu a definir muitos passos deste trabalho e seus desdobramentos futuros.

Ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA/UEMA), seu corpo docente, corpo técnico e outras/os trabalhadoras/es, à Nila por estar sempre atenta. Agradeço sobretudo às amigas e amigos que tive a felicidade de conhecer na turma 2017-2019: Erika, Meire, Regiane, Cris, Juliene, Joércio, Felipe, Vanessa, Katiane.

À prof^a. Jurandir Novaes pelas conversas e apoio em garantir o Mapa Final da comunidade; ao Laboratório de Cartografia Social da UEMA pela construção cartográfica, sobretudo à Jéssica Barros da Silva, pesquisadora que pacientemente trabalhou no material durante semanas, com muitas idas e vindas, pedidos de mudanças meus e da *comunidade*. Meu mito obrigada!

À prof^a. Cíndia Brustolin pelos ensinamentos e participação nas bancas de qualificação e defesa do trabalho; aos pesquisadores e pesquisadoras do GEDMMA/UFMA: minha admiração e gratidão por participar em distintos momentos com vocês, e por lutarem pela construção de conhecimento comprometida e transformadora.

À Pedro Claudio Cunha Bocayuva e pesquisadores/as do Laboratório de Direito à Cidade e Território (LDCT/UFRJ) pelos comentários, críticas, e parceria ao longo dos últimos anos.

À Diana Aguiar pela pronta disposição em compartilhar seus conhecimentos e materiais sobre corredores logísticos.

À todas/os amigas/os que se mantiveram firmes ao meu lado perante as dificuldades e celebrando os momentos de alegria. Vocês são a melhor história. À família Pires, à mãe e ao território, por generosamente me ensinarem tanto sobre a vida, práticas e pensamento crítico. Aos territórios camponeses, de povos e comunidades tradicionais, assim como organizações e movimentos sociais, dedico os mesmos agradecimentos e afetos. Às amigas e pós-graduandas/os do PPGA/UFPB pela amizade e apoio durante todo esse processo.

À Natália Veloso, Sislene Costa da Silva, Mariana Lucena e Caroline Rios pela revisão crítica do material, também apoio com materiais e documentações, incluindo Ana Paula dos Santos e Larissa Santos. Lívia Reis, Bianca Pires, pela amizade e conversas sobre a pesquisa, à muitas que não poderei citar o nome e são igualmente importantes.

À Sislene Costa da Silva e Simy Correa pela generosidade e amizade. Aos meus pais, Lúcia e Antônio, e minha irmã Júlia. À minha família terrena e espiritual, por estarem sempre comigo. Sem vocês esse trabalho não seria possível.

RESUMO

Nesta dissertação reflito sobre os efeitos de megaprojetos de desenvolvimento desde os pontos de vista e narrativas de camponeses, povos e comunidades tradicionais imbricados nestas situações de conflito, mas que, não raro, são negados nestas imposições. Compreendendo estes conflitos como expressão de antagonismos entre territorialidades, focalizo a atenção nos embates ao redor da atuação do Estado e das estratégias corporativas da Vale S.A. na Estrada de Ferro Carajás (EFC). A problematização refere-se aos seus efeitos nas disputas dos territórios específicos (ALMEIDA, 2013), priorizando, neste sentido, os pontos de vista e narrativas da *comunidade* de Mutum II, Arari, Baixada Maranhense. O trabalho de campo envolveu análise e pesquisa etnográfica de documentos e relatórios públicos, em audiências públicas, reuniões, *andanças* e escuta das narrativas cartográficas e da memória coletiva da *comunidade*. A situação conjuntural da pesquisa, de embates pela antecipação da prorrogação contratual da Vale S.A. sobre a EFC em mais trinta anos, revelou a prevalência de uma luta de classificações (BORDIEU, 1989) e ameaça de “apagar do mapa” corpos e territórios não brancos. A partir da situação social em Mutum II, concluo como as estratégias corporativas da Vale S.A. desdobram-se em práticas de securitização do conflito social, ecológico e territorial mediante distintos modos de criminalização, vigilância, controle social e ambientalização do discurso empresarial que pressiona à reconfiguração de territórios e corpos políticos, dos modos próprios da *comunidade* de viver, se organizar e pensar a ecologia. Portanto, como contrapostos à violência sistemática vivenciada e às ameaças de extermínio, águas, *mãe terra* e *Palmeiras-mães* revelam *caminhos de luta e resistência à cobra de ferro*.

Palavras chaves: megaprojetos, conflito, territorialidades, estratégias corporativas, resistência.

ABSTRACT

In this dissertation I reflect on the outcomes of development megaprojects from the perspective and narratives of peasants, peoples, and traditional communities. These groups, which find themselves implicated in conflict situations between the State's initiative and Vale S.A.'s corporate strategies for the Carajás Railroad (Estrada de Ferro Carajás - EFC), are often ignored within those conflicts brought upon them. Understanding these conflicts as expressions of antagonisms between territorialities, I place special emphasis on the effects over the disputes of specific territories (ALMEIDA, 2013) from the points of view and narratives of the Mutum II *community*, located in Arari at Baixada Maranhense. My fieldwork included ethnographic research, analysis of public documents, reports, public hearings, meetings, wanderings, listening to cartographic narratives, and to the *community's* collective memory. The circumstances of the research, especially the clash deriving from the anticipation of the renewal of Vale SA's lease of the Carajás railroad for another 30 years, revealed what Bourdieu (1989) calls a "classification struggle", which stigmatize non-white bodies and territories and threaten to "erase them from the map". From the social situation in Mutum II, I conclude that the strategies of the main powers led to a securitization of social, territorial and ecological conflict, through different modes of criminalization, surveillance, and social control, while greenwashing a business discourse, all of which forced a reconfiguration of the political territories and bodies, the *community's* own ways of living, self-organizing and ecological thinking. As opposed to the systematic violence and threats of extermination, waters, *mother earth* and *motherly palm trees* reveal paths of struggle and resistance to the *iron snake*.

Keywords: megaprojects, conflict, territorialities, transnational strategies, resistance

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Saída do povoado impedida pela passagem dos trens, um em cada lado da ferrovia.....	12
Imagem 2 – Vista da estrada de acesso paralela à EFC e que leva à Mutum II, situado do lado direito.....	12
Imagem 3 – Cisterna com outro padrão de pintura.....	14
Imagem 4 – Pelas <i>varedas e caminhos</i>	28
Imagem 5 - Localização cemitério no fascículo “Quebradeiras de Coco Babaçu e Agroextrativistas no Sudeste do Pará”, do PNCSA.....	39
Imagem 6- Pessoas voltando pelo caminho de acesso ao cemitério. Do lado esquerdo e direito, as fazendas. Sob a estrada de acesso, a calha para passagem de água, num dos pontos de alagamento que impede o acesso ao cemitério.	40
Imagem 7 - Calhas para passagem do igarapé do Mel sob a estrada de acesso comparada ao vão para sua passagem sob a EFC.....	42
Imagem 8- Visão do mesmo encadeamento desde a EFC: os trilhos, as calhas para passagem do igarapé do Mel e as fazendas.	42
Imagem 9 - Visão da estrada vicinal – estrada da Independência - no verão e da calha de acesso para passagem do igarapé do Mel (vindo da fazenda, passando sob a estrada de acesso e EFC) chegando à esta estrada vicinal.....	43
Imagem 10 – Registro do trecho no início do inverno e de ruptura da estrada devido à força das águas.....	43
Imagem 11 - Na foto à esquerda, o “melhor <i>caminho</i> ”, por dentro da fazenda. Na foto à direita, o gado na fazenda e, fora, o <i>caminho</i> com capim reservado à moradores.	44
Imagem 12 – Montinhos de coco pelos <i>caminhos</i> e queima para produção de carvão.....	48
Imagem 13 - Quebra de coco entre mãe e filho.....	50
Imagem 14 - Construção de um <i>choque</i> entre gerações.	53
Imagem 15 – <i>Roça no toco</i> no fim de ciclo.	60
Imagem 16 - O coco na <i>roça</i>	61
Imagem 17- <i>Roça</i> cultivada em dezembro de 2018 e janeiro de 2020.....	64
Imagem 18 - Frutos da roça: milho, macaxeira, quiabo... ..	69
Imagem 19 - Procura incessante por água no verão.	75

Imagem 20- Roupas no varal.....	82
Imagem 21– Visão do Igarapé do Mel desde a EFC em direção ao povoado; leito de chegada do Igarapé do Mel na estrada vicinal – estrada da Independência - seco no verão.	83
Imagem 22 - Cisterna do Programa Água para Todos; Cisterna do projeto social da Vale.....	88
Imagem 23 – Visão do campo no fim do verão e resultado de um dia de pesca.	97
Imagem 24 - <i>Palmeiras-mães</i> nos caminhos e, abaixo, no roçado;.....	102
Imagem 25- Flores para o cemitério. A caminhada pela estrada de acesso. Seguindo pelo “melhor <i>caminho</i> ” (por dentro da fazenda).	141
Imagem 26 - Moradora atravessando a cerca da fazenda para entrar no cemitério.	142
Imagem 27 - Nos corpos, a <i>certidão</i> da história.	146
Imagem 28- Nas árvores, a <i>certidão</i> da história. <i>Mangueiras, palmeiras</i> e outros <i>paus</i>	149
Imagem 29 - Ruptura total da estrada vicinal – estrada da Independência - e exposição da inadequação da calha instalada para o volume das águas do igarapé, no inverno; engenharia das <i>comunidades</i> em construir uma “ponte” garantindo sua mobilidade, ainda que precária.	155
Imagem 30 - A procura por água no cotidiano. Lata d’água na cabeça e açude com água contaminada.	156
Imagem 31 – Placa que avisa sobre risco de atropelamentos devido à circulação do Trem em duas linhas.	164
Imagem 32 – <i>Passarela</i> que para a <i>comunidade</i> além de não servir aos seus propósitos, representa um <i>perigo</i> a mais na estrada de acesso.	169
Imagem 33 - Horta em mandala, do projeto Casa Saudável, no verão.....	172
Imagem 34 - Imagem de área “ <i>aradada</i> pela Vale”.	185
Imagem 35 - <i>Palmeiras-mãe</i> na <i>roça</i>	188

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - “Tabela 4 - Atores envolvidos na Ação Regulatória”..... 113

Quadro 2 - Vale: Histórico de acidentes/quase acidentes ferroviários no local

..... 160

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - A Necessidade de Vencer, Faz o Mapa Valer: a Estrada de Ferro Carajás e o Conflito com a Comunidade Mutum II, Arari, Baixada Maranhense – MA35	
Mapa 2 - Configuração atual da EFC e conexões com a Ferrovia Transnordestina.	109
Mapa 3 - Corredor Logístico Estratégico Norte-Nordeste (exportação minério) e a sobreposição com “Áreas indígenas”.....	118
Mapa 4 - Corredor de exportação Norte-Nordeste: necessidades de infraestrutura e Ações realizadas (2016/2017)	119
Mapa 5 - Croqui do mapeamento da área imobiliária da Vale.....	129

LISTA SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AIR – Análise de Impacto Regulatório

ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres

APA – Área de Preservação Ambiental

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

EFC – Estrada de Ferro Carajás

FICO - Ferrovia de Integração Centro Oeste

FNS – Ferrovia Norte Sul

FNSTC –Ferrovia Norte Sul Tramo Central

FNSTN – Ferrovia Norte Sul Tramo Norte

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GPI – Grandes Projetos de Investimento

GPS - Sistema de Posicionamento Global

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

JNT – Justiça nos Trilhos

MIQCB - Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu

MPE – Ministério Público Estadual

MPF – Ministério Público Federal

MTPA - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PI – Passagem Inferior

PIL – Programa de Investimento em Logística

PPI – Programa de Parceria e Investimentos

PGC – Programa Grande Carajás

PN – Passagem de Nível

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TFPM - Terminal Ferroviário do Porto da Madeira

Sumário

INTRODUÇÃO	1
A chegada à Mutum II e as <i>veredas</i> de proposição da pesquisa.....	10
Mega infraestruturas logísticas, antagonismos e tensões entre territorialidades e as estratégias de poder.	18
A Guerra dos mapas e o contraponto entre dominação e (r)existência.	23
Territorialidades específicas, estratégias de vida e o corpo como território político.	26
1. ÁGUAS, PALMEIRAS-MÃE E MÃE TERRA: A LUTA PELOS MODOS DE CRIAR, PRODUZIR E VEVER.	37
1.1 O cemitério ou a <i>casa da verdade</i> : Os mapas da nova cartografia social, os caminhos da memória e a narrativa cartográfica.	39
1.1.1 Estratégias de <i>mansinho</i> de fazendeiros, a Sudene e a supressão territorial e ecológica do <i>Cocal</i>	45
1.2 “O futuro disso aqui era o coco, minha fia”: territorialidades específicas entre <i>mães</i> , mulheres e <i>palmeiras</i> , e suas crias.....	47
1.2.1 “Muita <i>mãe de família</i> foi prejudicada por essa Vale... sabe quem são? As <i>Palmeiras-mãe</i> ”	50
1.2.2 As <i>valentes</i> : as <i>mães de família</i> que insistem em não morrer e <i>criar</i> seus filhos	56
1.3 No tempo do <i>mato</i> : a <i>roça no toco</i> , o <i>cabelo da terra</i> e a <i>nação</i> do porco.	60
1.3.1 O <i>problema</i> do <i>cabelo da terra</i> e os “homens que <i>maltratam</i> a <i>mãe terra</i> pra tirar seu <i>sustento</i> e de seus fios”.....	67
1.3.2 A <i>nação</i> do porco e o cercamento: já não se pode mais <i>criar</i> , pois o trem vai matar.....	70
1.4 “Já passei muita sede nesse lugar”: a <i>luta</i> pelo acesso à água e seus frutos ontem e hoje.	74
1.4.1 “A <i>farta d’água dá vergonha</i> ”: a disputa política e o território como projeto de vida.	76

1.4.2 Uma vida de <i>dificuldade</i> : balde d'água na cabeça e os longos <i>caminhos</i> trilhados para buscar água.	78
1.4.3 Tensionamentos no acesso à água e seus frutos como bens comuns.	83
1.4.4 A construção das “cisternas da Vale” e a impressão de uma <i>marca</i> da empresa no contexto territorial.	86
2. A GUERRA DOS MAPAS: ANTAGONISMO ENTRE TERRITORIALIDADES NA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS.	92
2.1 “A Mãe terra quer zelo em riba dela”: corpo território em disputa.	94
2.1.1 “Não somos boi”: <i>união</i> e conquista da terra em Mutum II.....	94
2.1.2 Sobre <i>mães</i> e <i>comunidades</i> : sentidos atribuídos à terra e aos que se “organizam pelo bem de todos”.....	99
2.2 A audiência 009/2018 e a prorrogação contratual da Vale sobre a EFC: mecanismos de silenciamento e subordinação de camponeses, povos e comunidades tradicionais.	105
2.2.1 Luta de classificações e seus efeitos na produção da realidade: a guerra dos mapas.	107
2.2.2 O espetáculo da técnica: violência simbólica e uma resposta em rima.....	120
2.2.3 O racismo dos atos coloniais: pacificação de conflitos e mapeamento.....	128
2.2.4 Vozes e valores em embate: da defesa do “desenvolvimento” à dissidência de quem <i>cuida da terra</i>	131
3. A ATUALIZAÇÃO DAS LÓGICAS DE PODER COLONIAIS DE MEGAPROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E A VALE.	139
3.1 “Tá lá pra eu te mostrar a <i>certidão</i> . Plantio de minha mãe, de meu avô”: as histórias escondidas e a construção do corpo território.....	141
3.2 A duplicação da EFC e a <i>luta</i> pelo viaduto: processos de securitização do conflito social, ecológico e territorial.	149
3.2.1 A <i>cobra de ferro</i> é uma <i>prisão</i> : proibição de uso e produção do esvaziamento da EFC.	161

3.2.2 <i>Participar para ganhar</i> : condicionantes de acesso à benefícios no projeto social.	170
3.2.3 “Semeadores de conflito”: o tensionamento comunitário na disputa do corpo território político.	175
3.2.4 O fogo do saber “chama a unidade da terra”: ambientalização do discurso empresarial e a resistência na defesa das <i>Palmeiras-mães</i>	181
CONCLUSÃO	189
REFERÊNCIAS	205

Pra mim não

Dizem que acabou a escravidão
Mais pra mim não
Mais pra mim não
Mais pra mim não
Mais pra mim não
Eu conheço um dito assim
Todos nós somos irmãos
E o sol nasceu pra todos
Pra mim não, pra mim não
Mais pra mim não
Mais pra mim não
Mais pra mim não
Mais pra mim não
Lá vai eu de sol a sol
Os meus cabelos é só na mão
Só um cego é que não vê
Que eu dou lucro meu a meu irmão
Mais pra mim não
Mais pra mim não
Mais pra mim não
Mais pra mim não

(João do Vale, Pra Mim Não)

INTRODUÇÃO

“A magnitude do impacto deve ser avaliada sob o ponto de vista do ator envolvido impactado” (Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, 2018a, p.28).

“Muita *mãe de família* foi prejudicada por essa Vale... sabe quem são? As *Palmeiras-mãe*” (Dona Flor em conversa com quebradeiras de coco babaçu, Mutum II, novembro 2018).

“A *cobra de ferro* é uma prisão” (Seu Toada, Mutum II, setembro 2018).

“Somos *escravos* da Vale, há tanto tempo somos *escravos* dela. E como vamos ficar?” (Seu Macaxeira sobre a tentativa do advogado da Vale S.A., durante audiência com o juiz no município de Arari, de classificar Mutum II como “nada”, dezembro 2018)¹.

Nas conversas com Dona Flor, regadas a muito café, causos e histórias contados de forma encantadora, as memórias sobre a vida em Mutum II² revelam a prevalência de muitas das *lutas*³ e *valentias* de outrora, assim como de *dificuldades* e *sofrimentos*, no tempo presente. Essas conversas tinham o intuito de aprender a história da *comunidade*⁴, mas esta foi sendo contada aos poucos, a partir das diferentes trajetórias, *caminhos* e pontos de seu mapa – das capoeiras, das águas, das árvores e outros bens comuns - que revelaram histórias (no plural) de construção de si e do território. Mutum II está situado em Arari, na baixada maranhense, região atravessada pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), cuja concessionária é a corporação mineradora transnacional Vale S.A.⁵. É, portanto, uma entre as tantas “Comunidades afetadas”⁶ pela enorme *cobra de ferro* que parte da Floresta Nacional Carajás, no sudeste da Amazônia paraense, em direção ao mar, em São Luís, no Maranhão.

¹ Segundo moradores, durante audiência judicial ocorrida na comarca de Arari, em dezembro de 2018, com a presença da promotoria, do município e da org. Justiça nos Trilhos, o advogado da Vale S.A. proferiu uma série de ironias, entre elas, a de que construir um viaduto “ali”, na entrada do povoado Mutum II, era como construir um viaduto do no meio do “nada”.

² Mutum é um pássaro de calda longa encontrado na Amazônia

³ Para tornar a leitura mais fluida, reservarei o itálico para termos, conceitos e categorias usados pelas pessoas com as quais construo esta pesquisa na *comunidade*. “Comunidade” entre aspas refere-se a modos usados por outros, como a própria empresa.

⁴ *Comunidade* é entendida como pessoas que se organizam pelo bem de todos, o bem comum, como comento no capítulo 2. Mutum II é a delimitação oficial de um povoado, envolvendo quatro núcleos: Boca do Mel, Flechal, Mutum, Carneiro. Mutum II é o nome que utilizarei como forma de não expor as pessoas, detalhando seus pertencimentos. O uso de codinomes tem o mesmo propósito, de resguardar suas identidades. As referências à “moradores” pode indicar pertencimento a este povoado ou outros próximos, como Picos, Canarana, etc. no mesmo município.

⁵ No texto, citarei a Vale S.A. como Vale, de modo a facilitar a leitura e corresponder a forma como é denominada por moradores/as.

⁶ “Comunidade afetada” é termo utilizado pelo Ministério Público Federal, entre outros.

Arari é um município situado no início da baixada maranhense, ao norte do estado, em uma zona caracterizada pela grande biodiversidade e “(...) complexa interface de ecossistemas, incluindo manguezais, babaçuais, campos abertos e inundáveis, estuários, lagunas e matas ciliares” (SÍTIO RAMSAR/BAIXADA MARANHENSE, s/d). Integra a Área de Preservação Ambiental Baixada Maranhense, APA Baixada Maranhense, que em 2000 foi reconhecida como Sítio Ramsar⁷. Região que se situa na transição entre o cerrado e a Amazônia, sendo reconhecida como de grande importância enquanto zona úmida para a preservação de espécies e modos de vida em termos econômicos e culturais dos povos e comunidades tradicionais⁸ que a habitam.

Mutum II é um povoado situado na área rural de Arari, rodeado por uma densa mata, por campos inundáveis, babaçuais e igarapés. A relação com o *mato*, *com os bichos*, e com as *palmeiras* é muito valorizada nas vidas das pessoas na *comunidade* e permeia muitas das narrativas de histórias de resistência às ameaças que se impõem sobre suas existências. Foi no ano de 2012, após muita *luta*⁹, que chegou ao povoado a energia elétrica e as estradas internas – as vicinais - foram construídas – pois antes, tudo era *caminho* – assim como a estrada de acesso no bojo da duplicação da EFC. A presença da ferrovia em suas vidas remonta à década de 80, frente a construção da EFC, mas tornou-se ainda mais intensa e conflituosa com o processo de sua duplicação e a intensificação das estratégias corporativas da Vale na disputa dos territórios atravessados por ela.

No dia em que propus que construíssemos este processo de pesquisa, em 31 de outubro de 2018, já após a audiência pública 009/2018, apresentei alguns mapas do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia¹⁰ a algumas pessoas enquanto tomávamos café. A identificação da *casa da verdade*, termo atribuído por um morador presente ao

⁷ A Convenção de Ramsar é uma convenção internacional de proteção de áreas úmidas em todo mundo devido a sua significância ecológica, social, econômica, cultural e religiosa.

⁸ Utilizo a referência conforme trabalhada por Alfredo Wagner B. de Almeida (2013) quando indica serem estes “agentes sociais” “nomeados juridicamente, a partir da constituição brasileira de 1988 e da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, como “povos e comunidades tradicionais” (Ibid., p.168) que encontraram na constituinte condições de possibilidade de mobilização por seus direitos territoriais. Dentre estes, povos indígenas e quilombolas, quebradeiras de coco, ribeirinhos, faxinalenses, comunidades de fundo de pasto, entre outras identidades coletivas.

⁹ *Lutas* para garantir serviços e infraestrutura básica, por exemplo. Acessar um trator para melhorar estradas, construir açudes, pressionar o município para construção de um poço artesanal, entre outras.

¹⁰ O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia produz uma série de boletins e fascículos com os mais variados temas referentes aos modos de vida de povos e comunidades tradicionais. Dentre os Boletins e fascículos apresentados ao grupo como expressão do trabalho de pesquisa desenvolvido também na pós-graduação, esteve o de número 5, intitulado “Quebradeiras de Coco Babaçu e Agroextrativistas. Sudeste do Pará”, elaborado como parte do Projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial Contra o Desmatamento e a Devastação. Processo de Captação de Povos e Comunidades Tradicionais (PNCSA, 2014).

cemitério, provocou uma guinada muito importante em nossa conversa. O cemitério revelou sua inconformidade e revolta com o tratamento dado pela empresa à sua relação com “os que já se foram”. O cemitério disparou relatos sobre o deslocamento de um povoado inteiro da área do outro lado da linha férrea (fora do terreno do povoado) devido às políticas de incentivo à pecuária pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a partir da década de 1970, e da constituição do Programa Grande Carajás (PGC), mediante a construção da EFC, em 1980; processo que marcou também a supressão territorial e ecológica afetando profundamente os *Cocais*, babaçuais, então presentes e as *mães de família* – quebradeiras de coco babaçu e as *Palmeiras-mães*¹¹; revelou-se importante parte de sua história de *luta* pela permanência e conquista da terra como elemento impulsor da construção da *comunidade*; entre muitos outros aspectos da memória de suas trajetórias e *lutas*, agudizadas novamente no contexto de embates resultantes da duplicação da EFC. Logo a pretensão de abordar sua história deu lugar à construção de uma memória do conflito social, cujas narrativas revelaram diferentes territorialidades específicas na construção do território (ALMEIDA, 2013).

Foi, portanto, a relação “com os que já se foram”, através do cemitério – primeiro identificado nos mapas de outros povos e comunidades – o que disparou outras possibilidades narrativas sobre sua história territorial e os conflitos históricos vivenciados, para além dos “impactos” da EFC. Moradoras/es presentes passaram a relatar seu histórico de *luta* frente às mudanças e transformações – na comparação entre a paisagem do presente e paisagem do passado - como trabalha Edna Alencar (2013) e através de uma narrativa cartográfica que demarcava pontos relevantes de um território muito mais amplo que aquele que eu conhecia e que precisava ser *visto* na pesquisa. Foi primeiro através da relação entre o espaço e a memória que fui ensinada como em Mutum II existem relações muito particulares com o *mato*, os *bichos*, as e as *palmeiras* ou *Palmeiras-mãe*.

Destaco como as andanças pelos *caminhos* e *veredas* foram partes importantes deste processo de pesquisa. Exemplificam o entendimento construído sobre “fazer pesquisa” como escutar, aprender, sentir, *ver* e *andar* nas *veredas* da construção de conhecimento. Remete também às disputas territoriais na situação social em questão,

¹¹ Às *palmeiras* se atribui também o sentido de *Palmeiras-mãe*, expressão de um pensamento ecológico mais amplo que aborda a necessidade de *zelo* com a *mãe terra*, visto seu lugar como grande geradora de vida, e que denota sentidos de suas estratégias de *luta*. Algumas pessoas referem-se simplesmente às *palmeiras*, sem adentrar o sentido específico ressaltado aqui.

expressas na revolta com os “obstáculos”, limites e fronteiras impostos aos percursos de seus modos de vida. Como ressalta Dona Flor, ao referir-se ao modo como a ferrovia torna-os menos *libertos*, dificultando que ela, enquanto mulher, ande *só* pelos *caminhos de mato*:

A dificuldade daqui é grande, era grande, e agora ta sendo devido a essa ferrovia aí. Ainda ficou mais pior pra nós. Porque no tempo que ainda tinha o caminho de mato, que não tinha essa travessa aqui pra nós, nós vivia mais liberto. E agora... Porque eu não vou sair daqui só pra mim ir, i eu, eu ia no Miranda, eu ia só, pra comprar as coisas. Sozinha e Deus. Daqui pro Miranda, no mato. E pra ir pra Bubasa não tinha hora pra mim ir. Fosse a hora do dia eu ia, sozinha. Andava sozinha aí no horário que fosse, fazia minhas compras sozinha, e agora eu não vou. Por causa da dificuldade que tá tendo, que não pode mais sair uma pessoa, uma muié só de casa pra ir andar, pra fazer negócio fora. Nós era essa dificuldade todinha aqui nesse lugar e cada vez mais tá ficando mais pior, que nós não vamos nem saber o que vai ser esse ramal aqui beirando nosso terreno, nos não vamos saber disso. Será que nós sabe, nós vamos saber? Não é mais sofrimento pra cima de nós? (Entrevista Dona Flor, Mutum II, novembro 2018).

Ferrovia que, na visão de Seu Toada, é uma enorme *cobra de ferro* e que significa, na realidade, uma *prisão*. As vivências e sentimentos de *isolamento*, de terem negada sua mobilidade, em segurança, de estarem *encurralados*, são repetidos por outros/as moradores/as em Mutum II. As ideias de *prisão e liberdade* são uma constante nas narrativas das pessoas com as quais esta pesquisa foi construída e perpassarão todo o trabalho. Elas se fazem presentes também em outras narrativas em decorrência de violentas intervenções imputadas em nome do “desenvolvimento e progresso” que historicamente concentram terra, riquezas e poder, no estado, suprimindo ou expropriando corpos, trabalho, águas, terras e territórios de sua gente. Expressam sentidos, visões, vivências em periferias urbanas, entre camponeses, povos e comunidades tradicionais, no Maranhão¹², mas também por toda Afroamerica ou Abya Yala¹³.

12 A insígnia “não há territórios livres com corpos presos” foi enunciada durante a “VIII Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão”, em junho de 2018, e trago a este trabalho, pois ela expressa como essas ideias – de prisão e liberdade - e a dialética entre elas são refletidas a partir de distintas vozes, no caso, de mulheres quilombolas, quebradeiras de coco, pescadoras, agroextrativistas, indígenas, militantes, organizadas nessa Teia, revelando a indissociabilidade entre corpos e territórios nos seus modos de viver.

¹³ Abya Yala, termos cunhado em lingua Kuna, e Afroamérica podem ser compreendidas como categorias críticas geo-históricas e não imperiais a contracorrente do imaginário imperial ocidental que impera, como diz Augustin Laó-Montes (s/d, p. 28). Elas reforçam igualmente a pluralidade de mundos tecidos a partir de histórias de opressão racial, mas também de afinidades culturais e ações políticas de resistência. Neste caso, expressam que os megaprojetos não se espraiam de forma aleatória pelos territórios, mas situam-se com maior ênfase naqueles habitados por corpos não brancos como povos originários e comunidades tradicionais.

Vinculam-se ao problema dos “impactos” ocasionados por megaprojetos de desenvolvimento¹⁴ como grandes obras de infraestrutura e logística, da indústria extrativa do minério e da metalurgia, da agropecuária e celulose, carvoarias, que não são novas, mas foram sendo reconfiguradas no tempo presente de financeirização capitalista, destacando-se o imbricamento da ação estatal e de corporações transnacionais. O agravamento dos conflitos sociais, territoriais e ecológicos, na atualidade, expressa-se na agudização das ameaças e violências sistemáticas contra os povos e movimentos populares em luta, mas também as suas estratégias de resistência e subversão. Neste sentido, compreenderei a prevalência destas conflitividades como expressiva das tensões e antagonismos entre territorialidades¹⁵ e lógicas mais amplas que Amaya Orozco (2014)¹⁶ denominou como conflito capital versus vida ou a política de morte frente a pulsão de vida já tratado por Achille Mbembe (2016).

A pesquisa junto à *comunidade* de Mutum II foi possível devido a uma colaboração estabelecida por mim com a organização Justiça nos Trilhos, em junho de 2018, para a realização de uma investigação sobre o nível de implementação, pela Vale, dos Princípios Orientadores para Empresas e Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU), frente à prevalência de uma situação de violações de direitos humanos nesta localidade. Durante este trabalho desenvolvemos uma primeira leitura sobre a possibilidade de refletir a situação a partir da noção de antagonismos entre territorialidades, e encontros e atividades de pesquisa foram realizados para este fim, porém com um tempo curto e pretensão específica para o relatório de pesquisa elaborado. Esta primeira etapa foi deveras importante para conhecer as pessoas em Mutum II, para

¹⁴ Megaprojetos estratégicos de desenvolvimento, como define Maristella Svampa (2011) ou Grandes Projetos de Investimento (GPI), nos termos de Carlos Vainer (2007).

¹⁵ Rocio Silva Santisteban (2017), Svampa (2011), Horácio Machado Araóz (2014), Paul Little (2002) e Almeida (1995) são autores que realizam a expansão capitalista como marcada por conflitos entre territorialidades, ainda que as definições e enquadramentos possam variar entre eles/as.

¹⁶ A noção de conflito capital-vida pretende-se mais ampla que a leitura basilar do conflito capital-trabalho; assume a responsabilidade coletiva em garantir as condições de possibilidade de um Bem Viver e que, atingi-lo, é incompatível com o capitalismo (OROZCO 2014, p.23). A autora parte da noção de sustentabilidade da vida para abordar os conflitos. Sustentabilidade, neste sentido, vem de uma abordagem ecologista, não tendo relação com a noção hegemônica de “desenvolvimento sustentável”, como a usada pela Vale, ao contrário, faz a sua disputa. Trata-se de noção vinculada à uma leitura feminista sobre o que seria chamado de “reprodução social”, confluindo a visão ecológica e feminista, sem separar vida humana de outras vidas, nem ignorar as diversas visões ético-políticas que a constituem concretamente.

a aprendizagem conjunta sobre os desafios da pesquisa em situações marcadas por conflitos e ameaças, gerando reflexões potentes, algumas delas aqui desdobradas.

Desdobramentos frutos também de minha aprendizagem com camponeses, comunidades e povos tradicionais, organizações e movimentos sociais, e suas pedagogias territoriais, no Maranhão¹⁷, assim como as aprendizagens junto à alunos/as, pesquisadores/as, professores/as com as quais travamos diálogo, no PPGCSPA/Uema, no projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, Laboratório de Direito a Cidade (LDC) do NEPP-DH/UFRJ, no Gedmma/UFMA e, mais recentemente, no PPGA/UFPA¹⁸.

Neste texto introdutório, busco compartilhar os principais problemas, argumentos, procedimentos de pesquisa e estruturação de capítulos desta dissertação. Ela é fruto de um processo de pesquisa que percorreu diferentes *veredas* em sua construção. Dona Flor ao ressaltar a forma como vivencia essas mudanças e embates enquanto *muié* que *sofre*, se vê e sente *aprisionada*, conecta-se sutilmente a tantas outras Flores, Cactos e Querubins e instiga-me a pensar sobre a necessidade de aprender a ver com elas e eles a magnitude dos efeitos destes megaprojetos em suas vidas desde seus pontos de vista, sentimentos, experiências; expressos em narrativas de sujeitos politicamente envolvidos nestas situações de conflito, mas que, não raro, são invisibilizados nestas imposições.

Compreendendo estes conflitos como expressão de antagonismos entre territorialidades, focalizo a atenção nos embates ao redor da atuação do Estado e das estratégias corporativas da Vale na Estrada de Ferro Carajás (EFC). A problematização refere-se aos seus efeitos nas disputas dos territórios específicos (ALMEIDA, 2013), priorizando, neste sentido, os pontos de vista e narrativas da *comunidade* de Mutum II, Arari, Baixada Maranhense. Frente à presença ostensiva desta corporação em Mutum II e povoados próximos como Picos, Canarana, entre outros povoados localizados no município¹⁹ de Arari, entendo que a instituição do poder da Vale de intervir pressiona

¹⁷ Cabe destacar minha trajetória como pesquisadora e militante junto a organizações e movimentos sociais. Tais considerações são relevantes do ponto de vista da honestidade intelectual e do posicionamento político-epistemológico no processo de construção de conhecimento. Elas podem ser lidas como aprendizagens expressas na constituição de meu próprio pensamento e apresentar, ao mesmo tempo, obstáculos epistemológicos a serem considerados desde processos auto-reflexivos assim como pelo/a leitor/a.

¹⁸ Na ordem: Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão; Laboratório no Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Direitos Humanos Suely Souza de Almeida, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; no Grupos de Estudos em Desenvolvimento, Modernidade e Ambiente, do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Maranhão, visto minha relação de aprendizagem e diálogo com professores/as e pesquisadores/as; o Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará.

¹⁹ Não me deterei na descrição dos processos de formação de outros povoados, apenas citando aspectos que se relacionam com a problemática ou trazendo perspectivas que abrangem também as visões de

cada vez mais para a reconfiguração dos territórios específicos de modo imbricado ou em tensão com os poderes estatais, o que implica a disputa pelos territórios e corpos políticos, mesmo quando não reconhecidos enquanto tais.

No entanto, considerando que estes efeitos são de muito mais longo prazo que as análises prevaletentes sobre impactos costumam apontar, assim como menos diretamente definidos na simples oposição entre o Estado e a população, como aponta Lygia Sigaud (1986), estabeleço a relação entre efeitos e conflitividade, e a importância de atentar ao que torna possível as resistências concretas emergentes em cada contexto histórico e social.

Busco seguir as narrativas da memória e cartográficas, gestos e olhares das pessoas com as quais foi construída, por vezes ressaltando diferenças entre si – na *comunidade* – de seus modos de *ver* e de narrar os conflitos, por vezes as semelhanças e pontos de vista comuns²⁰. Meus próprios pontos de vistas e observações também são apresentados, sobretudo na análise da situação conjuntural que contextualiza este trabalho, nas conversas entre nós e na forma de vivenciar e relatar situações da pesquisa. Ainda que o diálogo tenha ocorrido com pessoas variadas, não apenas com as pessoas em Mutum II, mas também em povoados vizinhos, as protagonistas dessa escrita serão aquelas e aqueles *mais antigos/as* desta *comunidade*, quebradeiras de coco babaçu e agricultores ou trabalhadores rurais.

As andanças, conversas e cafés compartilhados em Mutum II e nos povoados vizinhos evidenciaram um histórico de supressão territorial e ecológica vinculado às estratégias de atuação de fazendeiros, atualizado na devastação ocasionada pela duplicação da EFC e avanço das estratégias corporativas da Vale que buscam controlar e reconfigurar seu território. O trabalho de pesquisa em Mutum II revelou, portanto, a não dissociação entre esses dois momentos nas narrativas da *comunidade*, abordados a partir dos sentidos de viver numa *prisão*, mas também de serem *escravos* – antes de fazendeiros, hoje da Vale.

A pesquisa se insere em uma situação conjuntural que revelou a prevalência hoje e outrora de lógicas coloniais e racistas de poder, de mecanismos de controle e reconfiguração dos modos de viver em extensos territórios, expressando estratégias

moradores/as de povoados próximos, com os quais pude dialogar sem, no entanto, pretender homogeneidade e representação do ponto de vista de suas respectivas *comunidades*.

²⁰ Esta diferenciação é importante pois, como será abordado, esta unidade de mobilização é constituída por diferentes territorialidades específicas, entre elas, territorialidades com mais ênfase sustentadas por mulheres.

corporativas que remetem às práticas de securitização²¹ do conflito social, ecológico e territorial incluindo a ambientalização do discurso empresarial. Tais estratégias tencionam, no entanto, com formas próprias de pensar e viver a ecologia da *comunidade*. Neste sentido, os pontos de vista e narrativas da *comunidade* sobre estes processos de disputa por território afirmam a força de um pensamento ecológico em que a defesa das águas, da *mãe terra* e das *Palmeiras-mães* ensinam sobre seus *caminhos* da *resistência* e *luta*.

No primeiro capítulo abordo aspectos sobre os *modos de ver*, em Mutum II, e os efeitos vivenciados em decorrência do megaprojeto de desenvolvimento impetrado pelo Estado e pela Vale. Abordo o que Pierre Bourdieu (2004) chamou de “senso prático”, ou um sentido social incorporado, inscrito no corpo, que traduz seus modos continuados de existência, em seus modos de produção e reprodução da existência social, ecológica, cultural, econômica e política da unidade no espaço social e, logo, uma história objetivada ou, em seus termos, sua *luta para criar, produzir e ver* no contexto do *confronto* vivenciado. O modo então será buscar abordar se não os impactos, as afetações sobre suas estratégias de garantia da sustentabilidade da vida (OROZCO, 2014) assim como os princípios e pensamentos que organizam sua relação com o *mato*, as águas, as *Palmeiras-mãe*, com a *Mãe Terra*, numa ecologia própria. As narrativas e descrições sobre construção de seu território e de suas territorialidades específicas evidenciam os

²¹ Sérgio Ricardo Reis Matos (2013) trabalha o conceito de *securitização* desde uma perspectiva crítica nas relações internacionais, o que implica considerar atores não estatais, e setores temáticos diversos ao analisar “processos de securitização” que podem implicar atenção à sua construção intersubjetiva, assim como aos discursos e suas retóricas específicas, envolvendo a criação de uma “política do pânico” sobre supostas ameaças que impactam o processo decisório, passando temas do normal ao emergencial, à confidencialidade, à ruptura com normas internacionais e mesmo o uso da força. A análise da securitização observa modos de trazer temas não militares à órbita da segurança, neste sentido, como temas de ordem social, política, ambiental, econômica, por exemplo. O autor analisa o histórico de securitização do desenvolvimento amazônico, expondo, assim, que não se trata este de um processo recente, mas cujos impactos sobre a natureza e os povos residentes gera vulnerabilidades e pode determinar dinâmicas de securitização. Situa também a falta de “segurança jurídica” como problemática do “desenvolvimento” na Amazônia, mas que, não raro, vista apenas desde as perspectivas e interesses do desenvolvimento capitalista. Neste sentido, reivindicações de cunho ambiental ou identitárias são classificadas por “policy makers” como “ameaças” ao desenvolvimento, como no caso de conflitos envolvendo a diversidade cultural e a afirmação de identidades coletivas que subjazem a demarcação de terras indígenas ou a resistência à políticas de integração logística. Estes conflitos expressam os modos de transformação do problema em “ameaça” identitária, cujo tratamento passa do político, ao não político e, logo, ao securitizado. Como expressão da securitização do social, toma como exemplo o massacre de Eldorado de Carajás, em que forças policiais securitizaram a distribuição de terras para a reforma agrária, utilizando a força excessiva, minando a legitimidade estatal, agudizando o conflito, ao invés de respeitar as identidades auto referidas e a sua segurança jurídica também desde suas necessidades. Logo, reflete o autor, a securitização revela a produção de um estado de emergência, com ameaças e vulnerabilidades, cujo tratamento é o oposto à politização e normalidade, sendo necessário de-securitizar dinâmicas sociais.

caminhos de construção da “unidade social” e, logo, mediante embates de *luta* pela terra, da “unidade de mobilização” frente aos antagonistas (ALMEIDA, 2013).

O segundo capítulo desdobra-se em dois esforços. Na primeira parte, retomo o histórico de agudização do conflito fundiário relacionado as ações dos fazendeiros e da Sudene, expondo como no âmbito deste conflito ocorreu o processo de *luta* pela terra em Mutum II, constituindo a *comunidade*. A terra não surge aqui como mero ativo econômico ou meio de produção, pois é vivida desde pensamentos, sentidos e valores correspondentes aos múltiplos pertencimentos vigentes entre as pessoas neste lugar: pescadores/as, agricultores/as, quebradeiras de coco, extrativistas, trabalhador, trabalhadora rurais que ali construíram e vivenciam sua história. Abordo como o processo de territorialização impulsionado pelos antagonismos, como trabalha João Pacheco de Oliveira Filho (1998), afirmou usos tradicionais da terra, amparados em saberes específicos sobre a natureza ou uma ecologia própria, em formas de uso comum repassadas entre gerações (LITTLE, 2002).

Na segunda parte do capítulo, foco na análise da situação conjuntural da pesquisa, referente ao estabelecimento deste megaprojeto de infraestrutura logística, em que se expõe com mais força a existência de um campo de conflitos: no segundo semestre de 2018 teve início processo de audiência pública (009/2018)²² sobre a proposta de antecipação da prorrogação contratual da Vale sobre a EFC, por mais 30 anos. Esta proposta tem como um dos objetivos o fortalecimento de um corredor logístico de exportação de minério de ferro e commodities do agronegócio na “região”, o Corredor Logístico Estratégico Norte-Nordeste. Analiso documentos e relatórios oficiais, assim como a sessão pública que presenciei, argumentando pela prevalência, hoje, do que Almeida (1995) identificou no contexto de instauração do PGC como uma “guerra dos mapas” e uma luta de classificações, nos termos de Bourdieu (1989). No caso atual, deixando em suspenso a identificação rural e ou das múltiplas identidades coletivas camponesas, de povos e comunidades tradicionais, neste amplo “corredor”, cujo apagamento, em minha leitura, intentaria produzir sua marginalidade e deslocamento para um “outro a ser civilizado” ou para um “não lugar, da não política”, conforme expressam

²² Deliberação nº 522, de 8 de agosto de 2018, considerando Resolução ANTT nº 3.026, de 10 de fevereiro de 2009, publicada no DOU de 24 de março de 2009, define-se que a Audiência Pública teria como objetivo colher subsídios aos estudos para a prorrogação do prazo de vigência contratual da concessionária Estrada de Ferro Carajás – EFC, com a previsão de realização de sessões públicas em: Belém, 27 de agosto; São Luis 29 de agosto; Brasília 17 de setembro de 2018. (ANTT, Aviso de Audiência Pública, 2018d)

os trabalhos de Veena Das e Deborah Poole (2008) e Jacques Rancière (2014), ou nos próprios termos da Vale, o “nada”.

No terceiro capítulo, dou seguimento à reflexão sobre como as narrativas da memória revelam as marcas, dores e traumas corpóreos, atualizados pelos sentidos de escravidão vivenciados pela *comunidade* em decorrência dos embates, mas também outras facetas da história escondida, conceito de Grada Kilomba (2010), e contada através de *certidões* como as árvores, lugares, os conhecimentos e saberes que constituem o corpo território político. Expresso como a disputa territorial atravessa percursos e *caminhos*, práticas, saberes e conhecimentos, sua memória e as próprias narrativas. Evidencio como nesta disputa são produzidas classificações pelo Estado e pela Vale, que tentam despolitizar e estigmatizar corpos e territórios, justificando a proibição de uso do espaço, a produção do esvaziamento e da exceção ao longo da EFC, revelando processos de securitização do conflito social, ecológico e territorial. Coaduno com o argumento já trabalhado por Milanez et. al (2018) sobre como o judiciário e a atuação policial são dimensões importantes das estratégias sociais e territoriais veiculadas pela Vale evidenciando que, junto a elas, no entanto, um discurso ambientalizado marcará relações de ambiguidade, antagonismo e criminalização dos modos próprios de pensar, viver a ecologia e lutar *da comunidade*.

A chegada à Mutum II e as *veredas* de proposição da pesquisa

Nesta seção exponho alguns movimentos importantes que levaram à proposta de construir a pesquisa com a *comunidade* e algumas problematizações construídas no decorrer do processo, sendo eles, a chegada ao território junto a JNT, a participação no estudo coletivo e sessão pública da Audiência Pública 009/2018 e o diálogo com o trabalho de Almeida (1995) e de Lygia Sigaud (1986).

Na primeira vez que estive em Mutum II, em julho de 2018, eu não conhecia nada sobre a *comunidade* ou sobre esta parte da baixada maranhense. Segui para lá com o intuito de participar de uma reunião entre moradoras e moradores com a organização Justiça nos Trilhos²³, pois eu e a pesquisadora Mariana Lucena havíamos recém acordado

²³ Organização de direitos humanos que atua no enfrentamento às “injustiças nos trilhos da Estrada de Ferro Carajás”, assessorando pessoas e territórios afetados. Ainda, em diálogo naquele momento com Sislene Costa da Silva, e as advogadas Ana Paula Santos e Caroline Rios, e Xoán Carlos. O relatório final foi escrito por Mariana Lucena (no prelo). A pesquisa teve início quando eu cursava o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA/UEMA) com um projeto de pesquisa

nossa colaboração com a organização para a realização de uma pesquisa sobre violações de direitos impetrados pela Vale na localidade, com ênfase nas violações e vivências de mulheres. A equipe foi integrada ainda por Ainá Caburé e Larissa Santos, ambas da JNT. A pesquisa relacionou-se também à tentativa de criminalização de cinco pessoas da região pela Vale, supostamente por “liderarem” uma “ação de obstrução” da linha férrea durante um protesto, sendo três delas mulheres²⁴. Naquele momento, seguíamos para este encontro com o intuito de conhecer a *comunidade* imaginando, assim, possibilidades conjuntas de um trabalho de pesquisa.

A reunião versaria, por sua vez, sobre o andamento da Ação Civil Pública movida a partir da atuação do Ministério Público Estadual, com base em requerimento construído com a *comunidade* e assessorado pela organização Justiça nos Trilhos, na comarca de Arari, demandando o município e a Vale a garantir a travessia segura das pessoas através dos trilhos da EFC, já que estes cortam o território e se interpõem à principal entrada do povoado. Ou seja, só é possível entrar e sair por ali atravessando – nos termos da Vale: “ilegal ou clandestinamente” - os trilhos do Trem. Previamente a esta reunião, eu havia lido relatorias e artigos elaborados por pesquisadoras e educadoras da JNT e compreendia que, assim como em muitas outras *comunidades*, uma de suas principais demandas dizia respeito à necessária construção de um viaduto que garanta a travessia segura sobre os trilhos para crianças, idosos/as, adultos, animais, ou motos,

intitulado “Entre “nós”: mulheres e práticas de resistência no Corredor Carajás” e que tinha como intuito refletir sobre os impactos diferenciados da EFC e da atuação da Vale nas vidas de mulheres nos territórios afetados. Minha participação encontrou sentido, assim, na convergência das temáticas.

²⁴ Criminalização via judicialização, em que a Vale apresentou queixa crime, rejeitada pelo juiz, contra 5 pessoas de Arari por supostamente liderarem processos de obstrução da linha férrea, sendo 4 delas em Mutum II e 1 no povoado de Moitas, no mesmo município. A seguir, trecho do processo civil, na Comarca de Arari. “PROCESSO Nº 155-75.2016.8.10.0070 (1562016) AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA REQUERENTE: VALE S.A. REQUERIDOS: (...) [trecho extraído referente aos nomes de 4 moradores/as]. SENTENÇA Trata-se de ação de obrigação de não fazer com pedido de tutela provisória de urgência ajuizada pela Vale S.A. contra (...) [supressão de nomes]. A autora alegou, em síntese, que: a) no dia 04.02.2016, por volta de 09:00h, “cerca de 20 (vinte) moradores da comunidade conhecida como Boca de (SIC) Mel, liderados pelos réus acima nomeados, bloquearam a estrada de ferro Carajás, na altura do KM 121, impossibilitando o tráfego dos trens de carga e passageiros da ferrovia pela Vale”; b) cerca de 01 (uma) hora depois, a via foi liberada, “contudo, permanece o receio de ocorrer nova ameaça de interdição, tendo em vista que os manifestantes a qualquer momento podem voltar a interditar a estrada de ferro Carajás”, pela qual “realiza o transporte de combustível do Porto do Itaqui até as cidades do sul do Maranhão e do Pará”; c) a paralisação da linha pode provocar “prejuízos enormes à economia”; d) “a razão do bloqueio consiste em reivindicações que foge à esfera da Vale S.A.”; e) “tenta a todo custo negociar com os mesmos a fim de garantir a ordem e direito de ir e vir e evitar a interdição da estrada de ferro”. Por esses motivos, requereu a: a) concessão de tutela provisória de urgência, a ser confirmada ao final, a fim de que os demandados se abstenham de bloquear a estrada de ferro Carajás no Km 121, Povoado Boca do Mel, neste município, bem como procedam à desobstrução, caso a interdição tenha sido efetivada; b) condenação dos requeridos ao pagamento de indenização por danos materiais (fls. 03/18)” (Comarca de Arari Processo Nº. 155-75.2016.8.10.0070 (1562016), consulta em: outubro 2019).

bicicletas, ônibus escolares, carroças, automóveis, enfim, respeitando o direito fundamental, garantido na Constituição da República Federativa do Brasil, de ir e vir. Além disso, a travessia sobre os trilhos²⁵ é extremamente perigosa, sobretudo após a duplicação da linha férrea, pois não raro quando um trem passa ou termina de passar, outro já está próximo ou na linha ao lado, em grande velocidade.

Imagem 1 - Saída do povoado impedida pela passagem dos trens, um em cada lado da ferrovia.



Fonte: Autoria própria, novembro 2018.

Antes mesmo de chegarmos ao povoado, no dia da reunião, também chamava minha atenção a devastação ambiental ocasionada pela duplicação da EFC que atingiu, nesta localidade, os enormes babaçuais que margeiam tal estrada, ou nos termos das/os próprias/os moradoras/es, os *Cocais*. Eu não sabia ainda sobre a importância das *palmeiras* ou das *Palmeiras-mães* nas vidas das pessoas por lá, mas crescia o sentimento de que para além da urgente demanda pelo viaduto muita “água poderia rolar”.

Imagem 2 – Vista da estrada de acesso paralela à EFC e que leva à Mutum II, situado do lado direito.

²⁵ Para pessoas e pequenos veículos, mas também para trânsito de animais, carros, ambulâncias, ônibus e caminhões, estes últimos não adentram o povoado pela falta de estrutura adequada.



Fonte: Autoria própria, dezembro de 2018.

O desenrolar da pesquisa logo afirmou a insuficiência da noção de “impactos” e a necessária transcendência da “impactologia”²⁶ para os propósitos do estudo que aqui apresento. Esta compreensão ainda na primeira visita à Mutum II deveu-se também a outro aspecto importante sobre a paisagem que “gritou” dentro de mim. Em 2018, retornando ao Maranhão como aluna do PPGCSPA/UEMA²⁷, antes mesmo de chegar à Mutum II, foi inquietante observar o que parecia ser uma ampliação e refinamento da estratégia corporativa de responsabilidade social na “disputa da política nos territórios”, como define Henri Acserald (2017)²⁸. Circulando de São Luís a diferentes localidades na Baixada Maranhense, com estranhamento notei que ao longo da BR 135 algumas casas pareciam pintadas com o mesmo padrão – tinta em tons de terra. Logo fui avisada que a pintura das casas, com padrão repetitivo, tem relação com oficinas oferecidas pelos projetos sociais da Vale. Tais projetos envolvem também propostas de desenvolvimento

²⁶ Também inspirada na crítica colocada por Vainer (s/d). Não se trata de supor falsos antagonismos, considerando a existência de importantes trabalhos que utilizam criticamente a noção de impactos e que esta pode ser inclusive mais próxima daquelas mobilizadas pelos sujeitos coletivos ou agentes sociais nas agendas políticas. Foco aqui nos limites postos aos objetivos de conhecimento expressos e na necessidade de contraposição com a perspectiva adotada na situação conjuntural citada envolvendo a ANTT e a Vale.

²⁷ A primeira vez em que estive no Maranhão foi durante a realização de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS/UERJ – 2011 a 2013), e pela qual caminhei durante um mês e meio por povoados, *comunidades*, assentamentos e ocupações no Maranhão e Pará. Naquela ocasião, refleti sobre os usos da categoria de “atingido” e seu lugar nos processos de construção de identidade política entre *comunidades*, organizações e movimentos atingidos/as pela Vale. Circulei por municípios como Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Açailândia, Imperatriz e Paraopebas. Destas experiências articuladas e da reflexão subsequente decorreram a inquietação com as lógicas de poder das estratégias empregadas pelo Estado junto a corporações transnacionais, como no caso da Vale que, segundo conclui na pesquisa citada, atuava na “disputa das subjetividades individuais e coletivas” ao longo dos territórios de sua atuação em Minas Gerais e no “Corredor Carajás”.

²⁸ Identificar as lógicas de poder que subjazem às estratégias corporativas permite expor o que Henri Acserald (2017) denominou como “degradação progressiva da política”, visto que a privatização dos Estados implica a atuação das corporações não apenas na “macropolítica”, mas na disputa de poder nos territórios frente à classe que luta e a povos que reivindicam seus direitos territoriais. Tal análise permite caracterizar a governamentalidade neoliberal citada pelo autor ou a ultra radicalidade liberal citada por Almeida (2018) na disputa dos territórios, pressionando pela produção de sua marginalidade ou extermínio *confrontadas* pela ousadia resistente.

sustentável²⁹, onde a formação de base empreendedora parece focalizar principalmente jovens e mulheres³⁰. À primeira vista, pareceu-me uma possível expressão das estratégias corporativas que avançavam, por sua vez, através da demarcação simbólica de sua presença sobre a paisagem.

Portanto, ao entrarmos em Boca do Mel, primeiro núcleo comunitário em Mutum II, como as casas são feitas de taipa, com certo espanto deparei-me com as mesmas pinturas que observei anteriormente ao longo da BR 135, mas que estavam ali presentes em várias cisternas construídas ou em processo de construção nos *terreiros*, pela Vale. Seguimos caminho, a mata acompanhando, algumas casas também. E seguiam as cisternas. Não estavam em todas as unidades familiares, mas surgiam com regularidade ao longo do trajeto. No caminho, vi então um “banner”: “Casa Saudável”. É o projeto social da Vale desenvolvido ali e através do qual são construídas não apenas as cisternas, mas muitas outras “tecnologias sociais” a partir dos *terreiros* das casas.

Imagem 3 – Cisterna com outro padrão de pintura.



Fonte: Autoria própria. Novembro, 2018.

O projeto “Casa Saudável” chamou a minha atenção, pois ele adentra o espaço doméstico, importante em muitas das reflexões nos estudos de gênero e feministas,

29 Não foi verificado nos documentos da empresa os nomes exatos utilizados, trabalhando com a informação oferecida por moradores e pesquisadores sobre como a empresa constrói “diagnósticos” sobre as condições de vida locais e projeta ações para o “desenvolvimento sustentável” das “Comunidades”.

30 Vide a formação da Rede de Mulheres Empreendedoras do Maranhão pela Vale que, num dos últimos encontros, convocou à organização as mulheres quebradeiras de coco, comparecendo 90 delas, segundo notícia da Fundação Vale. A hipótese de que existe uma disputa pela participação de mulheres nos programas de responsabilidade social parece pertinente, na medida em que a “atenção” a “grupos sociais vulneráveis” é preconizada em instrumentos internacionais como o Pacto Global e os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, dos quais a Vale era signatária até o crime ambiental de Brumadinho. Ainda neste contexto, havia aderido, igualmente, de forma voluntária, aos princípios de “empoderamento das mulheres” da ONU que, amparados em uma leitura sobre gênero e ação empreendedora, buscam modelar a ação corporativa. Neste sentido, são leituras sobre “gênero e desenvolvimento” que parecem instrumentalizar a atuação de mulheres desde uma perspectiva liberal, ecoeficiente, expressando as disputas também nesta seara.

particularmente aqueles orientados ao estudo da agência de mulheres. Naquele momento, não conseguia deixar de questionar-me, internamente, se a noção de impacto daria conta de contribuir a refletir este aspecto, se isto poderia ser compreendido como uma forma de “impacto diferenciado” sobre as mulheres naquele contexto, e sobre as formas de produção de visibilidade e invisibilidade que recaem sobre certas vivências e dimensões em contextos de conflito. O que essa situação poderia ensinar sobre as vivências de mulheres e *comunidades* em situações similares? Seria possível falar sobre territorialidades específicas costuradas por essas mulheres nesta localidade? Como as próprias pessoas refletem essas ações? Foram perguntas que surgiram, naquela primeira visita cuja impressão marcou-me significativamente.

Logo que chegamos começamos a conversar com algumas jovens, entre elas Vinagreira que nos mostrou uma textura estranha na pele dizendo não saber se era alergia ou se algo da qualidade da água, e indicando que havia muita gente doente ou com “coisas estranhas na pele” que desconfiavam ter relação com a qualidade da água usada. Ou seja, a primeira conversa que tive com uma moradora da *comunidade* foi já marcada por sua fala sobre as dificuldades enfrentadas no acesso à água e sua importância como elemento através da qual refletir os embates e conflitos vivenciados naquela situação social, que será mais trabalhada no capítulo 1. Outras pessoas foram chegando e logo que me sentei, ao meu lado sentou-se uma senhora chamada Margarida. Perguntei-lhe distraída, se havia ali quem “pegasse bebê”? Explicando que minha bisavó materna era parteira, minha avó cuidou de muito “umbigo” e que eu, tendo crescido com essa história, buscava conhecer mais sobre as parteiras. Ela respondeu-me que era ela mesma quem estava aprendendo a “pegar bebe”, com uma parteira já falecida, mas agora com um problema nas costas não podia mais continuar. E, continuou relatando “como as jovens já não querem aprender”, então isso “tá se perdendo”. Dali apresentou-me a outra mulher, que me contava mais sobre ela, sobre suas vidas, a preocupação com alguns saberes *perdidos* e outros como são vividos. Com essas mulheres ocorreu um contato informal, mas que já nessa primeira ida produziu em mim um encanto e um afeto desde o momento que passamos a conversar e Dona Flor me contava que não ia embora dali porque ali estavam suas *raízes* e que *sofre*, “*sofre* muito”. *Sofre* pelos filhos, *sofre* pelos netos, *sofre* pela família. Várias vezes ao longo da pesquisa ela dizia assim: “hoje to melhor, já fui mulher muito *sofrideira*”. Nesse mesmo dia, muitos outros relatos foram compartilhados. Hibisco contava-me que pelo menos duas onças andavam rondando o povoado, inclusive já tendo ferido os cachorros

de um deles. E que além das onças, tem muita *cobra*, o que gera muita preocupação e angústia com as crianças.

Um mês depois, em agosto de 2018, uma segunda experiência marcou a decisão de propor a continuidade do trabalho de pesquisa com a *comunidade* de Mutum II. Na última semana de agosto de 2018 recebi um convite da JNT para participar de um momento de estudos coletivos como preparação para uma sessão pública da audiência pública 009/2018, que seria realizada no dia seguinte, dia 29 de agosto, com o objetivo de versar sobre a proposta de antecipação da prorrogação contratual da EFC à Vale. Neste encontro de estudos estiveram presentes pessoas de diferentes municípios e representantes de diferentes *comunidades*, incluindo Mutum II. Todos/as igualmente surpresos com a celeridade de sua realização e da total falta de informação qualificada e divulgação prévia da mesma junto às *comunidades*. A surpresa só aumentava enquanto liamos e debatíamos o “Relatório Final: Estrada de Ferro Carajás”, produzido pela ANTT, sob a égide do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil da República Federativa do Brasil (ANTT, 2018a). Durante minha participação no estudo coletivo que antecedeu a sessão debatíamos como o Relatório Final (ANTT, 2018a) invisibilizava as *comunidades* e seus pontos de vista sobre o conflito – na medida em que não eram consideradas como “ator envolvido” – e ademais classificando o conflito como “conflito de áreas urbanas”, sendo que os presentes se viam como de área rural e se auto identificavam de outros modos.

Durante a primeira sessão pública de São Luís, percebi aquele espaço a partir da noção de luta de classificações³¹ identificada por Almeida (1995) em outro contexto, quando da instituição do PGC. Seu estudo sobre o PGC, realizado na década de 1990, buscou elucidar “(...) o grau de intervenções dos aparatos do Estado e a lógica das estratégias de poder adotadas na região oficialmente definida como de abrangência do Programa Grande Carajás” (ALMEIDA, 1995, p. 21). Tais lógicas foram também contrapostas mediante a construção de outro mapa, que partiu de outros pontos de vista e territorialidades até então ignorados por uma ideia de identidade regional arbitrariamente definida e não dos “antagonismos e tensões que envolvem as distintas territorialidades”.

A noção de efeitos sociais conforme trabalhada por Sigaud (1986) também parecia contribuir para trabalhar as profundas transformações socioterritoriais relacionadas aos contextos de conflito numa perspectiva histórica e espaço-temporal. Ao

trabalhar os efeitos sociais de Grandes Projetos, a autora argumenta como uma dada intervenção do Estado, por exemplo, ocorre numa estrutura de relações sociais já existentes, sendo o processo de sua reordenação e, sobretudo, as respostas políticas engendradas, os objetos de investigação sobre os “efeitos” gerados. Logo, estes efeitos sociais são de muito mais longo prazo que as análises prevalecentes sobre impactos costumam apontar, assim como menos diretamente definidos na simples oposição entre o Estado e a população. Também expõe a relação entre os efeitos destes megaprojetos e a conflitividade relacionada, e a importância de atentarmos não apenas aos efeitos e estratégias de poder nestes conflitos, mas ao que torna possível as resistências concretas emergentes em cada contexto histórico e social. Essas discussões foram muito importantes naquele contexto. Elas contribuíram à transcendência da “impactologia” de meu primeiro projeto de pesquisa (embora já fosse crítica à noção) distanciando-o da proposta de “Análise de Impacto Regulatório” - pela ANTT (2018a).

As disputas evidenciadas na sessão pública e a instauração autoritária desta política privatizante evidenciaram a necessidade de investigar seus efeitos³², as lógicas de poder envolvidas em tais embates e os mecanismos que instituem o poder da Vale em subordinar³³ e intervir de modo drástico na gestão da vida e da morte em extensos territórios, sobretudo junto à essa *comunidade*.

Toda esta situação afetou-me também pela minha própria ignorância sobre suas histórias, em Mutum II, assim como por compartilhar privilégios e subjetividade enquanto mulher branca do Sudeste com algumas pessoas que ali se faziam presentes na defesa da coalizão empresarial. Fui refletindo sobre a fala do antropólogo José Carlos Gomes dos Anjos³⁴ sobre como um corpo branco em processo de pesquisa junto a pessoas negras ou não brancas não passará pelas mesmas afetações que outros em uma mesma situação de pesquisa, mas isto não implica que não poderá ser afetado. Ainda na linha de reflexão proposta por Kilomba (2010), creio que este trabalho não escapará de sua posição como um ponto de vista branco sobre o racismo e sobre as histórias relatadas, logo atentar à essa distinção foi e é um esforço perene por toda a pesquisa; por este

³² Neste contexto eu me questionava o que significaria pensar a “magnitude dos impactos vividos”³² pela *comunidade* em função do atravessamento do território pela EFC desde seus próprios pontos de vista e narrativas. A noção de impacto logo se mostrou insuficiente para analisar estes conflitos considerando seus modos de vida, assim como as estratégias de poder envolvidas na nas ações de agentes dominantes na disputa.

³³ Cabe citar que para Mbembe (2016) a subordinação é uma forma de evitar a morte.

³⁴ Durante o V Seminário Lutas sociais, Igualdade e Diversidade “Lutas Sociais, Histórias Locais e Desafios Globais”, realizado pelo LIDA, do Centro de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão, em setembro de 2018.

motivo, penso que ela expressa meu caminho de aprendizagem sobre como dismantelar essas estruturas e construir práticas e pensamentos críticos e anti racistas, com as pessoas com as quais pude conviver em Mutum II, mas também pelos mais diversos territórios no Maranhão.

O processo de pesquisa como um todo, desde o início, foi marcado por muitos desafios próprios a contextos marcados por intensos conflitos. Por isso cabe citar a tensão com a qual defrontei-me diante da possibilidade de ir a campo sozinha por muitos dias pela primeira vez. Me vi afetada pelo peso das falas sobre o *isolamento*, da dificuldade de acesso – pois, sem moto, sem bicicleta, como sair caminhando pela estrada de acesso? – e de comunicação por celular. Rejany Ferreira, pesquisadora do Rio de Janeiro, geógrafa da Fiocruz especialista em Dinâmicas dos Oceanos e da Terra, se propôs a uma ida conjunta. Tempos depois, *Laranjeira* contou-me que quando chegamos e viu-me andando de um lado a outro pensou “essa aí não vai aguentar, branca desse jeito”... Em todas as minhas visitas – só ou com outras pesquisadoras e educadoras - contei com a companhia, os cuidados afetuosos e olhares atento de mulheres e homens que se dedicaram a dialogar, *andar* e refletir conjuntamente os *caminhos e veredas* que a pesquisa assumiria. Assim como pude acompanhar reuniões e visitas junto a advogadas e educadoras da JNT, aprender sobre e acessar documentos públicos, num processo de colaboração e articulação da potência entre pesquisa e incidência.

Mega infraestruturas logísticas, antagonismos e tensões entre territorialidades e as estratégias de poder.

No Brasil, Vainer (2007)³⁵ situa que desde a metade do século XX Grandes Projetos de Investimento minero-metalúrgicos, petroquímicos, energéticos entre outros geraram mudanças profundas no território nacional, provocando uma forma de integração nacional, ainda que desigual, entre o Sudeste e o resto do país e constituindo, em muitos casos, verdadeiros “enclaves territoriais”, sendo eles não apenas econômicos, mas também sociais, políticos, culturais, ecológicos, como no caso Carajás. O retorno de sua

³⁵ Vainer (s/d) desenvolveu em seu trabalho reflexões sobre a categoria de “atingido”, focado nos casos de “atingidos” por barragens, também como crítica à tendência do que denomina como “impactologia”. O autor demonstra que esta categoria surgiu, primeiro, em estudos de impactos ambientais encomendados pelas próprias agências perpetradoras destes impactos; e logo foi assumida de forma crítica pelas populações designadas, como resposta política, ao tratamento a elas dado em tais estudos como sujeitos passivos, não dotados de agência e capacidade política de disputar seus significados.

importância na agenda nacional, nos dias atuais, na visão deste autor, diferencia-se, no entanto, na medida em que estariam estes sob controle de grandes empresas privadas e seus empreendimentos territoriais, abordando sobretudo a privatização dos setores responsáveis pela infraestrutura e os processos de planejamento e controle territorial³⁶.

Esta situação é particularmente preocupante na Amazônia Oriental, onde se situa a maior mina de minério de ferro do mundo, explorada pela Vale, na Floresta Nacional Carajás, além de outras intervenções de grande porte relacionadas à construção ou fortalecimento de mega infraestruturas logísticas que interconectam a exploração e exportação mineral e agropecuária, como o Arco Norte³⁷ e o Corredor Logístico Estratégico Norte-Nordeste que o integra e que atravessa esta pesquisa. Como será explicitado, este corredor visa a integração da Ferrovia Norte Sul (FNS) aos complexos portuários em São Luís, Maranhão e, futuramente, Barcarena, Pará, para exportação de minério e *commodities* da agropecuária oriundas do MATOPIBA³⁸ e outras regiões. Almeida (2012) situa como o rápido avanço de políticas governamentais que atuam para a organização hierarquizada dos territórios na Amazônia, em função da expansão da exploração e da exportação das “commodities”, evidenciam-na como lócus privilegiado de observação empírica destes movimentos de acumulação global e dos antagonismos entre territorialidades, porém, cada vez mais, com agravantes. O autor reflete como as mega infraestruturas logísticas – ou os corredores logísticos e ecológicos, em seus termos – que se espraiam pelo Sul expressam a atualização dos sentidos da escravidão. Tendo sido ela, a escravidão transatlântica, o primeiro megaprojeto transnacional - como apontou Ivo Silva (2018)³⁹ ao pontuar como “o primeiro megaprojeto, gestado na Europa,

³⁶ “Apesar de sua potência na organização e transformação dos espaços, um grande potencial para decompor e compor regiões (...) A privatização dos setores responsáveis pela infraestrutura acabou tendo como corolário a privatização dos processos de planejamento e controle territorial que são intrínsecos aos grandes projetos” (VAINER, 2007, p.11).

³⁷ Sobre os complexos logísticos, extrativos e portuários do Arco Norte na Amazônia ver Diana Aguiar (2017)

³⁸ Matopiba é também expressão de região arbitrada por ampla coalizão de interesses, constituindo atualmente a mais ampla “fronteira agrícola” do país para a produção de grãos e fibras. Projeta uma série de efeitos devastadores sobre o cerrado brasileiro, povos e comunidades que o habitam, compreendendo parte dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, cujas sílabas iniciais forjam o nome fantasia.

³⁹ Ivo Fonseca Silva, Centro de Cultura Negra, CCN, em palestra realizada durante o II Seminário Internacional Megaprojetos, Atos de Estado, Povos e Comunidades Tradicionais, outubro de 2018, em Cáli, Colômbia.

foi a escravidão” - tais corredores atualizam, na visão de Almeida (2018)⁴⁰, o mais eficiente processo produtivo na colônia: as “plantations”⁴¹.

O autor aborda a constituição de grandes corredores que expressam conglomerados econômicos em amplas articulações de interesses e de investimentos, gerando o deslocamento massivo de populações, e amparados na ultra radicalidade liberal onde as regras do jogo democrático não mais importam, ainda que os mecanismos jurídicos e legais possam estar em disputa. Reproduzem-se características similares das sociedades coloniais, conformando, no entanto, não um novo colonial, mas uma nova forma de funcionamento destes que foram os empreendimentos mais estáveis da colônia. A divisão de um capital pós material no Norte, a exemplo da economia do conhecimento, e as formas de trabalho escravo no Sul expressa uma lógica de divisão do trabalho e igualmente uma luta de conhecimentos ou uma luta de classificações. Almeida (2018) não aborda, portanto, nesta palestra, um processo de desindustrialização, mas sim de deslocamentos e nova divisão do trabalho, onde os corredores expressam tais reconfigurações, além da extrema violência contra quem resiste nos territórios.

Em alguma medida, e de forma não ostensiva, é possível estabelecer neste trabalho um diálogo com o pensamento do próprio autor, refletindo sobre as diferenças e continuidades, portanto, das lógicas de poder ao redor da EFC. Em “Carajás: a Guerra dos Mapas. Repertório de Fontes Documentais e Comentários para Apoiar a Leitura do Mapa Temático do Seminário-Consulta “Carajás: Desenvolvimento ou Destruição” Almeida (1995) analisou a instituição do PGC observando como através de um ato jurídico decretou-se “uma região”⁴² que produziu uma série de efeitos sobre as vidas dos povos e comunidades que residiam na área arbitrariamente delimitada, desconsiderados nesta imposição. Ato esse que refletiu, à época, uma complexa coalizão de interesses,

⁴⁰ Palestra de abertura do II Seminário Internacional Megaprojetos, Atos de Estado, Povos e Comunidades Tradicionais, outubro de 2018, em Cáli, Colômbia.

⁴¹ “Este termo concerne a grandes unidades de exploração monocultoras apoiadas em formas de imobilização da força de trabalho, ou seja, trabalho escravo (peonagem da dívida) ou análogo à escravidão: em imensas extensões de terra, cuja produção encontra-se atrelada a uma economia agrário-exportador. Historicamente estas grandes explorações estavam ligadas ao cultivo de cana de açúcar, algodão, cacau e café e também à criação de gado. Consoante ao léxico recente dos agronegócios (...)” (ALMEIDA, 2017, p. 10). A definição proposta por Kilomba (2010) implica ainda como “(...) esse sistema criava ainda uma estrutura social de dominação centrada na figura do latifúndio, o senhor, que controlava tudo e todas/os ao seu redor” (Ibid., p. 29)

⁴² O PGC foi instituído pelo Decreto-lei n. 1.813 de 24 de novembro de 1980, durante a ditadura, por João Figueiredo Delfim Neto. Decreto-lei que “instaurou” um programa de desenvolvimento, definindo tanto a extensão territorial como a política de ação fiscal e administrativa, compreendendo os estados do Maranhão, do Pará e do Tocantins e correspondendo a 900km², o que equivale a 11% do território brasileiro (ALMEIDA, 1995, p. 36).

envolvendo empresas mineradoras, siderúrgicas, reflorestadoras, madeireiras, fábricas de cimento, carvoarias, indústrias de refino de óleo vegetais e de papel e celulose, que dispunham de uma série de benefícios fiscais e creditícios, no que chamou de “(...) mais completa coalizão de interesses industriais e financeiros hoje registrada na Amazônia” (ALMEIDA, 1995, p. 40). Ou seja, Almeida (1995, p. 40) expôs como muito mais que um processo de “(...) ordenamento territorial, o ato jurídico exprimiu a mais completa coalizão de interesses no tratamento da “região” como uma espécie de laboratório, com vistas ao desenvolvimento desta “vocaçãõ”⁴³.

A todo tempo Almeida (1995) nos convida a refletir sobre a forma como a “região Carajás” implicou uma noção estrangeira, arbitrária e totalizante de identidade, alicerçada numa ampla coalizão de interesses empresariais e seus intelectuais públicos. Ato este que revelou os efeitos da produção de conhecimento sobre a realidade, na produção de uma região arbitrariamente definida, progressivamente tomada como dada por pesquisadores, por exemplo, produzindo efeitos de verdade na representação da realidade ao desconsiderar os antagonismos e tensões que envolviam as distintas territorialidades. E que foram contrapostas ou confrontadas, no entanto, mediante a construção de outro mapa⁴⁴, que partiu de outros pontos de vista, territorialidades e identidades até então ignorados por esta ideia de identidade regional

(...) colidente e externa aos segmentos camponeses e aos povos indígenas, cuja existência coletiva configura territórios específicos (terras de uso comum, terras indígenas, “posses itinerantes”, terras apropriadas em caráter contingencial ou permanece por grupos domésticos que exercem formas de cooperação simples), resultados das práticas de afirmação étnica e política. Há, pois, uma contradição básica entre a região instituída e a constituição destes referidos territórios (ALMEIDA, 1995, p.35).

Na visão do autor, seja por desconsiderarem suas capacidades de luta, seja pelo racismo imbricado nos atos coloniais (ALMEIDA, 1995, p.26), o “descontrole” pelo “desconhecimento”, neste caso, evidenciou um dispositivo de controle social

⁴³ O autor situa a realização do I Encontro dos Empresários da Amazônia, em 1989, com mais de 40 entidades patronais da região amazônica, e que recolocou o eixo das estratégias empresariais para a “nação” ao deslocar o eixo da “falência” do projeto pecuário

⁴⁴ Portanto, ao elaborarem outro mapa, que contrapunha à esta identidade arbitrária os territórios específicos ignorados, buscaram materiais oficiais que permitiram a eles avaliar o conhecimento disponível, através de mecanismos históricos de controle pelos aparatos do Estado, como os censos e as bases cartográficas (ALMEIDA, 1995). Perceberam, assim, que apenas 40% da Amazônia estava mapeada. As dificuldades encontradas revelaram o alto grau de desconhecimento das realidades localizadas pelos organismos de planejamento, sobre as formas de “(...) economia familiar e tribal, nas formas de cooperação simples, no uso comum dos recursos naturais, na pesca artesanal, e no extrativismo em pequena escala” (Ibid., p.26).

(ALMEIDA, 1995, 25)⁴⁵. Reverberou-se, assim, uma luta de classificações, uma “guerra dos mapas”:

É lícito, neste contexto, imaginar uma guerra de mapas como símbolo do estado de tensão e de beligerância. Afinal, aos extermínios, os massacres e os genocídios ao destruir a possibilidade da existência coletiva também significam metaforicamente “apagar do mapa”, que seria um eufemismo indicativo da supressão do território do outro (ALMEIDA, 1995, p.35).

A disputa por politização e despolitização se colocaram, pois, conhecer situações sociais conflituosas e torná-las públicas tornava-se um “perigo”, já que contradizia os aparatos do Estado no “desconhecimento”, e contribuía também à politização destes conflitos. Portanto, é possível estabelecer uma reflexão algo análoga com o momento atual, enfatizando que hoje, no entanto, há modos de mapeamento, conhecimento e controle social por parte da empresa, em suas estratégias corporativas perante este conflito igualmente negado.

Frente à atual coalizão empresarial estabeleceu-se uma dinâmica de negação do antagonismo – como outrora – através da tipificação do conflito e suas partes. Como questionado por Cíndia Brustolin⁴⁶ talvez o “rural” e as *comunidades* não tenham sido consideradas como “atores envolvidos”, pois para estes agentes nestas localidades não exista conflito, mas sim, “desenvolvimento”: “desenvolvimento sustentável” ou “ambientalmente responsável”, impulsionado mediante uma série de projetos sociais empresariais que as *comunidades ganham* da empresa. Prevaecem assim lutas de classificação, nos termos de Bourdieu (1989), entre as alianças corporativas e vozes dissidentes, expressas também como estigmatização e destituição de sua condição de sujeitos políticos e de direitos. Ao longo da dissertação utilizarei, ademais, os aportes conceituais sistematizados por Veena Das e Deborah Poole (2008, p. 30) sobre a produção das margens para explicitar que esta não consideração não implica, portanto, a negação da existência das *comunidades*, mas sim – no sentido da luta de classificações –

⁴⁵ “A despeito delas e deste flagrante menosprezo pelos cadastramentos, assinalados usualmente como essenciais para o exercício do controle e da dominação (Foucault, 1982), a verdade dos aparatos do Estado é imposta” (Ibid., 25).

⁴⁶ Durante a qualificação da pesquisa, frente a minha afirmação de que as comunidades tinham sua existência negada, a banca argumentou que não era possível negá-las, mas considerá-las de forma subordinada ou instituindo a sua subordinação. Neste sentido, a luta de classificações e a ideia de produção das margens expõem os mecanismos através dos quais são classificadas e tipificadas pela inferioridade, atraso, em noções como “baderneiros”, “aliciadores”, “vândalos” e não mais como coletividades de direitos, sobretudo, amparadas pela Convenção 169 da OIT. Este processo institui assim não apenas uma cidadania de segunda categoria, como expressa o racismo estrutural e institucional das estratégias de poder vigentes, mas também o extermínio.

mecanismos de sua tipificação ou “reconstituição”, por exemplo, em “leis especiais”⁴⁷, que definem os corpos – e territórios – nos quais podem ser exercidas, normatizando, disciplinando, regulando, administrando, “pacificando” as populações pela força ou pela pedagogia da conversão (DAS; POOLE, 2008) e atuando para transformar sujeitos dissidentes em objetos passíveis de controle social legal ou ilegal, ou corpos e territórios matáveis.

Uma peculiar combinação e atualização desta lógica, nos tempos atuais, que permitiu a um advogado da Vale declarar, durante audiência judicial, na comarca do município de Arari, em dezembro de 2018, que construir um viaduto “ali” [no acesso ao povoado de Mutum II] era como construir um viaduto “no meio do nada”, sendo esta fala relatada por Seu Macaxeira e outros logo após o ocorrido, ao que reagiu com o sentido de serem *escravos* da Vale. A reprodução do discurso do “vazio demográfico” expressa a prevalência do histórico tratamento atribuído a corpos e territórios não brancos: vistos como sinônimos de inferioridade, atrasados, obstáculos, podendo ser por vezes esvaziados, reconfigurados pela branquidade⁴⁸ ou objetos de controle social, militarizado e extermínio, como anuncia Mbembe (2016) sobre a bio/necropolítica.

A Guerra dos mapas e o contraponto entre dominação e (r)existência.

Almeida (1995) expôs como, na década de 1990, o PGC rapidamente tornou-se um “teatro de operações” dos múltiplos projetos da então chamada Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), sobretudo de exploração mineral, mas envolvendo uma diversidade de grupos empresariais. O Projeto Ferro Carajás – ou “Corredor Carajás” -

⁴⁷ Das e Poole (2008) dialogam com a noção de reconstituição de Agambem sobre a produção de leis que remetem ao estado de exceção, pontuando, em divergência, que o estado de exceção não é um evento passado, mas uma condição permanente da produção da marginalidade social; aqui utilizo como modo de abordar como as classificações, tipificações e produção de relações legitimadas pela oficialidade permitem à empresa o poder de intervir e subordinar de modo tensionado ou articulado com os aparatos de Estado ou agentes não estatais.

⁴⁸ Traduzo aqui “branquitud” para “branquidade”. Segundo Lao-Montes (s/d, p.63) “En la significación de los discursos raciales, el referente universal que sirve como denominador común es el *criterio de blanquitud* que es fundamental en la economía de sentidos que define el sujeto moderno occidental como varón, letrado, propietario, y heterosexual. En la economía racial moderna, la blanquitud es el equivalente universal, el referente universal que sirve de punto cero, absoluta positividad frente el cual se mide el resto de las designaciones de civilización, cultura e identidad”. Em coletânea, Ware (2004) aponta os desafios de se definir a “branquidade”, mas expressa a possibilidade de compreensão como “significante da corporificação do privilégio racial” (Ibid., p. 10), considerando, no entanto, em paralelo aos estudos de diásporas, que ela deve ser entendida como “(...) sistema global interligado, com diferentes inflexões e implicações, dependendo de onde e quando ela é produzida (...) Em outras palavras, o estudo da branquidade requer tanto a tecnologia dos satélites quanto a do microscópio, a fim de investigar e subverter suas origens e efeitos sobre as ecologias locais” (Ibid., p. 12).

na área de abrangência do PGC, assumiu rapidamente centralidade estratégica para os interesses envolvidos. O PGC foi extinto, mas a EFC e as intervenções da Vale⁴⁹ mantiveram-se como realidade drástica para os povos e comunidades ao longo dos territórios por ela atravessados. Na atualidade, a proposta de antecipação da prorrogação contratual da Vale sobre a EFC teve o objetivo de fortalecimento do corredor logístico de exportação de minério de ferro e “commodities” da agropecuária, o Corredor Logístico Estratégico Norte-Nordeste. O nome “Norte-Nordeste” é curioso, pois parece remontar às antigas pretensões de Eliezer Baptista, identificadas por Almeida (1995), no contexto de constituição do PGC, em constituir o que denominava “região Norte-Nordeste” e cuja maior vocação econômica seria a mineração⁵⁰.

Tádzio Coelho (2015) reflete a importância de se distinguir entre a atuação da CVRD e da Vale após a privatização, em 1997, visto que este fato significou o progressivo processo de sua reestruturação produtiva, de transnacionalização da empresa e de sua inserção no processo de financeirização das “commodities”. Ademais, novas dinâmicas relacionadas ao “descobrimento” de novas jazidas minerais em Carajás (COELHO, 2015, p. 24) desdobraram-se no projeto de ampliação da exploração mineral do “Complexo S11D Eliezer Batista” e na duplicação da EFC. Adicione-se a esses quesitos, argumenta o autor, a vigência de novas estratégias corporativas significando, por um lado, a multiplicação dos conflitos impulsionados por ela em várias partes do mundo, ao mesmo tempo, a concentração de sua atuação na exploração de Carajás. A duplicação da ferrovia, iniciada em 2011⁵¹ em decorrência do projeto citado e consequente ampliação da capacidade de exportação do minério, dobrou, segundo o autor, não apenas a capacidade da Vale de escoar as riquezas como alterou significativamente os “impactos”, as estratégias corporativas e os conflitos sobretudo no entorno de sua “área de influência”.

Sobre a dimensão das estratégias, ademais das “lógicas das estratégias de poder”, e dos mecanismos que as revelam, conforme situado com Almeida (1995) é possível também abordar a noção de estratégias corporativas como na sistematização

⁴⁹ Os conflitos decorrentes da mineração na Amazônia não se restringem à Amazônia brasileira e à atuação da Vale, mas ela desponta, neste contexto, como referente transnacional não apenas na exploração mineral, mas na elevação de corredores logísticos e extrativos consagrados à exploração capitalista.

⁵⁰ Almeida (1995) cita a formulação de Eliezer Baptista – ex- super intendente da CVRD – apresentada a FHC – que (...) *redivide* o país em nove regiões macro estratégicas, consoante três fatores: energia, logística e telemática. Inserindo Carajás na oitava região, cognominada “Norte-Nordeste”, e pensando-a através do mercado como produtor de grãos e de minérios (ALMEIDA, 1995, p. 37).

⁵¹ Optei, nesta dissertação, em utilizar a data estabelecida pela ANTT (2018a, p.8) como referência do início da duplicação da EFC. Coelho (2015) situa o início no ano de 2012.

realizada pelo autor em Milanez et al. (2018)⁵². Os autores analisam a atuação, hoje, das Redes Globais de Produção – ou Redes Globais Extrativas - a partir do caso da Vale no Brasil. Argumentam pela importância da empresa no setor extrativo do minério e também no cenário nacional, destacando as estratégias sobre o Estado brasileiro. Segundo eles, sua performance como quarta maior mineradora do mundo só é possível mediante estratégias em diferentes dimensões e escalas, dentre elas, as práticas de controle da contestação social e das dinâmicas espaciais nos territórios de sua atuação (MILANEZ ET. AL., 2018, p. 2)⁵³.

Ao longo do trajeto 5 municípios no Pará e 23 no Maranhão⁵⁴ são entrecortados pela EFC e compartilham antagonismos e conflitos que tem a Vale em sua centralidade. *Comunidades* e territórios construídos por quebradeiras de coco babaçu, pescadores/as tradicionais, ribeirinhos, camponeses, agroextrativistas, povos indígenas e quilombolas que, resguardadas as devidas particularidades, vivenciam os modos tradicionais de uso e ocupação da terra, em seus modos de uso comum dos bens da natureza, e identidades próprias, ou o que Almeida (1995; 2013) denominou como territorialidades específicas, na conformação de seus territórios específicos. Por sua vez, a Vale possui valores e sentidos de gestão e controle do espaço que tencionam e antagonizam com aqueles das territorialidades específicas, como será demonstrado ao longo deste trabalho. Devido à sua presença ostensiva em Mutum II e povoados próximos como Picos, Canarana, entre outros em Arari, proponho que a instituição de seu poder de intervir e suas estratégias corporativas pressionam cada vez mais para a reconfiguração dos territórios específicos (ALMEIDA, 2013) de modo imbricado ou em tensão com os

⁵² O que implica dizer que abordo as estratégias em vários níveis e dimensões; isto é, em suas lógicas – racistas e coloniais, por exemplo; desde os mecanismos estratégicos que as revelam, em sentido metodológico; mas também desde as estratégias corporativas e de resistência enquanto fluxos de ação ou práticas incorporadas na garantia da sustentabilidade da vida. Todas elas em diálogo com Bourdieu e outros autores.

⁵³ Estratégia é compreendida como um “(...) padrão de fluxos de ações (Mintzberg 1987: 12) explícitos ou implícitos, isto é, tácitos” (MILANEZ ET. AL. 2018, p. 12) caracterizados por eles em cinco eixos, sejam estes as estratégias de mercado, financeiras, institucionais, nas relações de trabalho, sociais, sendo todas elas atravessadas de forma transversal pelas estratégias territoriais.

⁵⁴ Segundo a própria ANTT (ANTT, 2018b, p.27) são 9 municípios no Pará e 23 no Maranhão atendidos pelo trem de passageiros, sendo 5 no Pará e 23 no Maranhão considerados nos cálculos para intervenções sociais decorrentes da renovação, sendo que 4 não sofrerão nenhuma intervenção devido a não serem interceptados ou somente “tangenciados”. São eles, no MA: São Luis, Bacabeira, Santa Rita, Itapecuru-Mirim, Anajatuba, Miranda do Norte, Arari, Vitória do Mearim, Igarapé do Meio, Monção, Santa Inês, Pindaré Mirim, Tufilândia, Bom Jardim, Alto Alegre do Pindaré, Buriticupu, Bom Jesus das Selvas, Açailândia, Itinga do Maranhão, São Francisco do Brejão, Cidelândia, Vila Nova dos Martírios, São Pedro da Água Branca; no PA: Bom Jesus do Tocantins, Marabá, Curionópolis, Parauapebas, Canaã dos Carajás.

poderes estatais, o que implica a disputa pelos territórios e corpos políticos, mesmo quando não reconhecidos enquanto tais.

Machado Araóz (2014) trabalha como as empresas mineradoras impulsionam a constituição de territórios corporativos, marcados como “enclaves extrativistas” nos quais observa uma microbiopolítica de gestão das emoções e afetos, pelo controle das corporalidades. São lógicas mercantilizadas de compensação, doações, novas formas de ocupação colonial que disputam a apropriação material e simbólica dos territórios e corpos. O conflito irrompe como vetor do estabelecimento de relações sociais nestas microsituações, sendo este multidimensional. Santisteban (2017) também compreende estes conflitos como antagonismos, mas em sua visão as próprias categorias de conflito e “socioambiental” invisibilizam como são na realidade “(...) tipos de disputas, [em que] pessoas e comunidades lutam pelo futuro do controle de seus territórios e bens comuns” (SANTISTEBAN, 2017, p. 2). E que tais disputas envolvem também o território corpo, defronte as múltiplas formas de sujeição a que são submetidos corpos “mais vulnerabilizados”, sobretudo corpos não brancos, neste processo.

Territorialidades específicas, estratégias de vida e o corpo como território político.

Apesar de situar as dinâmicas e lógicas de poder na situação conjuntural em que se insere a pesquisa, priorizo e busco aprender com os pontos de vista e narrativas da *comunidade* sobre o *confronto*. É importante situar que a proposta de trabalho de pesquisa foi conversada com a *comunidade* com o interesse de aprender com elas e eles sobre seus modos de vida, saberes e histórias de ocupação da terra que eram, como disse, desconhecidas por mim. Ou seja, apesar de nosso histórico prévio de reflexão – na pesquisa junto a JNT e durante a sessão pública – sobre o conflito, busquei levar uma proposta que não partisse da pressuposição do conflito⁵⁵ como questão para reflexão entre nós. Este é o sentido da apresentação deste trabalho, quando situo como nas conversas com Dona Flor abordávamos a história da comunidade. Histórias que foram sendo contadas a partir de suas trajetórias e narrativas da memória e cartográficas, mas que logo impuseram o conflito ou o *confronto* como estruturantes de suas existências.

⁵⁵ Quando apresentei a proposta da pesquisa conversávamos sobre aprender seus modos de vida, sua história na terra, de modo que outras temáticas pudessem também ser trabalhadas; a água, ou a falta dela, primeiro se impôs; logo levou-nos a narrativas sobre relações com antagonistas, *lutas* e conflitos.

A convergência de procedimentos de pesquisa enriqueceu muito a possibilidade de trabalhar o conflito no espaço da contraditoriedade e do “contraponto”, proposto por Almeida (1995) e por Laó-Montes (s/d), este autor que propõe o método do “contrapunteo”, onde as diferentes expressões da dominação são “contrapostas” num movimento dialético às memórias e histórias de resistência, permitindo enaltecer campos de conhecimento invisibilizados em muitas das análises sociais. Almeida (1995) por sua vez evidenciou a importância da organização de informações oriundas de fontes secundárias enquanto estratégia que – ao usar as representações e fontes da oficialidade dominante – contribui ao entendimento e contraposição de visões pelos sujeitos individuais e coletivos negados nessa instauração, logo, à politização do conflito. A contraposição das respectivas visões de mundo, e dos aparatos de conhecimento mobilizados para a sua representação através da luta de classificações, surgem nesta pesquisa como parte da construção do objeto de estudo.

Assim, além das narrativas e descrições junto à *comunidade*, o acompanhamento de situações institucionais como a sessão pública da audiência 009/2018 levou-me ao levantamento bibliográfico e, sobretudo, a extensão do campo à análise de relatórios oficiais, ações judiciais e documentos públicos – os acessíveis –, entendendo-os como “discursos de autoridade” que produzem “efeitos de verdade”, na luta de classificações, nos termos de Bourdieu (1989; 2004; 2014)⁵⁶.

Durante a primeira estadia mais longa em Mutum II, que durou cerca de 7 dias⁵⁷, na primeira semana de novembro de 2018, e durante a qual contei com a companhia de outra pesquisadora, Rejany Ferreira, tão logo correu pelas casas que andávamos pelos povoados conversando com as pessoas sobre as histórias dos lugares, sobre a água e outros assuntos. A impossibilidade de chegar a todas as casas e mesmo núcleos familiares gerou a ideia de *reunirmos*, de forma a socializarmos com todos e todas o que “andávamos fazendo por aí” e as propostas iniciais da pesquisa. Neste momento, equiparei o processo de construção da pesquisa como o de *andar* pelas *veredas* e encontrar os *caminhos*. Pois nem sempre sabemos onde vai dar, mas, depois, acabamos conhecendo mais de um *caminho*, que pode estar livre ou *cheio de lodo*, para chegar em

⁵⁶ No sentido trabalhado por Bourdieu (1989; 2014), sobre como o Estado se constitui como espaço de relações de força em que pese a auto reivindicação de espaço neutro e regulador de conflitos, sobressaem as disputas e conflitos pelos princípios de classificação e representação legítima do mundo social.

⁵⁷ O período de trabalho de campo mais longo foi realizado na primeira semana de novembro de 2018, durando uma semana, e daí seguiram várias idas de 2 ou mais dias à *comunidade*, participando de reuniões, encontros de *comunidades*, ou em visitas para dialogar e construir a pesquisa.

algum lugar. A reação foi de risos, como em outros momentos a minha e a nossa presença provoca risos porque, afinal, “esse povo da cidade não sabe tanto das coisas do interior”. “Ah ela aprendeu direitinho, olha só”. Mais risos. Hibisco várias vezes me dizia como leva seus filhos sempre que pode com ela para catar coco, pra *roça*, pra uma ida ao campo, “que assim eles vão aprendendo”. Então como as crianças de lá, fui caminhando junto a eles e elas por *veredas* e povoados, conversando sobre as questões que surgiam, as reflexões e gerando então novas questões.

Imagem 4 – Pelas *varedas* e *caminhos*.



Fonte: Autoria própria, novembro 2018.

Conversávamos como muitas pessoas relatavam em conversas como seus saberes e conhecimentos foram aprendidos com mães e pais, sendo passados entre gerações, formando sua história. História que não é, muitas das vezes, respeitada. E que por isso a proposta de pesquisa, naquele momento, era de aprender com eles e com elas sobre o território, os saberes e os conhecimentos do dia a dia, os lugares pelos quais caminham, e sua história naquele lugar. Um dos presentes, Seu Toada, comentou baixinho: “porque ir mexer com essas coisas lá de trás, é preciso focar no que está acontecendo agora”. Eu demorei muito tempo para refletir mais detidamente sobre seu comentário, mas a escrita do primeiro texto de qualificação permitiu parar e construir outra relação e percepção sobre essa caminhada, mostrando que esse comentário, feito baixinho, não tinha saído de minha própria memória.

Os contornos das definições da pesquisa foram sendo dialogados não com todos de igual forma, mas sob olhar atento de Hibisco, Querubim e Cravo. Logo compreendemos a importância de trabalhar a memória, concordando – também com outras e outros moradores/es – que as “tramas” poderiam ser costuradas a partir da agência e das falas de algumas pessoas *mais antigas*, sendo esta a orientação acordada. Em alguns encontros foram refletidas trajetórias e memórias em forma de entrevistas abertas⁵⁸, de conversas, destacando a relação afetiva que construímos entre alguns de nós.

Sigaud (1986) realiza crítica à perspectiva de análise de impactos, sobretudo em análises encomendadas pelo Estado ou por agentes empresariais, por focarem demasiado na repetição de padrões comparativos – desconsiderando assim a contextualização social e histórica a partir das quais refletir os efeitos sociais das intervenções – e porque estas muitas vezes não logram transcender o imediato para questionar as decisões e sentidos do desenvolvimento envolvidos, por exemplo, em Grandes Projetos. Na medida em que sua análise identifica o desconhecimento e estigma que recai sobre as populações atingidas como elemento importante para a desconsideração de sua condição de sujeitos políticos – e logo, sua plena cidadania - argumenta que estudos sobre os efeitos sociais de megaprojetos focados nas percepções sociais de atingidos/as podem encontrar caminhos profícuos de pesquisa na investigação sobre suas trajetórias e histórias de vida. Nesta dissertação, o trabalho com as trajetórias e histórias de vida levou-me a denominá-las “memória-tempo presente”, pois são as e os moradores que estabeleceram as relações entre os processos vividos e a situação atual, em diferentes aspectos, argumentando sobre a importância de focar no que está acontecendo agora, como expus com o comentário de Seu Toada. Por compreender que a memória, enquanto uma história oral, é um processo de enquadramento do tempo-presente, não estática, que reinterpreta e significa o eu e o nós no passado e no tempo atual, como diz Michael Pollack (1992), mantive o termo.

Nesta dissertação, a abordagem combinou o estudo da memória social com a etnografia e processo cartográfico, o que se mostrou deveras relevante para aprender

⁵⁸ Foram realizadas entrevistas em que a pessoa era convidada a falar sobre sua história de vida, com duração entre 1 hora e 2 horas cada uma delas; em algumas, mais de um/a participante esteve presente durante a conversa. Ao todo foram 12 as gravadas, além de duas conversas com agentes do município e engenheiros; grande parte do trabalho de campo foi registrado, no entanto, em diários de campo, dado a delicadeza de algumas temáticas. Aspectos centrais resultantes das narrativas foram conversados, em distintas ocasiões, com diversos/as moradores/as.

sobre seus modos específicos de uso e ocupação da terra, e conformação do território constituído a partir de suas condutas de territorialidade, como aponta Little (2002)

O fato de que um território surge diretamente das condutas da territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado (Little 2002, p. 4).

O autor aborda como a expressão das territorialidades se mantém viva na memória coletiva, que incorpora dimensões simbólicas, identidades do grupo com sua área, que dá profundidade e consistência temporal ao território. Ressalto, da abordagem de Little (2002), os valores diferenciados que os grupos atribuem à diferentes aspectos de seu ambiente e das relações ecológicas estabelecidas (LITTLE, 2002, p. 10), pois os sentidos de ecologia são relevantes no pensamento político entre as pessoas em Mutum II. Almeida (1995;2013) por sua vez traz a noção de territorialidades específicas para nomear a composição de territórios política e etnicamente configurados – sob resultado de diferentes processos sociais de territorialização - e como delimitando terras de pertencimento coletivo que convergem para um território onde o acesso aos recursos naturais também se estabelece mediante coesão e solidariedade diante de antagonistas. Esta abordagem contribui ao expressar a passagem de uma “unidade social” a uma “unidade de mobilização”⁵⁹, noções operacionais ou recursos explicativos para análise de situações de conflito social que adoto neste trabalho. Em suas palavras,

...as práticas e laços de solidariedade se consolidam em oposição aberta a antagonistas históricos e recentes, avivando uma existência coletiva traduzida pela indissociação entre os conflitos e a consciência de suas fronteiras usurpadas e que são retratadas pelo mapa social (ALMEIDA, 2013, p. 158)

Diferentes corpos também nos levaram a diferentes pontos de seu mapa, evidenciando modos diversos de descrever o território no narrar cartográfico. No geral, o entendimento aprendido sobre a pesquisa foi escutar, aprender, sentir, *andar*, *ver* e compartilhar⁶⁰. Almeida (2013) ao abordar a noção de “nova cartografia” propõe uma nova descrição⁶¹, destacando a importância de que esta seja feita a partir das

⁵⁹ Refletir sobre como a *comunidade* como “unidade social” se converteu em “unidade de mobilização”, não pressupõem pretendê-la estanque ou homogênea, mas sim aproximar-me dos pensamentos que pessoas situadas de forma desigual e diferente entre si estabelecem sobre essa situação social.

⁶¹ Almeida (2013, p. 157) aborda assim, uma “(...) descrição aberta, plural, que compreende relações éticas de trabalho de campo e em vários outros planos, envolvendo múltiplos agentes, que contribuem à descrição

representações e pontos de vista dos agentes envolvidos e possibilitando o desenho de outro mapa – que se diferencia das iniciativas oficiais – das territorialidades e identidades renegadas.

O mapa “A Necessidade de Vencer, Faz o Mapa Valer: a Estrada de Ferro Carajás e o Conflito com a Comunidade Mutum II, Arari, Baixada Maranhense – MA” (2020) foi construído com a *comunidade* em momento imediatamente posterior à defesa da dissertação. Foram realizados encontros e reuniões com este fim, considerando também a importância das reflexões compartilhadas e descrições realizadas ao longo das andanças, conversas e entrevistas nestes quase dois anos de pesquisa. Nos encontros, discutimos também objetivos táticos de uso do material. Uma das motivações centrais foi o enfrentamento ao discurso do vazio territorial e as tentativas do apagamento de sua existência como “nada”. Alguns dados não são exatos (localização e número de casas), outros foram georreferenciados com GPS (Sistema de Posicionamento Global) por mim com diferentes pessoas da *comunidade*; as legendas foram discutidas uma a uma durante esta construção, orientando uma escrita coletiva do texto, assim como as ilustrações foram construídas por jovens, adultos/as e crianças. Não abordarei, neste trabalho, o processo de sua construção, mas devo dizer que a discussão sobre mapas esteve presente em diversas conversas durante a pesquisa e antes dela⁶², sendo um dos modos através dos quais debatemos as relações de poder envolvidas na construção de conhecimentos e saberes.

Por mais de uma vez, ouvi moradoras/es dizerem que “se contar a história aqui o povo até chora”, referindo-se ao alto grau de *sofrimento* vivido, e que em minha escuta implica dizer que contar essas histórias é reviver o *sofrimento* e os conflitos. Em Mutum II estão presentes os relatos de *dor e de sofrimento. Raiva, revolta, humilhação*, são outras expressões para as emoções veiculadas. Por isso, a perspectiva de Kilomba (2010), ao estabelecer a relação entre memória e *plantations*, contribui também a refletir os sentidos de escravidão enunciados previamente, posto que a memória do trauma marca os corpos e é constantemente atualizada pelo racismo⁶³. Ademais dos relatos de dor,

com suas narrativas míticas, suas sequências cerimoniais, modalidades próprias de uso dos recursos naturais e seus atos e modos intrínsecos de percepção de categorias (tempo e espaço) e objetos”.

⁶² Elaboração de croquis e práticas de cartografia realizadas junto à *comunidade* por Ainá Caburé, no acompanhamento político da situação.

⁶³ Kilomba (2010, p.76-80) define o racismo como supremacia branca. Sua expressão estrutural exclui pessoas negras ou não brancas das estruturas sociais e políticas, e marginaliza grupos racializados não brancos das estruturas dominantes; o institucional expressa padrão de tratamento desigual que confere vantagens a sujeitos brancos, e o cotidiano como experiência constante ou um “padrão de abuso” referente à imposição da personificação da “outredade” da branquidade, logo, a negação do direito da existência como igual. São eles expressos pela infantilização – estigmatizados como dependentes ou incapazes de viver sem o “senhor”; primitivização – projetados como personificação do incivilizado, selvagem, atrasado,

sofrimento, expondo situações de violência sistemática e processos de sujeição, surgem também o que autora denominou histórias escondidas que constituem os sujeitos, por exemplo, reveladas através de *certidões* que marcam os corpos, mas também os territórios da *luta* política contra a sujeição, a desumanização, a morte. *Certidões* que se materializam nas árvores, nas memórias, nos saberes e práticas de *união* em Mutum II.

Machado Araóz (2014) ao trabalhar corporalidades e emoções, compreende a relação entre corpo e processos de subjetivação frente à política das emoções próprias à mineração, que marca os corpos de distintas formas ao extrair a energia vital do território que lhes constitui e se constitui enquanto tal. Na medida em que não são dissociáveis, os corpos constroem os territórios e os territórios alimentam os corpos. A construção traz, portanto, a dimensão política ao território corpo (SANTISTEBAN, 2017) ou aos corpos-territórios (CRUZ-HERNÁNDEZ, 2016). Na perspectiva de Ana Clara Torres Ribeiro (2005), por sua vez, corpos-situação são marcados por uma série de pressões com vistas a impedi-los de se constituírem em corpos-sujeitos da resistência. As dinâmicas de subjetivação são de extrema importância para constituição do sujeito corporificado, estando no cerne das disputas que se colocam entre territorialidades e demarcam a política (ou os processos de despolitização, degradação e securitização) em tempos atuais.

Abordo não apenas os corpos⁶⁴ diferenciados, mas o corpo político, o corpo social que luta para afirmar-se sujeito político e de resistência. Tento trazer, ao longo do texto, a forma como o corpo surge em suas colocações, mas aqui cabe apontarmos que o corpo se tornou, também, uma escala⁶⁵ nesta análise multi-escalar e transdisciplinar, assim como o território corpo uma abordagem operacional e política que marca a não dissociação entre ambos, os sentimentos e vivências diferenciados diante do *confronto*.

Ao longo desta pesquisa, uma moradora expressou a mim sua opinião sobre a importância, neste segundo momento, de falar da “*comunidade* como um todo e não só

sujo ou próximo a natureza; incivilização – retratados como violentos ou ameaçadores, fora da lei; animalização – outra forma de humanidade ou animalização; pela erotização.

⁶⁴ A fala de Laranjeira, neste sentido, é bastante afirmativa ao pontuar em uma conversa sobre os conflitos vivenciados como “diante de tudo isso, o corpo é quem sofre”.

⁶⁵ Neil Smith (2000) aborda como o corpo como escala expressa a produção social das escalas e das metáforas espaciais. Sobretudo entre perspectivas feministas, o corpo, o “lar”, a comunidade, despontam como locais de investigação sobre a construção da identidade e da espacialização de experiências diferenciadas; abarco, no entanto, a *comunidade*, corpo ou território político em disputa nesta pesquisa. A abordagem sobre o corpo, nesta dissertação, mesmo ao mobilizar noções próprias a estudos de gênero, como território corpo, e feministas, corpo-território, abordam os sentidos atribuídos pelas pessoas na *comunidade*, não relacionando seu uso às mulheres nem ao feminino somente.

das mulheres”, o que foi incorporado por mim como perspectiva da pesquisa⁶⁶. Ao mesmo tempo, são elas e eles que por vezes situam nas narrativas sobre suas memórias, e na vida diária, lugares diferenciados de enunciação, como o faz Dona Flor, ao ressaltar o aprisionamento que sente hoje enquanto *muié* e quando fala de si como *preta véia*. Com isto, fui tentando aprender e seguir os sentidos atribuídos por elas a esses momentos, o que denotou a existência de territorialidades específicas entre mulheres. Estive, assim, atenta a aprender com os pontos de vista distintos existentes na própria *comunidade* sobre os sentidos e relações construídas entre o que se representa como o feminino e o masculino. Busco descrevê-las, respeitando alguns interditos; destaco a importância do sentido de maternidade na constituição do território, sobretudo na resistência. A noção de *zelo* – em contraposição à *maltrato* – com a *mãe terra* e na defesa das *Palmeiras-mães* expressaram sentidos e vivências compartilhadas também nas narrativas de homens adultos e *antigos*. Destaco também como sua noção de *comunidade* é expressão de organização sócio-política, um corpo político, expressando pensamento calcado na política da sustentabilidade da vida (OROZCO, 2014) em contraposição à política da morte do capital.

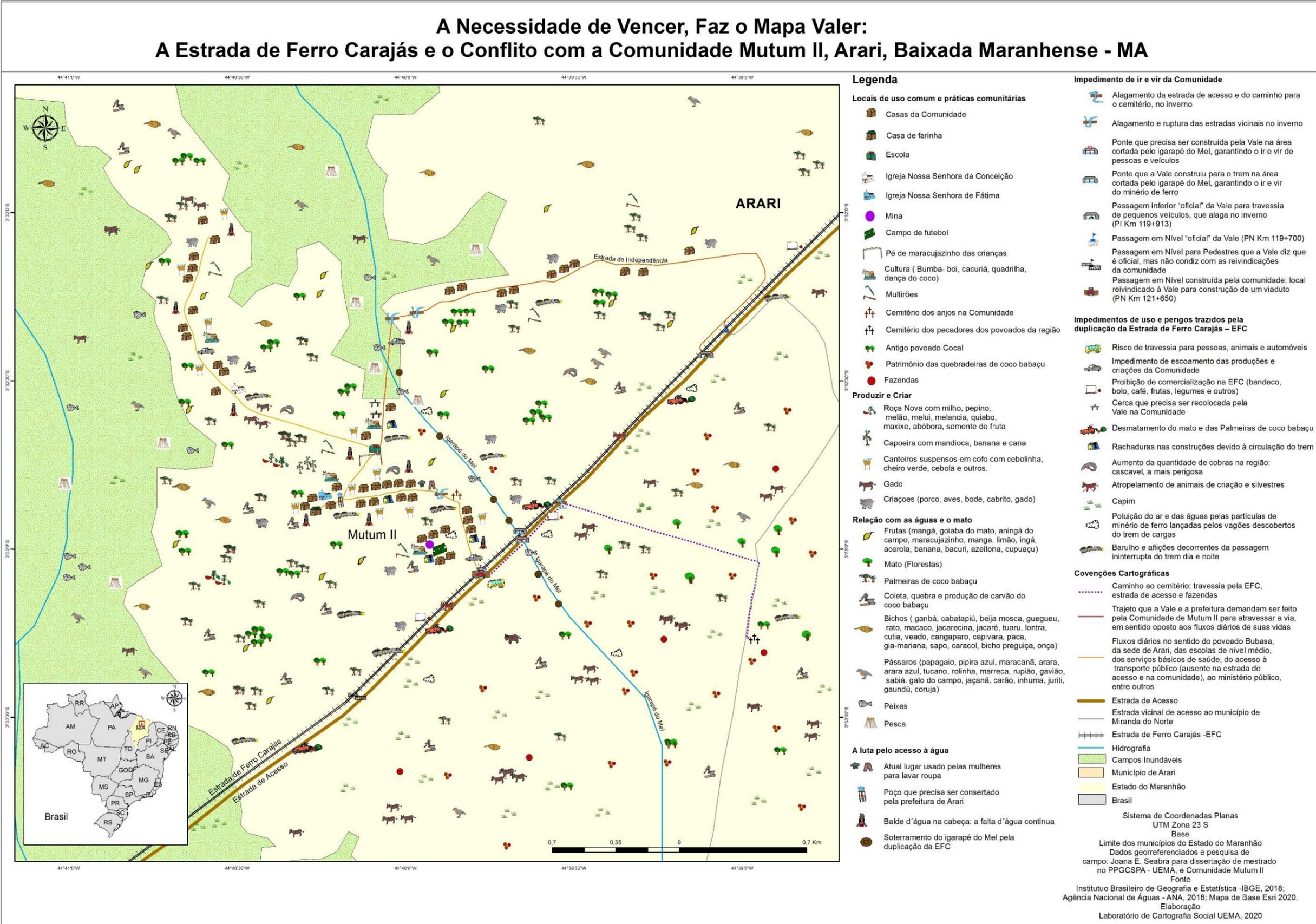
São estes aspectos que trago ao longo das páginas e da conclusão, tentando situar os princípios e distinções ao longo da narrativa escrita. Espero conseguir trazer da forma mais honesta possível as histórias a mim relatadas. Por isso, tomarei cuidado em não identificar as pessoas plenamente visto que ao menos cinco pessoas sofreram a judicialização pela Vale e outras cinco⁶⁷ de Arari foram detidas devido à sua luta pelo direito ao uso comum dos campos inundáveis. No texto, em alguns momentos situo as falas das pessoas de Mutum II através de codinomes, em outros retrato-os como

⁶⁶ Esta perspectiva encontra sentido também no diálogo com debates críticos na antropologia sobre os estudos de gênero e feministas, sobretudo na ideia de que não raro premissas e elementos de uma metafísica ocidental se fazem presentes no debate de gênero de forma inadvertida, projetando a contextos não ocidentais a sua autoimagem e incorrendo em práticas coloniais e, não obstante, embranquecidas; ou como, entre feminismos, desponta a crítica de mulheres do sul e mulheres não brancas a concepções homogêneas para a categoria “mulher” (espelhando, por sua vez, a imagem da mulher branca ocidental) e a diversidade de experiências e vivências diversamente corporificadas desde uma perspectiva interseccional, por exemplo como o fez Mariana Lucena (no prelo). Portanto, em diálogo com a orientação, assumi a possibilidade de tentar construir a pesquisa como processo de aprendizagem, pela escuta das visões e pelos sentidos compartilhados no decorrer da caminhada, ao mesmo tempo, mobilizando autoras feministas que contribuem a refletir criticamente os conflitos sociais, ecológicos e territoriais.

⁶⁷ No início de 2019, cinco pessoas da Comunidade do Cedro, que, ao que consta na notícia, reivindicava-se quilombola, foram presas devido à luta contra grileiros e o cercamento dos campos inundáveis para criação de búfalos na região, no município de Arari. Em janeiro de 2020, durante finalizações deste trabalho, duas lideranças identificadas como “lideranças da associação quilombola do Cedro” foram assassinadas em casa, na frente da família. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/09/ameacas-a-comunidade-continuam-apos-assassinato-de-camponeses-quilombolas-no-maranhao>. Acesso em: 10 março de 2020.

morador/a, agricultor/a, etc., sem descrever de que povoado/*comunidade* falo (isto é, podendo ser de Mutum II, Canarana, Picos, Bubasa, Moitas, entre outros).

Mapa 1 - A Necessidade de Vencer, Faz o Mapa Valer: a Estrada de Ferro Carajás e o Conflito com a Comunidade Mutum II, Arari, Baixada Maranhense – MA



Sina do Caboclo

Mas plantar pra dividir
Não faço mais isso, não.
Eu sou um pobre caboclo,
Ganho a vida na enxada.
O que eu colho é dividido
Com quem não planta nada.
Se assim continuar
vou deixar o meu sertão,
mesmo os olhos cheios d'água
e com dor no coração.
Vou pró Rio carregar massas
prós pedreiros em construção.
Deus até está ajudando:
Está chovendo no sertão!
Mas plantar...
Quer ver eu bater enxada no chão,
com força, coragem, com satisfação?
e só me dar terra pra ver como é:
eu planto feijão, arroz e café;
vai ser bom pra mim e bom pró doutor.
Eu mando feijão, ele manda trator.
Vocês vão ver o que é produção!
Modéstia à parte, eu bato no peito:
Eu sou bom lavrador!
Mas plantar...

(João do Vale, Sina do Caboclo)

1. ÁGUAS, PALMEIRAS-MÃE E MÃE TERRA: A LUTA PELOS MODOS DE CRIAR, PRODUZIR E VEVER.

Três palavras presentes nas conversas com moradores e moradoras de Mutum II são *dificuldade, luta e modo de viver*. Falar das próprias histórias de vida ou da construção da *comunidade* implica revisitar sentimentos e acontecimentos de *luta* para sobreviver e *ver* de certo modo. Toda uma vida de dificuldade é lembrada, principalmente pelos mais velhos, trazendo à tona o *sofrimento* pelo qual já passaram para aí estarem. Sempre inspiradora, trago as palavras de Dona Flor sobre sua chegada ao território que, 30 anos depois, seria nomeado Mutum II:

Vim pra cá, pra este lugar, minha mãe só tinha eu de muié. Nós era duas, mas a outra morreu de parto, minha Irmã. Só tinha eu. Aí ela foi me buscar, meu pai foi me buscar que eu já tava pra parir, aí eu vim pra cá em 29 de janeiro de 1966. Cheguei aqui e a casa dela era bem ali ó. E eu fui pra lá. Cheguei em janeiro e quando foi em fevereiro eu ganhei o menino. Passei mal, mal. Eu passei um dia inteirinho fumando cachimbo com sede. A falta d'água aqui nesse lugar. A água do campo onde a gente enchia nos igarapé era mesmo mijo de boi e tirado com cuié, com as cuié, ia tirando com as cuié e ia botando na vasilha. Aí eu passei esse dia, com 4 dias de resguardo de menino. Fiquei. Meu marido trabalhando, *alugado* pra um e outro, porque nós viemos pra cá numa época ruim de inverno. Aí fiquemo aqui. Quando deu que eu me sacudi e caiu as cinzas do parto, comecei a quebra coco, quebra coco, pra sustentar. Cinco filhos que eu tinha. Seis com o que tava nascendo. E ele trabalhando *alugado*. Minha dona. Aí meus filhos foram endurecendo e eu no mato quebrando coco(...). Aqui nesse lugar, eu vou dizer pra vocês, eu vim pra cá, mas eu sofri. (Entrevista Dona Flor, Mutum II, novembro 2018).

Dona Flor nos conta sobre sua chegada a este lugar, na década de 1960, e expõe as enormes *dificuldades* vividas desde uma condição bastante peculiar. Dona Flor nos fala novamente desde seu lugar como *muié*, que chega a um local “que era só *mato*”, grávida, para “ganhar menino”, passar sede, mal viver o resguardo e continuar a *lutar* pra sustentar os filhos através da quebra do coco enquanto seu companheiro trabalhava *alugado*. Em outro momento ela recorda do desespero com a fome dos filhos, quando se perguntou: “e eu vim aqui pra morrer de fome? Porque isso não é lugar de gente morar”. Água por todos os lados no inverno, *muriçocas*, e toda espécie de *bichos* são parte de sua memória daqueles primeiros anos de vida em Mutum II.

Muitos e muitas outras aí chegaram como migrantes diante da possibilidade de acessar um pedaço de chão, ainda que em condições precarizadas. Vindos de Anajatuba, Itapecuru, Vitória de Mearim e tantas outras partes, algumas destas mulheres e homens *lutaram* para permanecer e tantas outras sofreram novos deslocamentos,

processos migratórios, em busca de sobreviver devido a pressão fundiária e processos de expropriação de terras pelas oligarquias agrárias. No entanto, alguns moradores/es remontam na própria localidade o histórico de seus antepassados: é o caso de uma família extensa cujo bisavô (estão, portanto, na quarta geração) já vivia nas partes altas do povoado (próximo aos campos inundáveis), lá onde se caminha para a Ilha da Onça Preta e próximo de onde, no passado, funcionava um engenho.

Portanto, falar sobre o histórico de formação deste povoado hoje chamado Mutum II implica abordar processos de êxodo e submissão ao trabalho *alugado* que, assim como em tantas outras partes, implicaram em relações de trabalho assalariado para as fazendas da região, comportando relações assimétricas e ambíguas com estes poderes. A partir das décadas de 1970, com mais ênfase, o fluxo migratório – no caso, sobretudo masculino - para centros de poder no país – como São Paulo, no Sudeste – orientou-se pelas oportunidades de trabalho na construção civil ou em função de grandes obras, deixando as mulheres, idosos e crianças como principais responsáveis, em alguns casos, pela garantia da reprodução e produção social do viver, ou nos termos aqui utilizados, da sustentabilidade da vida (OROZCO, 2014).

São estes alguns elementos necessários para situar o contexto das diferentes narrativas sobre o conflito a depender do ponto de vista a partir do qual é vivenciado, mas que também convergem em vários aspectos na medida em que constituem uma memória coletiva e um ponto de vista comum. Assim, privilegio determinados ângulos para rememorar o processo de construção do território, seguindo as falas de pessoas *mais antigas*, mulheres e homens, buscando ver o mesmo horizonte apontado por elas; são relatos que muitas vezes partem das afetações vividas nos corpos – do corpo que *pari*, que *sofre*, da *mãe* que *luta* para *criar* os filhos, assim como de diferentes sentidos de *trabalho*, por exemplo como *luta* por sobreviver e resistir no lugar onde estão suas *raízes*. Como nos diz Dona Flor, em suas palavras, “daqui não saio, pois é onde estão minhas raízes, onde minhas filhas estão e os que já se foram”.

Visto desde a parte alta (dos campos) ou baixa (a partir do cemitério), neste povoado estão entrelaçadas estórias e trajetórias, portanto, que se confundem e refletem o histórico de luta pela terra dos povos no Maranhão e, que, nesta *comunidade*, edificaram modos próprios de *ver* e se relacionar entre si. Suas narrativas nos contam sobre os modos de apropriação material e simbólica do espaço, seu pensamento sobre eles, as relações constituídas para *criar*, *produzir* e *ver*. Isto é, sobre os modos próprios de uso e ocupação tradicional da terra, mas também de sua significação. Nas palavras de seu

Toada, “pegamos esta terra foi pra *criar e produzir*”, afinal, “a *mãe terra* quer zelo sobre ela; ela dá e ela tira, mas ela dá mais que tira”.

Neste capítulo abordo aspectos sobre os *modos de verer* e os efeitos vivenciados em decorrência de megaprojetos de desenvolvimento impetradas pelo Estado e pela Vale em Mutum II. Abordo o que Bourdieu (2004) chamou de “senso prático” ou um sentido social incorporado, inscrito no corpo, que traduz seus modos continuados de existência, em seus modos de produção e reprodução da existência social, ecológica, cultural, econômica e política da unidade no espaço social e, logo, uma história objetivada ou, em seus termos, sua *luta para criar, produzir e verer* no contexto do *confronto* vivenciado. O modo então será buscar abordar se não os impactos, as afetações sobre suas estratégias de garantia da sustentabilidade da vida (OROZCO, 2014) assim como os princípios e pensamentos que organizam sua relação com o *mato*, as águas, as *Palmeiras-mãe*, com a *Mãe Terra*, numa ecologia própria. As narrativas e descrições sobre construção de seu território e de suas territorialidades específicas (ALMEIDA, 2013) evidenciam os caminhos de construção da “unidade social” e, logo, mediante embates de *luta* pela terra, da “unidade de mobilização” frente aos antagonistas (ALMEIDA, 2013).

1.1 O cemitério ou a *casa da verdade*: Os mapas da nova cartografia social, os caminhos da memória e a narrativa cartográfica.

O elemento disparador neste capítulo é a recepção de moradoras/es aos mapas do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e do efeito que teve sobre todos ao localizar neles o cemitério ou a *casa da verdade* de outros povos. Ao verem os mapas, a indignação logo tomou conta do ambiente, pois, afinal, como comentou um deles, “não respeitam nem os que já se foram”, mas esta é a *casa da verdade*, “onde tudo prevalece”. Naquela varanda, tomando café, uma após outra fala criticava o desrespeito que vivem *comunidades* que tem seu acesso ao cemitério prejudicado ou impedido pela Vale e pelas grandes fazendas, inclusive contando outra versão sobre a história relatada pela Vale para judicializar alguns moradores por, supostamente, terem interrompido o tráfego na ferrovia durante um protesto.

Imagem 5 - Localização cemitério no fascículo “Quebradeiras de Coco Babaçu e Agroextrativistas no Sudeste do Pará”, do PNCSA.

Quebradeiras de Coco Babaçu e Agroextrativistas no Sudeste do Pará



Fonte: PNCSA. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/>. Acesso em: 10 março 2020.

O relato que ouvi naquela tarde foi o de que certa vez houve o impedimento da passagem do ônibus de funcionários da empresa pela estrada de acesso - o corredor ora seco e empoeirado, ora esburacado e alagado, mas sempre ermo, que acompanha os trilhos - como forma de protesto contra um quase acidente envolvendo o Trem e a van escolar que seguia com jovens e crianças dentro. Mas que a situação geradora do processo judicial contra moradores/as de diferentes povoados do município, no entanto, de outra história que envolveu um conflito durante o sepultamento de um morador.

O *caminho* que leva ao cemitério tem início num ponto onde se encontram a estrada de acesso e os trilhos do trem, duas fazendas e as cercas de arame farpado que as rodeiam, além dos córregos oriundos do Igarapé do Mel, que apesar de quase aterrado pelo desmatamento impulsionado pelos fazendeiros e pela Vale, no inverno conflui para o alagamento neste ponto da estrada. Com as fortes chuvas que caracterizam o inverno, e sem autorização dos fazendeiros para limpar os *caminhos* que levam ao cemitério, resta ou circular por dentro das fazendas, ou arriscar-se na área alagada ao encontro com cobras peçonhentas e outros desagrados.

Imagem 6- Pessoas voltando pelo caminho de acesso ao cemitério. Do lado esquerdo e direito, as fazendas. Sob a estrada de acesso, a calha para passagem de água, num dos pontos de alagamento que impede o acesso ao cemitério.





Fonte: Autoria própria, novembro 2018.

Segundo este relato, naquele dia, do sepultamento, a estrada de acesso estava em péssimas condições, alagada, assim como este ponto de cruzamento, e eles não conseguiam passar com tranquilidade. O caixão precisou ser colocado no chão, todo cheio de lama, sendo carregado, após, nas cabeças de homens que caminhavam com água nos joelhos. As pessoas presentes logo passaram a se revoltar e a registrar o ocorrido em imagens, dizendo que divulgariam o material diretamente para a justiça. Antes que isso fosse feito, a Vale entrou com uma ação contra as pessoas da *comunidade* alegando que houve um protesto e elas fecharam a linha do Trem.

Essa foi a história que pude compreender, até o momento, mas há de se considerar as tantas versões existentes para um mesmo evento. Ao verem o cemitério nos mapas elaborados pela Nova Cartografia Social, a revolta tomou conta, pois nem os mortos eles e elas conseguem cuidar em paz. Como é possível a Vale deixar a estrada naquelas condições, provocando o isolamento e a falta de acesso aos lugares importantes, perguntavam.

Em outro ponto de alagamento, percebe-se como a estrada de ferro tem um nível de profundidade (em elevação) muito superior à estrada de acesso. O vão para passagem de água do Igarapé do Mel por baixo da estrada de ferro é bastante superior em altura e largura às calhas sob a estrada de acesso, que limitam a passagem natural do Igarapé. Este aterramento (devido à construção da estrada de acesso com a duplicação da EFC) de sua passagem foi “resolvido” com a instalação de duas calhas circulares por baixo da estrada de acesso que, além de muito pequenas para a passagem das águas de um Igarapé no inverno, ainda são entupidas pelas *palmeiras* e *matos* jogados pelos fazendeiros nos *caminhos*.

Imagem 7 - Calhas para passagem do igarapé do Mel sob a estrada de acesso comparada ao vão para sua passagem sob a EFC.



Fonte: Autoria própria, novembro 2018.

Imagem 8- Visão do mesmo encadeamento desde a EFC: os trilhos, as calhas para passagem do igarapé do Mel e as fazendas.



Fonte: Autoria própria, novembro 2018.

Além da água na mobilização das narrativas, os *caminhos*, as *veredas*, sejam elas também estradas e passagens, trazem sentidos e noções de *isolamento*, de acessibilidade e mobilidade. Fluxos de água, *caminhos* e *veredas* foram dando o tom na história das transformações e efeitos do agigantamento do enorme “corredor” – a *cobra de ferro* - que os cerca. Há ideias divergentes e contraditórias sobre as melhorias representadas pelas estradas vicinais e de acesso construídas ou em construção, mas muita convergência na revolta sentida com a forma que estas construções são feitas, muito aquém das características geográficas do lugar e das necessidades das *comunidades*.

No outro extremo do Igarapé do Mel, já dentro do povoado, o problema se repete. A construção da estrada vicinal – estrada da independência - que liga os povoados de Mutum II e Canarana significou o soterramento da passagem natural do Igarapé, sendo o problema “resolvido” com a instalação de uma calha circular sob a estrada, visivelmente inferior à força das águas no inverno. Nesta mesma estrada, o conflito abrange negociações com o Incra, com a prefeitura e a Vale. Além das péssimas condições que fazem com que a estrada seja destruída a cada inverno, moradores/as que cederam a área para sua construção denunciam como a cerca que separa os lotes nunca foi recolocada, permitindo que o gado passe sempre que consegue para a ferrovia, onde morre atropelado.

Imagem 9 - Visão da estrada vicinal – estrada da Independência - no verão e da calha de acesso para passagem do igarapé do Mel (vindo da fazenda, passando sob a estrada de acesso e EFC) chegando à esta estrada vicinal.



Fonte: Autoria própria, novembro 2018.

Imagem 10 – Registro do trecho no início do inverno e de ruptura da estrada devido à força das águas.



Fonte: Aatoria própria, dezembro 2018.

A localização e a ida ao cemitério permitiram, portanto, uma aprendizagem das mais importantes para “alargar” minha compreensão sobre a situação social em questão: eu questionava porque o cemitério estava fora dos supostos limites do povoado; e, neste sentido, o que o cemitério contaria sobre a construção do território. No dia de finados, seguimos para lá pelo “melhor caminho”, aquele que era usado antes da “obstrução” pela Vale e pelos fazendeiros. Com Dona Flor, pulamos cercas e andamos por um caminho bem limpo, margeando o gado indiferente, Palmeiras de Coco Babaçu e mangueiras. Andando ela mostrava como, bem do outro lado da cerca, paralela, seguia outra *vereda*, esta toda coberta de capim e folhas de *palmeira* que, retiradas da fazenda, são jogadas ao lado, impedindo a passagem de moradores/as pelo *caminho* a eles destinado.

Imagem 11 - Na foto à esquerda, o “melhor *caminho*”, por dentro da fazenda. Na foto à direita, o gado na fazenda e, fora, o *caminho* com capim reservado à moradores.



Fonte: Aatoria própria, novembro 2018.

1.1.1 Estratégias de *mansinho* de fazendeiros, a Sudene e a supressão territorial e ecológica do *Cocal*.

Até a chegada ao cemitério eram muitos relatos sobre a destruição do *Cocal*. Porém, antes desta ida, compreendia estas falas como demarcando o amplo processo de devastação do *Cocal* enquanto referência a um local onde há concentração de Palmeiras de Coco Babaçu, apenas. Durante a caminhada, no entanto, aprendi que toda aquela região era um grande *Cocal* – que em outro termo seria um *babaçual* - inclusive na faixa onde hoje é a entrada do povoado de Mutum II. As faixas onde se situam a estrada de acesso, a EFC e as fazendas, do outro lado, detinham ainda maior concentração de Palmeiras de Coco Babaçu. Isto explica, em parte, a atribuição do nome ao lugar. No entanto, ademais de um *patrimônio* de coco, lá encontrava-se também um povoado onde vivia muita gente de sua família e parentes. Essas moradoras e moradores tinham seus pequenos roçados e casas embaixo das mangueiras – “e onde tem mangueira é que tinha uma casa”, como é repetido várias vezes - resistindo como *certidão* dos pontos onde sobretudo as mulheres e crianças de várias outras localidades se reuniam para catar e quebrar coco, além de conversar. Hoje, andar pela estrada de acesso é também observar e comparar a concentração do *mato* de um lado, do povoado, em detrimento da EFC e do enorme campo - desmatado – das terras das fazendas, dentro das quais, encontra-se o cemitério.

O povoado foi sendo expulso aos poucos, revelando as estratégias de *mansinho* dos fazendeiros, para o processo de conversão daquela área toda *coberta* de *mato* em uma enorme pastagem. O início do desmatamento não foi na beira do que hoje é a estrada de acesso, mas lá atrás, próximo ao cemitério. Quando abriram uma *roça* grande e jogaram as primeiras *palmeiras* e folhas de *palmeira* no Igarapé. Os moradores relatam como os fazendeiros chegavam, de *mansinho*, convencendo as pessoas dos povoados a fazerem os trabalhos *alugados* para eles. Na busca por trabalho, alguns iam sendo convencidos da bem feitura que significaria a ação, em seguida, convencendo também os demais. Neste momento teve início o soterramento do Igarapé, que teria ocorrido em três etapas: iniciando o desmatamento nos anos 70, agravando a situação com a construção da EFC, em 80, e, enterrando-o de vez com o processo de duplicação após 2011.

Não é difícil compreender esta história. Aqueles que se diziam “donos da terra” cobravam o pagamento do foro da terra⁶⁸ para que moradoras e moradores lá pudessem permanecer. Estes entregavam, assim, grande parte de sua produção nas *roças* para garantir este pagamento. As recordações apontam para o alto grau de *sofrimento* para pagar os 2 alqueires demandados por linha para que permanecessem na terra, algo em torno de 60kg por linha de sua produção, por ano. Segundo as contas, os pagamentos de 50 arrendatários reunidos eram suficientes para encher um caminhão inteiro para o “dono da terra”, ele mesmo sem produzir nada.

Na década de 1970, no entanto, este poder agrário tornava-se mais forte devido aos planos e projetos de desenvolvimento e colonização, como os incentivos e subsídios financeiros da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene), para o desenvolvimento da pecuária⁶⁹. Assim como em tantas outras partes da Amazônia, no município de Arari, que se situa na transição entre a Amazônia e o Cerrado, o incentivo à pecuária teve um profundo efeito no desmatamento e na concentração de terras, agravado ainda pela Lei de Terras de Sarney de 1969.

Assim, é com dor e revolta que alguns rememoram o avanço completo do desmatamento com a passagem dos tratores, derrubando as Palmeiras de Coco Babaçu, sendo estas jogadas no Igarapé. São os moradores que estimam como já na década de 1980 estas fazendas chegaram a ter mais de 400 cabeças de búfalo, nesta área, além do gado, ainda que – também em sua visão – a atividade tenha se tornado inviável com os sucessivos atropelamentos pelo trem, que passou a rodar em 1985. Num único dia, segundo contam, foram mortos 20 animais nos trilhos do Trem.

O ponto é que os subsídios da Sudene materializaram, nesta localidade, a triangulação madeira – gado – agronegócio ou madeira – gado – minério-negócio seguindo a lógica de desenvolvimento imputada no período ditatorial. Ou seja, se no discurso estatal e empresarial a mineração representava uma “vocaçãõ” de desenvolvimento para a Amazônia diante da falência do projeto pecuário, como expôs Almeida (1995), na visão de moradoras e moradores ambos os processos estão entrelaçados como momentos da supressão de seu território. Frente a essa ação

⁶⁸ Explicaram-me que *pagar o foro da terra* era, na época, a expressão usada por moradoras/es para o que seria denominado, hoje, de *arrendamento*: para viver num pedaço de terra entregava-se uma parte de sua produção na agricultura ao “dono da terra. Seria algo aproximado ao “aluguel”, cujos valores estabeleciam-se em produtos do trabalho na terra.

⁶⁹ Marca-se um modelo de colonização e ocupação dirigida da terra no Maranhão que assumia, naquele contexto, a pecuária como suposto disparador do desenvolvimento de regiões “atrasadas”, conforme pesquisa realizada por Porro et. al. (2004).

devastadora, muitos desistiram, outros foram expulsos, levando-os a migrarem para outros lugares. Alguns, no entanto, retrocederam e mudaram-se para o que seria – após muita *luta* - Mutum II, até que no *Cocal* permaneceram apenas vestígios de uma história contada através das mangueiras, das *palmeiras* e do cemitério resistentes. Portanto, a relação com “os que já se foram”, no cemitério, e do povoado semiapagado, *Cocal*, fez disparar algumas histórias que remetem à questão agrária ontem e hoje; à importância de compreender de forma articulada os efeitos da Sudene e das estratégias dos fazendeiros como parte da instituição do Programa Grande Carajás, particularmente da Estrada Ferro Carajás, implicando, nesta localidade, a concentração de terras e a supressão ecológica e territorial. Esta supressão constitui um primeiro “apagamento do mapa”, dos bens naturais e comuns fundamentais para sua existência, que aqui destacarei através dos efeitos vivenciados na garantia da terra, no exercício do trabalho, sobre as águas e Palmeiras de Coco Babaçu.

Esta narrativa está presente em diversos relatos que permitem compreender também o contexto de agudização dos conflitos, conforme se seguiu, assim como da organização *comunitária* para a *luta* e conquista da terra; não apenas no que hoje é conhecido como Mutum II, pois este povoado está arrodado de povoados “irmãos” que conquistaram a terra via a compra coletiva ou mediante pressão e *luta* pela desapropriação por parte do Incra. Muitos permanecem, no entanto, sem o registro escrito de sua história, assim como sem a titulação da terra, permanecendo na condição de posseiros.

Água e *Palmeiras-mãe* foram os primeiros agentes a me ensinarem, portanto, sobre as peculiaridades de seus processos de territorialização (OLIVEIRA, 1998) subjacentes à *luta* pela terra, que terão como marco a década de 1990, surgindo nas narrativas da memória que trazem as territorialidades específicas (ALMEIDA, 2013) envolvendo a quebra de coco, a construção das *roças*, a relação com os Igarapés, com o *mato*, os campos, os *bichos* e a sua espiritualidade. Ou seja, foi a partir desta relação representada no cemitério – de morte - que passaram a ser contadas histórias – de vida - sobre a construção do território, remontando lá e cá mudanças e permanências, *dificuldades*, prazeres e *sofrimentos*, ontem e hoje, nas tensões e antagonismos entre territorialidades frente aos atos das agências de Estado, fazendeiros, da Vale e suas estratégias.

1.2 “O futuro disso aqui era o coco, minha fia”: territorialidades específicas entre *mães*, mulheres e *palmeiras*, e suas crias.

Chegar à Mutum II pela estrada vicinal é se deparar com um cenário de devastação. Do lado esquerdo, onde está hoje a *comunidade*, prevalece um frondoso *Cocal* – no sentido da densidade de Palmeiras de Coco Babaçu presentes no trajeto – contrastando com a área totalmente desmatada pela Vale – devido a construção e posterior duplicação da EFC – e pelos fazendeiros no outro extremo, cujas terras hoje constituem área de pastagem com *palmeiras* espaçadas entre elas.

Olhar a partir dos trilhos é já perceber a profunda afetação que os processos descritos na seção anterior – da ação dos fazendeiros junto aos incentivos da Sudene e da construção e duplicação da ferrovia – tem nos modos de vida das pessoas que residem nesta região.

Pelos *caminhos* e *veredas* do povoado, encontro em tantas partes montinhos de coco esperando ser recolhidos e tratados. São as mulheres que mais exercem esta atividade – catar, juntar, quebrar e queimar para produzir o carvão e outros subprodutos. Não raro, há uma outra saindo e entrando dos *matos*, sempre com seu montinho de coco resguardado pelos caminhos que levam à *roça* ou ao campo, nas beiras das estradas internas da *comunidade*, nas casas de farinha, nas próprias *roças* ou mesmo nos *terreiros* ou cantos da cozinha, lá estão os cocos esperando para serem cuidados. Hibisco, por exemplo, mantém vários montes de coco espalhados pelos caminhos, indicando os percursos trilhados por ela, os lugares de sua atividade cotidiana e as estratégias para potencializá-la: enquanto realizava a pesquisa, ela levou um dos montes da casa de farinha para a cozinha, de forma que agora consegue fazer o de comer, olhar menino, cuidar dos pequenos animais e da casa, ao mesmo tempo em que quebra o coco *ajuntado*.

Imagem 12 – Montinhos de coco pelos *caminhos* e queima para produção de carvão.



Fonte: Autoria própria, novembro 2018.

Em praticamente todas as famílias com as quais dialoguei até este momento havia ao menos uma mulher, de diferentes gerações, na lida com o coco. Entre elas, são muitas as narrativas sobre outros tempos, quando se juntavam em grupos grandes para catar e quebrar coco, principalmente no *Cocal*. Hoje, apesar de muitas apontarem que deixaram o coco ou pelo menos diminuíram sua atividade de coleta e quebra de coco – por razões como a diminuição de *palmeiras*, devido a devastação, o impedimento de acessá-las por fazendeiros, a epidemia de cobras cascavéis nas quintas e campos, o baixo preço pago pelos subprodutos do coco, o caráter extenuante da atividade, contraposto com os benefícios do Bolsa Família ou Bolsa Escola e as aposentadorias – ainda assim, praticamente todas as que conheci garantem algum nível de extração com vistas a produção de carvão, dado a alta do preço do gás de cozinha.

Do coco babaçu utilizam-se todas as partes. A coleta dos frutos junto as Palmeiras de Coco Babaçu permite quebra-lo e extrair o coquinho; de suas bordas, é possível fazer o óleo do coco babaçu, para cozinhar, e a farinha do mesocarpo, base de preparo de mingaus, bolos, panquecas, sopas e qualquer prato que leve farinha. Das cascas quebradas, é produzido o carvão, bastante valorizado em detrimento da dificuldade de extração de madeira em quantidade suficiente para as demandas familiares de preparo, principalmente, do alimento diário. Assim, o coco babaçu significa, historicamente, para muitas famílias, uma garantia basilar das condições de produção do viver, como nos conta Dona Flor quando, mal caídas suas cinzas de parto, pôs-se logo a catar coco nos matos. “O futuro disso aqui era coco, mia fia” afirma ela revelando a importância desta atividade agroextrativista na *luta* pela existência das mulheres com seus filhos e suas famílias.

A atividade não consiste unicamente, no entanto, numa estratégia “econômica”. Catar e quebrar coco é historicamente, no Maranhão, uma atividade desenvolvida entre mulheres e de forma coletivizada em alguns dos seus aspectos. Isto nos indica a conformação de uma estratégia protagonizada por mulheres, e também a existência de territorialidades específicas, exercidas entre elas, percorrendo caminhos e demarcando territórios políticos de sua existência. Portanto, “quebrar coco” remete também a forma como em tantas localidades do Norte e do Nordeste as mulheres desenvolveram, historicamente, relações específicas com a terra e a natureza para a garantia de suas vidas familiares e comunitárias, tendo, por conseguinte, inclusive organizado um dos maiores movimentos sociais – interestadual - em nome da defesa das

Palmeiras e das mulheres que as cuidam e coexistem com elas – o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)⁷⁰.

Modos de se relacionar com os bens naturais e comuns que envolvem também pensamentos e valores próprios sobre esta relação e sobre seus significados. Ainda que perceba uma territorialidade específica entre elas, acompanhadas de suas crianças, não significa que não haja homens na atividade ou na defesa das *palmeiras*.

1.2.1 “Muita *mãe de família* foi prejudicada por essa Vale... sabe quem são? As *Palmeiras-mãe*”

As *palmeiras* são também conhecidas e tratadas em vários territórios como *Palmeiras-mães*. A primeira vez que ouvi esta referência de uma senhora em Mutum II, pensei que elas tivessem alguma relação com o MIQCB. Porém, aos poucos entendi que elas não têm e nem sequer conhecem o movimento. A defesa das *Palmeiras-mãe* logo despontou como um aspecto de maior relevância para compreender a defesa do território contra os mandos e desmandos da Vale, nas vozes de mulheres e homens.

As *Palmeiras-mãe* surgiram primeiro nas falas de mulheres, mas também permeiam as falas de alguns homens, principalmente idosos, sobre seus pontos de vista e vivências nas memórias deste conflito. Primeiro, estes relatos apareceram como narrativas de construção do território; aos poucos, eles foram revelando que, ademais, envolvem um pensamento mais amplo que envolve a relação entre maternidade e território, seja desde a perspectiva de mulheres que *lutam* pra criar seus filhos e cuidar de suas famílias apesar de toda violência e opressão, e que assim como as *Palmeiras* são mães e filhos ameaçados, seja no princípio mais amplo da *Mãe Terra* – *mãe* de todas as coisas: das *palmeiras*, dos Igarapés, do *mato*, dos *bichos*, das gentes – e que apesar da *maldade* dos homens que insistem em *maltratá-la*, precisa de *zelo* para viver.

Imagem 13 - Quebra de coco entre mãe e filho.

⁷⁰ Como abordo a seguir, fazer referência ou não à presença do MIQCB não destitui o movimento em sua ampla capacidade de atuação política, ao contrário, evidencia a força dos sentidos de sua construção. Cabe citar que no projeto de pesquisa “Construção social dos babaçuais” no qual foi construído o mapa, observa-se que a incidência dos babaçuais se dá numa área muito mais ampla que de atuação do movimento, cabendo inclusive a noção de região ecológica como trabalhada por Almeida (2005). Esta noção combina a ação política do movimento e dos babaçuais, ou seja, evidencia o lugar político de atuação dos movimentos.



Fonte: Autoria própria, dezembro 2018.

Portanto, Dona Flor iniciar o seu próprio relato de vida a partir da sua história de chegada ao território como parturiente e *mãe que luta*, no *mato*, através do coco, não é algo menor para nos aproximarmos não apenas de sua trajetória, mas também das de tantas outras “mulheres pretas” que, nestes casos, são relatos também de muito sofrimento e resistência. Não raro, muitas delas, quando começam a me contar suas próprias histórias, tem no parto ou em questões relativas a maternidade ou a saúde, principalmente a saúde reprodutiva, seus pontos de partida ou pontos importantes através do qual demarcar a sua própria temporalidade. Hibisco, por exemplo, ao relatar como se sente em relação à negação de seus direitos e ao sentido de *isolamento* que vivenciam, relatava como uma vez esteve tão mal que teve de ser retirada de rede até o povoado mais próximo, já que não havia ainda a estrada nem nenhum outro modo de assistência em saúde condizente com a vida vivida naquele lugar. Perguntei a outra moradora porque tantas mulheres relatavam-me não estar bem de saúde, indo “mais ou menos”. Ela respondeu-me que é o reflexo do trabalho excessivo, das vidas de quem *escolheu* a enxada e o trabalho árduo. Canela, ao iniciar sua própria história nos diz assim:

Ai quando, assim que eu cheguei aqui, ah quando eu cheguei aqui tem um caminho ali, pela casa da minha [parenta]. Só que ai quando a gente vinha ai pela casa [dela], ai tinha um caminho que vinha lá da Bubasa, assim por dentro dos mato, dos mato, que era só a vareda que a gente cortava de facão assim, na trilha, fazenda, as trilhas pra gente poder caminhar. Ai a gente vinha e saia lá atrás. Ai de lá a gente ficava só ai por dentro de casa, a gente ia pros matos, ajunta uns coco, quebrar, pra vender, comprava farinha, comprava o arroz, o açúcar, o café, o sabão. Ai tirava ali aquele fubá, socava no pilão, socava e passava no crivo; quebrava o coco, fazia o leite. E colocava o fubá dentro, botava o açúcar e mexia no fogo pra gente queimar.

(Entrevista Canela, Mutum II, novembro 2018).

Este relato de cotidiano é repetido em muitas outras falas. As mulheres no *mato* para ajuntar o coco, crianças mais crescidinhas acompanhando e as pequenas sob cuidado de outras mulheres, mais velhas ou de um filho ou filha mais velho, enquanto

elas juntavam, quebravam e voltavam para vender e garantir a farinha do dia, comprar o arroz, o açúcar, o café, o sabão. E que indicam também sua importância no contexto da atuação familiar, denotando um modo de divisão do trabalho, particularmente do casal, na relação entre quebrar coco, *roça* e trabalho *alugado*.

Ai a gente *roçava* a *roça*, *roça* grande, ai cercava, a gente secava... eu capinava demais, eu mais meus meninos e meu marido. Ai a gente ia pra roca com as catana. Capinar. Quando dava uma hora dessa assim a gente merendava um pouquinho, ai ia pro campo com as catana, lavava, ai fazia assim uma fileira, eu ficava aqui assim e eles vinham [passa o trem] ai plantava o arroz, milho, feijão, cana, macaxeira, arroz. Quando era o tempo do arroz a gente ia cortar, tirar, cortava com as faca assim, fazia o cofo, amarrava na cintura e saia cortando e botando no coifo. Quando enchia a gente saia e colocava nas palhas. Ai colocava num sacos, (...), ai a gente tinha um jumento, colocava as cangada no jumento pra trazer pra ca, quando não tinha jumento era coifo na cabeça e nas costas. Quando chegava em casa, queimava o arroz verde na panela e ia socar pra comer também. Quando não, botava no sol e a gente ia socar no pilão pra comer. Agora não, ta mais fácil, planta o arroz, desbulha ele e la e passa na maquina.

Ai de uns tempos pra ca o pessoal começaram a trabalhar, trabalhar, ai foram abusando, começaram esses negócios de ir pra São Paulo. Quem foi o primeiro a ir aqui pra essa região de São Paulo, foi meu marido. (...) Ai eu fiquei aqui mais meninos, e [parenta]. Ai nos andava nesses matos ai, juntando coco, quebrando. Pra comprar as coisas...(.) Já ta, quando meu marido começou a trabalhar pra fora, pra São Paulo, já ta com uns 40 anos, mais ou menos, quando ele começou a ir.

(Entrevista Melancia, Mutum II, novembro 2018).

Melancia expõe logo no início de sua fala a ida de seu marido para São Paulo, motivo pelo qual ela ficou com seus meninos e suas comadres na *comunidade*, encontrando na venda do coco a garantia do recurso monetário para comprar itens necessários para a alimentação. Apesar dessa partida, era nas visitas regulares que faziam o preparo da *roça* de forma conjunta, deixando-a junto com os filhos responsáveis por capinar, cultivar e colher da *roça*. Além da coleta e quebra de coco e o cuidado com pequenos animais no terreiro.

Olha, tinha vez que ele vinha, nos plantava a *roça*, ai ele vinha limpava todinha e voltava. Ai nós capinava, preparava a lavoura, capinava, ai ele ia pra lá. No tempo que a gente arrancava a mandioca, botava de molho, e fazia farinha; tirava o arroz e trazia pra casa pra gente comer. Galinha tinha muita, eu criava muita galinha; porco tinha demais.

(Entrevista Melancia, Mutum II, novembro 2018).

Os relatos de Dona Flor abordam um cotidiano similar, marcado por muito trabalho onde quebra de coco e *roça* se uniam à pesca como atividades realizadas com

muita *luta* pra enfrentar as intempéries, mas também como práticas que requerem conhecimentos específicos passados entre gerações.

Imagem 14 - Construção de um *choque* entre gerações.



Fonte: Autoria própria, dezembro 2018.

Revela-se aqui, ademais da pesca artesanal, a importância dos Igarapés na quebra de coco, garantindo água num lugar marcado pela *farta* e pela sede, sombra, e o próprio alimento. Atividades que desenvolvia com seus filhos e seu companheiro, já que o trabalho *alugado*, precário, também tinha a característica de ser sazonal ou temporário.

Quando chegava em casa com um machado nas costas e um coifo de coco ele ia na [cidade] comprar farinha. Três quilo de farinha, todo santo dia ele comprava de tarde. De 4 pra 5 da tarde. Eu passava o dia nos matos com um bujãozinho d'água sim, quando não ia pros igarapé, beirando os igarapé, quebrando. E um litro cheio de d'aqueles gomo de coco, não sei se vocês já viram, levava cheinho. Ai ia me embora de tarde. Quando chegava em casa de tarde, ele ia comprar farinha e eu ia fazer o comê pra nós jantar de noite.

Aqui nesse lugar, eu vou dizer pra vocês, eu vim pra cá, mas eu sofri. Eu sofri mais que uma muleta, quebrada no braço de um aleijado. Eu sofri aqui nesse lugar. Ai fiquemos. Ele fez uma *roça* ali, depois aqui, foi ali no açude, depois daquela *roça* ali que nós fomos. Mas milho, tinha um velho aqui (...) naquela casa veia de palha que era a minha casa e a de mamãe era aqui. Ele era o ralador de milho pra fazer cuscuz pra nós comer. Eu ia pescar no campo mais [companheiro], ele ficava em casa pra tirar o milho e ralar mais [os filhos] pra nós comer com o comer. Ai eu dizia: como é que nós vamos mudar a nossa vida daqui? Como é que Deus vai fazer a nossa vida aqui?

(Entrevista Dona Flor, Mutum II, novembro 2018).

O recurso advindo da venda do coco garantia, portanto, a compra de farinha diária, base da alimentação naquele momento, além do arroz – principalmente enquanto ainda não *firmava* a plantação – o sabão, o açúcar e o café (que deixou de ser produzido devido ao embargo imposto pelo Governo Federal com o intuito de priorizar a produção de São Paulo ainda no princípio do século XX). Estes relatos abordam, portanto, as *veredas* pelas quais caminharam: no sentido das trilhas da quebra do coco, da busca por água e pescado como alimento, como será visto em seguida, mas também das casas que

não raro mudavam de lugar, das *capoeiras* das *roças* que são feitas ainda hoje de forma consorciada e itinerante. Este processo foi marcado por grande dificuldade, pelo fantasma da fome que assolava as mães *lutando* pelos seus filhos através do coco. Como nos diz, “o futuro era coco”, com as mulheres dia e noite quebrando coco.

Ai nós fomo indo, fomo indo e plantemos essa *roça* aqui. Milho, mandioca, muita fruta dentro. Sempre gostei de plantar. E eu tinha dois filhos pequenos. (...) Deram um vaso de fome aqui de manhã, (...) meu marido nesse dia foi pro Miranda comprar farinha, cedo, quando ele chegou foi cinco horas da tarde. Sabe o que foi que eles comeram? Aquela ali foi *roça* e apanhou seis maxixe, chegou e eu cortei o pedacinho assim, botei no fogo e coloquei pra eles comer no caldo temperado que nem caldo de peixe. Eles comeram, quando acabaram de comer deitaram todos os dois no jirau e caíram agarrado no sono. E ai eu chorava, chorava e dizia: eu vim pra cá pra morrer de fome. Que aqui não é lugar de gente morar.

Quando, ai foi indo, foi indo, melhorou mais. Fiquemo. E eu no coco, no coco. O futuro daqui, mia fia, vou dizer pra vocês, minhas fia, a muié era noite e dia quebrando coco. Ai foi indo, foi indo, começemos trabaia, trabaia, criemo vergonha, fomos plantar mandioca, plantar milho [bom dia] plantar tudo de *roça*, foi miorando, miorando, miorando, ate hoje tamo nessa fartura que nos tamo aqui.

(Entrevista Dona Flor, Mutum II, novembro 2018).

Para muitas, portanto, o *Cocal* tinha considerável importância nessa atividade praticada majoritariamente por elas, com suas crianças, numa história contada pela localização das *palmeiras* resistentes, das *mangueiras* que eram moradia e outras árvores. Dona Flor relata como era duro nesses tempos, as picadas de inseto, como *marimbondo*, que penavam sobre o corpo neste árduo trabalho de coletar 8, 10 kg de coco por dia. Segundo seus cálculos, com 20kg de coco já era possível garantir os itens necessários para a cozinha:

(...) cabra me mordida, me esporava maribondo, me estourava de la pra ca, e eu vinha gemendo no mato com o coifo de coco nas costa, um machado e a masseta dentro do coifo, mais esse [pequeno] ali ó. Que era meu par do mato. Daqui praquela cemitério eu ia mais junto com ele. La daquele cemitério nós ia pra dentro pra quebrar coco, nós chegava em casa era com 8, 10 quilos de coco dentro do coifo quebrado. Ai corria pra barraquinha vender. Ai ia e comprava farinha pra comer, mais as crianças.

Era ali no Mel [a barraca]. Quando não era no Mel, nós quebrava a semana todinha pra vender no Miranda dia de sábado. E nós ia vender, fazer compra no Miranda, ai nós ia pro Miranda, comprava assim muita coisa e vinha embora. Que nesse tempo de coco 20 quilos de coco dava pra você manter a sua cozinha, de tudo: sabão, café, açúcar, querosene, tudo, tudo, dava. E agora não dá nada.

(Entrevista Dona flor, Mutum II, novembro 2018).

E em seguida nos descreve a atividade e a quantidade de coco coletada e quebrada pelas mulheres com maior detalhamento:

Oia, nós fazia assim. Nós quebrava no mato os coco. E ia tirando, cada qual quebrava pra si. Das beira nós fazia, e ia juntando aqui e acolá. E quando chegava em casa, botava uma ruma de coco ai, cercava as roda de muié. No correr do dia de manha ate de tarde, ate 16, 16h30, 17h ai largava e ia medir os coco, quanto dava e quanto não dava. Tinha vezes que dava 120, 60 quilo, 70, nos coco das muié e era ne. Ai enchia 2, 3 sacos de coco, saco de estopa, uns sacos brancos de açúcar que eu não tinha nesse tempo, não tinha essa embalagem que tem hoje, não tinha não. Era bruto ai enrolado no papel, nuns saco. Uma vez era três, quatro saco de coco, botava no cavalo e ia pro Miranda. Assim que era aqui.

(Entrevista Dona flor, Mutum II, novembro 2018).

Ainda segundo elas, eram feitos montes e montes de coco, sendo que estes grupos de mulheres ora se encontravam nos *matos* ou nos próprios *terreiros*. Na fala acima, Dona Flor além de expor a quantidade de coco que era retirada, revela que não só o processo de coleta e quebra de coco, mas também a venda – ou comercialização – era uma iniciativa comum entre elas que chegavam a reunir 120, 60, 70 kg de coco a depender do dia, organizados em sacas, e levados para a cidade para a venda e compra dos itens necessários. Seus relatos e de outras mulheres apontam que às vezes havia mais de 30 mulheres e suas crianças no *Cocal*, afinal, lá havia um verdadeiro “acampamento de quebradeiras de coco”. Dona Flor, particularmente, “sabia onde estava cada *palmeira*”, afinal, “aquilo ali” era seu *patrimônio*.

A gente tava roçando, quando eu não ia pro roçado com ele, eu tava pra ca, pras quintas da ca quebrando coco [na fazenda]. De la pra ca eu sabia contar as Palmeiras tudinho. Nós sentava, tinha lugar que era acampamento das quebradeiras de coco, vinha da Canarana, vinha do Pico, eles vinham juntar pra fazer carvão, juntar, quem ia quebrar quebrava. Eu mais essa [parenta], nós fizemos um limpeiro aqui e ali na quinta (...) que nós chama, menina tinha ruma de coco da artura dessa casa, que nós quebrava, que nós ia fazer carvão. Mas eu não fazia carvão não, eu so trazia o coco, as cascas elas queimava. Mas vou te dizer mia fia, daqui pra pedra de rum não era distancia, ali diante do cemitério eu quebrava coco. Te mostrei pra la, longe, dali onde nos tava no cemitério pra frente [da outra fazenda], eu entrava na casa [do fazendeiro] e ia sair no Cocal, la (...) la na pedra de rumo, tinha um Igarape que a ruma de coco era da altura dessa casa, la de arriba ate aqui. La embaixo do Igarape com sol quente.

Joana eu vou te dizer: as Parmeira boa dali daquela quinta eu sabia tudinho. Tudinho, tudinho. Contava pé de Parmeira por pé de Parmeira.

Aqui ó, lá nesse cemitério, e aquilo ali era meu patrimônio, mar aquele [parente] ali pequeno que nem esse aí [aponta uma criança]. (...) e nós ia pra la, nós assim entrava no mato mia fia.

(Entrevista Dona Flor, Mutum II, novembro de 2018).

A fatura do coco, neste lugar que “dava coco sem frescura”, foi substituída pela falta do coco, pela piora das condições de seu acesso e também de vida, mediante a destruição de seu *patrimônio*. Nas discussões sobre os agentes responsáveis pela

devastação, surgem também relatos sobre as relações de relativo convívio com os próprios fazendeiros, alguns vistos como “pessoas boas” – que cumprimentavam os trabalhadores e as quebradeiras, as vezes até indicando boas *palmeiras*, sentavam juntos à mesa para comer – e outros como “pessoas muito ruins” que não se importavam com a vida de nada nem ninguém. São estas falas que atravessam diversos pensamentos com relação aos conflitos conforme vivenciados nestas relações de proximidade e vizinhança, mas que também se repetirão nos dias de hoje quando surgem em cena os “Relação com Comunidade”, que é a forma pela qual muitas das vezes identificam as pessoas que “trabalham pra Vale nas *comunidades*”.

Trazia cheinho [o cofo], enfiado, enfiado no cabo do manchado, quando num guentava botava na cabeça e vinha de la pra ca. Chegava aqui em casa, nem banhava, corria pra barraca e ia comprar (...) farinha, as coisas pra dentro de casa. E aí... coco fazendo farta.

Fo no tempo que [fazendeiro] diz que comprou [do outro] um bocado [de terra] ai na beira da anza, foi ele com raiva da gente, o povo assim mermo... ele era um fazendeiro, este senhor [cita o nome] isso era homem bom. Eu não tenho raiva [dele], dono que era dessa fazenda ai. (...) nos chegava e ia trabalhar pra ele, se ele ia comer, la pra acola e você pra ca? Duvido, não tinha esse negócio não. Trabalhava mais os trabalhador dele, comia junto com eles. (...) nós ia pra lá, nós armoçava na casa (...), quebrando os coco assim mermo, ai ele ia e ensinava as parmeira pra nos, por onde ele andava, ele ensinava. E hoje (...) a derradeira vez que eu vi esse homem que eu nunca mais vi ele, (...) [tava] desentupindo o igarapé, tiraram um saco, uma caixa de bolacha assim e botaram pra nos beber com refrigerante (...). Nunca mais eu vi, isso e o bicho mar ruim que Deus botou no mundo, é [esse] fazendeiro, ta vendo como eu lhe conto?

(Entrevista Dona Flor, Mutum II, novembro de 2018).

1.2.2 As *valentes*: as *mães de família* que insistem em não morrer e *criar* seus filhos

Valentes eram as *mães de família* que enfrentavam as adversidades, as ameaças, que andavam no *mato* para tentar *criar seus filhos e seus cachos*. São as mães que buscavam a sobrevivência não apenas para si. A atividade da quebra de coco, além de exaustiva, é perigosa. Deixa marcas nos corpos, como os dedos *aleijados* que Dona Flor comenta. Para as *Palmeiras*, por sua vez, a constante ameaça de sua derrubada ou queimada. Quando Dona Flor nos conta, com muita tristeza, do processo de devastação e morte ocorrido, em sua fala não existe separação entre elas: morreram muitas *mães de família*, “se acabou”. Abaixo sua explicação quando pergunto sobre a frase na epígrafe da introdução e que iniciou a sessão, se as *Palmeiras* eram as *mães de família*:

E foi.

Foi tanta mãe de família.

Era, e nós também. Que éramos as valentes.

Oia, quando nós diz que é mãe sabe porque? Porque são mãe que nem nós. Porque nós tem nossos fios ne, e a intenção nossa é de nós criar nossos fios não e? É que nem as Palmeiras.

As Palmeiras bota os cachos. Nós ia pra lá, eu ia, aquela minha vida era quebrar coco, cortar dedo, ficar aleijada dos dedos cortados, tudo inchado. E eu não quebro coco, eu não quebrava coco que nem os outros, os outros tudo quebrava coco assim, atrás do gavião do machado, e eu só quebrava coco e quebro, so na frete da manchada grande, das machadonas, então de um lado e do outro fica aqui pra baixo. (...)

Ai eu digo que é mãe, muitas mães morreram, se acabaram, suas famílias, naquelas quintas ali. Aquilo ali era que nem essas palhas de milho aí de Palmeira, e agora cadê? Você olha de um lado e enxerga do outro, acabaram tudo.

(Entrevista Dona Flor e companheiro, Mutum II, abril 2019).

Ela e seu companheiro por diversas vezes falam um junto com o outro, complementando também pensamentos e partes de relatos. Aqui também atribuem o sentido da maternidade ao de *produção*: o da *produção do coco*. Eles apontam o papel da Vale em acabar de vez com o *Cocal* com o processo de duplicação da Estrada de Ferro.

[Ele:] bem aí, quando essa Vale passou e pra ter uma prova desse lado, você pode olhar desse lado aqui e o Cocal [se refere à concentração de Palmeiras] é a maior maravilha do mundo e aonde é aquele corte bonito ali, isso ali era um Cocal que não tinha um Cocal melhor do que aquilo ali. Bonito e grande. Ali tinha coco sem frescura.

Mas sabe porque é mãe? É a Palmeira mãe? Porque que a Palmeira ela chama mãe? É por mó da produção da Palmeira, que dava [ela concorda].

Esse que é o nome da mãe, a Palmeira mãe é esse, é mó da produção do coco [ela concorda dizendo que quando meteram o trator dentro que acabou com o Cocal] Que aí, vamos dizer, você serve dum, vamo dizer, dum Igarapé. Se este Igarapé se acabar, você também não acha mais aonde você se sirva dele. É que nem o Cocal, o Cocal terminou, aí acabou a quebra de coco.

(Entrevista Dona Flor e companheiro, Mutum II, abril 2019).

O relato sobre a destruição do *Cocal* é carregado de emoção. Dona Flor relata como sofreu ao ver os tratores avançarem e derrubarem, uma a uma, aquelas *mães*, as *palmeiras*, no chão. Reproduz os gestos, boca aberta, um olhar de quem não acredita no que vê, mãos na cintura. “Eu chorei! Eu chorei (...) quando fui pra lá e vi o trator entrando nas parmeira e jogando no chão”. Ela relata sua defesa das *mães de família* e o seu confronto com o próprio morador que, convencido ou precisado das benesses do trabalho *alugado* pra fazendeiro, se encarregava ele mesmo de derrubar as *palmeiras*. “Você não está vendo que assim como você ela está tentando criar seus filhos? Você não está vendo que ela quer criar os cachos que tá botando?”, perguntou.

As mães... Tirou o Cocal, terminou, exploraram, acabaram, acabou o coco, a produção do coco.

Joana, eu vou te dizer uma coisa, mia fia. E eu te digo mesmo. Eu chorei! Eu chorei quando eu fui lá pro (aponta com a boca) pela estrada la pra casa de [fazendeiro], quando eu vi o trator entrando nar parmeira e jogando no chão. Eu fiquei em pé com um facão na mão, assim: enfiquei o facão aqui (na terra) e botei a mão assim (bota as mãos na cintura). Esse [morador] que mora bem ali, que é crente hoje, foi um dos marvado.

Eu disse pra ele: seu [nome] você sabe o que você ta fazendo? “Sei, dona”, ele esbarrou o trator pra conversar comigo, porque nós se topa (...). Ele disse: “o que é Dona Flor?” O que é? É o mal que você tá fazendo pra nós. Acabando com essas mãe de família..

Eu digo, essas parmeira é nossa mãe. Você não cria seus fio? Ele diz: “crio”. Eu digo: assim elas que criar esses cachos que elas tão botando aí, você não tá vendo?

Chega era assim ó (faz os cachos com as mãos) de canoa, de cacho, de coco dependurado que não prestava, tudo cheio d’água, os caroço de coco, as Parmeira, acabou, acabou, acabou, acabou. Ali, desse lado aqui (do lado de cá da ferrovia) e entrou ai [na entrada do próprio povoado] e acabou com a parmeirada ai [que tinha].

Acabaram mermo, acabaram, mataram as mãe de famia, acabaram com as mãe de família, mas mãe é mãe, assim como nós somos mãe, as parmeira também era. Mas acabaram com tudo. Quando é no verão o povo se zanga, não quer fazer carreira adentro, larga o fogo na quinta, queima tudo. Acaba com tudo também, pra eles largar de ser marvado, mardito.

Acabaram com tudo, agora veio essa “vantaja” pra ca, acaba mundo. Esse ai é acaba mundo, eu chamo é acaba mundo. Pode ir pro tribunal, pra justiça, pra onde quiser, mas eu chamo o Trem é acaba mundo. É muda voz o nome do trem que eu chamo. Porque pode você ta conversando com quem você quiser, mas na hora que ele passa eu aposto que você não fica conversando, ninguém num conversa, que não escuta nada! Não sabe o que é que ta dizendo, com a zuada daquela imundice ali.

(Entrevista Dona Flor e companheiro, Mutum II, abril 2019).

Nesta mesma fala, Dona flor relata a grande devastação das áreas de *mato* transformadas em *quinta*⁷¹, por toda parte. Assim, naquele contexto sua *luta* se dava também contra a ação dos tratores e do fogo indiscriminado, muito distinto do fogo manuseado pela *comunidade*, pois, hoje continua a *luta* contra os tratores e contra o fogo, sendo este um símbolo e uma prática em disputa contra o processo de sua criminalização. A chegada do *acaba mundo* ou *muda voz*, nomes atribuídos ao trem da Vale, é fonte de revolta com a devastação de suas vidas. “Pode ir pra justiça, onde for”, este Trem veio pra acabar com nosso mundo e calar a nossa voz, é o que eu escuto ela dizer.

O barulho do Trem ao mesmo tempo silencia vozes e provoca angústia. A passagem do Trem, dia e noite de forma ininterrupta, é mais sentida próxima a EFC, onde a *zueira* é angustiante, mas ecoando por todas as partes. Ele deixa mães e idosos, em sobressalto, ou melhor, com o “coração em sobressaltos”: a passagem do Trem sempre pode significar uma freada ou uma buzina; uma freada ou buzina sempre pode significar,

⁷¹ Modo de se referir a áreas desmatadas ou com prevalência de gado.

por sua vez, um “acidente” que tem como maior fonte de preocupação a vulnerabilidade das próprias pessoas, principalmente das crianças.

Outra preocupação com as crianças são as cobras – particularmente as cascavéis - que parecem refletir um profundo desequilíbrio do ecossistema, surgindo pelas casas, *roças*, e pelo mato em quantidades antes não conhecidas.

Um dia, numa tarde de novembro de 2018, tive o deleite de deparar-me com uma roda de mulheres conversando na *comunidade*. Eram quebradeiras de coco de diferentes povoados jogando papo fora. Dona Flor dizia: “olha, Joana, aqui é tudo quebradeira de coco. Ela gosta de saber essas coisas” [virando para elas e sendo ouvida com muitos risos]. Ao que seguiu uma conversa relembrando causos vividos de forma conjunta e também as dificuldades da vida no coco. Segundo elas, quebrar coco e fazer *roça* é uma vida de trabalho muito árduo e a situação melhorou com os programas sociais do Bolsa Família e também com as aposentadorias. Muitas mulheres já não precisam depender de quebrar coco, pois recebem agora o recurso, apesar de pouco. A maior parte delas relatou que continua catando coco, menos que antes, mas para pelo menos fazer carvão. O problema, apontam, é que está cada vez mais difícil de encontrar coco. Dona Flor retoma, com revolta, a devastação do *Cocal*. Elas concordam que a destruição aumentou muito e que tem muitos lugares cercados com arame e elas não podem entrar, dificultando a coleta. Pergunto se conhecem o MIQCB e a luta pelo Babaçu Livre e elas dizem que não.

Ademais, todas relataram espanto com a “epidemia de cobras” – cascavéis - expondo que esta situação não é apenas em Mutum II, mas por toda região. Dona Flor comenta como este é um dos principais motivos de ter largado o coco, pois já não entra mais no *mato* e sofre de preocupação com os meninos andando pelo *mato*. Ela explica que não é pelo mato não – ela mesmo sendo uma *valente* que sempre andou por aí - mas porque não era assim antes. Em sua visão, o aumento das cobras nas *comunidades* se deve à pastagem “porque cobra não só se esconde no mato como segue rastro de bosta de gado”.

O mesmo relato contado por Hibisco foi repetido por uma das mulheres presentes. Hibisco contava sobre como uma vez, com filho pequeno, recém parida, uma cobra caiu do teto em sua cama. E o pânico que sente a noite quando as crianças levantam para ir ao banheiro, sendo acompanhadas pelos pais com lanterna para verificar o caminho. Já a outra mulher, quebradeira, relatava a vez que uma enorme cascavel surgiu enrolada no teto de sua cozinha, sendo que o teto já não era mais coberto de palha, e sim

de telhas. Dona Flor, completa dizendo que uma vez decidiu usar um banheiro e deparou-se com uma cobra, afirmando para si mesma que nunca vai querer esse tal de banheiro, “essa imundície! ”.

Parece-me que suas noções de maternidade e defesa de dos filhos surgem como algo importante na compreensão das territorialidades compartilhadas, revelando marcadores importantes para entender a condição de sofrimento, mas também de impulsão de modos próprios de *luta* entre elas e as *Palmeiras-mães*, que foram e que são *as valentes*. Refletir sobre essa relação não implica pressupor uma relação idílica com a maternidade, ao contrário, são sentidos e relações que podem ser permeadas por muitas tensões.

1.3 No tempo do *mato*: a *roça no toco*, o *cabelo da terra* e a *nação* do porco.

“Aqui nessa terra nós temos duas estações”, explicou dona Laranjeira enquanto retirava água da “cisterna da Vale”, pintada com figuras geométricas em tons de terra, para preparar algo na cozinha: “no inverno, quando chove, vira tudo lama; no verão, quando seca, é uma poeira que não acaba mais. Mas esse é o tempo das coisas, é o tempo de Deus”.

Palavras que explicitam um pouco da dinâmica das vidas das pessoas no território e que falam da existência dos tempos próprios, para ela aquele tempo divino que situa duas estações opostas, mas também o *modo de ver* no tempo do *mato*. É também a dinâmica das duas estações que situa a *roça no toco*, como é a tradição da *comunidade*. Em Mutum II a *roça* tem uma grande importância e ela permanece sendo feita de forma itinerante e no consórcio, como explicam. No final do verão, começa o preparo da nova *roça*. À escolha do local, segue a prática da coivara: define-se o limite do terreno, faz-se a coivara ou acero (técnica de cavar as valas ao redor da *roça*, criando uma espécie de barreira natural) e o fogo para que queime o mato. O acero bem feito permite que o fogo se mantenha restrito à área definida, ao mesmo tempo que garante a sobrevivência das Palmeiras de coco babaçu e do palmito no interior do roçado.



Fonte: Autoria própria, novembro 2018.

Em nossas conversas, a *roça* aparece como um espaço de grande importância afetiva para as pessoas. A *roça é bonita, é alegre, é linda* de ver principalmente na época do milho. A *roça* é mesmo linda. Ela é possível devido aos ensinamentos passados pelos mais velhos para os mais novos, envolvendo homens, mulheres e crianças. Como já discorri na seção anterior, a *roça* surge também como de grande importância para as mulheres na lida com o coco, aproveitando as *palmeiras* dentro dela – não raro, há dentro da *roça* uma pequena casinha de estacas para *ajuntar* o coco catado. Está nas vidas de muitas mulheres que fazem igualmente o roçado.

Imagem 16 - O coco na *roça*.



Fonte: Autoria própria, dezembro 2018 e janeiro 2020.

Tomando café com moradores/as, um deles mostra um documento de homenagem feita a seu pai por “defesa do meio ambiente”, indicando que é assim que vai começar a falar de sua história. Pus-me curiosa, pois, em seguida, fez uma fala em que articulava simultaneamente a “defesa do meio ambiente” e do *acero* – o fogo como saber – como se dissesse que *acero* é algo diferente de tocar fogo e destruir o ambiente. No momento desta conversa eu achei curiosa esta fala, mas não compreendi diretamente que já era um indicativo, por um lado, da real preocupação com o fogo como destruição do *mato*, por outro, que também pudesse refletir embates com a Vale.

Conhecer, tratar do meio ambiente como ta, do jeito que ta sendo cuidado, do jeito que a gente acera pra fazer as rodas da gente porque eu recomendo muito pra não tocar fogo, porque onde ainda tem um matinho é aqui, como vocês tão vendo. E pra mim é um prazer vocês chegarem e encontrar como ta, não e destruir tudo como (...) é se conservar, porque se a autoridade viesse e vesse e sabsesse que eu preciso de alguma coisa me ajudava, mas agora eu tenho a maior autoridade que é deus e que me ajuda, me concentra e mostra meu conhecimento.

(Entrevista morador, Mutum II, novembro 2018).

O *meio ambiente* já havia surgido em outras falas. Então concentrei-me em buscar entender mais sobre esse início pela história do seu pai, porque o documento dizia que ele “defendia o meio ambiente”, e como era essa *luta* dele.

Porque eu venho do meu pai, eu comecei por ai porque meu pai e crescimento da minha vida. E por isso eu preciso representar em todas as ações da minha vida a representação do meu pai, da minha mãe, que ta ai na história. E por isso eu tenho que sair por ai. Eles já sofreram maior dificuldade, eu aprendi a herança um pouco e to aqui na dificuldade, mas hoje o que eu alcancei aqui, eu já to um homem rico.

É tranqüilo! Ora, essa *luta* é defender esse coco. Olha, repara que nós hoje temos é *mato*, você viu que te mostrei ali, que a gente faz rocinha da gente, e nem toda hora da de defender, porque tem hora que sai a fásca e pega na palmeira, e joga lá na frente e a gente corre pra apagar, leva água, todas as coisas pra nós ter uma terra sadia, uma terra completa como só deus deixou. Não desmatada, plantada capim, que onde criava boi e não tinha capim, a terra são altas, tudo cercado, cheio de dono, e onde tá por acaso a violência no campo.

E nós tamo aí, a mesma violência que tá no Rio de Janeiro é só assalto, vão pra São Luís é só assalto, vão pra Belém é só assalto, vai pra Paraopeba só assalto entendeu? E deus não quis a terra dele assim, deus quis a terra dele do jeito que é: cheio de *mato*, de pindova, de pau, e criava boi.

(Entrevista morador, Mutum II, novembro 2018).

Estas falas trazem três elementos que parecem de bastante importância em suas falas e que se repetem em muitas outras. Primeiro, que ainda que veiculem falas sobre o *meio ambiente*, sinto que o modo como realmente *assuntam* o tema é através do

mato e, por vezes, da *floresta*. O *mato* parece ser, em minha escuta e visão, um termo mais comum em seus modos de abordar a defesa do que em outros contextos chama-se natureza. Um segundo ponto, é a importância da transmissão de conhecimentos e saberes entre gerações, essa memória incorporada que se cultiva em determinadas práticas. Neste caso, seu Querubim inicia dizendo que reconhecendo todo o *sofrimento* e *luta* de seus pais, ele não faz mais que receber essa *herança* e continuar *lutando* por ela. E essa *luta* é a *defesa do coco* – logo, das *palmeiras* – e do *mato*. Finalmente, um tema sobre o qual falarei nos próximos capítulos, que é a relação entre desmatamento – e a defesa do *mato* – e *luta* pela terra frente ao avanço da violência no campo e da criminalidade, representando a miséria e a prisão como destinos forjados.

Portanto, a *luta* se expressava na forma como seu pai combatia o fogo, o que o leva novamente a diferenciar o *acero* do fogo indiscriminado, pois nessa época não tinha agrotóxico.

Era contra o fogo. Nessa época de meu pai não tinha agrotóxico. E terra muito grande que a gente teve aí (... inaudível) aí depois diminuiu aí ninguém quis mais ajudar aí parei [está explicando a época em que plantaram arroz numa área próxima, mas que já não plantam mais].
(Entrevista morador, Mutum II, novembro 2018).

Seu pai, ao contrário, só fazia *roça no toco*. Pergunto como é a *roça no toco*.

No toco? Olha, então ta cheio de toco ali, a gente chama no toco porque a gente *roça* esses mato aqui e fica os toco. E aí a gente planta consórcio; cerca e planta consórcio. Então, aqui acabou de nascer. Porque no lugar que cerca e cria o cara sente alegria. No lugar que não cerca, nem cria, o cara sente o atraso, (...) só come arroz e milho.
(Entrevista morador, Mutum II, novembro 2018).

As primeiras conversas sobre *roça* eram engraçadas. Eu não entendia nada. Nesta fala, quando ainda não tinha visitado nenhuma *roça*, eu continuava buscando compreender o sistema, ele explicando retoma o tema da *roça* queimada.

[Eu:] E quando bota no consórcio como que é?
Consórcio é maniva, é arroz, é milho, é banana, batata, abóbora, é tudo. Macaxeira.
[Eu:] Tudo misturado?
Tudo misturado.
[Eu:] Eu tô perguntando porque eu realmente não...
Não entende.
[Eu:] Eu não entendo né? Num mesmo espaço, aí coloca muitas coisas diferentes?

Pois é, aí ó, por acaso, ai coloca um pé de milho aqui, um pé de mandioca ali, um pé de macaxeira pra ali, um de batata, um de melancia, um de abobora, de quiabo – que eu gosto é muito (...)

Olha, como tô dizendo, hoje vocês tão vendo essa *roça* preta; tá queimada, mas quando for a partir de fevereiro e março vocês vão ver ela toda verde, toda bonitona. Milho, banana, mandioca, o que se plantar. Ai na época a gente tira a lavoura e leva pra casa pra comer.

(Entrevista morador, Mutum II, novembro 2018).

Aos poucos fui compreendendo algo que só fez real sentido ao ter a oportunidade de acompanhar todo o ciclo da *roça*: no dia dessa conversa, visitamos a *roça* antiga; lá, estavam colhendo ainda a macaxeira e uma ou outra coisa, pois já era final de ciclo e a nova *roça* já havia sido preparada (a única etapa que não presenciei foi a de realização do *acero*). Da nova *roça* queimada, que visitamos em novembro de 2018, à uma *roça* em cultivo, em dezembro do mesmo ano, para, em fevereiro do ano seguinte, 2019, a lindeza mais admirada: o crescimento do milho. Transitou-se de um espaço *queimado*, como ele mesmo fala, para um enorme *jardim*, cultivado por diferentes espécies, para as quais Seu Toada canta e assobia suas canções. O que sim nos dizem a todo instante é que seu modo de fazer *roça* é um modo de defesa das *palmeiras* e do *mato*, que é também um *modo de ver*.

Imagem 17- *Roça* cultivada em dezembro de 2018 e janeiro de 2020.



Fonte: Autoria própria, dezembro 2018 e janeiro de 2020.

Seu Querubim explica que primeiro capinam; depois plantam arroz, melancia, feijão. E outras coisas misturado. Diz assim:

Oh, nos vamos levantar por causa do tempo. Nos capina a planta de arroz e planta melancia, feijão. E as outras coisas ficam ai; quando tira uma safra vai pegando a outra; quando tira uma vai pegando a outra safra.

[Eu:] Mas tem assim certinho o que vai ser cada época?

Exatamente!

[Eu:] E como é?

Fora de época não serve pra plantar nem a melancia, nem o pepino, nem a mandioca, nem a banana.

[Eu:] E qual que e a época dessas coisas?

Olha, dezembro a gente começa a plantar milho, mandioca, arroz, semente de abobora, quiabo, pepino, melui doce – aquele que você compra na feira – tudo em dezembro. Aí vem as primeira chuvarada, aí nasce o arroz, aí o milho quando ta dessa altura assim [mostra com os braços] que tu olha e é só um jardim. É bonito uma *roça*. É por isso que eu gosto da *roça*.

(Entrevista Seu Querubim, Mutum II, novembro 2018)

Perguntas óbvias e muitas risadas da quantidade de vezes que eu não conseguia compreender o óbvio ou fazer as perguntas corretas. Não à toa, conversando com Seu Toada, certa vez, enquanto caminhávamos na *roça* ainda queimada, eu dizia que

a gente ali estava numa escola. Ao que ele concordou, dizendo que para nós era uma *lição*, e seguiu falando da *lindeza* do milho, da “briga do milho com a mandioca” e da forma como o “milho fica *brincando*, espantando com o vento”.

Isso aqui e uma lição. Isso aqui, vamos dizer. Como vocês não sabem, não entendem de *roça*, isso aqui é uma lição.

Uma *roça* dessa tá queimada ne, aqui tá feio que tá queimada, mas essa queimada aqui vai se transformar numa *roça*. Quando elas estiver ali pra essa altura assim, que vocês derem um pulo aqui, vocês vão dizer: não é aquela queimada que eu fiz naquele tempo! É outra coisa. Eu não sei esse ano, se da mó pra gente fazer o que a gente quer. Mas até ano passado, quando o milho tava dessa altura assim, [pessoas] teve ai mas não foram la na *roça* olhar. Porque o milho quando ta dessa altura assim que ele ta formando, tirar um retrato fica lindo demais!

O milho sozinho, só ele e a mandioca fica lindo demais. Só que a mandioca as vezes ta passando ele, e ele brigando com a mandioca. Eles ficam brigando eles depois, o milho passa, até porque ele dá primeiro. Mas é bonito demais.

[Eu:] que época?

Que época? De janeiro pra fevereiro já ta. Ate, mesmo que ele não esteja grande, mas ele já ta ai, ai que ele ta bonito, você olha ele ta brincando, se espantando com o vento.

(Entrevista Seu Toada, Mutum II, novembro 2018).

A mandioca é uma das principais culturas alimentares. Ao contrário do que relatava nas seções anteriores, em que se havia de vender o coco para garantir a farinha do dia, hoje através do plantio a farinha é feita pela própria *comunidade*. Há uma casa de farinha em um dos núcleos familiares, onde é possível deixa-la de molho, prensar, moer, secar na chapa aberta sob teto de palha.

A mandioca vou começar a arrancar agora em dezembro. Prometendo já plantar essa outra, que eu já to começando a arrancar essa e começando a fazer a farinha pra comer.

E aí quando terminar essa aí, quando terminou, em dezembro nós já tem mandioca de novo pra fazer farinha pra comer, assim que é.

(Entrevista Seu Toada, Mutum II, novembro 2018).

Retomamos a conversa sobre o tempo de plantio e colheita de cada coisa, e engatamos também uma conversa sobre dificuldade de venda da produção, valorização da agricultura familiar, e a produção da dependência da compra de sementes. Um agricultor explicou que se quiser vender, vende, mas, claro, se achar comprador: porque antes da construção da ferrovia, era mais fácil de vender do que nos dias de hoje, com a piçarra sempre em péssimas condições e o impedimento de acesso à *comunidade*. Ao mesmo tempo, argumenta pela importância da agricultura familiar na garantia da alimentação das pessoas, lá e na cidade, sendo eles – os *produtores*, os *trabalhadores rurais* – aqueles que garantem a comida na mesa vendendo através das feiras. No caso deles, o cultivo surge também como sua garantia básica de alimentação

independentemente dos acontecimentos, como no atual contexto, em que se anuncia uma crise, os alimentos podem servir para alimentar os animais e também podem ser estocados para suas próprias necessidades, como aponta Querubim:

Não, o milho! A gente não pode por logo tudo de uma vez porque a gente colhe pra comer assado, canjica, o milho verde bem verdinho. Se quiser tirar pra vender pode vender, se achar o comprador, porque hoje nós estamos com um pequeno acesso ruim, pra mudar. Que antes a gente vendia; aí durante esses 32 anos a gente não tinha como passar ai a piçarrada.

Tanto a nossa quanto a de vocês, porque la no Rio ou em São Luís, tem que ter agricultura pra levar pra feira pra vender pra ter a alimentação de vocês.

Quando eu quero vender eu vendo, quando eu não quero deixo so em casa estocando. Pra me alimentar que eu não sei o que vem ai pela frente, com essa crise que vem ai pela frente.

(Entrevista Seu Querubim, Mutum II, novembro 2018)

Os alimentos produzidos também são dados ou trocados entre as próprias pessoas da *comunidade* e de outras localidades. É parte inclusive da generosidade comunitária, não apenas neste povoado, munir uma visita de uma saca de farinha, um punhado de arroz, fava, pepino ou o que for possível de oferecer na ética do compartilhamento.

[Senhora:] é... verdade.. olha, agora em dezembro nos tá vendo as frutas de rama, quando vem de janeiro já tá grandinho, em fevereiro já ta pra ir logo usando, a vinagreira, abobora, pepino, todo tipo de fruta que a gente planta da. Esse ano deu muito, ne, o ano que nos passamos.

Maxixe deu muito, pepino, nos as vezes apanhávamos mais de 100. Eu dava pra todo mundo ai. Ate amadureceu.

Olha, veio todo mundo e comeu pepino, tava uma maravilha, tinha cada um assim o!

Tamo aqui, tamo na *luta*.

(Entrevista Seu Querubim e companheira, Mutum II, novembro 2018).

1.3.1 O *problema do cabelo da terra* e os “homens que *maltratam a mãe terra* pra tirar seu *sustento* e de seus fios”.

Arroz, abóbora, mandioca, macaxeira, pepino, meluí, maxixe, vinagreira, quiabo, feijão, fava, de tudo que se planta dá; e quando chega novembro já estão tirando tudinho para iniciar a *roça* em outro lugar. Uma *capoeira* fica entre 3 e 8 anos sem receber uma nova *roça*, de modo que o mato tem assim o seu próprio tempo para crescer. Um *trabalhador* explicava que naquele ano pensava em plantar no dia 1, no dia de Santa Luzia. Em outra ocasião, perguntei a outro se havia de “fazer algo”, “pedir licença” para plantar. Ele dizia que para ele, apenas à Deus, mas que para outras pessoas sim; inclusive, para afastar as cobras. O problema das cobras, afinal, é também um de *benzimento*. “É

preciso benzer para que elas se afastem, mas é difícil encontrar hoje quem o faça”. E às vezes, há também quem – hoje - não aceite mais esse caminho, considerado *feitiçaria*.

Sobre o tempo do *mato* vem, portanto, outros aspectos. Um deles, como explica Seu Toada, em suas palavras, “esse é o problema da *roça*, o *cabelo da terra*”, que sempre cresce, sempre volta a crescer. A prática de *consórcio*, portanto, é um saber que diminui a necessidade de trabalho na capina, fazendo o manejo da potência do *cabelo da terra* de crescer e *sujar* a terra novamente (e continua: “em *terra suja* o *legume* não dá, é necessário mantê-la *limpa*”).

Se você plantar a mandioca junto com o arroz, você vai aventurar o arroz dentro da mandioca. Porque você não pode.. vamos dizer, a mandioca é um espaço assim de um pé pra outro [demonstra a distância], mas você botou o arroz, de metro, mais de um metro um pouquinho de um pra outro. O arroz também pode sair. Se você plantar junto com o arroz, a mandioca junto com o arroz ou primeiro que o arroz, o arroz nasce, a mandioca nasce e ai vão crescendo uns aos outros. Querendo comer uns aos outros, querendo passar uns aos outros.

Você capina, você zela ela ali, tira um mato de dentro e eles ficam lá, eles dois brigando por um lugar. Quando o arroz para pra botar o cacho, a mandioca sobe. Ai a vez é essa e da mandioca, sobe. Quando você vai, porque corta o arroz, a mandioca você pode quebrar pra *roça* que fica ali, não tem quase mato. Porque? Porque a paia do arroz, com a sombra da mandioca, mata o mato, miúdo, embaixo.

É só essa que é a deferença, mais outra não tem. Se você botar só o arroz, purinho, sem prantar a mandioca dentro, quando você corta o arroz, aquela paia que fica, você pode quebrar ela bem quebradinha que ela dá outra pranta, outro cacho de arroz novamente. Se chama soca do arroz, é a segunda folha do arroz. Tudo isso tem na *roça*, depende é quem mexa nisso [risos]; a *roça* dá muita produção, agora, ela dá trabaio. Você tem que zelar.

(Entrevista Seu Toada, Mutum II, abril 2019).

Em várias falas, Seu Toada diferencia, portanto, o tipo de *trabaio* que a terra exige de outros, sendo este um de *zelo*. A *roça no toco* exige *zelo* constante com o *cabelo da terra*; no início, tornam a limpar, ao que aos poucos a *roça* vai seguindo seu ciclo com o *mato*, ou o *cabelo da terra*, crescendo. Quando ele descreve essa dinâmica, reflete, no entanto, que “ela bota que é pra ela se vestir, que ela não pode ficar *nua*”. Pergunto ainda ensimesmada: “ela quem? ”, ao que ele me responde: “a terra”.

Você pode capinar, fica bem limpinho, mas ele nasce de novo. Isso aqui a gente queima fica limpinha que é um brinco, mas a hora que chove ele brota. Porque é cabelo da terra.

[Eu:] e ai tem que capinar de novo?

Capina de novo, ele morre, e torna a reviver de novo.

[Eu:] mas aí deixa crescer?

Aí deixa, esse outro mato grande, a pindova, as otras arvore ne? Mata ele. Você olha não tem capim. Aí você *roça*, planta ele todinho de novo, ajeita, queima. Quando chove ele regressa (risos) entendeu?

Eu: entendi. Ai no final do ciclo, da temporada, o mato já ta todo crescendo de novo?

Ai ele cresce, novamente. Vamos dizer esse aí e o problema que a gente tem, não tem quem de jeito. (...) Porque o mato, isso aqui é o cabelo da terra, é o mato, porque ela bota que é pra ela se vestir, ela não pode ficar nua.

[Eu:] Ela quem?

A terra...

(Entrevista Seu Toada, Mutum II, dezembro 2018).

Entendo que é necessário questionar aqui o que significa a palavra *problema*, pois em minha escuta não parece assumir o sentido de problema que precisa ser resolvido pela eliminação, mas problema justamente devido a seu caráter contraditório: o *cabelo da terra* não para nunca de crescer; mas a terra, ela não pode ficar sem o *cabelo* dela, pois não pode ficar nua; logo, ela precisa se *vestir* com seu *cabelo* novamente. O *cabelo da terra* é um *problema* justamente por ser ao mesmo tempo algo que precisa ser cortado – deixando a *terra limpa* - o que não significa *nua* – pro *legume* crescer, mas que é necessário, não pode ser devastado, pois ela não pode ficar sem o *cabelo* dela. E as fases da *roça* demonstram essa sabedoria entre *limpar* e “deixar crescer”, até que se tornam potentes outra vez. Ou seja, o *cabelo da terra* exige conhecimento da terra, pois a terra afinal – a *mãe terra* – ela quer *zelo* sobre ela.

Imagem 18 - Frutos da roça: milho, macaxeira, quiabo...



Fonte: Autoria própria, dezembro 2018.

A *mãe terra* sofre com a destruição causada pelos homens, que são *malvados*, e a *maltratam*; a forma de “não *judiar*”, *de zelar*, “é se ficar a *floresta*”. Em sua fala, Seu Toada ressalta assim a *floresta*, que muitas vezes surge, como já situei, como sinônimo

do *mato*. Nesta fala ele nos diz então que mesmo no caso da *roça*, todas essas são formas de acabar com o *mato* e, logo, com a *floresta*, destruindo e explorando, assim, a *mãe terra*. Em sua defesa, no entanto, diz que eles *judiam* não porque querem, mas porque precisam: “pra tirar *sustento*, pros filhos, pros outros, através de seus *frutos*”.

Isso aqui ó, isso aqui ó, homem é marvado. Nós *roça*, queima, nós tamo destruindo a mãe terra. Porque nós tamo acabando com os mato, explorando a mãe terra. E ela fica sofrendo. Não é porque nós queira, porque nós faz isso pra tirar sustento pra nós, pros fio, pros outros, pra qualquer outra pessoa. Mas é que nós tamo explorando a mãe terra. Nós tamo judiando com ela. Nós não judia com ela se ficar a floresta. Ai nós não tamo judiando com ela, ela tá compreta, tá calma. Mas nós explora. Nós só faz as coisas explorando a mãe terra. É só isso.

É tão bonito isso aqui. Isso aqui quando ela der os fruto, você vem aqui. Borá lá, borá lá.

(Entrevista Seu Toada, Mutum II, dezembro 2018).

1.3.2 A *nação* do porco e o cercamento: já não se pode mais *criar*, pois o trem vai matar.

Quando primeiro cheguei à Mutum II, em julho de 2018, e conversava com Margarida, ela me dizia entredentes que estava tudo muito ruim, que o trem matava tudo quanto é *criação* e já não dava mais pra *criar* os *bichos*. Nas falas de Canela, também ela ressalta a importância dos *bichos* que tinha nos *terreiros*: galinha e porco não faltava, garantindo a alimentação. Andando pelos caminhos, avistam-se muitos porcos, galinhas e patos circulando, mas, segundo eles, não como antigamente. Os porcos já foram, inclusive, motivo de alguns desentendimentos entre os próprios moradores/as, no passado, pois havia quem não entendesse que aquela terra ali foi conquistada para *criar e produzir*, *criar* todo tipo de *bicho* que pudesse. Seu Toada relata um desses embates:

Uhm! Senhora isso é demais! É difícil demais! Nós já tivemos em delegacia. Por causa disso aqui. Porque teve um rapaz aqui, que o de lá é desmatado, ai ele não queria que o porco fosse pra lá. E porco você sabe que revira a terra. Porco é um arado danado. Ele não queria. Ele foi e deu parte. Chegemo la, rapaz é o seguinte. Você não quer que o bicho entre no seu terreno? “Não”. Entonce quando você comprou aquilo ali você já sabia que nós tinha comprado pra cria. Isso aqui nós compremos pra cria. Não é pra dizer que foi comprado pra fazer outra coisa não, pra viver e criar, o bicho que pudesse criar. Ai ele deu parte, nós fomos na delegacia, chegamos la o delegado disse: “rapaz, vocês vão prender os bichos de vocês”. Nós dizemos: delegado, eu não prendo. “Não prende?” Nós dizemos: não. “Então ele mata”. Pode matar, mas eu prender não vou prender. O delegado, quando ele comprou aquilo ali ele já sabia que nós tinha comprado aquilo ali era pra cria, se ele quer criar só o gado? “É”. Pois então ele cerca. “Eu não posso cercar”. Nós faz um acordo: você compra o arame e nós lhe ajuda a cerca. “Eu também não compro”. Então se não quer acordo nós também não vamos matar nossos bichos não.

(Entrevista Seu Toada, Mutum II, dezembro 2018).

Porcos, explica ele, “são um *arado* danado da terra”; mas que se sente pior onde é *quinta*, pois onde tem *mato*, porco se *cria* solto. No relato acima, Seu Toada relata um momento duro em que tiveram de sustentar um dos princípios que impulsionou o processo de *luta* e conquista da terra: terra pra *criar*, pra *produzir* – e nesta mesma situação, afirmavam que “nem matariam nem prenderiam os seus próprios *bichos*”. Ao relatar este embate ele também conta que ali, naquela terra, a “*nação* era porco”, não tinha isso de *criar* gado de forma tão ampla, como se tem hoje em algumas localidades da região entre os próprios moradores. Simultaneamente, essa entrada – a *nação* do porco e o porco como *modo de ver* com o *mato* – também revela o processo de *aprisionamento* e cercamento que se antes despontava como resolução de um conflito ou outro, logo tornou-se algo imensurável diante dos animais que passaram a ser mortos todos os dias pelo trem, nos trilhos da EFC.

Dona Flor rememora assim:

Joana, eu vou te dizer, Joana. Graças a Deus que vencemos. Eu vou dizer, essa terra foi comprada aqui e o que nós tinha aqui era nossa vida e os porcos. Agora, porco tinha muito. Foi três carradas de porco, daqui.
 [Ele]: os porcos daqui... os porcos morria sozinho, quando tava embarcado.
 Rapaz, vocês criavam porco sem frescura.
 O que acabou com nossos porcos daqui foi essa Vale.
 [Ele]: ah, depois que passou essa Vale aí acabou com tudo.
 Ai ficou, eu fiquei com duas porcas. Só duas porcas que eu pedi. Dessas duas porcas eu vim *lutando, lutando, lutando* (...) Aqui tinha dia desse infeliz aí matar era 20, 30 porco.
 [Eu]: qual infeliz?
 [os dois]: o Trem!
 [Ele]: a Vale acabou com tudo.
 (Entrevista Dona Flor e companheiro, Mutum II, abril 2019).

A conversa continuou com eles explicando que porco se *cria* solto, embora ali houvesse tanto porco que tinha até chiqueiro; porque não adiantava passar arame que não segura porco; e que não havia condição de *criar* só com ração, então ‘não podia viver *trancado*’.

A ração era milho e palmito, nós arrancava um tofo de mandioca desse tamanho e me sentava aí com a manseta, quebrando mandioca pra porco comer, batendo de manseta pra matar a mandioca, ta vendo? Nós trazia dois coifo na cabeça a *roça* e chegava e botava. Joana, eu vou lhe dizer uma coisa: eu hoje eu não trabalho mais.
 (Entrevista Dona Flor e companheiro, Mutum II, abril 2019).

Mais à frente retornarei à esta declaração de Dona Flor, sobre como “hoje não trabaia mais”. Por agora, é importante perceber a magnitude da perda dos *bichos* mortos na EFC e, sobretudo, frente a forma como isso também desembocou numa alteração muito significativa do *modo de ver* e das próprias condições de defesa do *mato*: porco convive e se alimenta no *mato*, mas *arada* terra desmatada; gado necessita da terra desmatada para conviver e se alimentar. Sem entender ainda a história do porco, pergunto qual era a reclamação:

Não... é que os bicho estava revirando o capim que ele botou e ele não queria que os porco revirasse o capim e aí ele deu parte.

[Eu:] mas porque os porcos, os bichos de vocês ficam solto, não fica? O gado, por exemplo, sempre foi solto?

O daqui? Não, esse gado daqui tá solto agora porque os arames foram tirados dali.

Eu: ah tah, então gado prendia.

Gado prendia. Agora, o porco se prendia de noite. De dia... porco ganha o mato né?

Eu: e cabra e cabrito?

Esses e preso todo dia.

Eu: se não come tudo ne?

Cabrito se prende 12h, solta de manhã, de tarde se prende e noite se prende. Não se pode deixar nada solto de noite. É proibido mesmo. Tem muita gente que deixa solto ai, mas no inverno o gado dorme solto.

(Entrevista Dona Flor e companheiro, Mutum II, abril 2019).

O tema remete, portanto, por um lado, aos atropelamentos de animais ao longo da EFC e ao avanço do cercamento para tentar contê-los na tensa relação com os trilhos; e, por outro, à brusca mudança na cultura alimentar e de *criação* que impulsionou a *luta* e que lhes rendia melhores condições de alimentação, de *sustento* e convívio em seu ambiente, conforme pensado e planejado pela *comunidade*. Comento com uma moradora sobre o relato que ouvi de uma pessoa que teve de sair de madrugada atrás do gado, pois este havia passado em direção à ferrovia. Ele explica:

Porque o gado é o seguinte, ele prende, mas de noite ele rebenta o arame, gado é danado. E isso aí quando ele sair o destino é a ferrovia. Sabe porquê? Eu vou explicar. Na beira da ferrovia tem aquele capim bonitinhoooooo

[Eu:] como chama?

Lajeado.

(Entrevista moradora, Mutum II, dezembro 2018).

O capim emerge como um mobilizador, portanto, de tensões no dia a dia, do conflito histórico vivenciado na *luta* pela terra e frente à atual corporativa. Ele remete à vários aspectos de seu avanço sobre o território construído, logo, dos *modos de ver*.

Abordei anteriormente a vinculação entre a supressão territorial e ecológica – abrindo espaço para o capim – para gado pastar nas fazendas e às margens da ferrovia; o capim surge neste contexto como atrativo que agrava ainda mais a morte de animais na EFC. Só um morador deste povoado já teve mais de 50 cabeças de gado mortas desde o início do conflito, sem nunca ter recebido qualquer tipo de ressarcimento por isso (ao contrário dos fazendeiros que perderam seus búfalos, em sua visão) motivo pelo qual continua na *luta* para que a Vale refaça a cerca na estrada vicinal – estrada da independência. Ou seja, o tema das cercas aparece na ambiguidade entre *prender* e aumentar a segurança nas margens das estradas vicinais e de acesso.

O capim também surge em algumas falas como vinculado ao aparecimento de cobras, que segundo a mesma moradora, vem junto do capim recentemente plantado na região; este capim, explica outro morador, é o que eles usam para fazer a contenção da EFC, que, como já explicitiei, encontra-se em profundidade a nível muito superior à estrada vicinal, sujeita a alagamentos e erosão do solo (o capim margeia toda a EFC, fazendo a contenção do solo, nesta visão).

Capim também identificado como destruidor dos campos inundáveis, na medida em que – com o vento – ele se espalhou por aquele solo e, agora, muitos moradores já não querem mais limpar o campo (na época seca havia o costume de limpar o campo, também com prática de queimada, grande parte das vezes) para deixar como pasto para o gado recém adquirido (em menores quantidades). O nome dado pelas pessoas a este capim é bastante elucidativo: *mata campo*. Este capim, segundo a visão de Seu Toada, trouxe também o *mururu*, “trouxe essa malícia”, que vai aterrando o campo.

Ta se acabando o campo, nosso campo se acabou. Nosso campo era limpo que era uma beleza, isso era uma maravilha, não via mato, so vista bonita.

Eu: como será o campo ta sendo aterrado.

Sabe? O mato e cabelo da terra, o mato e cabelo da terra. Dantes tinha quem queimava ta vendo? E agora, pararam de queimar, bota o gado.. porque se queimar o campo, o gado não tem onde come.. então não queima..

[Eu:] antes não tinha tanto gado?

Não tinha, a nação era mais porco, era melhor.. tinha, oh não tinha esses enganches, redes de enganho não tinha, não tinha de tapar no campo, pra cercar pro peixe não passar, o peixe andava liberto; tapagem; não existia essas coisas. Depois que [nome] tapou de seco a seco ai pronto, ai matou os peixe.. o peixe daqui só sobe se lá estiver aberto, só chega ate [lá], depois não passa pro campo.

(Entrevista Seu Toada, Mutum II, novembro 2018).

Em suma, da *cerca de pau* que *cerca roça* como solução para alguns embates menores, passou-se à disputa da cerca como contenção. Segundo relatam, quando a

ferrovia foi construída foi feita uma cerca, que com o tempo se acabou. Foi então a própria *comunidade* que se organizou para construir uma nova cerca, ao longo de sua terra, assim como foi a própria *comunidade* que construiu a Passagem em Nível garantindo a saída de automóveis pelos trilhos da EFC, e marcando um ponto importante do *confronto* com a Vale. Na estrada vicinal – estrada da independência - um longo trecho permanece sem cerca –facilitando ainda mais a passagem do gado para a EFC. Nesta mesma estrada, é também a *comunidade* que constrói uma ponte improvisada toda vez que a falta de manutenção e a força das águas destrói a estrada vicinal e os deixa “ilhados”, *isolados*, como dizem.

Eu: Antes da ferrovia existir, o pessoal já usava cerca aqui?
 Não, só cerca de pau, como que cerca, essa cerca de pau.
 Eu: Mas ai como criava os bichos?
 Solto assim o bode, porco
 Eu: Mas já tinha vaca?
 Não, tinha trem pra matar.
 (Entrevista morador, Mutum II, dezembro 2018).

1.4 “Já passei muita sede nesse lugar”: a *luta* pelo acesso à água e seus frutos ontem e hoje.

A memória que traz Dona Flor remete, em suas palavras, à “farta d’água aqui nesse lugar”. Terra de águas salobas, a *luta* por água pra beber, cozinhar, lavar roupa, dar aos animais, molhar as plantas, remonta à histórias de sede e necessidade, mas também de uma relação própria com os campos, os Igarapés, os *frutos* fornecidos por eles e relações de solidariedade. Desta feita, os já relatados processos de devastação e soterramento de campos e Igarapés, entre outras problemáticas, agravaram ainda mais o quadro da seca no verão, em contraposição ao período da chuva, no inverno. Estas relações de solidariedade, no entanto, são marcadas por tensionamentos crescentes e contradições na relação estabelecida com o Estado e com a Vale em função desta dinâmica.

Quando chegamos ao campo para a estadia mais longa, em novembro de 2018, em pleno verão, havia um mês que o município não entregava água em Mutum II. O que deveria acontecer, pelo menos, de duas em duas semanas. Durante todo o dia “acompanhávamos” as pessoas percorrendo várias localidades no povoado e fora dele, às vezes em lugares muito distantes, sempre com potes, carrinhos de mão, motos, baldes, tintas e o que fosse possível carregar para garantir um pouco de água para beber. As águas

dos açudes construídos em dois núcleos familiares estavam visivelmente tomadas pelo limo, ainda assim sendo usadas para beber. Essa situação que mobilizava a vida cotidiana mobilizou a nossa presença também, nessa primeira estadia mais longa da pesquisa de campo.

Imagem 19 - Procura incessante por água no verão.



Fonte: Autoria própria, novembro 2018.

A água abriu caminho em muitas conversas por demarcar em quase todas as narrativas a *luta* pela sobrevivência ao longo do tempo, a falta de acesso à informação sobre alguns aspectos determinadores da dinâmica territorial. Foi através da água que fomos levadas aos problemas de saúde e à questão da transição da construção de cisternas pelo Governo Federal na política pública do Programa Água para Todos para, atualmente, por um projeto social pela Vale, sobre o qual deterei a atenção.

Foi também através da água que pude atentar aos efeitos dos atos do Estado e das estratégias corporativas no processo de tensionamento de relações comunitárias. Conversei sobre essa leitura da situação com seu *Cravo* e ele concordava. Eu comentava com ele como parecia haver tensões ou conflitos ao redor da água que parecem “problemas de vizinhos”, quando estão sendo agudizados pelo Estado e pela Vale. Esta visão vem se demonstrando bastante pertinente, expandindo para outras dinâmicas. A partir dela, passei a considerar como a destituição ecológica, territorial e social causada pelas ações de Estado, pelos fazendeiros e pela Vale ao mesmo tempo impulsionaram um

processo de união, solidariedade e *luta*, mas também afetam as relações de solidariedade no convívio, locais e formas de uso comum dos bens naturais, esgarçam suas estratégias de sustentabilidade da vida (OROZCO, 2014), historicamente engendradas.

1.4.1 “A farta d’água dá *vergonha*”: a disputa política e o território como projeto de vida.

Dona Flor mostrava indignação com a falta de água para beber, durante uma das primeiras conversas mais longas em novembro de 2018. Logo em seguida retomando memórias sobre suas vivências e de tantas outras mulheres, homens e crianças, através das *dificuldades* e da *luta* por caminhar longas distâncias para conseguir água para beber.

E a água? Que nós não tamo tendo nem pra beber? Que tem uns buraco de açude, mas é do jeito que vocês tão enxergando, que são duas doutora, formada, mas tão enxergando a dificuldade que nós tamo passando aqui. Nesse lugar.

Água? Vocês ainda vão ver, que vocês vão la e vou mandar [nome] mostrar onde nós apanhava água nesse tempo.

[Eu:] onde que era?

Na gurujuba! So dava tempo de nós ir num caminho d’água. No verão, nós ia um caminho de manhã e outro de tarde, nós ia pra lá buscar. Quando nós chegava aqui era com o sol quente. Quando nós quebrava a vasilha no caminho, que era cabaça e pote, como era minha filha? Nós vinha pra casa sem água, sem nada. Sem caco de cabaça, sem caco de pote, sem nada. Arrudiando o pescoço. Ta vendo?

(Entrevista Dona Flor, Mutum II, novembro 2018).

Porém, junto às memórias sobre as dificuldades vividas, a reflexão sobre o tempo presente oscila, ao mesmo tempo, em identificar melhorias e permanências de condições degradantes, por exemplo, através do questionamento da qualidade da água que chega e daquela que às vezes é preciso beber, as águas dos açudes, muitas vezes compartilhadas com animais.

E agora facilitou mais porque tem esse bando de buraco emprestado, cheio do que não presta dentro da água. Mas essa mesmo nós bebe. A água mais limpa que tem aqui que nos tira pra se servir e aquela ali, que não entra enxurrada, não entra esgoto para dentro do açude. A água é de cima, mas tema bactéria. Porque a gente coloca ela dentro da bacia e fica aquela grude, agarrada dentro da vasilha. E eu tenho medo de beber essa água e não e só eu que tenho medo que é uma água limpa que cai de cima, mas cria dentro as porcaria, os bicho, tem coisa dentro d’água. E agora com esse fulano de tal de Vale, fizeram essas caixas ai mas cadê ? Cadê a água que tem dentro pra gente tirar pra beber? Ta no verão.. mas depois que elas encherem no inverno.. ta certo, tem fartura d’água. Mas nos tamo numa penura.

(Entrevista Dona Flor, Mutum II, novembro 2018).

O histórico de *luta* pela água remonta à relação com os campos e a água saloba, as longas caminhadas em busca de alternativas, a importância do Igarapé, mas também à construção de uma série de açudes, pelos moradores/as e pela Vale, ao longo dos anos, assim como de poços artesianos – em nossos percursos, contamos mais de 9 açudes em diferentes povoados vizinhos, ao passo que em Mutum II encontramos apenas dois poços artesianos: um ativado, em uso pela *comunidade*; o outro, construído pela prefeitura, mas quebrado. Uns dizem que por iniciativa da própria prefeitura; outros, que a Vale repassou os recursos ao município para construção de poços, mas que este foi desviado. Fato é que ainda no início da construção um erro levou à quebra da bomba, motivo pelo qual o poço e a caixa d'água estão lá – “fazendo vontade” – mas sem nenhuma ação de conserto por parte do município, até o momento da escrita deste capítulo.

O cotidiano estava marcado, assim, por uma *luta* incessante por encontrar água. Na falta de mecanismos que permitam uma alternativa de autonomia entre as *comunidades*, acabam dependentes da oscilação das chuvas e da entrega de água pelo município, que deveria ocorrer de duas em duas semanas. Em tempos recentes, a situação foi sendo alterada primeiro pela política pública citada e, após, pela *chegada* do projeto social da Vale. Naquele momento em que lá estávamos, a alternativa era beber água do açude contaminado, cuja qualidade estava sendo testada pela Vale. Um dia, um rapaz apareceu para buscar amostras de água para testes: disse que as amostras anteriores haviam indicado que a água estava imprópria para consumo – o teste era da água dos açudes inseridas nos filtros de barro entregues pela empresa às famílias *participantes*. Ele entregou também os produtos para limpeza dos filtros: as orientações repassadas eram de que as famílias deveriam fazer o processo de decantação da água, e utilizar o produto entregue antes de bebê-la. No entanto, os resíduos oriundos dos açudes eram tantos que entupiam os filtros, gerando um trabalho incessante para sua limpeza⁷². A necessidade diária das famílias é muito maior, sendo comum beber água do açude sem filtrar, ou, quando possível, comprar galões com pessoas que chegam da cidade para vender. Algumas mulheres relataram sentir uma sensação de *vergonha*, como na fala de Canela, em que aponta ao mesmo tempo *vergonha* com quem vem de fora visitar, mas desconfiança com a água que é trazida pelos carros pipa

⁷² Cabe dizer que as pessoas com as quais conversamos diziam não ter informações completas sobre aqueles testes, nem haviam sido informadas sobre os resultados preliminares encontrados pela empresa, até então.

A gente fica até com vergonha quando vem as pessoas de fora, oh, assim como vocês, chega aqui no meio de nós nessa comunidade, cadê? Não tem água. Tem essas águas veia que nós se serve. E vocês que vem lá de fora, não tão acostumados com essas águas daqui. Ai já botaram aqui o, vocês já olharam, já viu a água que eles traz?
(Entrevista Canela, Mutum II, novembro 2018).

A água nos levou à caminhar pelas casas nos povoados da região. Este tema sempre foi bem recebido, ele é uma realidade angustiante em suas vidas. Muitas destas casas estavam em pleno processo de construção das cisternas que *ganham* da Vale, outras dispunham das cisternas do Governo Federal ou da Vale, assim como havia aquelas casas que não dispunham nem de uma nem de outra. Através dessas visitas, e das conversas regadas a beberico de café, fui compreendendo, ao final, que a intervenção da Vale não implicava apenas em construção das cisternas, mas em diferentes iniciativas, mais complexas; que partiam, no entanto, das casas. O projeto “Casa Saudável”, através do qual são construídas diversas “tecnologias sociais” no território casa, institui normativas e condicionantes de *participação* que, se seguidos, conforme relataram moradores/as, permitem que a pessoa *ganhe* uma série de benefícios.

Nestas longas caminhadas, escutamos e vimos, portanto, histórias de *luta* pela água na construção do território; a relevância da destruição do Igarapé em suas vidas, neste contexto; a transição da construção das cisternas pela política pública do Governo Federal para a empresa; a ambiguidade política na relação com o município, responsável por entregar água proveniente de seu sistema de abastecimento; e uma série de outras questões reveladoras das dinâmicas de disputa em torno da capacidade política de legitimamente decidir sobre o território enquanto projeto de vida (ARAÓZ, 2014).

1.4.2 Uma vida de *dificuldade*: balde d’água na cabeça e os longos *caminhos* trilhados para buscar água.

No início do capítulo, Dona Flor contava sobre como sua chegada à este lugar hoje chamado Mutum II, ela mulher grávida e, logo, recém parida, foi marcada pela sede, pela *farta d’água*. Sua fala mescla o modo como a sede exigia buscar e beber água nos mesmos lugares que os animais, ou seja, contaminada por *mijo* ou todo tipo de poluente. As memórias vão e vem e relatam momentos em que tudo ficava inundado, como se vivessem *ilhados*, e outros de muita sede. Ainda, quando relatava os caminhos do coco,

abordava também o modo de levar água em potes e cabaças, na cabeça, enterrá-las na terra, para não esquentar, e contar apenas com aqueles goles durante o dia.

Esta situação foi alterada com a construção dos açudes, uns por iniciativa de fazendeiros ou moradores/as, e a partir da década de 1970, também pela Vale. Segundo apontam, a construção da EFC exigia o uso da terra, portanto, retirava-se terra de um determinado lugar, construindo um açude, em decorrência da obra. Foi assim que foi construído, por exemplo, o açude na Canarana, o “açude da Vale” – onde há também um poço artesiano próximo à antiga sede da fazenda desapropriada pelo Incra nos processos de *luta* pela terra. Pergunto onde iam buscar água e ela nos relata as longas caminhadas que faziam ao povoado vizinho, Canarana, para buscar água:

Na Canarana!

No poço, no poço e naquele açude que tem desse lado que nós ia encher a água. [Eu:] qual açude, o açude que a Vale fez? [referindo-me a outro momento da conversa].

Esse. O açude que a Vale fez e nós ia buscar lá. Uma vez eu fui com uma comadre minha, quando chegou bem na descida do caminho do Pico de lá pra cá, na estrada que nós andava, ela caiu com o pote e quebrou, deu de cara, veio chorando de lá, minha cumadi... é cumadi, cumadi mesmo. E aí nós ia encher lá, nós ia de manhã e de tarde, um multidão de gente, grandes e meninos, nós ia pra banhar, sem ter um pingo aqui nesse lugar, (...) no campo que passou, a água azeda que nem limão, não pode se beber, nem pra lavar roupa não presta. Só mesmo pra banhar, o cabelo cai todinho, fica peladinho de água do campo, azeda. Mas nós temos que fazer o esforço. Peguemos enchemos na Canarana. {nome} traz pra mim e eu comprava da mão do menino que mataram lá e ele vinha pra deixar pra nós, tonéis e tonéis d'água. Aqui quando era [nome] ele trazia dois tonéis cheios, pra nós passar o dia, pra nós beber. Do poço, lá também, só presta botando na geladeira pra ela esfriar, pra nós beber, aqui e difícil.

Olha eu, [nomes]. Só. Isso aqui tudo. Daqui pro Mel todo mundo ia buscar água lá.

Homem, mulher e criança. Quantas pedradas, procura, aquela [nome] ali. (Entrevista Dona Flor, Mutum II, novembro 2018).

Engata na explicação sobre como era necessário “fazer o esforço”, então como muitas vezes banhavam na água do campo, *saloba*, *azeda*, “que fazia o cabelo cair”; e como em outras pegavam o *caminho* da Canarana – “uma multidão de gente” – para usar a água do poço e do “açude da Vale”. Ademais, a solidariedade entre as pessoas surge como um elemento central para garantia da água ao menos para beber, estratégias necessárias para dar conta da *farta d'água* nesse lugar.

Ela rememora também acontecimentos que marcaram as memórias de muitas pessoas, pois advém em distintos relatos, sobre as pedradas recebidas do trem, nestes *caminhos* para buscar água.

Que trazia um balde na cabeça, o pessoal do coletivo, do trem, tacavam pedrada em nós, acho que eles botava no carro, botava dentro do carro pedra brita pra dar pedrada em nós aqui; no caminho com água na cabeça, de tarde quando eles passava;

[Eu:] O trem?

O pessoal da Vale. Prato de comer, de bandeco, jogavam em nós, de pedrada em nós. Caia dentro da água, pegava em nos aí nesse caminho; lá naquele buraco lá nós vinha subindo, quando vinha subindo e vinha o coletivo, Vra! Passando, minha irmã, tacou uma pedra no balde de [nome] que molhou ela todinha, sorte que não quebrou o balde; e ni mim também. Prato de bandeco de comer. Resto de comer que eles comiam pra botar fora, jogava em nós aí, na estrada, quando passava no coletivo; pedrada tudo, tudo, pedrada nós já pegamos de gente que ia no coletivo aí nesses caminho pegando água, quando vinha de tarde; porque ele passava aqui de manhã, quando vinha de tarde - andava de dia não era de noite - e agora ele passa 10h e de noite e a hora que ele volta.

[Eu:] E esse coletivo é o que?

E o coletivo do trem que passa carregando gente. Vai cheinho assim. Era 12 vagões que tinha e agora tá tomando conta da estradinha todinha. Era marvado o pessoal que andava aí, no trem, nós tinha medo quando os coletivos vinha, na beirada da estrada, nós corria tudo pra dentro do mato: menino! Era [nomes das crianças] cada uma com um litro de água no braço, elas traziam de lá pra cá pra trazer água, [nomes] tudo pequeno assim; ia as crianças pra banhar e trazer cada uma um litro de água, uma cabacinha, e os grande trazia o pote e lata, nesse tempo não tinha os baldes de plástico ainda; aí depois que veio os baldes, ah aí pronto.

(Entrevista Dona Flor, Mutum II, novembro 2018).

Melancia rememora a mesma história, retomando as dificuldades que viveu por conta da ausência do marido, da dificuldade – que prevalece hoje - de não ter nem mesmo um pote adequado para o armazenamento de água, motivo pelo qual usavam garrafa de querosene.

Ai depois que ele foi nos ficamos aqui, eu fiquei aqui mais meus meninos e [nome], nos sempre nessa *luta* de água, sempre nós indo na beira do campo. Pra tirar água nas cacimba e trazer, pra banhar, pra lavar.. quando não nós ia pra Canarana. Teve uma vez que nós fomos aqui um bocado [de gente] de manhã, mais esse [nome]. Quando nós fomos, que subimos na estrada do trem, o coletivo vinha, aí nós com as vasilhas na cabeça.

Ai um bocado de gente botou com a cabeça do lado de fora do Trem, acho que eles já tavam com as pedras lá. Ai minha irmã eles pegaram essas pedras e sapecaram em nós, e nós com as vasilhas d'água na cabeça e saímos nos escondendo, abaixando com a vasilha na cabeça. Ai um jogou a pedra e quase que bate na frente [nome]. Quase que pega e andou pegando de quase pegar na minha barriga, na minha costela. (...)

Ai ele saiu e nós ficamos aqui. Ai teve um tempo que nos travessava a anza acolá pra fazer *roça* do outro lado, meu marido, eu e meus meninos... quando vinha pra cá. As vezes a gente levava água nessas garrafas aí, não tinha, era difícil garrafa de plástico, era dessa que quebra, de casco de cerveja; primeiro vinha querosene nelas, a gente comprava dentro das garrafas, aí a gente lavava e guardava e quando ia pra *roça* nós levava e colocava nos pé das pinduveiras pra água ficar fria pra nós beber.

E aí os meninos chegaram lá e descobriram de cavar uns buracos bem fundos, e cobria e botava garrafa pra não esquentar. E tinha também uma cumbuca, umas garrafas também que chama cuia, tem bem ali também um pé, aí gente

fazia assim umas cumbuca, botava água e levava pra *roça*; cabaça também, umas que a gente planta na *roça*, que a gente colocava água pra beber. (Entrevista Melancia, Mutum II, novembro 2018).

Uma outra visão sobre a estrada vicinal construída entre os povoados, e que é destruída no inverno devido à falta de estrutura adequada perante a força da água do Igarapé e da chuva, surge nas falas de mulheres ao evidenciarem o exato ponto onde, mesmo no verão, havia sempre água, peixe para pescar e lugar para as mulheres lavarem roupa. Era lá que se reuniam com uma tábua, no fim de tarde, enquanto as crianças brincavam nas águas, para lavar a roupa da família. Ainda nos dias de hoje, quando pergunto a Canela a principal dificuldade de ficar sem água ela aponta como fica *cansativo* devido à quantidade de atividades diárias que exigem água e o racionamento de água para beber na geladeira. Rememora, assim, a preocupação com a água diante da morte de um ente querido, quando receberam muitas pessoas no povoado, e que “graças a Deus” tiveram água para oferecer:

[Eu:] A senhora falou também dessa dificuldade de ficar tendo que ir buscar água e as vezes vai buscar, a água não tá boa, mas dentro de casa o que é mais difícil de ficar sem água?

Ah é mais difícil assim, a gente já fica cansativo. Tá com as coisas sujas e fica pensando, ih meu deus não tem água, onde que vou pegar água pra lavar essas coisas todas, fazer de comer, aí vai e pega água. Mais dificultoso pra nós mesmo é a água, trabaia nós temo que trabaia; agora a água de onde nós vamos tirar as coisas pra beber? Tudo seco? As vezes a gente compra umas duas, três coisas, não chega; porque tem que banhar e lavar as coisas, até de beber a geladeira fica seca, então e a gente que fica esperando quando vem trazer. Tava com um mês que [nome] ligava pra eles trazerem essa água; da outra vez que eles trouxeram foi da vez que o menino morreu, foi graças a Deus que serviu que tinha muita gente nessa casa, foi muita gente que vieram (...) Então graças a Deus que deu pra fornecer pra esse pessoal banhar, lavar roupa, banhava menino, e não tem quem guenta ficar aqui... porque uma hora dessas, oh como a gente já tá, se coçando, sujo, cheio de poeira, com calor, então vai cá, vai acolá, fazer uma coisa, um calor, não vai se deitar brenhado, o outro já vai tirar e vai, ou então fica pra banhar só de noite, uma vez.

(Entrevista Canela, Mutum II, novembro 2018).

E continua apontando a diferença entre o verão e o inverno, a relação difícil com o município, responsável por trazer água para a comunidade, e o princípio maior de que “água não se pode sovinar”; também reflete que a pessoa que mais busca água termina sendo ela, que “fica em casa” e que corresponde também à quem mais realiza as tarefas domésticas.

A água a gente já pega e eles vêm trazer. Eles não gostam, mas vem trazer. No inverno não, e água pra todo lado, a gente escolhe qual que bebe, qual que lava

a roupa, qual que banha, os açudes enche até um tempo, quando o verão vai aumentando aí a as águas vão abaixando, dos açudes, aí eles ficam seco, outros ficam só a lama, aí fica amarelo não presta não, não sei se vocês foram no açude ali [dizemos que sim, fomos], pois é essa que nós estamos bebendo.

E quem pode tá comprando, trocando, vai compra lá fora e bebe, agora, água, minha irmã, não se suvina, não se pode suvinar água. É pra gente beber, os de casa e quem chega, é pra gente beber em casa e pra quem chega, não pode suvinar. E aí a gente tem que buscar lá longe pra trazer pra casa, pra gente consumir e dar pras pessoas que chegam e que querem, e quando não tem a gente guenta, fica, enche de manhã, enche 12h, de tarde, os horários da gente encher a água. Enche de manhã pra usar até de tarde, quando for de tarde até a noite e quando amanhece o dia é o mesmo de novo.

[Eu:] E aqui quem que busca mais água, na casa da senhora?

Aqui e eu e minha menina e meu neto. Todo mundo enche. Mas sempre eu enchendo mais, que eu que fico em casa.

(Entrevista Canela, Mutum II, novembro 2018).

Assim, todo o tempo essa dificuldade de água, de caminhar longas distâncias para busca-la, para beber, lavar roupa, *fazer o de comer*.

Mas todo tempo a gente trabalhando, todo tempo. E todo tempo essa dificuldade de água. A gente enchendo os potes de água, as latas, e vinha pra casa. Aí arrumava as roupas nos sacos, nesse tempo era nos sacos, aí tirava e ia pro campo lavar. Quando era uma hora dessa a gente ia pra lá pra pescar, pescava, trazia os peixes pra casa, comia frito, cozinhado, eu gosto dele assado; e mais todo tempo assim e quando começaram a fazer os açudes aí o [nome] falou pra fazer esse açude e fizeram esse buraquinho aqui. [nome] fez um buracão lá na casa dela, a gente chamava as pocinhas nesse tempo. Quando chovia enchia de água e a gente ia pegar pra beber, banhar.

[Eu:] Nessa época já tinha parado de buscar água na Canarana?

Não, ainda buscava água na Canarana. A água lá. Na Canarana. Teve ano que a gente ia pra Bubasa também, lavar roupa e buscar água nos açudes lá. Quando fizeram a estrada [EFC] ficou os açudes, aí enchia e a gente ia buscar água também pra lá. Oh, nesse ano que eu vim aqui foi quando fizeram essa estrada do trem. Em 80 foi que fizeram essa estrada. As máquinas rasgaram no dia que eu vim lá da casa de meus pais, que eu vim lá do [nome].

(Entrevista Canela, Mutum II, novembro 2018).

São histórias que expõem os vários *caminhos* trilhados também em busca d'água. Num momento mais recente de sua vida, Dona Flor teve sua filha muito adoentada, em casa. Ela então seguiu para a Canarana para buscar água e lavar sua roupa lá mesmo, quando, debaixo daquele sol quente, teve um derrame e “caiu dura” na terra ressecada. Conta essa história com espanto, mas também expõe que uma vida sem água, é uma vida de muita dificuldade.



Fonte: Autoria própria, dezembro 2018.

Expus a questão a um morador, dizendo que as mulheres relataram muitas histórias, para mim, de *luta* por conseguir água para beber, fazer as tarefas do dia a dia, percorrendo *caminhos* junto às crianças e homens também, enfrentando adversidades. Ao que ele respondeu: “Água é vida! Agora melhorou um pouco com esse projeto da Estação Conhecimento e com essa *marca* que trouxeram aí”. Esta fala foi seguida de um relato sobre como foi feita uma reunião com os “Relação com Comunidade” e as pessoas presentes decidiram aceitar o projeto social. E ponderou: “(..), mas, sabe como é, esses projetos... eles *esfriam a comunidade*”.

1.4.3 Tensionamentos no acesso à água e seus frutos como bens comuns.

Na primeira parte do capítulo, relatava a forma como o soterramento do Igarapé e, progressivamente, também dos campos, teria ocorrido em três etapas: iniciando com o desmatamento nos anos 70, tendo a situação ainda mais agravada com a construção da EFC, em 80, e, enterrando de vez com o processo de duplicação no século XXI. É importante ressaltar que o aterramento não significa total ausência de água no inverno, posto que a ausência de estruturas adequadas à força das chuvas gera todo tipo de alagamento, mas sim no verão, época de maior dificuldade na vida das pessoas no que tange o acesso. O igarapé era aquele lugar onde, independente da estação, sempre podia se encontrar sombra e água para catar coco, pescar o alimento, lavar roupa, etc. Num saudosismo desse tempo, vem a memória de moradores: “você chegava na beira do Igarapé, você sentia aquela frieza, bonito...”

Imagem 21– Visão do Igarapé do Mel desde a EFC em direção ao povoado; leito de chegada do Igarapé do Mel na estrada vicinal – estrada da Independência - seco no verão.



Fonte: Autoria própria, novembro 2018.

Um deles explica também que não havia separação muito nítida entre as estações, pois o Igarapé do Mel era sempre uma referência de onde encontrar água e alimento, mesmo no verão:

Aquele Igarapé ali, era cheio, não tinha separação. A separação era quando tinha chuva e enchia de novo. Mas aí, quando passava essa chuva, vamo dizer, secou; o campo queimava, mas ele tinha água. Água pra beber, pra lavar, pra captar, pra tudo. Pra tudo e tinha o peixe, pra gente pegar pra comer. Hoje? Pode dar meio de junho, pra junho, há! Já era, entupiu!
(Entrevista morador, Mutum II, novembro 2018)

Também remontou como esse processo contou com vultosos investimentos da Sudene, como assim foi relatado. O *mato* retirado, as *Palmeiras-mães* derrubadas, iam sendo jogadas no igarapé, ação acompanhada por alguns moradores com horror.

Ai eles – [moradora:] começaram a roçá e o igarapé ó (faz cara de acabou) – começaram a roçar, desmatar o igarapé todinho – [ela:] começaram a tacar dentro do igarapé, o trator rolava, fazia era monte.
Derrubava e arrumava – ia derrubar a palmeira, né, e fazia os montes dentro do igarapé, fazia aquelas mera, aquelas terras que saia com aquelas palmeiras, vinha aterrando o igarapé.
Ai.. vem a ferrovia. Com a ferrovia, ela já veio aterrando o igarapé. Ela veio aterrando tudo. Ai matou o igarapé. Acabou. Fazia e eu cansei de ver. Eu vi, e os outros mais viram (tututututu alimenta as galinhas). A terra vinha, chegando e acumulando ali. Acabou. [Ela:] O igarapé do mel.
Cansemo de pegá peixe naquele igarapé ali ateeeê mês de dezembro, quando dava as primeiras chuvas. Uhm! Nego pegava era coifo cheinho até no talo assim pra comer.
(Conversa com moradores, Mutum II, dezembro 2018).

Este tema é muito recorrente nas falas mais diversas. Relatos que também trazem à tona como as mulheres “antigas” iam aos igarapés e eles eram tão cheios que uma delas “pegava peixe com a barra das saias” que usavam; o que não parece tão distinto,

considerando que eu mesma apreciei a habilidade de outras de pescar com as próprias mãos, no campo, ainda que peixe miudinho, porque está tudo ressacado.

É boa de beber, boa assim, a gente bebe, é boa de gosto. Mas quem que vai beber minha Irma, dessa água? E desse igarapé nós não enchíamos mais. Esse aqui nos ia naquele igarapé, que nós ia pra lavar roupa. Aqueles poços grandes que tinha, não secava. Mas depois da Vale, cavando aí, disse: ó, minha irmã, aquele igarapé tinha lugar que era muito mais fundo que essa casa. Peie? Jania e piaba nós trazia era coifo desse tamanho cheinho no verão. Agora vai lá, pra ver se pega algum? No verão, o campo secava e ficava o igarapé do mel e as loca. Nós pescava e nós pescava. Era nossa Valença no verão, quando nós não ia lá fora comprar, ou matasse um porco no terreiro, matasse uma galinha, um pouco pra matar pra comer, era acolá e nas locas. Cadê o igarapé? Não tem mais, entupiu todinho, todinho, o igarapé. Só tem uns resgos agora de igarapé. Aquilo quando era no verão, no inverno, tempo de peixe de enxurrada – tinha duas velhas que quando cheguei aqui achei que era graça: quando o peixe subia elas juntava era na saia, a saia cheinha de peixe. Hoje, quem que pesca? Ninguém.

Quando era tempo de tapar o Igarapé, no mês de junho em diante, todo mundo fazia seu botador de peixe, pegador de peixe, hoje se você faz aqui, você vem agora, você chega aqui e faz, e já ta tudinho cortado, a palha tudinho no igarapé; que o povo não deixa. Mas quem é dona, você é dona de um pedaço e você do outro, você não entra no meu e nem eu no seu. Se eu fizer uma tapagem no seu você vai e corta minha tapagem, assim que é. Ta vendo? Não é mais como era no tempo de fartura. Só entra aquele charutinho assim.

(Entrevista moradora, Mutum II, novembro 2018).

Como esta, em várias falas vão sendo ressaltadas, portanto, expressões da contraposição entre o período da *fartura*, em que, pese as dificuldades e intempéries ambientais, contava-se também com a *fartura*; a *fartura* do coco, a *fartura* do peixe, e, logo, com a construção da *roça*, a *fartura* do alimento, e da escassez; esta narrativa sobre o soterramento do Igarapé evidencia, portanto, não apenas os vários efeitos sobre o ecossistema, da sobrecarga de trabalho e precarização das condições de vida, mas, também, sobre suas condições de segurança e soberania alimentares e as tensões agudizadas entre os próprios moradores/as no acesso à água e seus frutos. Na fala a seguir, a tensão entre moradores, ao redor de uma *tapagem*, também parece contrapor os modelos de assentamento impulsionados pelo Incra e outros modos de ocupação da terra. Isto é, uma visão segundo a qual o desmatamento das fazendas não foi revertido pelo Incra após o processo de desapropriação das terras, ao contrário, é incentivado por meio de práticas que só fazem desmatar mais. No caso, um dos principais conflitos pelo acesso ao ponto do Igarapé – onde lavava-se roupa, buscava-se água e alimento – é que há sobreposição entre modos de uso comum e outros usos.

Eu: como era antes? Não tinha isso? De virem e cortarem?

Não, não senhora. Não tinha. De jeito nenhum. Você ia com seu anzol, com sua tarrafa, com seu choque, e pescava e comia seu peixe. E hoje você não pesca mais não. Depois que esse INCRA comprou - até um tempo era de [nome] e todo mundo pescava, nunca teve embargação de nada. No tempo que tinha Igarapé... E depois que entupiu o Igarapé, tá entupido, e cada qual tem seu pedaço. Se eu vou fazer uma tapagem e eu faço na sua baliza com a minha, você vai e corta minha tapagem todinha. (...) Assim que é, agora. Nos [também] tem um pedaço, nosso terreno pega um pedaço do Igarapé. Mas nós não vamos fazer uma coisa dessa com pessoa nenhuma. Que todo mundo tem fome, todo mundo tem precisão, e eles aí faz, isso. Ninguém não entra pra tirar uma palha. Um pau dentro. Se entrar, vai tomar. Esse aqui não, esse aqui e de todo mundo.

(Entrevista moradora, Mutum II, novembro 2018).

E seguiu explicando os constantes processos migratórios, de deslocamento, de aquisição de moradia, de desapropriação pelo Incra, em que as pessoas que moravam nas beiras dos campos, ou neste e naquele povoado, foram se deslocando para os pontos baixos nos povoados vizinhos, expondo com ainda mais força a vinculação existente, familiar e por apadrinhamento, entre as pessoas residentes nos vários povoados da região. Expõe também os efeitos da atuação no Estado em tentar “dirigir” os processos de ocupação da terra, agudizando tensionamentos que não se restringem aos Igarapés, mas afrontam também outros locais e práticas de uso comum da água por modos cada vez mais restritos.

1.4.4 A construção das “cisternas da Vale” e a impressão de uma *marca* da empresa no contexto territorial.

Nas andanças pelos povoados prevalecia uma *secura* danada. Nas conversas, havia aquelas famílias, tendo como porta vozes principalmente as mulheres, para falar desse assunto, a água, umas que dizem ser possível manter a vida diária com uma cisterna de 16.000 litros - “sem desperdício” - e outras que não, que não é possível, pois são muitas as atividades de cuidado – por exemplo, uma mulher dizia que os cuidados com sua mãe idosa não permitem “racionar” água, inclusive, há um banheiro instalado somente para ela em seu domicílio.

Outra razão de não ser possível viver com esta quantidade de água é que apesar dos tensionamentos citados, e dos lamentos sobre a *perca* de solidariedade, sobressaíram, para mim – e muito – as práticas de solidariedade, apropriação e subversão dos “usos” do que *se ganha*. Por exemplo, supostamente não era permitido encher as “cisternas da Vale” com a água do carro pipa trazida pelo município; eles e elas não só o

faziam, como muitas vezes distribuíam esta água com os demais. Canela explicava que a água em sua caixa d'água não dava, pois sempre era preciso dividir.

[Eu:] Ai no inverno ves enchem.. mas não sustenta pro verão?
 Não sustenta porque eles ta usando também (...) ai não da pra ficar, ai pra ficar o verão todinho tinha que ser uma caixa que fossem poucas pessoas, pouca gente; e ai da pra passar o verão com uma caixa dessa. Uma caixa dessa ai não da pra ficar 6 meses, é pra todo mundo também, tem que dar pros outros.
 (Entrevista Canela, Mutum II, novembro 2018).

Este ponto é relevante, pois não foi possível identificar, na pesquisa, uma forma de organização ou planejamento da entrega da água pelo município, ficando esta à cargo da “boa vontade”, das relações de proximidade estabelecidas e da capacidade de atuação do seus funcionários responsáveis pela distribuição. Conversando com um deles, ele dizia que esta região – onde estão estes povoados, incluindo Mutum II – é a que mais sofre com a falta d'água, pois é muito distante o acesso [da sede]. Em sua visão, a *cidade* já foi marcada por falta d'água, mas hoje em dia essa situação mudou, prevalecendo na área rural e com maior dificuldade ali na região. Disse que, em sua opinião, as “carreiras de água” disponibilizadas não são suficientes; primeiro, há apenas um caminhão grande e um pequeno para entrega d'água, ambos oriundos do Programa Água para Todos – conforme observamos no povoado durante uma entrega de água – ademais, o sistema de abastecimento não dá conta da quantidade de gente a atender, devido à dinâmica dos rios onde se capta água; seria necessário aumentar a capacidade de abastecimento, ou liberar mais água para esta região, no entanto, há apenas uma pessoa para atender todas as localidades: postos, escolas, povoados etc.

“Funciona assim”: - explica-nos uma moradora – “a gente liga e pressiona e pela chegada do caminhão”. Quando ele consegue responder, ele vai; quando não, ficam na dificuldade. Pergunto se há um modo de planejamento, um cálculo, para que a água seja distribuída de forma equânime entre as casas, mas o que prevalece é mesmo a improvisação e a pressão. Neste sentido, quando o carro pipa chega e começa a encher as cisternas, potes, tinhas, caixas d'água – e tudo mais que aparece pela frente – não raro, não logra chegar em todas as casas.

Na maior parte das casas, nos diferentes povoados, havia as cisternas ou do Programa Água para Todos, ou da Vale (e, às vezes, ambas). Moradores explicavam e mostravam a diferença: a da política pública é feita de plástico e tem um sistema de calha que capta água da chuva através do telhado. Para adquiri-la tinha que se proceder com o cadastro e trocar o telhado de palha pelo de telha. Neste ponto, havia sempre uma dúvida:

uns diziam que a própria política garantia a troca do telhado, outros, que eles próprios trocaram, e, ainda, havia os que relatavam não saber porque não foram beneficiados pela política pública. No geral, que preferem o sistema de captação de água pelo telhado.

Já a da Vale, é construída com placas de cimento. A coleta de água é diretamente da chuva, não há sistema de calha ligado ao telhado. Após a construção, a pessoa pode escolher – dentre os desenhos ofertados pelo projeto – qual que irá “estampar” a sua cisterna, desenhos estes similares aos que encontrei em casas na BR 122 e ao longo da BR 135. Houve também quem dissesse “que não escolheu nada”, que “colocaram um desenho lá”. Ademais da escolha do desenho, a pessoa também precisa “ajeitar” a casa por fora: organizar a palha, no caso do telhado de palha; passar cal branco nas paredes de taipa. Umas casas seguem, outras não. A maior parte das casas estava com essas cisternas em construção ou prontas, mas sem uso: isto porque, após a construção, ainda era preciso esperar um inverno inteiro sem uso para que a caixa fosse “lavada” pela água da chuva (ou equivalente a encher e secar um determinado número de vezes).

Imagem 22 - Cisterna do Programa Água para Todos; Cisterna do projeto social da Vale.



Fonte: Autoria própria, dezembro 2018.

Durante conversa com um grupo de agricultores, percebi como ambos os sistemas – da política pública e do projeto social – são marcados por muita falta de acesso à informação sobre seu funcionamento. Foi muito comum ouvir reclamações relacionadas ao não entendimento de porquê para uns era possível acessar um benefício, enquanto para outros/as não. E muito desencontro nas informações obtidas. Enquanto para umas pessoas

prevalecia uma série de condicionantes, para outras pareciam valer outras: dentre as várias interpretações possíveis, indicando também a sensação de que prevalece uma lógica de “favorecimento” de uns/umas e outros/as para *ganhar* os benefícios.

Um senhor explicava, na citada roda, que a diferença também é que as cisternas de cimento são construídas por pessoas da própria comunidade. Alguns homens foram capacitados como “cisterneiros” e são eles os responsáveis por supervisionar a conclusão da construção da cisterna, ganhando uma média de R\$400,00 pelo serviço. A empresa traz também outras iniciativas: por exemplo, palestras na escola, dizia ele, sobre agricultura e agrotóxico; inclusive, se aproximava um evento onde ele e outros iriam *participar*, viajando para a capital, onde iam ficar “hospedados em hotel”. E concluiu: qualquer pessoa pode ir, mas tem que *participar*. Também comentavam como percebem que, no geral, “muita coisa é falada”, “vão fazer coisa tal e tal [referindo-se aos projetos], mas vai ficando tudo pelo caminho”. A diferença colocada entre a política pública e o acesso a esses benefícios, naquela conversa, então, seria a exigência da *participação* para acessá-los.

Com eles, primeiro comecei a aprender que as ações sociais da empresa não se reduziam, portanto, à construção das cisternas. Ali já havia surgido uma primeira associação entre os “projetos da Vale” e seus modos de cultivo, o que gerou em mim muita curiosidade. Logo fui aprendendo sobre outros benefícios que, ao final, confluem em uma série de “tecnologias sociais” e um projeto muito mais amplo que o da garantia da construção das cisternas, assim como sobre as condicionantes para acessá-los no âmbito do “Casa Saudável”.

Num dia, chegando à uma casa, encontrava uma mulher correndo de lado a outro catando folha e arrumando “as coisas”: era dia de monitoramento do projeto. Funciona mais ou menos assim: a inscrição da família no programa requer a observância de uma série de comportamentos e condicionantes para chegar, primeiro, na cisterna, depois, no banheiro, e – segundo dizem por aí - na construção de uma casa de alvenaria.

Tem que fazer o buraco de lixo, tem que ter o lixo zero ao redor da casa, não deixar lixo, tudo limpinho pra poder ganhar o banheiro. Justamente: o espiral de ervas, o mesmo, a horta, o circo de bananeiras, tem que ter as vacinas das crianças em dia, quantas pessoas dentro de casa conveve, idoso, criança, adolescente, assim, pra poder ganhar, tudo tem que ter, fazer a ficha, tem que fazer o cadastro com as fichas pra ganhar, tudinho.

E, aí tem que fazer as mandalas, justamente que é as hortas; e o espiral de ervas, que planta as ervas pra fazer os chás pra gente beber; e o circo de bananeira também ó, taí também, as bananeiras, tudo pra poder ganhar elas. E os banheiros também, como eles ainda vem pra fazer os banheiros.

[Eu:] E eles vem e monitoram?

É, tem que fazer isso aí, eles faz as procuras com a gente, tem que ter tudo em dia; ai a gente ganhou a caixa e agora vamos ganhar o banheiro; eles continuam vindo, a mesma coisa.

(Entrevista moradora, novembro 2018).

Este entendimento, de minha parte, de que o projeto não apenas implicava na “padronização” estética, mediante a aplicação das pinturas nas cisternas e nas casas, – as *marcas* - foi se tornando mais complexo conforme fui observando o ordenamento da disposição do espaço no *terreiro*, ou o que em outras partes chama-se “quintal”, sob responsabilidade principalmente de mulheres. Uma delas dizia que “até o rapaz que trabalhava no projeto” comentou, uma vez, o quão “humilhante” era essa ação do projeto social, ao que ela respondeu: “é *humilhante*, mas eu quero”. Seu desejo objetivava principalmente a aquisição do banheiro, presente em pouquíssimos domicílios nos povoados.

Neste processo de aprender essa iniciativa como parte de um todo mais amplo, um morador chamou-me ao canto e disse que precisava mostrar algo: lá estava uma casa, com uma área retangular de terra *aradada* [arada] e o logotipo da Vale, assim como a *marca* do projeto social, pintados na cisterna. Finalmente entendi tantas falas repetidas como “nós não vamos *aradar*” e as vinculações entre modos de cultivo e o embate com a Vale. Com um pouco de surpresa deparei-me então com uma nova informação, de que as ações do projeto social incluíam propostas alternativas de cultivo: sem agrotóxico e *aradando* a terra, como modo de aumentar a produtividade, segundo explicaram-me. Com surpresa também alguns moradores/as reagiram à informação, apresentada por mim, de que “na cidade” dizia-se que a construção das cisternas havia sido iniciada devido à uma orientação da Promotoria.

Oricuri (O segredo do sertanejo)

Oricuri maturou ô é sinal
Que o arapuá já fez mel
Catingueira fulorô lá no sertão
Vai cair chuva granel
Arapuá esperando
Oricuri “maduricer”
Catingueira fulorando sertanejo
Esperando chover
Lá no sertão, quase ninguém tem estudo
Um ou outro que lá aprendeu ler
Mas tem homem capaz de fazer tudo doutor
E antecipa o que vai acontecer
Catingueira fulora vai chover
Andorinha voou vai ter verão
Gavião se cantar é estiada
Vai haver boa safra no sertão
Se o galo cantar fora de hora
É mulher dando fora pode crer
A cauã se cartar perto da casa
É agora é alguém que vai morrer
São segredos que o sertanejo sabe
E não teve o prazer de aprender ler
Oricuri maturou ô é sinal
Que arapuá já fez mel

(João do Vale, Oricuri)

2. A GUERRA DOS MAPAS: ANTAGONISMO ENTRE TERRITORIALIDADES NA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS.

Durante uma conversa sobre o histórico de *luta* e conquista da terra, em Mutum II, questionava um senhor sobre os “papéis da terra”, ou os títulos de propriedade, ao que ele, rindo de um jeito maroto, e mostrando-me as cicatrizes na perna, respondeu: “a *certidão* tá no corpo”.

Desde o início da pesquisa ouvia relatos sobre o processo de compra coletiva da terra, que resultou na conformação do que hoje é o povoado, porém, apenas naquele momento iniciavam-se narrativas mais profundas sobre o grande *sofrimento* antes da compra e durante o período em que durou o pagamento, estando este relacionado à exploração do trabalho e as marcas corporais e emocionais que foram deixadas em suas existências. Neste sentido, o *trabalho*, o *corpo* e o *sofrimento* combinam-se para abordar o que era a “vida de *escravo* de fazendeiro”, como arrendatários da terra, e, depois, no esforço incessante de trabalho e – enquanto gente *pobre* – de vender absolutamente tudo que se tinha para pagar a terra – durante o processo de compra. O segundo, no entanto, motivado pelo horizonte da possibilidade de garantia de um chão para *criar, produzir e viver* até que a intensificação do conflito com a Vale, mediante a duplicação da EFC, instituisse o agravamento de sua condição de *isolamento* e o sentimento de viverem numa *prisão*.

Este capítulo desdobra-se em dois esforços. Na primeira parte, retomo o histórico de agudização do conflito fundiário relacionado às ações dos fazendeiros, do Estado através de suas várias agências, incluindo as da então denominada Vale do Rio Doce, visto que a EFC já estava em operação desde a década de 1980 como empresa estatal, quando fora iniciada a compra coletiva da terra. Busquei expor como no âmbito deste conflito ocorreu o processo de *luta* pela terra em Mutum II e a construção da *comunidade* como instância de sua organização sócio-política. A terra não surge aqui como mero ativo econômico ou meio de produção, pois é vivida desde pensamentos, sentidos e valores correspondentes aos múltiplos pertencimentos e identificações vigentes entre as pessoas neste lugar: pescadores/as, agricultores/as, quebradeiras de coco, extrativistas, trabalhadores e trabalhadoras rurais que ali construíram e vivenciam sua história. Portanto, abordo como o processo de territorialização (OLIVEIRA, 1998) impulsionado pelos antagonismos afirmou usos tradicionais da terra, amparados em

saberes específicos sobre a natureza ou uma ecologia própria, em valores de uso comum repassados entre gerações (LITTLE, 2002).

A história de Mutum II converge com a de outras comunidades rurais, povos e comunidades tradicionais, não apenas no Maranhão, mas em toda Afroamérica e Abya Yala, enfrentando, no entanto, a anuência do Estado em favorecer o capital financeiro que avança sobre estes territórios. No contexto da “união e conquista da terra”, em Mutum II, e da escrita de Almeida (1995), o Brasil ainda não era signatário de tratados e acordos internacionais, como a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), de 1989, ratificada pelo Brasil no ano de 2003, e da legislação nacional correspondente aos direitos dos povos e comunidades tradicionais. Portanto, estas coletividades não contavam com estes instrumentos jurídicos para seu posicionamento diante de megaprojetos de desenvolvimento. Desde então, pese o estabelecimento da obrigação do Estado em respeitar e proteger os modos de uso e ocupação tradicional da terra, no reconhecimento jurídico dos direitos coletivos destes sujeitos, há um desrespeito sistemático a esta legislação e o dever de consulta-los de forma prévia, livre, e informada – e, em muitos casos, obter consentimento – sempre que uma legislação ou ato administrativo perpetrado pelo Estado ameaçar seus direitos, sua existência étnica e cultural diferenciada, modo de vida tradicional e territorialidade própria, por exemplo (MARÉS et al., 2019). Apesar da peculiaridade dos modos de vida comuns e camponeses, e das identidades étnico-raciais, no Maranhão, não houve, nestes marcos, até hoje, um processo sistemático de consulta e consentimento sobre o funcionamento da EFC, que atravessa seus territórios e vidas⁷³.

Na segunda parte do capítulo, concentro atenção em uma “terceira” situação referente a este grande projeto de infraestrutura logística, em que se expõe com mais força a existência de um antagonismo entre territorialidades: a proposta de antecipação da prorrogação contratual da Vale sobre a EFC, por mais 30 anos, com vistas ao fortalecimento e estruturação de um amplo corredor logístico de exportação de *commodities* da mineração e agropecuária na “região”, o Corredor Logístico Estratégico Norte-Nordeste.

A análise dos documentos oficiais publicados pelo Governo Federal, em parte com informações subsidiadas pela própria Vale, assim como o processo etnográfico

⁷³ A concessão estabelecida no ano de 1997 e a duplicação da EFC, iniciada no ano de 2012 e finalizada em 2018, apesar dos conflitos, protestos e ações judiciais em resistência estão, em grande medida, fora dos marcos aqui citados.

durante a primeira sessão pública do processo de Audiência Pública (009/2018), ocorrida em São Luís, no dia 29 de agosto de 2018, revelaram interesses e antagonismos neste que constitui um campo de conflitos: frente a prevalência da produção de hierarquias de direito no Estado, na garantia dos fluxos e movimentos de capital transnacional, evidenciando as lógicas racistas e coloniais de poder prevalecentes, estratégias muito distintas de resistência entre povos e comunidades tradicionais, camponeses, trabalhadores, afirmaram *caminhos* na luta pela garantia não apenas de seus direitos, mas de sua existência. Constituem-se em outros traçados, de resistência e solidariedade, de adesão real ou pragmática a certas dinâmicas, frente às tentativas de seu “apagamento” e silenciamento de vozes, particularmente aquelas e aqueles que se instituem como territórios e corpos críticos e dissidentes.

Busco refletir sobre os mecanismos estratégicos de poder através dos quais são impostas as “verdades” dos “aparatos de Estado”, expressando uma luta de classificações e a tentativa de subordinação, destituição/exclusão da condição de sujeitos políticos e de direitos estas coletividades, através de “reconstituição” (DAS; POOLE, 2008) que inferioriza, estigmatiza e permite criminalizar certos corpos e territórios. Logo, ontem e hoje este campo de conflitos expressa-se através de uma guerra dos mapas, em que territorialidades antagônicas colidem, se enfrentam e em que a busca por demarcar simbólica e objetivamente as territorialidades dominantes, pode implicar o “apagamento” do “outro” do mapa.

2.1 “A Mãe terra quer zelo em riba dela”: corpo território em disputa.

2.1.1 “Não somos boi”: *união* e conquista da terra em Mutum II

Pode-se imaginar o intenso processo de *luta* pela terra e as contradições acirradas pela Lei Sarney de Terras, no Maranhão, em 1969. Almeida e Mourão (2010) expõem como este ato jurídico impulsionou a privatização das terras públicas e sua destinação para implantação de polos de desenvolvimento econômico e correspondendo ao acirramento dos conflitos e tensões sociais no campo, neste estado que era, segundo os autores, de maior expressão em “(...) número de unidades familiares classificadas como “posseiros” ou “ocupantes” (ALMEIDA; MOURÃO, 2017, p. 42). Terras essas denominadas à época como “comunidades camponesas” e hoje, no entanto, constituem-se a partir de distintas identidades políticas e auto definições possíveis. Os anos que se

seguiram marcaram um intenso conflito e processo de *luta* pela terra, assim como estratégias violentas e *de mansinho* dos poderes agrários culminando em ondas migratórias, expulsões de terras de ocupação antiga – fossem eles povos originários, como indígenas, descendentes de quilombos, ribeirinhos, agricultores/as advindos de outras regiões do país – assim como submissão à condições de trabalho indignas ou escravas. Considere-se também o uso de milícias armadas, por vezes articuladas com a polícia estadual, que em Arari foi denominada por alguns como *pistolagem*. Abordo este contexto agora a partir, no entanto, do histórico de *luta* de um povoado neste município, compreendendo que são muitas histórias de *luta* e solidariedade entre os povoados e *comunidades* em seu entorno; por exemplo, o povoado do Engenho, situado do outro lado do campo, que margeia Mutum II, adentrou o processo de compra coletiva; já outros povoados vizinhos, resultaram do processo de desapropriação pelo Incra, seguido do deslocamento interno de moradores/as da beira do campo para a área, ademais de novos/as moradores/as que foram chegando, por exemplo, em Canarana.

Conta a história que corre solta na boca do povo, por exemplo, que esta desapropriação se deveu ao forte conflito instalado. A fazenda pegou fogo, o “funcionário” foi morto e o fazendeiro decidiu vender para o Incra, seguindo a desapropriação. Não se sabe quem queimou a casa, apenas que o fogo primeiro surgiu no curral, seguida da morte do funcionário “que matava porco”. Ele foi avisado por pessoas que pressentiram o perigo de matar porco naquele lugar:

Ai botou [o fazendeiro] um cara que tava matando porco, boda, ai, o cara muito debochado. Ai aconselharam, rapaz tu te adianta que aqui não dá pra ti. Aqui, matador de porco, vai ver o resultado dos dois... não passou dois meses, ele atirou numa boda, matou a boda e matou um porco. Não guentou uma cutilada, passaram o facão nele assim, cortou ate a ponta do coração. Ai caiu, ta la a cruz dele, pode vocês verem.

Ai morreu na hora. Ai pronto, o véio ficou com medo e desapropriou, vendeu pro INCRA.

O curral. Novinho, ficou pretinho. Passaram óleo na madeira.

(Entrevista morador, dezembro 2018).

A história surge também como anedota para abordar os modos de resistência ontem e hoje; segundo um morador, antes eram *brabos*, hoje estão *mansos*, “pois a Vale *amansa* a comunidade”. Por outro lado, também revela que isto se deve a que hoje estão com o *procedimento*, isto é, adotando estratégias jurídicas. Em suas palavras: “a gente na época ainda era *brabo* nas coisas, hoje que a gente tá *manso*. Vocês vê, devagarzinho, a gente tá com o *procedimento*. Agora a gente já sabe se defender e entrar na poeira”.

A *brabeza* também se devia a dureza dos embates naquele contexto, sobre o qual retomava, igualmente, as estratégias de *mansinho* dos fazendeiros para garantir a terra e os valores produzidos nela. Neste contexto que gente foi expulsa, gente *lutava* para pagar o *foro da terra*. No caso de Mutum II, o ponto de virada de sua organização foi quando um dos fazendeiros vendeu a terra para outro, independente de quem morava dentro dela. Quando descobriram esse movimento, começou a *luta* para não venderem com eles dentro, mas sim venderem para eles, a terra.

Tentando entender a história, questiono qual seria o interesse do fazendeiro vender a terra por um valor relativamente baixo, conforme relatado. Ao que o morador explicou “que no decorrer do tempo as pessoas vão se apossando mesmo e vão conhecendo os seus direitos. E eles é esperto, fazendeiro é esperto também. Aí porque vende pra levar vantagem antes que pessoas reivindicuem direito”.

Ele vê que vai perder pro povo, aí ele passa a mão de mansinho.
De prestação, de mansinho, não criou ninguém, foi vendendo, nós fomo pagando a prestação, só gente do campo, trabalhando no campo, ai terminemos de pagar e temos a escritura. Se não, perde. Muita gente.
(Morador, dezembro 2018).

Porém, entende-se igualmente que a compra foi uma decisão acertada devido a sua celeridade, pois se fosse entrar a fundo na disputa, não era questão de compra, mas de direito. A leitura sobre a “justiça amarrada”, ou seja, que demora muito para resolver questões de interesses popular, levou-os à *luta* pela compra coletiva. Uma moradora diz assim (conversa realizada em dezembro de 2018): “e foi uma coisa assim, de uma morte de repente; porque ele vendeu com moradora dentro. Aí ele vendeu com todo mundo aqui e não avisou ninguém”, ao que outro completa: “era arrendatário! Era todo mundo arrendatário. (...) Até tênis, camisa, tudo caboclo vendeu aí” expondo como foi necessário vender tudo para realizar o pagamento, seguindo a constituição da associação de moradores/as e a titulação da terra no Incra.

Outra moradora, por sua vez, relata os momentos de tensão. Segundo ela, um certo dia viu três homens com facões nas mãos andando pela *comunidade*; andavam explorando a terra para comprar. Sentiu tanto medo que arrumaram, ela e suas filhas, as roupas todas sobre a cama, pensando em tocar fogo dentro de casa... Foi o tempo de ajuntar “uns meninos” e ir “comprar a terra”. Dizem que foram mais de 30 homens até o lugar onde iniciaram a negociação evitando que desse em morte. Deste processo tenso ficou a terra para pagar, resultando em trabalho noite e dia, sem parar, até que garantiram a primeira terra da *comunidade* (pois a aquisição foi ocorrendo em etapas): “quando

acabou era 10 hectares de cada um, que era a primeira da *comunidade*, já tava a *comunidade* feita, tudo ajeitado, lá a *comunidade* comprou essa terra”.

A condição de pagamento do *foro* da terra é retratada nas narrativas como um *sofrimento* imenso para todos/as. A exploração do trabalho era tamanha, como relatei, que comprar a terra – ainda que gerando um cotidiano de trabalho incessante – trazia o horizonte da liberdade.

E este relato sobre o trabalho incessante pelo pagamento da terra que resultou na fala sobre como a “certidão da terra” está no corpo. Uma história, neste sentido, retrata como um dia, retornando da *roça*, o morador foi pescar no campo já umas 18h da tarde, para garantir o jantar da família. Quando menos esperava, a piranha atacou sua perna, causando uma dor enorme. Foi voltando amparado para casa, *choque* nas costas, ao que a esposa viu e questionou: “o que que tu tem? ”, ele respondendo: “nada, uma pirainha que me mordeu”. Retorna-se assim ao contexto em que alguns homens saíam para trabalhar *alugado*, enquanto muitas mulheres permaneciam na terra, no *coco* e na *roça*; ele mesmo havia apenas retornado de 40 dias no município de Miranda trabalhando *alugado*, enquanto ela segurava com os *meninos* que já tinham condição de acompanhá-la.

Imagem 23 – Visão do campo no fim do verão e resultado de um dia de pesca.



Fonte: Autoria própria, novembro 2018.

Tudo era melhor que pagar o *foro* ou *quórum* da terra: dava 7 linhas, 8 linhas de *roça*, 14 sacos de arroz lajeado; segundo a moradora (conversa em dezembro de 2018), “(...)batia aqui ó (mostrando a altura quase nos ombros), ensacado, se faltasse um caroço o sem vergonha dizia [referindo-se à figura que trabalhava para o fazendeiro], nós, *escravo* do fazendeiro”. Enquanto seu esposo descia, amparado, ela descascava a mandioca, levantou e viu a ferida exposta, com nervo e tudo:

Da perna dele, (nome) cortou com uma gilé o nervo da perna dele. Joana, eu vou lhe dizer. Esse homem passou era uns dez dias, gritava noite e dia, (...) mas botei ele num cavalo aqui, peguei pra rodage, quando cheguei na rodage peguei um carro. Tirei ele pro Miranda comigo. Se ele foi de pé inchado pro hospital, quando veio de lá que veio inchado, foi curar, fazer curativo, porque no hospital que é bom ne? (...)O pé dele era inchado que so vendo. Ai (nome) pegou uma cadeira mais aquele (nome) e levaram pra casa de (nome) pra nós vimos embora, la deixei ele lá gemendo. E de lá isso o sol era quente. Ai eu não sei se armaram rede, não sei se eu bati e vim embora, cheguei aqui fui na casa de (nome) pra ir buscar ele lá de cavalo. (...) Foram e 40 dias deitado dentro da rede e eu lutando sozinha, Joana, se eu te contar a minha vida aqui – [ele:] a gente faltou era virar doido – você diz: você fazia isso? Digo: fazia. (Entrevista casal de moradores, dezembro de 2018).

Esse não é o único relato, no entanto, sobre como o excesso de trabalho para pagar o *foro*, ou o *quórum*, da terra, ou depois para pagar a *propriedade* da terra, gerou marcas e *sofrimento* no corpo, cicatrizes na pele; a diferença entre um e outro é que enquanto o primeiro é associado a uma condição de escravidão, o segundo à um *sofrimento* grande que tinha o horizonte de liberdade. Tampouco é a única história que expressa a dificuldade de sair da *comunidade* em situações de emergência, quando apenas a solidariedade ou a condição de pagamento permitia ser carregado/a numa rede, numa cadeira, num cavalo, pelos *caminhos de mato* até um próximo povoado onde fosse possível “pegar um carro”. Situação ainda mais complexa, se vista desde o histórico de discriminação nas instituições, havendo relatos sobre situações de discriminação vividas em instituições de educação pública e saúde, principalmente relatados por mulheres, na sede do município: pelo fato de não ser fácil “ser uma *preta véia*” como trouxe anteriormente; ou, em outro relato, uma senhora contava sobre o conflito que enfrentou com uma funcionária, mulher branca, no hospital, para garantir atendimento e o direito de acompanhar sua filha, bastante doente; por “morar dentro do *mato*”, como contou outra ao abordar o desrespeito vivido num conflito envolvendo seu filho, na escola. Como nos dizia Dona Flor, após tantos históricos de *sofrimento*: “queira ser fia.. mas pai e mãe... pai até... mas mãe...”

O trabalho de organização comunitária teve início mais ou menos em 1979; ele condiz com a época em que alguns moradores começaram a participar de reuniões das pastorais (igreja católica), a realizar as leituras bíblicas, e relatar de memória pro povo; por um lado, ocorreu a organização via formação da associação, por outro, organizava-se o setor I da igreja católica, Nascido do Alto, setor onde estão organizadas nove *comunidades* da região.

Também sobressai, nas memórias desta construção, a “caminhada do Lula”, que passou pelo Maranhão; do conjunto de povoados ali presentes foram mais ou menos 70 pessoas a participar, majoritariamente *pais de família*, com “menino no braço”, fazendo discussão, reunião, caminhando de Vitória de Mearim até São Luís. Segundo eles mesmo relatam, onde passou foi *arrastão*. No ano de 1995, já estavam adquiridas as terras dos distintos núcleos que conformam Mutum II. Mutum era o antigo nome do povoado conhecido hoje por Bubasa, mas que sofreu essa alteração de seu nome por iniciativa de um fazendeiro, após o histórico já relatado de incentivos à pecuária e criação bubalina, pela Sudene. Mutum II derivou-se, portanto, da negação de serem tratados e nomeados como *boi*, resgatando o nome original do pássaro.

2.1.2 Sobre *mães e comunidades*: sentidos atribuídos à terra e aos que se “organizam pelo bem de todos”.

“Terra de *comunidade*” foi o modo que Seu Toada encontrou para explicar que lugar é este que vivem e que construíram com seu trabalho e *luta*. *Terra de comunidade*, pois a *luta* pela terra foi para construir *comunidade*: um lugar onde as pessoas se organizam por um bem comum, neste caso, *criar, produzir* e garantir seu *modo de ver*.

Assim como as “*mães de família* lutam para criar seus filhos”, para “vê-los crescer”, também há, em sua visão, o intuito de garantir um pedaço de chão para *criar* os animais, *produzir e ver*. E, assim, foi através da organização e da *luta* que conseguiram a conquista da terra, com sentidos de uso e ocupação comuns do espaço, dos bens da natureza, de cultivo da terra e de convívio. Todo o *sofrimento*, toda exploração do trabalho, todo trabalho de *luta* e resistência, permitiu a permanência do *mato*, da *floresta*, o *zelo* com a *mãe terra*. Como exposto em maior ou menor medida no capítulo 1, o processo de *luta*, organização e conquista que marca a “construção” da *comunidade*, assim como a defesa dos seus modos de *ver*.

Ainda, de Seu Toada, ouvia que à diferença de outros povoados próximos, o imposto da terra ali é mais baixo por ser área *coberta* ou, em suas palavras, terra de *mato*. Segundo ele, em muitas partes pela região, observa-se um enorme descampado: juridicamente são área de campo, ou *quintas*, como eles/elas mesmo denominam. O imposto sobre a terra é diferente entre os dois: no primeiro, a terra não beneficiada exige pagamento menor do imposto; no segundo, área beneficiada, o imposto é mais elevado. Um morador dizia assim:

Quando você quiser ver mato pode pegar a ferrovia e procurar pra ninguém, a hora que você chegar na ferrovia já sabe, aqui é o mato, é o mato desse jeito. E de lá pra frente é só quinta meu amor, até Anajatuba, até Itapecuru, é só quinta. Não tem mato. Eles acha que, porque que tem diversas crasses de bicho aqui, já teve até onça, por causa de que? Dos mato. Porque os bichos não podem ficar na quinta, no limpo. Não tem onde eles se guarde. Porque o bicho também precisa de guarda. Como é que vai se ficar uma onça, uma paca, um viado, um tatu, todo bicho, no limpo assim? Ele não fica. Ele vai caçar o que? No mato, onde ele pode se guardar.

(Entrevista morador, Mutum II, dezembro 2018)

A defesa e manutenção destas condições de vida sofrem pressões por vários lados; já foi ressaltado o processo de devastação causado pela Sudene e pela construção e duplicação da EFC, e os efeitos em suas vidas tanto no aspecto da supressão territorial e ecológica vivenciada, como no conjunto de desdobramentos que, não raro, a abordagem de impactos não logra captar. Demonstro, desta feita, que são estes efeitos cumulativos, que podem ser compreendidos apenas no espaço-tempo, considerando, no entanto, os sentidos de espaço-tempo dos/as principais afetados/as.

Descrito o processo de *luta* pela terra, expôs-se também que não se trata apenas de um ativo econômico, como tratada pelos agentes impulsionadores do mercado de terras, mas da garantia do próprio *sustento* ou sustentabilidade da vida (OROZCO, 2014) das pessoas e coletividades que vivem dela, muitas que estão organizadas pelo princípio do *zelo* com ela: afinal, como nos diz seu Toada, “a mãe terra dá e ela destrói; mas ela dá mais que destrói”. Retirar o *mato*, acabar com a *floresta*, não apenas é uma profunda forma de *maltrato* com a terra, como ameaça acabar com ela e também com as pessoas que vivem dela, isto é, “sendo ela quem cria tudo, tudo sai da terra e volta pra terra”. A diferença entre terra *morta* e terra *viva* é a manutenção do *mato*, *do cabelo da terra*, *do zelo* com ela que não permite que seque e deixe de servir seus *frutos*: águas, *Palmeiras-mãe*, palmitos, alimentos, sombra, frescor, e não leve embora as próprias vidas com ela. Nas palavras de Dona Flor e seu companheiro:

[Eu:] então a história da palmeira mãe, do igarapé, e o mesmo sentido pra mãe terra que o senhor tava me explicando outro dia?

Eles: É sim senhora!

[Ele:] porque a mãe terra, ela cria a palmeira – [ela:] cria tudo! – A mãe terra cria a palmeira, cria tudo enquanto é a mãe terra. Ela dá e ela destrói. Mas ela dá mais que ela destrói. Ela destrói porquê... é o seguinte: sai da terra, vai pra terra.

Joana, eu vou lhe dizer, você e uma moça estudada, estudada estudadamente mesmo. - [Ele:] só que não tem jeito mesmo.. – mas bote na sua cabeça, esse mato aqui tá aí. A terra é fresquinha todo tempo, essa terra aí (mostra o mato no terreiro), esse mato aqui tá aí, essa terra é fresquinha todo tempo, aí ó, fresquinha, nesse coisa ai. Derriba esses paus aí tudinho de riba dessa terra, toca fogo e deixa. Pra ver como a terra fica. – [Ele:] fica seca, muda, muda.. – a terra!

A terra é que cria nós, que nos criou, nos deixou, mas também deve ter preservação com a terra pra ver se não acaba com a terra. Porque terra se chama Mãe Terra, mas a terra quer também zelo em riba dela. Porque a terra é pelada, terra pelada, pelada mermo não tem nada, acaba com tudo, seca que não tem quem vai nela. Esse capim aí, quando foi de mês de julho pra agosto, só tá a terra ai, oia! Morre tudinho, porque não tem mato em cima pra conservar ele, duvido que tem (...) Mas é tudo fresquinho, cava uma terra la dentro do mato, é fresquinha. Cava aí no verão pra ver a poeira que da, a terra, como ela tá morta, a terra, acaba com esse negócio de quinta, acaba com tudo. E quinta só vem o que não presta pra dentro de quinta, como aqui não tinha, mas agora o que mais tem é cascavel, aqueles capim que eles traz ai, traz cobras neles, o ovo da cobra, o veneno da cobra neles, vem a cobra, vem tudo, o ovo da cobra vem dentro, o micróbio dela cria nos lugar, por isso que eu larguei de quebrar coco pra la, porque eu fiquei com medo do capim que tinha. Mar eu disse, nos se ajuntemos, nós era uma roda de muié assim quebrando coco no mato.

(Entrevista Dona Flor e companheiro, Mutum II, abril 2019).

Resgato assim o sentido de maternidade atribuído à terra, que tudo dá, mas também às *Palmeiras-mãe*, fazendo o seguinte questionamento: o que implicaria pensar a “magnitude do impacto” (ANTT, 2018a) vivenciado nesta localidade desde esses pontos de vista? Considerando, como o faz Dona Flor, a forma como a *mãe terra* é também silenciada – *muda* – assim como as *Palmeiras-mãe* são ameaçadas – junto a outras *mães de família* - pela ação atroz que as *maltrata*?

E talvez por essa consideração, destaco o papel das *Palmeiras-mãe* no centro da narrativa de resistência, mesmo quando visto desde diversas óticas ou que não se faça presente em todas as falas. Na rejeição da pretensão da Vale de *aradar* a terra e *maltratar a mãe terra*, nos tempos atuais, mediante seus projetos sociais, de redefinir seus modos tradicionais de cultivo; na crítica ao empreendimento estabelecido e à devastação que simultaneamente expulsou um povoado inteiro do território e alavancou o soterramento dos Igarapés; na dificuldade, hoje, de acesso às *palmeiras*, devido a ação de fazendeiros e outras variáveis intercruzadas. No modo como o avanço das territorialidades dominantes desde a década de 1970 tem implicado, nesta localidade, um ecocídio que

ameaça a sobrevivência destas pessoas, particularmente, sendo um dos fatores de alteração significativa dos territórios de existência das mulheres quebradeiras de coco e tensionando os sentidos de *comunidade* como instância de sua organização sócio-política, de sua identidade, como corpo e território político.

Imagem 24 - *Palmeiras-mães* nos caminhos e, abaixo, no roçado;.



Fonte: Autoria própria, janeiro 2020.

A noção de *comunidade* parece bastante aproximada aos usos nesta forma de organização, solidária, que compõem o setor I. Nos encontros do Setor são discutidos

problemas das *comunidades*, formas solidárias de enfrentá-los, também são feitos os estudos coletivos das passagens bíblicas. Cada encontro é realizado em uma localidade, expressando o permanente ir e vir entre um e outro povoado, uma e outra *comunidade*, muitas delas afetadas pela Vale, pelo avanço dos produtores de arroz em Arari, pelo cercamento de campos inundáveis, entre outras problemáticas referentes as vidas dos povos nesta região. Não significa que tais assuntos sejam abordados nos encontros, no entanto, pois política e religião, no entender de *Querubim*, não se misturam.

A explicação dada por uma das responsáveis pelo encontro do Setor para a ideia de *comunidade*, no entanto, foi importante para esta pesquisa, na medida em que este é um termo recorrente em suas falas. Segundo ela, “comunidade são aqueles e aquelas que se organizam pelo bem comum, pelo bem de todos”.

Em Mutum II, especificamente, é forte o catolicismo popular e a vida comunitária ao redor destes encontros e também das datas festivas. São feitas rezas para o dia de São Lázaro, por exemplo, com a presença e visita de muitos moradores e moradoras de outras localidades. Há as rezadeiras da *comunidade*, mas em outros tempos elas circulavam mais pela região com suas rezas do que hoje. Essas conversas fazem-nas lembrar do tanto que já circularam, sendo chamadas em tantos e distintos lugares para fazer suas rezas e orações.

A circulação entre *comunidades*, povoados e territórios através das festas e rezas aparece também em outros relatos, expressando outras manifestações religiosas de matrizes africanas. E como, em outros tempos, saíam mulheres e crianças, à noite, pelos caminhos de *mato*, acompanhadas de lamparinas e risadas, para dançar, bater lata e rezar por outros cantos. Segundo Dona Flor, quando havia festa em salão fazia era *fila de gente* naquela direção. As rezas e a encantaria estão presentes na história de construção do território, ainda que a destruição do *mato*, dos campos, das árvores, coloque sua existência em ameaça. Lá mesmo, onde hoje há uma igreja, bem debaixo da Mangueira, costumava ser a casa de um *curador*. O último *terreiro* dentro do povoado, pelo que pude compreender, ao menos, desfez-se recentemente com a morte do zelador.

Durante a mesma roda de conversa citada no capítulo 1, surgiu a lembrança de que circularam por muita festa, o boi que era brincado na *comunidade*, a festa do Divino Espírito Santo que era realizada. Abre-se toda uma história sobre suas formas de transmissão de saberes, a circularidade que existe entre os territórios; as festas de *bater lata*, das *caixeiras* que já se conheciam ou que frequentavam os terreiros e salões de Mina. Toda essa teia existente que expressa a constituição de um território muito mais amplo.

O que essas histórias vêm expondo a mim no esforço de construção da memória social do conflito é que os conhecimentos, as práticas, os saberes de resistência são compartilhados com territórios muito mais amplos que Mutum II. O que implica pensar seus modos de construção e transmissão de conhecimentos e saberes, e as pedagogias territoriais próprias, nas bases dos entendimentos de vida e resistência, e a forma como os efeitos sociais de um megaprojeto de desenvolvimento sobre uma determinada localidade traz efeitos sobre todas as demais.

Os tambores ecoam em Mutum II, mas talvez de forma menos presente que antes, e mesmo mais suspeitosa também. Há, segundo relata um morador, aquelas e aqueles que não aceitam mais o seu próprio dom, e outros/as que repreendem e não admitem que se toque nestas histórias e nem se exerça mais estas crenças. Histórias de benzedura, de rezas, de encantaria fazem parte, portanto, das muitas camadas de conflito que se instalam no contexto das disputas por território.

São as mulheres e homens “mais antigos”, em geral, que mais trazem a mim o tema da *comunidade*, o que muitas vezes se expressa em tom de lamento e de *perca*. A *perca* também de sentidos de solidariedade, como mutirões, o reforço do individualismo e das relações mercantilizadas, “quando as pessoas passam a fazer as coisas apenas por dinheiro”. Refletir a *comunidade* é refletir seus sentidos e modos de organização social e política que revelam muitas camadas, assim como dinâmicas de visibilidade e invisibilidade, ou aquilo que se expõe para que aprendamos a ver junto com elas e eles ou que se mantêm resguardado. Portanto, a *luta* por constituição do corpo político, sujeito corporificado da resistência, enfrenta desafios também em seus próprios conflitos, ademais de ser tensionada, pressionada, pela atuação dos agentes econômicos e políticos em suas estratégias nesta disputa.

Por isso, cabe ainda discutir o que constitui a política do cotidiano lado a lado com a política da representação via associação de moradores. De uma senhora ouvi que sim, ali existem os representantes, muito importantes; mas que não há pessoa ou família que não a busque por um *aconselhamento*, uma *escuta*, uma conciliação, estando ela, logo, num trabalho político constante de costura da *comunidade*.

2.2 A audiência 009/2018 e a prorrogação contratual da Vale sobre a EFC: mecanismos de silenciamento e subordinação de camponeses, povos e comunidades tradicionais.

Até este momento vim tentando trabalhar com a seguinte perspectiva, nesta dissertação: primeiro, para além de uma análise dos impactos decorrentes da EFC nas vidas das pessoas em Mutum II, considerando seus diferentes pontos de vista, busquei exaltar os efeitos e afetações sobre seus modos de viver e a disputa por território historicamente engendrada nesta localidade. Evidenciei tratar-se assim de um problema relacionado ao modelo de constituição de megaprojetos, que perdura, pesem suas transformações, logo, de um problema político e socioeconômico de determinação da organização das vidas ao longo da ampla área onde vivem povos, comunidades e territórios tradicionais, camponeses, pequenos municípios etc. A ocasião da audiência pública referente à prorrogação da concessão da Vale apresenta-se como oportunidade de ler tais antagonismos como processo que diz respeito não apenas à Mutum II, mas constitui um amplo campo de conflitos: nesta leitura, conflitos entre territorialidades que expressam por um lado as lógicas de expansão do capital e a política de morte, por outro, de garantia da sustentabilidade das vidas (OROZCO, 2014).

São distintas as possibilidades de descrição destes conflitos, sendo esta também uma disputa no campo dos conhecimentos considerados ou desconsiderados para edificação das narrativas. Por exemplo, esta audiência foi embasada por uma série de estudos e relatórios elaborados por especialistas e técnicos – pelos órgãos e entidades competentes – em nome da “técnica” e da “neutralidade” do Estado, assim representado como espaço de “regulação” do conflito. Porém, o que é o conflito na acepção projetada pelos poderes estatais e empresariais?

A dimensão ambiental e ecológica, tão importante nesta pesquisa, é ignorada nos documentos públicos que aqui serão analisados, surgindo como ponto de embate nas falas durante os processos de “participação e controle social” referente à dita prorrogação. Segundo os argumentos de servidores da ANTT, a dimensão ambiental estaria ausente do processo devido à uma “distinção de competência”, sendo esta de responsabilidade do órgão provedor da licença, no caso, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). As denúncias perpetradas – que evidenciam pontos de vista ignorados por estes técnicos e especialistas – reiteram os protestos e

processos judiciais em trâmite, na justiça, que tornam, inclusive, a situação de licenciamento ambiental da duplicação indefinida até o presente momento.

Mariana Lucena (no prelo) demonstra que uma das principais estratégias institucionais da Vale no “Corredor Carajás” é justamente proceder com o propósito de fragmentação do licenciamento ambiental, evitando a leitura deste amplo corredor como um único projeto aferidor de violações de direitos individuais, coletivos e socioambientais. Atropelada a dimensão ambiental, e com ela o espaço concernente ao poder de voz de povos e comunidades tradicionais, no âmbito jurídico-institucional, “resta” à agência reguladora amarrar conceitual e metodologicamente – em encaminhamentos questionáveis, como será aqui exposto – a definição da “melhor solução para o interesse público”, logo, do “problema público”, nesta visão, a destinação de investimentos para garantia da implementação da malha ferroviária segundo os planos estratégicos para o setor: beneficiando a concessionária que, ao final, surge como credora do Estado; aplacando o nervosismo das frações de capital imbricadas, mediante impulso da modernização dos contratos e da “pacificação do conflito” conforme compreendido nesta visão; garantindo o compartilhamento da infraestrutura logística e sua segurança jurídica mediante, como citei, a “regulação” daqueles conflitos considerados existentes.

Argumento, assim, que nestes documentos evidencia-se a desconsideração das visões conflitantes, sobretudo, atendo-me ao escopo desta pesquisa, de camponeses, povos e comunidades tradicionais, através de sua destituição/exclusão da condição de sujeitos políticos coletivos e de direitos. A definição do conflito social, territorial e ecológico, pela ótica da segurança e como restrito à um “conflito de área urbana” reproduz dinâmicas históricas de classificação destes territórios como vazios demográficos ou territórios esvaziáveis, elimináveis e “reconstituíveis” (DAS; POOLE, 2008). O efeito será a produção da condição de subordinação e criminalização de corpos e territórios, mesmo, seu “apagamento do mapa”.

A complexidade da situação expõe-se, no entanto, quando nas sessões públicas representantes de *comunidades* afirmaram suas resistências através de distintas estratégias entre afirmar-se como vozes críticas e dissidentes, mas também na defesa de “projetos sociais” e de “desenvolvimento” impulsionados pela Vale. Desrespeitados os mecanismos legais e as garantias constitucionais, como, por exemplo, a Convenção 169 da OIT, num jogo onde a alteração da correlação de forças se desenha pelas lutas sociais. Neste sentido, os embates observados em dita audiência e documentos apontam para os modos de silenciar e “apagar dos mapas” – oficiais - as existências e vozes, sobretudo

dissidentes, mas também incidir sobre elas no sentido corporativo da disputa da política nos territórios e dos corpos territórios políticos.

Primeiro, apresento as principais diretrizes da política pública e debate, dos marcos metodológicos utilizados para sua aplicação, assim como dos argumentos subjacentes às posições de técnicos e especialistas do Estado, mas também verificáveis nas falas de “operadores do serviço de transporte”. Em seguida, foco na questão sobre como a produção de conhecimento sobre o que é o conflito – qual o problema, os atores partes do problema, os impactos vivenciados, e as expectativas/soluções auferidas – ignora a proposta inicial de “pensar a magnitude do impacto” desde os “pontos de vista” dos afetados; logo, os recursos e investimentos que podem ser destinados a eles e elas, assim como as medidas de garantia de direitos coletivos e sociais constitucionalmente garantidos. Isto é, uma abordagem que se detém ao aspecto metodológico embutido, no tratamento regulatório do conflito do ponto de vista jurídico – a partir dos documentos e falas viabilizadas – mas também sociológico e político: a partir da observação direta na sessão pública, da leitura dos documentos, da análise das posições vigentes e dos discursos correlatos. Ambas levam à possibilidade de argumentar sobre a forma utilitária com que a “participação” surge neste espetáculo anti democrático, na medida em que a forma com que o “jogo é jogado” interdita eminentemente o questionamento e dissenso sobre as premissas que edificaram as principais conclusões sobre a “melhor alternativa regulatória” indicada pela ANTT (2018a): trata-se, como outrora, de uma luta de classificações e uma guerra dos mapas (ALMEIDA, 1995).

2.2.1 Luta de classificações e seus efeitos na produção da realidade: a guerra dos mapas.

Bourdieu (2014) situa a importância de um relatório como um “discurso performativo”, um “discurso de autoridade”, construído na relação de forças entre mandante e mandatário e atuante na construção social dos problemas públicos (BOURDIEU, 2014, p. 59). Através deste institui-se uma “verdade oficial” que tem sua eficácia na produção da ordem, na definição aos cidadãos do que lhes cabe enquanto direitos, produzindo efeitos sobre a representação da realidade (BOURDIEU, 2014). A análise documental permite expor a prevalência de uma luta de conhecimentos, uma luta de classificações (BOURDIEU, 2014; 1989), como exposta por Almeida (1995) ao

analisar a constituição do PGC, e a tentativa de “apagar do mapa”, ignorar frontalmente a diversidade de modos de vida afetados pela Vale na representação da realidade.

Dona Flor aponta-nos a todo tempo a atuação da Vale em *acabar* com seu *mundo* e silenciar suas vozes, entre elas, as da *mãe terra*, que fica *muda*. Esta ideia condiz com o que Milanez et. al. (2018, p.31) denominaram como silenciamento cartográfico e que já havia sido trabalhada por Almeida (1995) sobre a “guerra dos mapas”, quando se impunha então aos pesquisadores um trabalho com a “região Carajás” conforme expus na introdução, pontuando como reverberava, assim, uma luta pelas definições legítimas, uma luta de classificações nas disputas cartográficas⁷⁴.

As afetações sobre os modos de vida foram trabalhadas desde a perspectiva de uma *comunidade*, Mutum II, evidenciando este argumento sobre como o processo de supressão territorial e ecológica, e da existência de um povoado, equivale a “apagar do mapa”, “indicativo” da supressão do território do “outro”. Na análise da documentação, evidencio como este processo reverbera na produção de conhecimento e na elaboração efetiva de bases cartográficas que desconsideram as existências coletivas destas coletividades, projetando determinada representação da realidade. No caso, deixando em suspenso a identificação rural e ou das múltiplas identidades coletivas campesinas, de povos e comunidades tradicionais, cujo apagamento, nesta leitura, colocá-los-ia no lugar de um “outro” a ser civilizado (DAS; POOLE, 2008), do “não lugar, da não política” (RANCIÈRE, 2009), ou nos próprios termos da Vale, conforme relatou Seu Macaxeira, o “nada”.

O contexto de elaboração do Relatório Final Estrada Ferro Carajás pela Vale/ANTT (2018a)

O problema e necessidade da antecipação da prorrogação contratual da EFC à Vale foi justificada pelo argumento de que o contrato firmado na década de 1990 pouco definia direitos e obrigações das partes, por exemplo não exigindo da concessionária a realização de investimentos previamente definidos, estabelecendo apenas metas a serem

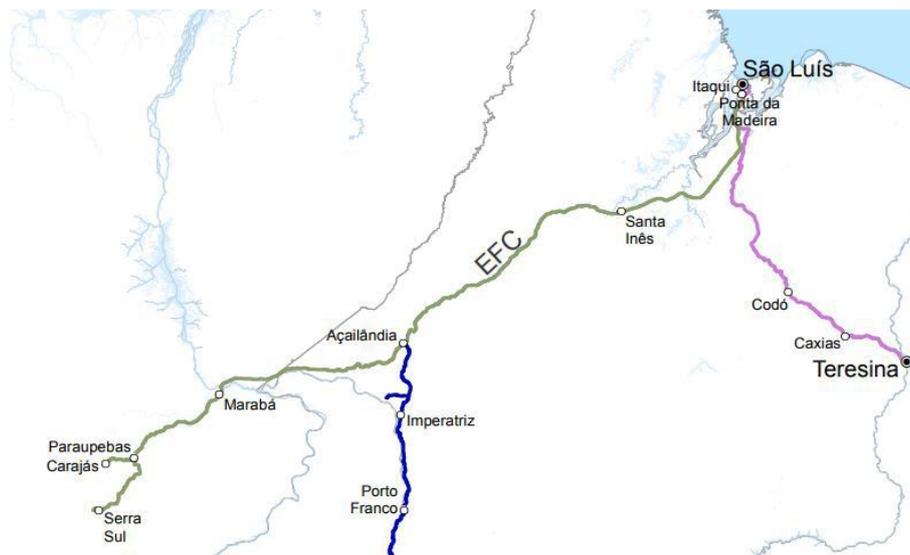
⁷⁴ A cartografia, historicamente um instrumento de domínio dos aparatos de Estado, passa a ser cada vez mais disputada pela sociedade civil, principalmente a partir da década de 1970, configurando uma diversidade de experiências de cartografia crítica ou social. A Nova Cartografia Social diferencia-se, no entanto, destas propostas, sendo não apenas uma perspectiva crítica que se contrapõe ao modelo dominante, mas que anuncia uma nova abordagem do conhecimento (ALMEIDA, 2013).

cumpridas concernindo dois eixos: a produção de transportes e a redução de acidentes (ANTT, 2018a, p. 8).

A necessidade de revisão e modernização contratual é um ponto com o qual parece ter havido acordo entre diferentes organizações, inclusive da sociedade civil, mas que esperavam, no entanto, que isto significasse uma “janela de oportunidades” para a garantia de melhoria das condições de vida dos afetados, obrigando a empresa à realização de investimentos sociais previamente definidos, no novo contrato. O Relatório (ANTT, 2018a) inscreve-se, portanto, como instrumento obrigatório a ser produzido pela agência reguladora, com vistas a apresentar à sociedade um diagnóstico da situação e os problemas elencados, demonstrando ser esta – a antecipação da prorrogação da concessão - a melhor “alternativa regulatória” encontrada para o caso da EFC. Neste sentido, o Relatório apresenta as principais questões jurídicas, operacionais, e regulatórias referentes à dita prorrogação na EFC, sobre a qual depende-se o diagnóstico com principais problemas e soluções elencadas.

Quanto ao histórico da EFC aponta-se como em 1997, período de privatização da então Companhia Vale do Rio do Doce, a EFC abarcava 892 km na linha principal, 164 km nos pátios de cruzamento e industriais e 111 km no terminal e ramal do píer, totalizando 1167 km de extensão (ANTT, 2018a, p. 8). O “salto” no texto do Relatório leva ao ano de 2011, quando é iniciado o processo de duplicação da EFC, com a ampliação do Terminal Ferroviário do Porto da Madeira - TFPM - a implantação de novo ramal com 105 km de extensão, entroncamento no km 858+501 em direção à mina do “Complexo S11D Eliezer Batista” na região de Serra Sul - também conhecido como Eliéser Baptista – e a duplicação de vários trechos, levando a linha principal a uma extensão de 997 km e pelo menos 542 km duplicados (ANTT, 2018, p. 8).

Mapa 2 - Configuração atual da EFC e conexões com a Ferrovia Transnordestina.



Fonte: ANTT, 2018a, p. 8

No primeiro eixo abordado no contrato, a produção de transportes, considera-se que a concessionária tem um padrão de desempenho correspondente ao devido e acima da média nacional. Porém, com um problema. A maior parte de sua carga seria de carga própria, sendo desta 48% oriundo da cadeia siderúrgica, enquanto apenas 2% representaria carga de terceiros e outras, como por exemplo, do setor agrícola, da extração vegetal e de celulose.

Nesta visão, a necessidade de modernização dos contratos e garantia de sua segurança jurídica não diz respeito apenas à EFC, mas uma série de iniciativas de infraestrutura abarcadas na formulação de Políticas Públicas concernentes à estratégia logística e a privatização dos investimentos na malha ou modal ferroviário.

A “alternativa” elencada para a situação da EFC corresponde à “necessidade”, do Estado de arbitrar conflitos de interesses e garantir, desta forma, a implementação da Política Pública que visa a “(...) repactuação dos contratos de concessão (...) condicionando-os à realização de investimentos na infraestrutura ferroviária pelas concessionárias, e consequente prorrogação de seu prazo de vigência” (ANTT, 2018a, p. 11). E com isto garantir a ampliação da capacidade de transportes, o aumento de sua segurança, a melhoria da qualidade da infraestrutura e a garantia de seu compartilhamento entre concessionárias de modo a aumentar a “concorrência” e “eficiência setorial”.

A alternativa regulatória em debate corresponde às diretrizes da política pública impulsionada, sobretudo a partir de 2016⁷⁵, para ampliar e fortalecer a relação entre o Estado e a iniciativa privada, por meio de uma política de desestatização, no âmbito do Conselho do Programa de Parceiras e Investimentos (PPI), ao qual a EFC foi incluída por meio do Decreto 9.059/2017.

A leitura destas diretrizes permite concluir que o propósito do Governo Federal é muito claro: a. expandir a capacidade de tráfego do Subsistema Ferroviário Federal (investimentos na infraestrutura ferroviária); e b. promover a competição entre os operadores de transporte ferroviário, como meio para reduzir o valor do frete ferroviário e, conseqüentemente, aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional (compartilhamento da infraestrutura ferroviária) (ANTT, 2018a, p. 13).

Esta inclusão levou à necessidade do estudo técnico, adotando, para tanto, a metodologia de Análise de Impacto Regulatório – AIR. Conforme aponta-se no Relatório Final (ANTT, 2018a, p. 24) esta metodologia foi inspirada no trabalho de dissertação de autoria de Patrícia Valente, publicada em 2010, que aponta a importância de haver, no processo, ampla participação da sociedade civil, porém entende que o interesse público é alcançado na medida em que os objetivos da política pública são garantidos, o que, no caso, implica as diretrizes já citadas – fortalecer a relação entre Estado e iniciativa privada mediante práticas de desestatização e impulsão de investimentos privados.

A metodologia de Análise de Impacto Regulatório – AIR e a (des) consideração de certos modos de ver e viver na definição do problema público

Apesar de “inspirada” na citada dissertação, a metodologia final utilizada alterou as etapas de análise propostas, ficando assim: a) caracterização do problema; b) levantamento de alternativas regulatórias; c) levantamento dos atores envolvidos; d) identificação e avaliação dos impactos e; e) análise das alternativas regulatórias (ANTT, 2018a, p. 24).

Sobre a caracterização do problema (a) considera-se que o padrão de desempenho da ferrovia está acima da média brasileira, com que se firma a possibilidade de concessão da prorrogação mediante a proposta de antecipação de investimentos na

⁷⁵ Expõe-se que foi em 24 de novembro de 2016 que a MP n.752/2016 estabeleceu as diretrizes de prorrogação antecipada e licitação de contratos, incluindo as ferrovias, desde que cumprindo as metas de segurança e produção existentes nos contratos (ANTT, 2018a, p.24).

EFC na ordem de R\$243 milhões de reais para a solução de “conflitos urbanos” (ANTT, 2018a, p.25), por um lado, e a responsabilidade em garantir o acesso de outras ferrovias que necessitam acessar a saída Norte, pelo Porto de Itaqui, por outro. A possibilidade de modernização do contrato relaciona-se à garantia da “segurança jurídica” do compartilhamento da infraestrutura com terceiros.

É notório perceber que a melhor “alternativa regulatória” (b) é justificada na necessidade de “compartilhamento da via férrea e realização de investimentos em conflitos urbanos, para melhorar a segurança” (ANTT, 2018, p. 26). O tratamento da questão é ambíguo, pois enfatiza uma noção “estreita” para segurança, limitando-a contra acidentes, mas possibilitando uma interpretação de que esta preocupação também relaciona-se à necessidade de garantia da segurança da infraestrutura. Ademais, na medida em que foi excluído o “Complexo S11D Eliezer Batista” do processo de repactuação, também foi subestimada a capacidade de produção e escoamento da produção⁷⁶ por esta mesma infraestrutura (sendo que a própria política pública expõe o objetivo de “capacidade aumentada progressivamente”); não parece ter sido considerado o aumento do fluxo de tráfego de vagões nem a duplicação da quantidade de vagões⁷⁷, piorando ainda mais as condições de vida das *comunidades* e municípios do entorno. Portanto, cabe questionar o que exatamente implica “investir em conflitos urbanos” de modo a garantir a “segurança”. A alternativa regulatória apresentada como melhor alternativa é a de número quatro⁷⁸.

Sobre os atores envolvidos (c) a tabela de número 4 indica um levantamento de atores que teriam conexão com a problemática:

⁷⁶ “O empreendimento iniciou sua operação comercial em janeiro de 2017 e a capacidade nominal de produção será alcançada gradualmente. Inicialmente entra em operação apenas uma das três linhas de produção da usina (cada uma com capacidade de 30 milhões de toneladas/ano), em 2018 entra em produção a segunda linha e a terceira opera em 2019. Em 2020 deve finalmente chegar aos 90 milhões de toneladas. A estimativa é que a produção da Vale na região Norte chegue a 230 milhões de toneladas/ano em 2020 (BRASIL MINERAL, 2017)” (MTPA, 2018, p. 37)

⁷⁷ Durante a sessão pública em São Luís foram feitas denúncias de que a empresa já opera com o dobro da quantidade de vagões em teste.

⁷⁸ Opção 1: não fazer nada (manter como está); prorrogação simples (do atual contrato); opção 3: reequilíbrio com prazo para adoção de investimentos; opção 4: prorrogar e repactuar (tornando obrigatórios os investimentos sociais para solução de conflitos urbanos e tornando mais objetivas regras contratuais de compartilhamento de infraestrutura da saída Norte pelo Porto de Itaqui; opção 5: encampação pelo Poder concedente de modo a realizar relicitação (ANTT, 2018a, p.26).

Quadro 1 - “Tabela 4 - Atores envolvidos na Ação Regulatória”.

Atores	Envolvimento com a ação regulatória	Expectativa
ANTT	Implementador da ação regulatória	Melhorar e ampliar o atendimento do serviço público de transporte ferroviário de cargas na região atendida pela Estrada de Ferro Vitória a Minas e buscar implementar a política pública definida pelo MTPA
VALE S.A.	Concessionária do trecho	Prorrogar o contrato de concessão para que seus investimentos possam ser amortizados dentro do prazo da concessão e a rentabilidade do negócio
Estrada de Ferro Norte-Sul (FNS S/A) e futura subconcessionária da Estrada de Ferro Norte Sul – Tramo Central	Ferrovias que tem interconexão futuramente com a EFC	Garantir as operações de interconexão (Direito de Passagem/Tráfego Mútuo) com a EFC
Usuários	Podem ser afetados pela ação regulatória a ser implementada	Melhoria e ampliação da oferta de transporte ferroviário de cargas na região atendida pela EFC Ferrovia Norte Sul (FNS S/A e FNSTC)
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA	Formulador da Política de Transportes	Garantir que a ação regulatória esteja alinhada à Política Pública de Transportes Garantir o compartilhamento de infraestrutura na saída norte, ao porto de Itaqui
Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos - PPI	Gestor do Programa de Parcerias e Investimentos	Repactuar o trecho ferroviário da EFC e garantir o compartilhamento de infraestrutura na saída norte, pelo porto de Itaqui
Sociedade	Podem ser afetada pela ação regulatória a ser implementada	Mitigar os conflitos das áreas urbanas com a ferrovia Redução do custo Brasil, com reflexo nos valores finais dos bens e produtos

Fonte: ANTT, 2018a, p.27.

Uma primeira pergunta decorrente da leitura da tabela sobre os “atores envolvidos na ação regulatória” é sobre quem são os “atores” dignos de consideração para o corpo técnico de servidores do Estado. Isto é, porque agências, conselhos, sociedades acionárias merecem discricção enquanto pessoas jurídicas ou administrativas, enquanto a “sociedade” é representada enquanto uno indissociável, considerando a total exclusão dos trabalhadores/as involucrados, de representação efetiva para municípios e poder público de outros níveis da federação. Ainda, e esta pergunta foi igualmente feita durante a primeira sessão pública realizada em São Luís, o que esta expectativa de mitigação dos “conflitos das áreas urbanas” quer realmente dizer? Que são reconhecidos apenas aqueles conflitos em áreas consideradas urbanas, neste relatório, ou que o conjunto das áreas atravessadas pela EFC são urbanas? Como foi construída esta classificação das áreas como urbanas, com base em que premissas?

No “Caderno de Engenharia” (ANTT, 2018b) que acompanha o Relatório Final expõe-se com mais detalhamento procedimentos metodológicos. Concentro aqui no objetivo de análise referente ao aumento de segurança nas áreas urbanas, para pedestres, e a melhoria operacional, pois, nestas áreas há “gargalos” na capacidade devido às baixas velocidades impostas nestes trechos. Aponta-se seguir o “Método de Análise Hierárquica” (AHP) em que são construídas “hierarquias de importância”, entre municípios, definidas com base em prioridades e critérios da “intensidade de importância” atribuída. Para tanto – avaliar a “intensidade de importância” – foram considerados como critérios o número de acidentes nos últimos 5 anos; a densidade do município; a população do município; o tráfego ferroviário; o grau de interferência da linha com o município, critérios estes organizados num questionário fechado, preenchido por “especialistas”, embasando a análise (ANTT, 2018b, p. 16). Porém, não se explicita quem são os “especialistas”, nem porque a listagem final de “hierarquia de importância” entre os municípios – indicando uma ordem a ser seguida para a realização dos investimentos - não corresponde à listagem originada desta metodologia, mas, conforme explícito no próprio caderno, aquela indicada pela Vale.

A quarta etapa consistiria no mapeamento dos impactos (d) com o intuito de verificar i) a possibilidade de ocorrência, ii) duração, iii) resultado, iv) magnitude. Isto é, uma “tipologia” que verifica nível (alto, médio ou baixo), duração (longa, temporária, curta), resultado (positivo ou negativo) e, não obstante, conforme relata-se no ponto 85: “A magnitude do impacto deve ser avaliada sob o ponto de vista do ator envolvido impactado” (ANTT, 2018a, p.28). O “nível do impacto” deve ser medido mediante análise de como afetam os recursos necessários para o “futuro do ator”. Porém, apesar de citarem que as informações foram obtidas com as “Comunidades” mediante a atuação de “profissionais com conhecimento nas localidades”, não foi descrito quais *comunidades*, quem são estes “profissionais”, que funções cumprem na empresa e através de que procedimentos metodológicos desempenharam tais consultas junto a elas⁷⁹. Em suma, as “Comunidades” são consideradas “fontes” de informação, mas não “atores envolvidos no problema”.

Quais foram, afinal, os impactos considerados, da alternativa regulatória elencada? 1) Redução dos custos de serviço de transporte dado o aumento da oferta de

⁷⁹ Indica-se que as informações utilizadas para sua elaboração são aquelas apresentadas no plano legal de negócios da própria concessionária (ANTT, 2018, p. 6).

serviço; 2) Ampliação do compartilhamento de infraestrutura e recursos operacionais da EFC, 3) Mitigação dos conflitos com áreas urbanas, 4) Custo de fiscalização e regulação do contrato.

Percebo como a dimensão de impactos conforme vivenciada por estas *comunidades* limitou-se ao apagamento de sua existência no ator genérico – sociedade – e mediante a classificação do conflito como “urbano” – negando a existência do conflito rural ou do próprio rural como digno de notoriedade, ademais do ambiental.

A noção de segurança utilizada apresenta seu reducionismo quando surge atrelada à “acidente”, vista desde o “conflito urbano”, ademais das outras associações já trabalhadas. Assim, e é ela que justifica a destinação dos investimentos sociais, apresentados como solução para mitigação dos conflitos, e que correspondem, no Relatório Final (ANTT, 2018a) à construção de apenas 14 viadutos (ou seja, sequer contemplando a totalidade de municípios, quanto mais de comunidades), 12 passarelas, adequação de PI (Passagem Inferior) e PN (Passagem em Nível), direcionador de fluxo, vedação (construção de 70km de muro e 70 km de cerca até 2022) e acessos, até 2033. Nas partes seguintes, no Relatório Final (ANTT, 2018a) continua-se, portanto, partindo da premissa da existência de tais “conflitos urbanos”, com a ressalva de que, na verdade, a “solução” já foi encontrada para a maioria deles, por um lado, e que é ótimo o índice relativo ao número de acidentes gerados pela Vale, por outro. E, indo além, o problema da garantia de segurança na EFC é apresentado menos com respeito às localidades e vidas atravessadas por ela, mas, sobretudo, ao próprio transporte ferroviário como já havia ressaltado.

A atenção à análise das estatísticas dos acidentes, no período entre 2010 e 2017, contribui a refletir o que é explícito e o que é entrelinhas. Cabe citar que segundo a própria ANTT são considerados nestas estatísticas apenas os casos mais graves. Também algumas denúncias realizadas durante a sessão pública apontavam para que apesar de requererem investigação criminal, é a própria concessionária quem realiza os boletins de ocorrência e fornece as informações sobre os “acidentes” mediante atuação de funcionários da Vale (ANTT, 2019, p.272). Neste sentido, cabe refletir sobre este aspecto quando se considera que a própria empresa informa, portanto, as causas dos acidentes, figurando entre elas, na análise da ANTT (2018a, p. 36), como maiores fatores

a “ação de terceiros e caso fortuito/de força maior”, com 48% de incidência, implicando “atropelamentos e abalroamentos”⁸⁰.

Não é explícito, na análise, considerações sobre os “acidentes” como os danos provocados ao meio ambiente e devido ao atropelamento de animais, se considerados os termos postos pela própria ANTT, de que o “contrato” é soberano. Isto é, a noção de segurança veiculada no próprio contrato compreende um componente ambiental que não é, no entanto, pesem as denúncias realizadas, explicitado pela ANTT. Reproduzo a definição ofertada pela própria ANTT, dada pela Resolução ANTT nº 1.431/2006:

Art. 2º Para efeito desta Resolução, considera-se acidente ferroviário a ocorrência que, com a participação direta de veículo ferroviário, provocar danos a este, a pessoas, a outros veículos, a instalações, a obras-de-arte, à via permanente, ao meio ambiente e, desde que ocorra paralisação do tráfego, a animais (ANTT, 2018a, p. 36).

Cabe questionar, portanto, onde encontrar qualquer referência à dimensão “ambiental” de acidente, considerando as denúncias - de soterramento de igarapés mediante a construção e duplicação da EFC, mas também devido a passagem dos trens descobertos que contaminam com metais pesados os cursos d’água ao longo da EFC; entre outros aspectos públicos e notórios. No “Caderno de Meio Ambiente” anexo ao Relatório Final (ANTT, 2018c) e também produzido pela agência, situa-se única e exclusivamente a situação da Terra Indígena Mãe Maria, no Pará, ressaltando que a legislação exige a consulta às 16 aldeias do povo Gavião junto ao IBAMA e à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), mas sem descrever que legislação é essa que exige consulta, ademais de não adentrar maiores comentários sobre o processo de licenciamento ambiental e sua impugnação. Neste anexo também se aponta, sem maiores explicações, a exclusão da negociação contratual do “Complexo S11D Eliezer Batista” desta ação regulatória.

Não há nenhuma menção a outras terras indígenas nem a territórios quilombolas, cujos direitos são garantidos pela Convenção 169 da OIT – da qual o Brasil é signatário – quiçá de comunidades tradicionais, agroextrativistas, camponesas, em luta por direitos coletivos. Marés et. al. (2019) situa como no Brasil o legislativo não trata esta Convenção desde a obrigação de seu cumprimento, havendo um histórico de casos de

⁸⁰ Na ordem, segundo elenca a ANTT (2018a, p. 36): ação de terceiros: 34%; falha humana: 19%; via permanente: 15%; casos fortuitos ou de força maior: 14%; material rodante: 10%; outras: 5%; sinalização tele eletro: 2%; infraestrutura: 1%; e, não obstante, vandalismo: 0%. A metodologia trabalha com índices e não com casos absolutos.

violação do direito à consulta. Isto é, o respeito à Convenção Internacional e à legislação nacional tornam-se dependentes dos interesses e subjetividades da elite que ocupa os postos públicos e que expressa a branquidade e o racismo estrutural dela decorrente. O restante do Relatório (ANTT, 2018a) prioriza exclusivamente os reais objetivos aqui expressos, sejam eles, garantir a segurança jurídica do compartilhamento de infraestrutura:

151. A EFC também possui ligação com o porto de Itaqui, em São Luís, no Estado do Maranhão, por meio do ponto de conexão do ramal de Itaqui (ou ramal de Pombinho), explorada pela Ferrovia Transnordestina Logística – FTL S/A, e com a malha explorada pela Ferrovia Norte Sul – FNS S/A, em Açailândia, também no Estado do Maranhão. A partir da futura subconcessão do Tramo Central da Ferrovia Norte Sul, no trecho Palmas/TO à Estrela d'Oeste/SP, essa subconcessão também passará a fazer também o compartilhamento na infraestrutura da EFC.

152. Essa interoperabilidade permite maior fluidez das cargas e possibilita, por exemplo, o escoamento da produção agrícola e siderúrgica oriunda dos interiores dos Estados do Pará e do Maranhão, portanto, pode ser considerada estratégica por interligar o Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país (ANTT, 2018a, p. 48)

Os “discurso de autoridade” das enunciações aqui expressas e seus ‘efeitos de verdade’ na representação da realidade, impulsionam ainda mais a necessidade de uma reflexão crítica sobre os pressupostos epistemológicos e metodológicos relacionados a construção deste Relatório, cujas justificativas em nome da “verdade técnica” e do “interesse público” mascaram como “(...) as classificações práticas estão sempre subordinadas a funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais” (BOURDIEU, 1989, p. 112).

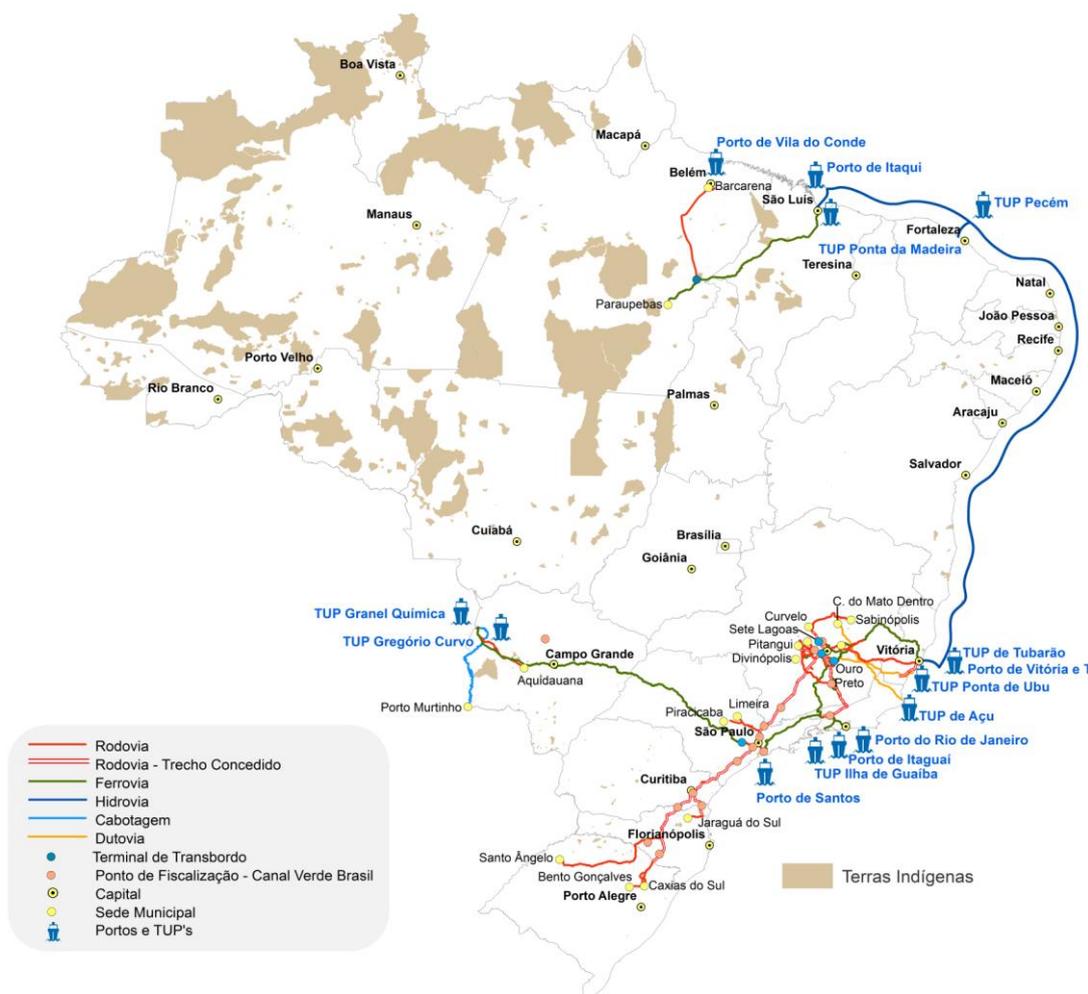
O que está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social, portanto, a análise, ainda que não sistemática, dos posicionamentos e embates perpetrados expressarão as disputas na construção e deslocamento das fronteiras não apenas administrativas, “físicas”, mas simbólicas, a partir de distintas representações que movem as concepções sobre o reconhecimento da distinção, logo, produzindo identidade (BOURDIEU, 1989). Tais disputas não são, portanto, inocentes ou desprovidas de consequências, ao contrário, em termos metodológicos, Bourdieu (1989) preocupa-se com os efeitos dos atos do Estado e de outros agentes sobre a realidade, a representação e o reconhecimento da representação que fazemos dela e que edificam as políticas governamentais em matéria de “ordenamento de território” ou “regionalização”, produzindo elas também efeitos sobre a realidade (BOURDIEU, 1989, p. 111).

A luta de classificações perpassa todos os antagonismos, não se circunscrevendo somente à produção de conhecimento no Relatório Final (ANTT, 2018a). Cabe observar como a todo tempo é destacado como “interesse público” ou “bem público” a “obviedade” dos benefícios da atuação da Vale para o conjunto da “sociedade”. Ainda, como “sociedade” é definida enquanto categoria que exclui categoricamente qualquer cidadania que reivindique a diferença (LAVALLE, 2003) - a exemplo dos povos e comunidades tradicionais, suas territorialidades e legislações específicas, ou direitos coletivos como já foi citado – materializando as hierarquias racializadas constituintes do Estado capitalista.

A análise deste Relatório (ANTT, 2018a) explicitou ainda como os instrumentos de construção do objeto e aparatos técnicos refletem os interesses e correlação de forças entre mandatário e mandante, como expressava, e que corresponde não apenas à dita renovação, mas aos anseios de “desenvolvimento” capitaneados por poderes estatais e por setores corporativos, como as transnacionais, em auferir tão logo quanto possível infraestruturas logísticas estratégicas de forma alheia aos interesses e existências de trabalhadores, municípios, *comunidades* e territórios ao longo de uma ampla área que transcende em muito a EFC. A definição do conflito social pela ótica da segurança e como restrito a um conflito de área urbana reproduz dinâmicas históricas de classificação destes territórios como vazios demográficos ou territórios esvaziáveis, elimináveis e “reconstituíveis” (DAS; POOLE, 2008). O efeito será a legitimação da produção de subordinação e estigmatização de corpos e territórios, mesmo, seu “apagamento do mapa”: expressão mais efetiva da política de genocídio do “outro”.

Cabe destacar, que na projeção do Corredor Logístico Norte-Nordeste, há uma seção que aborda a sobreposição entre os Corredores e Terras Indígenas, mas não são citadas as respectivas legislações (apenas reproduz-se parcialmente a definição presente na Constituição brasileira para “Terras tradicionalmente ocupadas”) nem há texto explicativo para o mapa, como há em todas as demais seções do documento. Ou seja, é difícil avaliar se há sobreposição através deste mapa; nele, são apenas consideradas algumas Terras demarcadas, sendo ignorados os territórios quilombolas, territórios da extração do coco ou agroextrativistas.

Mapa 3 - Corredor Logístico Estratégico Norte-Nordeste (exportação minério) e a sobreposição com “Áreas indígenas”.



Fonte: MNTP, 2018, p.60.

Reproduz-se também, na órbita da produção da ocultação, a perspectiva de avanços necessários em cada eixo logístico, no caso, no eixo “norte-nordeste” apontando-se para avanços em termos de mitigação de conflitos urbanos.

Mapa 4 - Corredor de exportação Norte-Nordeste: necessidades de infraestrutura e Ações realizadas (2016/2017)

Mapa 12 – Necessidades de Infraestrutura e Ações Realizadas (2016/2017) – Corredor de Exportação Norte-Nordeste



Fonte: MNTP, 2018, p.86.

Retornando às palavras de Bourdieu (1989), os critérios de classificação são não apenas atos de representação mental, pois o ato de separar fronteiras em linhas, o interior do exterior, circunscrevendo uma região, um território, e uma definição legítima do mundo social, é também um ato de poder simbólico. Assim, a luta coletiva pela subversão das relações de força simbólica procura impor senão novos princípios de **divisão**, pelo menos uma inversão dos antigos princípios (BOURDIEU, 1989, p.116). O autor considera esse um esforço pela autonomia, entendida como o “(...) poder de definir os princípios de definição do mundo social em conformidade com seus próprios interesses” (BOURDIEU, 1989, p.125). Nas palavras do autor:

A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de intimidação que ela exerce (...) tem em jogo não, como se diz, a conquista ou reconquista de **uma** identidade, mas a reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e avaliação de sua própria identidade (...) (BOURDIEU, 1989, p. 125).

2.2.2 O espetáculo da técnica: violência simbólica e uma resposta em rima.

Ao terminar sua intervenção na sessão pública do dia 29 de agosto, de 2018, o representante de Mutum II, Arari, entoou uma rima improvisada em forma de rima, que poucos puderam entender, eu tampouco pude transcrever dos áudios. Foram muitas as palmas, risos, da brincadeira que, em minha leitura, aproximou-se à ironia própria às formas de resistência que desviam da possibilidade de confrontação aberta⁸¹, como neste momento, em muitas outras intervenções ocorridas nesse dia e em outros contextos. Reproduzo suas palavras

A Vale é uma empresa muito grande, que eu vejo dizer que é muito rica e poderosa. Agora, ela é muito rica, porque tem o minério, empresários, advogados, e pagam o imposto pro governo federal. Porque se fosse pagar o minério, meu amigo, o tanto de tonelada que já passou, não tinha quem desse conta [risos dos presentes]. E a necessidade tá batendo aí doutor [risos dos presentes]. Doutor, vamo olha pra isso doutor, vamo olha pra essa situação difícil. Uma audiência pública dessa daqui, era pra ter colocado numa cidade mais pequena, como no Arari, pro pessoal todinho vir. Eu to mais de 150 km, mas eu to aqui, lutando, vim até a cidade pra conhecer vocês, sentados aí na mesa (...) [muitos risos]. Eu vou dizer uma coisa, no caso eu sou um analfabeto falando, mas eu vou dizer uma coisinha pra vocês:

Só porque

(Representante Mutum II, sessão pública da audiência pública 009/2018, São Luís, 29 de agosto de 2018).

Ao retornar, explicava-me que em sua visão - por não saberem ler as letras - eles [agentes do Estado] pensam que não estão entendendo nada; implicitamente, talvez, explicando como foi ativar um conhecimento que inverteu a situação e deixou a todos sem entender nada pela velocidade das palavras, próprias às rimas improvisadas de tantos poetas e poetisas maranhenses. A revolução simbólica contra a dominação simbólica que abordava no final da última sessão marcou a disputa nesta sessão pública, através de diversas estratégias de resistência entre representantes de *comunidades* que mobilizaram conhecimentos, denunciaram as premissas e conceitos ali manuseados, e, mesmo, algumas delas, falas de defesa de projetos da empresa que traziam, no entanto, ponderações sérias sobre o tipo de efeito decorrente das ações corporativas para seus modos de vida. Entre as vozes mais dissidentes, *confrontaram* abertamente os termos do debate, a negação de seus modos de vida, afirmando coletivamente seu poder de conduzir sua própria auto identificação.

As irregularidades na realização deste processo, no entanto, revelam como a sessão pública foi campo privilegiado para análise das disputas e relações de força, das

⁸¹ A exemplo das ideias de infrapolítica e dos discursos ocultos, como trabalhadas por Scott (2000).

posições antagônicas e estratégias veiculadas, assim como da forte violência simbólica prevalente.

Na primeira sessão pública de São Luís, as irregularidades levaram à realização de uma segunda audiência, no dia 10 de outubro do mesmo ano, por orientação do Ministério Público Federal. A rapidez com que foi lançada esta Audiência – garantindo apenas 19 dias para que as partes interessadas estudassem toda a documentação disponibilizada e preparassem as respectivas contribuições⁸² – foi ainda mais agravada pela ausência de um amplo e proporcional processo de consulta pública – por exemplo, no caso do Pará a EFC sequer passa por Belém – negado, igualmente, o direito de acesso à informação aos principais interessados/as na discussão, como expôs o representante de Mutum II, no início da sessão.

A primeira sessão pública de São Luís foi realizada em um dia que não há transporte ferroviário para a capital – sendo que a própria ANTT diagnostica, no Relatório Final (2018a), tratar-se do principal transporte utilizado pelos povoados – num hotel localizado em uma rua de uma área elitizada onde não passa ônibus. A estrutura adequada tampouco foi observada, nas palavras do próprio servidor da ANTT, logo no início da sessão:

Nós já estamos analisando essa situação de que houve um numero de pessoa maior do que o espaço comportava e se necessário for será realizada nova audiência em São Luis, para que não haja prejuízo de qualquer pessoa que queira se manifestar nessa audiência pública (...) Peço a todos compreensão, a gente não tinha idéia de quantas pessoas iam participar da audiência, com base na experiência de realização de audiências publicas que a agência tem, a gente alugou esse espaço e agora já ta vendo o número elevado de pessoas querendo participar da audiência, então, a gente tá fazendo essa análise.
(Servidor ANTT, sessão pública da audiência pública 009/2018, São Luís, 29 de agosto de 2018).

Em outras palavras, não havia espaço para todo mundo, algumas pessoas foram barradas na porta e outras ficaram em pé. Esta e outras denúncias foram realizadas de forma oral, de forma presencial, e também através de contribuição escrita – que podia ser entregue ao vivo, por correio ou pela internet – mas que em sua maioria foram negadas no documento de resposta da ANTT (ANTT, 2019). Este documento reforça o argumento sobre os sentidos da “participação” possibilitada, na medida em que as premissas que

⁸² Este aspecto, elencado em contribuições realizadas nas sessões públicas presenciais e também por escrito foi negado pela ANTT, argumentando ter seguido os 45 dias prescritos para realização da audiência, tendo sido ela veiculada nos mais diversos canais de comunicação e em seu site, segundo a própria ANTT.

edificaram este processo e as conclusões auferidas não estavam abertas ao questionamento e dissenso.

Como visto, o “Relatório Final: Estrada de Ferro Carajás” (ANTT, 2018a) pouco deixa entrever que subjacente à esta discussão estava a necessidade de fortalecer os Corredores Logísticos Estratégicos, particularmente do complexo de minério de ferro (MTPA, 2018). Isto é, lá é exposto o objetivo de implementação da política pública, mas assim como ocorre no processo de licenciamento ambiental, as informações sobre o conjunto das iniciativas deste “plano estratégico de desenvolvimento” foram apresentadas de forma bastante fragmentada.

Diana Aguiar (2017) analisa como há continuidade entre a política pública implementada no governo de Dilma Roussef e no governo ilegítimo de Michel Temer após o golpe de Estado, vulgo processo de “impeachment”. Segundo a autora, a partir de 2016 apostou-se na dinâmica de privatização e internacionalização destas mega infraestruturas logísticas, com a conversão do PIL – Programa de Investimento Logístico – ao PPI – Programa de Parceria e Investimentos, “ator parte” da citada negociação. Apoiando-me em Sigaud (1986) depreendo como a variável política é relevante nesta pesquisa, na medida em que tais embates ocorreram no contexto de destituição democrática, importante para a compreensão da celeridade com que foi encaminhado este processo em agosto de 2018. Pois, após três anos de negociação, em poucas semanas lançou-se o processo de audiência pública, marcado por irregularidades. Ou seja, há continuidades, mas também rupturas, no sentido da agudização do processo de privatização destas megaestruturas e fluxos de investimentos privados, demarcando o caráter altamente conflitivo das decisões implicadas na renovação desta concessão, para qual o cenário político de avanço neoliberal ou da ultra radicalidade liberal e das forças reacionárias aumenta a possibilidade da tomada de decisão de forma fragmentada e arbitrária, prévia e independente de processo efetivo de participação e controle social sobre as “melhores alternativas” em questão.

Esta foi também uma das principais dimensões abarcadas entre as contribuições orais e escritas, críticas à celeridade da proposta, e da negação do direito à informação e pleno debate sobre os efeitos de tal medida quanto aos rumos do desenvolvimento da região e nacional. Em geral, setores corporativos argumentaram em acordo com a “melhor alternativa regulatória” com vistas a “atender o interesse público”; representantes do poder público – parlamentares e do executivo nos diversos níveis da federação – ora apreciaram a proposta por atender necessidades logísticas principalmente

do agronegócio, da indústria de celulose e siderurgia, com menor ênfase; ora adotaram um tom mais crítico devido à ausência de discussão sobre repasses e investimentos para os estados do Pará e do Maranhão, contrapondo essa à outras alternativas para a integração de infraestrutura, fundadas nos anseios de “desenvolvimento regional” e da possibilidade de “real” concorrência inter-setorial.

Um dos aspectos discutidos nestas sessões, e que não consta no Relatório Final (ANTT, 2018a) sobre a EFC, é que um dos “preços” da negociação desta antecipação foi o acordo de investimento de 4 bilhões de reais, pela Vale, nas melhorias de outra ferrovia, a Ferrovia de Integração Centro Oeste, a FICO⁸³ – posto que atrelada à concessão da Estrada de Ferro Rio –Vitória, à mesma empresa. A celeridade deste processo condisse também com a velocidade com que foi garantido o processo de concessão dos três eixos – fragmentados – da Ferrovia Norte Sul (FSN), também um “ator parte”, até o eixo Açailândia, no Maranhão⁸⁴. Na medida em que foram excluídos todos os ativos e externalidades decorrentes do “Complexo S11D Eliezer Batista” desta negociação que culmina na citada audiência e, portanto, ignorados nos cálculos e textos base da nova minuta de contrato da concessão da Vale, fica a pergunta sobre os significados desta etapa para a futura finalização da integração do Corredor Logístico Norte-Nordeste – que busca ligar o Centro-Oeste ao Norte e Nordeste do país e que tem, por enquanto, no estado do Maranhão, uma rota central de escoamento para exportação mineral, da produção industrial de São Paulo e sobretudo agropecuária, com o Matopiba, através dos Portos de Itaqui e Madeira, em São Luís e, posteriormente, os novos portos a serem alcançados com o Arco Norte⁸⁵.

As irregularidades da audiência também podem ser vistas a partir de falas que deixam entrever tanto a preocupação com um amplo processo de escuta das partes, como de comunicação acessível a todos, não técnicos, das informações sendo manuseadas. As falas da representante do Consórcio dos Municípios Afetados pela EFC, no Maranhão, e, após, do advogado dos trabalhadores do transporte rodoviário que transportam grãos do Mato Grosso ao Pará pela BR 163

⁸³ Ferrovia da Integração Centro-Oeste de Vilhena (RO) a Campinorte (GO). Aguiar (2017, p. 66) situa que o projeto originalmente integra o projeto da Ferrovia Bioceânica, mas que na transição do PIL ao PPI não está evidente como se dá sua inserção.

⁸⁴ Logo após o processo de Audiência Pública foram leiloados os da FNS até Açailândia; a ideia é a de que a aprovação da renovação da concessão em 2019 traria “segurança jurídica” para avançar este novo trecho, de Açailândia até Barcarena, ainda que na primeira fase analisada por Aguiar (2017) não constasse no PPI. Conforme notícia veiculada pela própria ANTT na matéria aqui indicada. “Leilão da FNS tem ágio de 100,92%” (Ascom ANTT 2019). Disponível em: www.antt.gov.br, Acesso em: 05 abril 2019.

⁸⁵ Sobre o Arco Norte e a ampliação portuária na Amazônia, ver Aguiar (2017)

O que eu venho falar, que nós queremos propor, que antes que esse contrato seja assinado, eu gostaria que isso ficasse registrado por favor, que antes que esse contrato seja renovado, nós sejamos todos ouvidos (...) porque se o que se considera de investimento como foi falado aqui - o objetivo dos objetivos é de antecipar essa renovação da concessão - que é importante pro país, pra empresa, pros investimentos, nós entendemos isso; mas se o objetivo é antecipar investimentos vultosos da iniciativa privada, eu gostaria de entender quais são esses investimentos vultosos? Para onde eles estão indo? A quem eles estarão beneficiando? Nós gostaríamos de dizer ao governo federal aquilo que realmente é importante pro nosso povo, que realmente é estruturante. Os investimentos vultosos são as passagens, são os viadutos? É extremamente importante porque a gente percebe que isso vem devagar, mas vem melhorando as passagens, os viadutos, mas o direito de ir e vir de nosso povos esta sendo cerceado (...) A Vale não pode ser uma empresa rica de comunidades pobres (Representante Consórcio Municípios Afetados pela EFC, sessão pública da audiência pública 009/2018, São Luís, 29 de agosto de 2018).

Bom dia a todos e a todas. Eu manifesto meu respeito aos servidores presentes. Mas mesmo com todo respeito, não posso não me manifestar, também, no meu entender, a atitude desrespeitosa e pouca democrática da ANTT. Venho participando de algumas audiências da ANTT e a gente observa os mesmos vícios: é preciso falar a língua do povo [...] Essa agência é mantida com nosso dinheiro público, tem que falar a nossa língua, se não vira propropro. E aí a censura também que eu ouvi a alguns questionamentos aqui. Porque existe todo um arcabouço institucional que trata da política de desenvolvimento regional, perguntamos ao representante da ANTT que manifestasse aqui quais as razões que levaram a não priorizar os investimentos no Pará e no Maranhão para investir numa ferrovia lá no Mato Grosso? [...] Eu não sei quem que escolheu essa modalidade de investimento? Foi o governo? Foi a companhia Vale? Quem que escolheu? [...] Cadê a audiência pública nos municípios que são afetados no Pará? Cadê a audiência nos municípios que são afetados aqui no Maranhão? [...] Isso é antidemocrático, isso não da pra gente pensar, a gente paga muito imposto nesse país pra não ver discussão de um patrimônio enorme desse no país, da riqueza do minério de ferro, que tem nessa região, de ser atropelada uma discussão em 45 dias, discussão que a gente não entende nada. Tá errado isso.

(Advogado dos trabalhadores do transporte rodoviário que transportam grãos do Mato Grosso ao Pará pela BR 163, sessão pública da audiência pública 009/2018, São Luís, 29 de agosto de 2018).

Estas falas expressam a ampla gama de interesses envoltos na definição dos rumos dos investimentos citados a partir de lugares próprios, isto é, no caso, nas perspectivas dos municípios maranhenses, por um lado, à exceção de São Luís, e dos complexos embates envolvendo a BR 163, por outro. Revelando também a violência simbólica expressa no poder da técnica, que obstaculiza o entendimento e debate real das informações veiculadas, ignora as vidas de milhares de pessoas nos acordos referendados, seguindo um histórico de subordinação periférica frente aos anseios de “desenvolvimento” e “progresso”, ideias força que subjazem os megaprojetos estratégicos de infraestrutura que se tornam cada vez mais relevantes ao capital global (SVAMPA, 2011)

Quanto a camponeses, povos e comunidades tradicionais, ao meio ambiente e às escolhas conceituais e metodológicas realizadas, as contribuições realizadas pela sociedade civil referentes à temática aqui discutida foram rejeitadas pela ANTT. Ao todo, vindas dos mais diversos setores, foram 517 contribuições – considerando as sessões de Belém, São Luís e Brasília – que, desmembradas, resultaram em 1.126 contribuições (ANTT, 2019, p. 17).

Por exemplo, um representante do poder público do estado do Rio de Janeiro, destacou, em contribuição protocolada, exatamente o aspecto da insuficiência metodológica da proposta de Análise de Impacto Regulatório – AIR – como justificativa da “melhor alternativa regulatória” passível de ser selecionada. Ele questionou os motivos que levaram esta metodologia a ser “inspirada” em uma dissertação de mestrado, ao invés de nas práticas consolidadas nas “Diretrizes Gerais e Guia Orientativo para a Elaboração da Análise de Impacto Regulatório – AIR” (Guia), desenvolvido pela Casa Civil em diálogo com ministérios, agências reguladoras, inclusive a própria ANTT. Destacou uma série de aspectos que deveriam ter sido considerados, a partir do Guia, dentre os quais: uma contextualização do problema regulatório – causa, circunstâncias, ambiente, magnitude, evolução esperada, consequências e extensão ou magnitude do problema onde ocorre: local, regional, nacionalmente, a frequência e extensão dos grupos afetados. Ainda, que as informações que embasam a construção do AIR, assim como contribuições e manifestações em eventuais processos de participação social ou de recebimento de subsídios devem apresentar: quem foram os atores consultados, quando e como ocorreram as consultas, os dados e informações recolhidos e como foram utilizados; manifestações sobre questionamentos e oposições relevantes recebidas; ademais da mensuração dos possíveis impactos sobre aqueles mais afetados. Segundo ele, ainda, nenhuma dessas etapas foi realizada.

Ao final de sua detalhada exposição, concluiu que a decisão sobre a prorrogação antecipada está permeada de dúvidas sobre se esta é a “melhor alternativa” para atendimento da Política Pública almejada na Lei 13.448/17. Esta, continua, não é a primeira vez que a ANTT recebe críticas à sua produção técnica no sentido metodológico, já que o Tribunal de Contas da União (TCU), em São Paulo, apresentou uma série de questionamentos e críticas à metodologia de AIR que desdobrou-se em justificativas também vinculadas à prorrogação da concessão à América Latina Logística Malha Paulista S.A. em nome dos benefícios dos investimentos, mas que não considerou os

problemas ferroviários do Brasil, e os impactos positivos e negativos de uma nova licitação (representante poder público RJ apud ANTT, 2019, p. 65 – 72).

O aspecto metodológico também foi alvo de críticas na contribuição do Ministério Público Federal, do Maranhão, da qual destaco o questionamento sobre quais seriam estes “conflitos urbanos”, se foram identificados pela própria ANTT, se estão ou não inseridos no escopo das condicionantes ambientais no procedimento de licenciamento ambiental do empreendimento – “(...) considerando que é notório o histórico de impactos socioambientais tratados pela Vale nos estados do Maranhão e do Pará decorrente da ferrovia em questão (...)” (MPF/MA apud ANTT, 2019, p. 160). Questionou também a lógica de circunscrição da definição dos conflitos urbanos à segurança da travessia, desconsiderando outros impactos ocasionados pela ferrovia, como a poluição do ar mediante emissão de partículas de minério. Seguem as respostas da ANTT (2019):

Todos os municípios interceptados pela Ferrovia foram considerados na análise de conflitos urbanos existentes, de acordo com a Metodologia descrita no Volume I do Caderno de Engenharia, sendo que o escopo, a quantidade e a localização das obras para minimização de conflitos urbanos foram apresentados pela Concessionária com base em seu conhecimento da malha e em aplicação de metodologia definida e validada pela ANTT, que considera as principais informações das comunidades impactadas e hierarquiza as mais sensíveis (ANTT, 2019, p.122)

Em relação aos impactos socioambientais, cumpre esclarecer que a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6938/81) estabelece que atividades efetiva ou potencialmente poluidoras devem ser submetidas ao licenciamento ambiental.

"Art. 10. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental."

Portanto, estão sujeitas ao procedimento administrativo do Licenciamento Ambiental as atividades ou empreendimentos que devem ser submetidos a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), visando evitar, minimizar, reparar e compensar possíveis danos causados ao meio ambiente (meios físico, biótico e socioeconômico).

Dessa forma, aspectos relacionados à mitigação de impactos ambientais negativos e compensação de possíveis danos causados ao meio ambiente deverão ser tratados no âmbito do processo de licenciamento ambiental, a cargo do órgão licenciador competente; e não no processo de renovação da concessão tratado por esta Agência Reguladora. (ANTT, 2019, p. 160).

A resposta retorna, assim, ao detalhamento que expus anteriormente sobre a metodologia de construção de hierarquias territoriais, em que determinar-se-ia a prioridade de intervenções nos municípios segundo a “intensidade de importância” estabelecida, mas que, como visto, acabou sendo a listagem definida pela própria Vale. Com esta resposta dada pela ANTT ao MPF, a agência simplesmente ignorou a

necessidade pública de obter efetivas respostas que validem a seriedade dos estudos realizados.

O MPF questionou também se os passivos ambientais ao longo do trecho ferroviário foram considerados e se a ANTT consultou o órgão ambiental – de forma a não incluir na lista de investimentos aqueles já previstos como condição de licenciamento ambiental, devido aos passivos – ao que a ANTT apontou, em sua resposta, ter avaliado os documentos no sítio eletrônico do Ibama, não havendo ainda

“(…) condicionante ambiental específica sobre investimentos para redução de conflitos urbanos na Licença de Operação nº 842/2009.

Em relação à reavaliação de contexto e extensão dos passivos ambientais, estes deverão ser tratados no âmbito do processo de licenciamento ambiental, a cargo do órgão licenciador competente; e não no processo de renovação da concessão tratado por esta Agência Reguladora” (ANTT, 2019, p. 162).

2.2.3 O racismo dos atos coloniais: pacificação de conflitos e mapeamento.

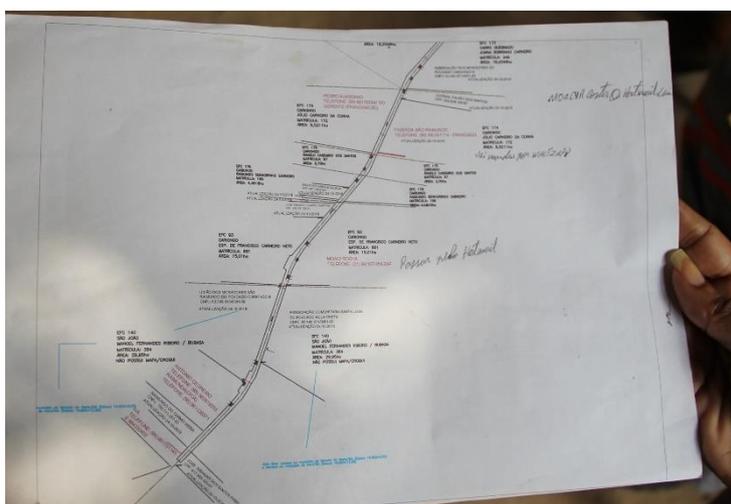
A partir da análise da situação conjuntural como um todo, percebo a atualidade – e constante atualização - da formação colonial e racista brasileira na ação estatal e corporativa, em suas lógicas de poder. Almeida (1995) criticava a ausência de informações sistematizadas sobre os territórios específicos, na década de 1990 – a exemplo de dados de censo e mapas – instrumentos historicamente usados para o controle de populações e territórios, pelo Estado – identificando neste “descontrole” um dispositivo de controle social (ALMEIDA, 1995, p. 26) e a forma como a guerra dos mapas revelava-se pelos extermínios, massacres e genocídios, pois destruir a possibilidade de existência coletiva implica também “apagar do mapa” e suprimir o território – e a existência - do outro.

Os processos judiciais em curso, movidos pelas *comunidades*, não permitem dizer que os conflitos instalados sejam desconhecidos; mas, ainda assim, suas existências e demandas por reconhecimento de sua condição de sujeitos políticos e de direitos não são suficientes para conformar a sua “intensidade de importância” frente às hierarquias racializadas perpetuadas no Estado capitalista. A situação, portanto, é bastante complexa quando observada a presença de pessoas e representantes de *comunidades* que foram às sessões públicas não para debater os problemas e alternativas regulatórias em curso (como se fossem esses os objetos do debate), mas para defender a empresa e seus projetos sociais. Neste sentido, identifico uma situação bastante peculiar em que o “descontrole”

e desconhecimento pode ser prevalecente entre agências de Estado, incapazes ou desinteressadas em articular entre si ações que transcendam o peso de favorecimento do mercado e das grandes corporações, mas não nas estratégias corporativas da mineradora, que parece conhecer e controlar bem os espaços de sua atuação, ainda que não os revele – já que ela subsidia os documentos oficiais, como já expus – ao público.

A discussão sobre mapas, conhecimentos e disputa por territórios reforça-se frente as várias iniciativas da Vale de mapear os territórios de sua atuação: através da vigilância por drones⁸⁶, por forças de segurança privadas, pela realização de diagnósticos locais, objetivando o “desenvolvimento sustentável” das “Comunidades”, como será exposto, mas também pela prática de mapeamento da propriedade da terra ao longo de toda EFC, que será realizada entre 2018 e 2021, através da atuação de uma empresa terceirizada, especialista em topografia e geoprocessamento. Trata-se da definição da área imobiliária da Vale e da “comprovação” de que não há conflito de limites entre a empresa e os “vizinhos”. No entanto, os instrumentos utilizados, como GPS (Sistema de Posicionamento Global), são, a princípio, inacessíveis às *comunidades*. Entre elas, quando não detém a titulação da terra, são inscritas nesse mapeamento como “posseiros”; já com os fazendeiros e grandes proprietários não é necessário demarcar os limites, pois eles também fazem esses registros e os fornecem à empresa.

Mapa 5 - Croqui do mapeamento da área imobiliária da Vale.



Fonte: Autoria própria. novembro, 2018.

⁸⁶ Drone é um veículo aéreo não tripulado utilizado para diversos fins, no caso, para a vigilância permanente e aérea, logo, vertical, do espaço objeto de controle e ocupação pela Vale.

A empresa, objeto de ações judiciais por parte de *comunidades* e sujeitos afetados por ela, ademais de ser agente da judicialização e criminalização de tantas destas pessoas que ousam divergir de suas normativas, conduz, através da terceirizada, as *comunidades* a assinarem documentação com as demarcações feitas em terreno sem nenhuma forma de mediação do poder público, elas que não dominam essa “técnica” e não tem os recursos para “comprovar” que os limites indicados são de fato os limites indicados. Esta documentação gera uma DRL – uma Declaração de Limite – afirmando que não há conflito de limites nem divergências entre as partes. No caso de associações de moradores, documentos assinados pelos presidentes, já que não “mapeiam” a *comunidade*, apenas o trecho limite com a ferrovia: são 40 metros de cada lado da ferrovia que demarcam, portanto, a área da Vale. Segundo um funcionário envolvido no processo, é bem simples: “quando você tem um vizinho, você quer saber quem é o seu vizinho. Então a Vale quer saber quem é o vizinho dela nesse caminho”. Comentou, ainda, que isto não gera nenhum efeito em termos de impostos, talvez revelando, sem saber, que a alteração na condição de impostos pagos principalmente pelas *comunidades* é uma preocupação relacionada a possibilidade de permanência na terra.

Retenho a atenção, no entanto, à ideia de que é possível realizar o mapeamento onde “não há conflitos”, pois parece ser esta lógica mesmo prevalecente, a da negação da existência do conflito. Como debatia na introdução do trabalho, talvez nas comunidades rurais e tradicionais que aderem aos projetos ou à defesa da empresa, não há conflito, pois, há “desenvolvimento”; já naquelas que divergem de suas normativas, qual será o tratamento dado?

Pode-se depreender uma possível resposta através da fala do advogado da Vale, citada também na introdução, sobre como Mutum II seria o “nada”, e o “nada” não pode ser uma parte digna de direitos ou de interlocução equitativa numa situação antagônica e assimétrica. Um território vazio ou esvaziável, neste discurso, de sua condição de sujeito político e de direitos, mas objeto da Responsabilidade Social, voluntária, corporativa. Essa lógica do poder prevalece também nas falas de agentes do poder público, através da ideia de que é necessário e possível “pacificar” tais situações de conflito. Para o técnico da ANTT, pacificar o conflito decorrente da insegurança jurídica e que coloca o Estado numa posição de vulnerabilidade perante a grande corporação, pese o risco de judicialização da concedente pela concessionária; na contribuição protocolada de um representante do poder público, do judiciário, por sua vez, a oportunidade surge na

ativação de recursos, ou “investimentos sociais”, como a possibilidade própria de “pacificação” dos conflitos instalados:

As audiências públicas presenciais apresentaram quais elementos a indicar que a ANTT necessitaria reavaliar o contexto e a extensão desses conflitos urbanos - e rurais - produzidos pela ferrovia? A ANTT identificou que as comunidades afetadas pelo empreendimento carecem de maiores soluções que as inicialmente relacionadas, orçadas em aproximadamente 243 milhões de reais? Haverá reexame dos investimentos a cargo da concessionária necessários para a pacificação destes conflitos, com oitiva das populações em fórum apropriado, situado nas localidades afetadas? (Poder público, judiciário, apud ANTT, 2019, p. 161).

2.2.4 Vozes e valores em embate: da defesa do “desenvolvimento” à dissidência de quem *cuida da terra*.

O saguão estava cheio na primeira sessão pública ocorrida em São Luís, no dia 29 de agosto de 2018. O hotel ficava próximo à lagoa da Jansen. Descendo as escadas, a fila para registrar o nome na lista das intervenções. Entrando no salão, do lado direito pareciam estar presentes mais pessoas favoráveis a proposta, particularmente os representantes de grandes produtores rurais/proprietários de terra/empreendimentos, consultores do Sudeste, em sua maioria advogadas e assessoras brancas e mulheres.

O espaço parecia obviamente pequeno para a quantidade de pessoas que surgia a cada momento. Quando a audiência teve início com as falas dos agentes da ANTT havia pessoas em pé ao redor do salão e também aglomeradas na porta de entrada, de vidro.

Chamava igualmente a atenção a presença de jovens estudantes, pessoas beneficiadas por projetos sociais da Vale e, dentre elas, de *comunidades*. Não era tão visível a presença de diretores da empresa, ainda que tenham sido anunciadas as presenças de gerentes e engenheiros. A atuação visível e espetacular – no sentido de quem se movimentava, levantava, saía, falava com uma ou outra pessoa, orientava, tirava fotos - era dos agentes que atuam nas “comunidades”, os “Relação Comunidade”. Ali também aprendi com mais ênfase como essas pessoas são bastante conhecidas, pelas *comunidades*, críticas ou não, por pesquisadores/as, militantes assessores/as técnicos/as. Junto a elas havia um grupo de mulheres que não falaram nos microfones, mas traziam as camisas de projetos sociais apoiados pela Vale: “Encantos do lar”.

Entre pessoas que foram à sessão realizar intervenções críticas à empresa, ouvi mais de um depoimento sobre esta presença, sobre estarem sendo observados, e

também sobre “como não tinham medo de pessoa tal” ou “não tenho medo, pode me ver aqui”. Ou seja, aos meus ouvidos indicando que a relação com esses funcionários pode passar também pelo medo. Entre estas mediadoras, há mulheres, havendo uma que se destacou inclusive pela forma militante de sua atuação e tentativa de aproximação com pesquisadores/as e militantes críticos.

Algumas das pessoas das *comunidades* ou dos projetos sociais beneficiados pela Vale fizeram falas desconexas com o propósito da discussão, mas que, na interpretação do próprio Promotor Federal presente na audiência, tinham como objetivo defender a empresa em questões desconexas e ocupar o espaço de fala daqueles cujos objetivos coincidiam com os propostos. Foi também ele quem ponderou a violação das prerrogativas de uma audiência – referente à garantia de participação e espaço de fala/escuta - pelas partes interessadas.

O representante da ANTT fez a fala de sua apresentação de Power Point. Parecia nervoso. A primeira inscrição foi de uma pessoa que tem sua vida ameaçada: um trabalhador que, apesar de excluído enquanto “ator envolvido” no Relatório Final (ANTT, 2018a), adoeceu gravemente em decorrência do trabalho com contaminantes químicos usados nos trilhos – e que se suspeita, contaminam corpos e águas – denunciando a total recusa da empresa em assumir seu adoecimento pelo trabalho, assim como os custos dos cuidados para com sua saúde. A ele, seguiram-se relatos de outros adoecimentos e também de atropelamentos, confrontando abertamente a estratégia da ANTT e da empresa de tratá-los como números ou culpados pela própria injúria ou morte.

Não sendo possível destrinchar todos os aspectos observados, cito alguns que chamaram a atenção. Há se notar que muitas das pessoas presentes batiam palmas para tudo, sem distinção – às críticas, às falas desconexas de algumas pessoas, e às defesas da empresa e da proposta. Um economista, tratando – supostamente - de explicar aos jovens presentes – adolescentes de um Instituto de Educação apoiado pela Vale e que ganharam a Olimpíada de Matemática – infantilizava a todos/as presentes em sua “pedagogia”: através da qual buscava explicar de modo mais “simples” o debate, devido a necessidade de “entenderem a importância do que estava em jogo”. As falas da ANTT e das consultorias eram tão idênticas – e também das consultorias entre si - que não era possível não questionar, ao final, quem havia escrito o Relatório. Estava diante de um verdadeiro espetáculo, maquiado de processo democrático, e afirmativo das lógicas autoritárias e coloniais do “desenvolvimento”. Como perguntou um economista: era preciso pensar na

“vocação estratégica” da nação e estado, pois, afinal, em suas palavras: “o que o Maranhão quer ser quando crescer?”.

Demarco algumas intervenções de *comunidades* ao longo das sessões. Nesta, a primeira realizada em São Luís, chamou atenção que mesmo entre aquelas que defendiam a empresa acabaram denunciando, estrategicamente ou não, a afetação de seus modos de vida. A fala do representante de uma associação de produtores rurais do município de Alto Alegre do Pindaré expõe a questão, pois apesar de agradecer à Vale pelos projetos sociais, identificando seu papel no “desenvolvimento” da *comunidade*, identifica que a EFC impede a passagem de moradores/as ao rio, para onde as *mães de família* se deslocam para lavar roupa e os pescadores para garantir o alimento.

Bom dia a todos. (...) sou gestor escolar, no município de (inaudível), Maranhão. Estou aqui, como representante da associação dos produtores rurais da comunidade de Tucumã. Do mesmo lugar, gostaria de parabenizar os nossos jovens, pelo pr mio que conseguiram. Dizer a eles que continuem sempre assim, dedicados ao estudo, que serão vocês que, futuramente, estarão sentados ali na frente de uma mesa daquela, comandando os destinos do nosso Maranhão e do nosso Brasil. Gostaria de, em primeiro lugar, agradecer à empresa VALE, pela parceria que ela vem desenvolvendo no município de (inaudível), juntamente com a prefeitura e, juntamente com as comunidades carentes do nosso município. A empresa VALE tem serviç os sociais prestados, acredito que, em todas as comunidades do nosso município, projetos, geração de renda.

O nosso município   constituído, basicamente, por comunidades carentes, comunidades pobres. E, com esse incentivo que a Vale vem implantando em nosso município, vem melhorado significativamente a qualidade de vida de moradores dessas comunidades. Falo aqui pela minha comunidade. Já teve um projeto voltado para o esporte e lazer, com o futebol. E, agora, fomos agraciados com mais um projeto de geração de renda de beneficiamento de polpa de frutas. Então, nossa região é uma região muito rica em frutas de época. Queria agradecer o pessoal do GAAC, que   uma ONG de São Luiz, que está se dedicando a prestar serviç o na nossa região, com esse projeto na minha comunidade, é um projeto de extração de polpa de frutas. E, numa comunidade próxima, comunidade *Roça Grande*, uma padaria também está sendo implantada. Com esses projetos, as nossas comunidades tentam desenvolvimento significativo. Quero também destacar a parceria que a Vale tem tido, junto com a prefeitura de Alto Alegre de Pindaré, para projetos na área da educação, esporte e lazer. Queria também fazer um pedido ao nosso presidente da ANTT, que nós temos, na nossa comunidade, tr s passagens de nível, no trecho de, aproximadamente, oito a dez quil metros. E, com a duplicação da ferrovia, o nosso acesso ao rio Pindaré, que   a nossa fonte de riqueza que temos, ficou muito difícil para o pessoal da comunidade ter acesso para o rio, onde, quando falta energia, as mães de família se deslocam até o rio para fazer a lavagem de suas roupas, os pescadores se deslocam até o rio, para estar pescando seus alimentos. E ficou muito perigoso agora, com a questão da duplicação, com o vai e vem dos trens. Como uma das maiores, a VALE tem como seu valor principal, a vida. Então, em nome desse valor, eu queria pedir ao superintendente da ANTT que dessa celeridade nesse processo que tem de trafegabilidade dentro da nossa comunidade, para que, no mais breve tempo possível, pudéssemos estar resolvendo esse problema l  na nossa comunidade. Já, por duas vezes, a comunidade se manifestou contra a VALE, fazendo passagens clandestinas, pondo em risco o maquinista do trem, ponto em risco

os moradores da comunidade. E eu venho aqui, em nome da comunidade, pedir celeridade nesse processo. Que as reuniões que tivemos com a VALE, vemos, percebemos o interesse que a VALE tem em resolver o problema da comunidade, mas esbarra na questão burocrática, com relação à questão da liberação do projeto. Então, queria só parabenizar a VALE e, dizer também, que nós somos favoráveis ao processo, a novo processo de concessão, que estamos aqui para colaborar no que for possível. Muito obrigado e tenham todos um bom dia.

(Representante de uma associação de produtores rurais do município de Alto Alegre do Pindaré, sessão pública da audiência pública 009/2018, São Luís, 29 de agosto de 2018).

Segundo este senhor, é a própria *comunidade* quem se coloca em risco, através da construção de “passagens clandestinas”, termo usado pela empresa, mas indicando que a *comunidade* já se manifestou duas vezes contra a empresa. É interessante notar como em sua fala ele cobra do Estado a possibilidade da empresa resolver o problema da “trafegabilidade” - visto que, em sua visão, o “valor maior” da Vale seria a vida – isto é, a falta de resolução seria, a seu ver, um problema burocrático e estatal (e não da empresa). Caberia questionar sobre como é construída esta leitura ou imaginário sobre o maior valor de corporação transnacional ser a vida e não a própria geração de valor, ou lucro.

Outras vozes, dissidentes, dentre as quais eu fazia parte como pesquisadora, assim como a JNT e *comunidades e territórios* que atuam conjuntamente, questionaram a classificação dos conflitos como urbanos, afirmando a identificação rural em suas origens; afirmando a pluralidade de existências, modos de vida e pertencimentos, como entre campesinos, povos e comunidades tradicionais; a desconsideração das legislações existentes; realizando outras recomendações e propostas de alteração da negociação como cobertura de vagões para evitar a contaminação por minério de ferro, impedimento de tráfego a noite (rejeitada pela ANTT, pois, segundo ela, concentraria o tráfego de dia, tornando mais perigoso para transeuntes, mas sem jamais questionar o objetivo primeiro de aumentar a produção), entre outras. Muitas falas questionaram o absurdo de se construir apenas 14 viadutos, até o ano de 2033, considerando esta proposta uma ironia para com as *comunidades*.

Quero, em primeiro lugar, dizer que é um orgulho estar aqui hoje, nesse evento, participar de um ato tão importante como esse. E, ao mesmo tempo, ficar triste, porque as pessoas de minha cidade, em sua maioria, praticamente quase todas, não ter conhecimento deste fato. Uma falta de comunicação por parte da Agência Nacional dos Transportes Terrestres, em não comunicar aos principais impactos com este evento, fazendo com que essas pessoas fiquem de fora, essas pessoas não tenham o direito de participação, essas pessoas não tenham direito de se expressão em relação a este assunto, dar suas opiniões. Na verdade, seria o correto porque elas são as principais afetadas pelos trens de

carga da companhia VALE. Eu sou de Alto Alegre de Pindaré, a pessoa não consegue dormir à noite, devido ao forte barulho dos trens de carga e a trepidação muito forte que racha as nossas casas. Eu sou de Alto Alegre do Pindaré, onde as pessoas são mortas e mutiladas, inclusive crianças, por trens de carga da companhia VALE. Eu sou de Alto Alegre do Pindaré, onde os afluentes de nosso rio estão todos aterrados e contaminados, devido aos trens de carga da companhia VALE. Eu sou de Alto Alegre do Pindaré, onde as pessoas tiveram suas vidas modificadas para ruim, nenhum benefício chegou, aquele famoso benefício que vai ser para a comunidade, para a sociedade em geral, não chegou em Alto Alegre do Pindaré. A riqueza passa em nossos quintais, destruindo as nossas vidas, mas o benefício passa direto, vai para Europa, eu não sei para aonde, para o bolso de alguém, com certeza, para o nosso é que não é. Estou aqui para dizer e para pedir aos senhores, que são os responsáveis pela Agência Nacional dos Transportes Terrestres, que essa audiência não seja a única aqui no Maranhão, que tenham mais, inclusive, nas comunidades, para que nossa comunidade tenha acesso. Em primeiro lugar, que tenha ao menos a informação, pelo menos, a informação de que isso está acontecendo. Porque, se vocês forem hoje em Alto Alegre do Pindaré, são poucas pessoas que sabem. Eu fiquei sabendo disso há dois dias atrás. (...) Eu acho um absurdo isso ser tratado dessa forma, sem que os principais afetados tenham direito a ter, pelo menos, o conhecimento disso. (Morador, Alto Alegre do Pindaré, sessão pública da audiência pública 009/2018, São Luís, 29 de agosto de 2018).

Termino com duas falas que retornam às questões que tratava logo no início do capítulo, quando questionava o que significaria analisar a “magnitude do impacto” desde pontos de vista e pensamentos que visualizam os efeitos de morte sobre a *mãe terra*, que estabelecem uma relação *zelo ou cuidado* para com ela. A primeira, de um jovem que se colou como compondo uma rede de solidariedade entre povos indígenas, quilombolas e produtores das zonas “simples”. Não apenas reforçou o princípio de auto identificação e da resistência, como fez de sua própria fala um ato de solidariedade para com o trabalhador adoecido, de máscara e em cadeira de rodas, que abriu as contribuições orais nesta sessão:

Sou agricultor da zona rural de Açailândia e eu quero começar aqui dizendo em primeiro lugar que a nossa comunidade situada nesse trajeto da ferrovia Carajás deveria ter sido mais informada a respeito dessa audiência pública. Eu acho que o número que compareceu aqui, nem sei como fui avisado, mas se tivesse sido avisado antes, teria muita gente aqui; que quando citam no relatório da ANTT sobre os atores, e a gente leu o relatório, nós - quilombolas, índios e produtores das zonas mais simples que acompanham a ferrovia - porque a ferrovia passa por dentro de mais de 100 comunidades - e aonde a ANTT falou também que no projeto dela vai construir um viaduto por ano... Gente! Isso pra mim é um absurdo. Aonde tem 100 comunidades e construir um viaduto onde precisa por ano, quando chegar na última comunidade pra fazer esse viaduto, pra nós não resta mais nada ne. Eu acho que isso é bom analisar mais um pouco sobre isso e queria mudar um pouco o foco porque eu to nervoso com aquela situação do rapaz que trabalhou na Vale há muito tempo, não sei se ainda tá aqui, mas fiquei muito sensibilizado com a conversa dele, eu mudei meus planos quando eu cheguei do que eu ia falar, não vou nem falar mais o que está escrito aqui. Gente, é um absurdo pra quem tem coração

e ouviu o que foi falado aqui, é um absurdo muito grande. Ai eu gostaria de dizer pra ele se estivesse ouvindo aqui, mas não tá, agora vai ficar registrado. (Jovem, agricultor, Zona Rural de Açailândia, sessão pública da audiência pública 009/2018, São Luís, 29 de agosto de 2018).

Segundo, a fala de uma mulher quilombola, representante da Associação Quilombola de Itapecuru Mirim, que também se contrapôs ao espetáculo da defesa do “desenvolvimento”, muito possivelmente respondendo à representante do Consórcio dos Municípios Afetados e outras vozes que intentavam classificar os povos e comunidades como “pobres”, isto é, destituídos, carentes, enquanto em sua visão além de não serem “pobres”, mas sim *empobrecidos*, são aquelas pessoas que estão *cuidando da terra*. Na segunda sessão pública, transcrita nos autos (ANTT, 2019, p.), a mesma representante expôs o poder da Vale em ordenar e decidir os processos de tomada de decisão política, assim como de exterminar corpos negros e indígenas, evidenciando a atualidade do racismo colonial e de uma bio/necropolítica (MBEMBE, 2016):

Porque e isso né, e muito fácil sair da minha casa confortável, é muito fácil estar na minha zona de conforto, é muito fácil eu falar em desenvolvimento entre pessoas pobres, será que é muito difícil entender que essas pessoas pobres não são pobres? Elas são empobrecidas. Será que é tão difícil que a riqueza não tá chegando nesse estado agora? Esse estado aqui é um estado empobrecido, mas cheio de riqueza. É muito contraditório a gente ter feito as coisas, é muito contraditório quando a gente acredita que o bem de todo mundo é o bem de uma empresa privada. Essa empresa tá fazendo o que de fato? O que de social? Será que é ajudar com um prediozinho ali? Mas quantos bilhões essa empresa saqueia às custas de quem tá cuidando da terra? Quantos bilhões? (Representante da Associação Quilombola de Itapecuru Mirim, sessão pública da audiência pública 009/2018, São Luís, 29 de agosto de 2018).

Boa noite. Eu vou trazer aqui uma fala que um cara usou, um cara que não é meu irmão. Eu não vou também prestar reverência à mesa, porque, quando as pessoas vêm aqui trazer coisas reais, ninguém se interessa, ninguém observa, o celular é mais importante. Chamo atenção de novo, como da última vez o fiz. A Vale é um brinco, um cara veio aqui à frente e disse. É verdade, é um brinco, mas ele só esqueceu de dizer se estava sujo ou limpo. Eu concluo a fala, dizendo que está sujo. Esse brinco, que é a Vale, está sujo de sangue de preto e de índio, que é quem o trem vem assassinando aí. Eu vi aqui, pessoas falando muito uma coisa que, quem está vindo aqui, e mostrando ideias contrárias, porque, infelizmente, se acostumaram, as pessoas que vem aqui e são a favor, com migalhas. Eu sinto muito, se tiver um pão, eu vou querer comer. Se não for interior, eu quero metade, mas, migalha, para mim, não serve. Quem se acostumou e se acomodou com isso, eu só posso dizer que eu tenho pena. Porque, se avaliar os bilhões... vou trazer aqui até um número, já que gostam tanto de serem expressivos com números: um virgula sete bilhões. Mas, eu queria dizer uma coisa: isso não paga uma vida. E, migalhas para mim, como essa, um virgula sete bilhões é dinheiro? Não. Vai pagar a minha vida, se o trem me assassinar? Não paga, então não serve. Outra coisa, a Vale é preocupada com causas sociais. É sim. Quem disser que não é, está mentindo? Eu não sei. Mas, se estão dizendo que é, vou dizer que é também. É tão preocupada com causas sociais, que vem fazendo o pessoal morrer de fome. Mais de oitocentas famílias, quatro mil pessoas, quatro mil pretos morrendo de fome. Então, ela está sendo sim, sei lá, está muito preocupada com as causas

sociais, claro que está. Uma empresa que está matando quatro mil pessoas, está preocupada. Quem disser que não está... outra coisa, as pessoas aqui estão falando muito em geração de emprego e renda. Então, porque acreditar numa democracia, porque votar em presidente? Porque não eleger a Vale? A pessoa, ou sei lá o que é a Vale, responsável pelo país, já que ela vai tirar das piores situações. Votar em presidente para que? Vamos botar a Vale aí de frente, para assumir a direção das coisas. Ela não vai resolver o problema? Para que estar preocupado com a democracia? A Vale é a solução de todos os problemas. Eu queria que vocês entendessem e levassem uma mensagem com vocês. Vocês, enquanto brancos e, numa posição de privilégios, não sabem o que é ser estuprado há quinhentos e dezoito anos, vocês não sabem o que é isso. E, vocês também não sabem o que é passar fome. Porque, é muito fácil vir aqui e dizer que essa bendita ou maldita empresa, serve e vai resolver problemas. Pelo amor de Deus, pessoas, me poupem, é demais para mim. Se não quiserem aplaudir, não tem problema. Porque, infelizmente, eu não fui convidada para o teatro. (Representante da Associação Quilombola de Itapecuru Mirim, sessão pública da audiência pública 009/2018, São Luís, 11 de outubro de 2018 apud ANTT, 2019, p. 440).

O que espero ressaltar com estas colocações finais é que apesar de todo espetáculo de violência simbólica e institucional, estiveram presentes distintas estratégias, como entre vozes dissidentes que dedicaram suas falas a expressar os absurdos expostos naquela audiência e, ao invés de adentrar a suposta discussão proposta, confrontaram as lógicas de poder e mecanismos estratégicos subjacentes afirmando valores e pensamentos próprios em seus modos de vida e sobre a própria vida. Neste sentido, apesar das tentativas de silenciamento e subordinação – das pessoas, dos povos, da *mãe terra – muda* - fizeram daquele espaço, com ironia, revolta e indignação, um canal de solidariedade e afirmação de seus modos de ver e viver.

A voz do povo

Meu samba é a voz do povo
Se alguém gostou
Eu posso cantar de novo
Eu fui pedir aumento ao patrão
Fui piorar a minha situação
O meu nome foi pra lista
Na mesma hora
Dos que iam ser mandados embora
Eu sou a flor que o vento jogou no chão
Mas ficou um galho Pra outra flor brotar
A minha flor o vento pode levar
Mas o meu perfume fica boiando no ar

(João do Vale, A Voz do Povo)

3. A ATUALIZAÇÃO DAS LÓGICAS DE PODER COLONIAIS DE MEGAPROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E A VALE.

Com as palavras reproduzidas na epígrafe da introdução deste trabalho, Seu Macaxeira reagia aos acontecimentos na audiência judicial ocorrida em Arari, em dezembro de 2018, entre a Vale, o município e moradores de Mutum II, com a participação da organização Justiça nos Trilhos: “somos *escravos* da Vale, há tanto tempo somos *escravos* dela. E como vamos ficar? ”. Estas palavras de indignação e os olhares que se seguiram a elas referiam-se ao tratamento obtido durante tal audiência, na qual, segundo relataram, mantiveram-se quase todo o tempo calados. Contaram que o advogado da empresa, além de proferir ironias e desqualificações da luta empreendida pela *comunidade* pelo viaduto (e sobre o trabalho de JNT), declarou, em plena audiência, que construir um viaduto “ali” (na entrada do povoado de Mutum II) era como “construir um viaduto no meio do nada”.

Expus anteriormente alguns mecanismos através dos quais são impostas as “verdades oficiais” dos “aparatos de Estado”, expressando uma luta de classificações ou uma luta de conhecimentos que expressam tentativas de destituição/exclusão de camponeses, povos e comunidades tradicionais de sua condição de sujeitos políticos e de direitos, pressionando para subordinar e logo criminalizar e mesmo exterminar corpos e territórios. No caso dos embates referentes à renovação da concessão da EFC, deixando em suspenso a identificação rural e ou das múltiplas identidades coletivas camponesas, de povos e comunidades tradicionais, neste amplo “corredor”, cujo apagamento, nesta leitura, colocá-los-ia no lugar de um “outro” a ser “civilizado” (DAS; POOLE, 2008), do “não lugar, da não política” (RANCIÈRE, 2014), ou nos próprios termos da Vale, o “nada”.

Como discorro neste capítulo, a luta de classificações e a possibilidade de “apagamento do mapa” tem ainda outras dimensões significativas quando vistas desde outros ângulos. No início do capítulo 2, relatava como a nomeação de Mutum II surgiu como um ato simbólico que negou sua denominação como *boi*, resgatando o nome original do pássaro. Agora, abordo a pressão posta pela Vale sobre as *comunidades* ao tentar caracterizá-las, por um lado, como o “nada”, o “vazio”, pelas noções de “vandalismo” e “clandestinidade”, e, por outro, desde seus próprios valores, controlando projetos e formas de sua organização, através de suas “ações sociais”. No presente capítulo, abordo, portanto, como estes modos de tentar subordinar e destituir se

desdobram ainda como disputa pelas narrativas, da memória coletiva e história objetivada no território e nos corpos.

Na primeira parte do capítulo, retorno às narrativas da memória que revelam as marcas, dores e traumas corpóreos, em sentidos de escravidão que são renovados diante do embate com os aparatos do Estado, como o judiciário, e a Vale; contraponho-os à outras facetas da história escondida (KILOMBA, 2010) e revelada, através da qual a *comunidade* afirma e demarca seus modos de viver em conhecimentos repassados entre gerações, expondo a *certidão* de sua *luta* nos corpos, mas também nas árvores, lugares, nas práticas e saberes do território político resistente. Trabalho, assim, novamente, a indissociabilidade entre corpos e territórios.

Após, analiso documentação oficial sobre a disputa judicial existente entre a Vale, o município e a *comunidade*, na qual entram outros agentes como a ANTT, o Ministério Público do Estado do Maranhão, a Justiça nos Trilhos, observando a conformação das hierarquias de direito e analisando os efeitos dos atos de Estado e corporativos que demarcam classificações e legitimam a exceção pela “reconstituição” (DAS; POOLE, 2008). Aproximo-me também dos pontos de vista de moradoras e moradores de distintos povoados⁸⁷, próximos a Mutum II, que abordam a produção do esvaziamento da EFC e o papel dos projetos de Responsabilidade Social Corporativa da Vale no controle da contestação social e das dinâmicas espaciais (MILANEZ ET. AL., 2018, p.2).

Concluo que estas dinâmicas apontam para um processo de securitização do conflito social, ecológico e territorial, revelando como a estratégia securitizada implica também um processo de despolitização da divergência ou, como trabalhado por Ranciére (2014), da possibilidade da dissidência. Ainda neste sentido, acordo com Milanez et. al. (2018) ao apontarem como o campo jurídico e a atuação policial são dimensões importantes das estratégias sociais e territoriais veiculadas pela Vale, ainda que, simultaneamente, ela demarque um discurso ambientalizado que antagoniza com os modos próprios de pensar e viver a ecologia na *comunidade*, ofertado como expressão de “boa vontade” pela sua “saúde” e “desenvolvimento sustentável” e como alternativa de “ordem” à “desordem” instituída.

⁸⁷ Neste capítulo utilizarei com mais frequência o termo moradores/as para referir-me a conversas e reflexões com pessoas de diferentes povoados próximos a Mutum II e também do próprio povoado. Não caracterizarei os povoados, diferenças ou similitudes, assumindo esta lacuna no processo de pesquisa como necessidade de resguardar a identidade e segurança das partes. Busco expor alguns contrates de opiniões, sem pretender abarcar, portanto, uma visão única sobre os processos e conflitos vigentes.

Chegando ao coração da disputa por território no contexto das próprias *comunidades*, no momento atual, retorno ao argumento sobre a importância de uma reflexão que considere a magnitude dos processos históricos vividos e as disputas da política desde os corpos e territórios.

3.1 “Tá lá pra eu te mostrar a *certidão*. Plantio de minha mãe, de meu avô”: as histórias escondidas e a construção do corpo território.

No dia de nossa ida ao cemitério, 2 de novembro, antes mesmo do galo cantar, Dona Flor já estava de pé preparando as flores colhidas em seu terreiro. “É longe a caminhada, você vai mesmo aguentar?”, perguntava-me ela, enquanto eu corria para não atrasar a comitiva de adultos e crianças que se juntavam no caminho na direção dos lados de lá (do outro lado da EFC). Ainda dentro do povoado, um *cemitério dos anjos* e uma parada para *botar luz*. Dona Flor não gosta de ir até este cemitério, dentro do povoado, pois acha perigoso demais, a mata está muito fechada. Segundo ela, próximo à curva, alguns anos atrás, apareceu um *bandido*, que lá se escondeu e apareceu morto um tempo depois. Foi um susto só ver um homem saindo do meio do mato, “coisa dos ciganos” que vivem em Miranda. Desde então, ficou com medo dos *bandidos* que por vezes se escondem ali. Os jovens, por sua vez, não parecem pensar assim. E contam que para lá seguiriam, na parte da tarde, para limpar e *botar luz*.

Imagem 25- Flores para o cemitério. A caminhada pela estrada de acesso. Seguindo pelo “melhor caminho” (por dentro da fazenda).



Fonte: Autoria própria, novembro 2018.

Já o *cemitério de pecadores*, do outro lado da linha férrea, é bem mais antigo. Segundo seu Querubim, é do mesmo tempo daquele localizado na antiga área do engenho (que hoje é também um povoado, Engenho Novo), tendo uns 100 anos, o que significaria sua construção por volta do ano de 1920. Quando ele era menino o cemitério já existia, sendo ele levado por familiares para visita-lo. Primeiro, foi um *cemitério dos anjos*, mas logo foram sendo enterrados também os *pecadores*. São mais de 50 túmulos presentes. Era dia de finados e muitas pessoas dos mais diversos povoados estavam velando seus entes queridos, arranjando com guirlandas, flores do *terreiro* e muita *luz* o espaço. Como já citado, tornou-se evidente que para compreender melhor os modos de *ver* em Mutum II era preciso compreender sua relação com o entorno, não apenas com as fazendas e com a ferrovia, mas também com os vários povoados que parecem conformar um território mais amplo nesta localidade e que igualmente encontram um ponto importante de sua história no cemitério.

Imagem 26 - Moradora atravessando a cerca da fazenda para entrar no cemitério.



Fonte: Autoria própria, novembro 2018.

Até onde a memória alcança, portanto, o cemitério do povoado Engenho Novo é do mesmo tempo deste, sendo que o Engenho também lutou e conquistou a terra mediante o processo de compra coletiva. Lá, segundo pontuam, é onde funcionava a sede do engenho: um povoado que está do outro lado do campo, para onde é possível dirigir-se pelas águas ou pelos caminhos abertos. A beira da enseada, nos campos, foi o primeiro lugar ocupado pelos antigos sobre quem ainda se alcança pensar: alguns viviam na ilha da Onça Preta, pois era lá onde apareciam as onças, outros, na beirada dos campos trabalhando no “engenho dos trabalhadores”. Quando perguntados sobre outras relações de trabalho no engenho, a narrativa remete ao “engenho dos trabalhadores” e não às

relações estabelecidas de forma prévia, neste município onde a narrativa oficial não realiza a existência de quilombos.

Na narrativa de outro senhor do mesmo município, morador de um dos povoados mais antigos da região das Moitas, o Arraial, a história é distinta. Durante o Encontro de Afetados pela Mineração, realizado pela JNT, em Arari, em abril de 2019, ao ouvir a apresentação de uma participante que se definiu como negra e indígena, evidenciando seu duplo pertencimento, afirmou que ouvi-la tornou possível afirmar sua existência também como indígena, pois o lugar onde sempre viveu sua família foi sempre habitado por indígenas expulsos da terra pelos colonizadores, ainda que alguns tenham permanecido e se unido de distintas formas aos negros escravizados que chegavam para trabalhar nas plantações de cana de açúcar. Sua própria família vem desta história e lugar, de onde nunca saíram. Em suas palavras:

Eu moro no Arraial. Segundo a história, arraial é o segundo povoado de Arai. Primeiro, [o povoado] Curral da Igreja, segundo, Arraial. Os portugueses vinham de vapor, e lá desembarcaram. E só tinha índio. Com eles, acompanharam os sacerdotes também, que vieram catequisar e começaram a catequisar. E desembarcaram no igarapé Porto São João, porque era segundo a história que João foi cortado a cabeça por causa da mulher do Rei. E aí eles ficaram lá, desembarcaram rio acima e deixaram a caravana lá no arraial. E lá, quando chegaram, as mulheres tinham lavado roupa e colocavam a roupa no varal; e chegaram e disseram: ‘olha, tem até um arraial’. Aí ali ficou o nome Arraial. E lá eles enganavam os índios: borá mais pra frente, mais pra frente, tirando eles da área de segurança e botando eles mais pra longe da área de segurança, e foram levando, levando, e foram eles lá pra outros lugares que eu não sei bem a história, mas foi assim. E lá no seu José também, aí pra fazer trabalho nas Moitas. E lá tinha uma moita de cipó e lá era onde eles molhavam o cedro (inaudível) e deu o nome de Moita. É por isso que nós chama Arraial, São Bento, enfim, a região de Moitas, por isso que chama. A Moita foi, segundo a história, o segundo lugar que foi chamado e colocado o nome de Moita, onde eles trabalhavam
(Entrevista morador Arraial, Encontro de Afetados pela Mineração, realizado pela JNT, em Arari, em abril de 2019).

Continuo buscando entender a história, de sua vida e de sua família nas terras que chamou de engenho.

Isso, são vários povoados. Mas primeiro eles desembarcaram foi no rio, hoje tem estrada, mas no interior só tinha um caminho. Hoje já tá bem adiantado, mas aí já fizeram lá, mas era só na beira do rio. E também lá do outro lado é onde tinha o engenho, eu ainda alcancei lá no engenho, mas já era (inaudível). E o dono que desembarcou que era dono da tropa parece que mataram ele aqui em Arari. Disse que foi 17 e mais coisa ou mais 18 e mais coisa (não sei se foi) ai deixou a tropa, que era índio mesmo que ficavam lá. Ai passou. Eu não vi mais índio, mas na época os meus avós me falavam.

[Eu:] O engenho antes de ficar sendo a terra dos trabalhadores, ele funcionou na plantação de cana de açúcar?

Funcionou, funcionou. Ainda meu avô ainda eles cortavam cana lá e trabalhavam lá pro pessoal, já esses meus avôs era branco, uma parte branca e uma parte preta que chamava de escravo na época ne. Mas, assim, é descendência, mas como eles chamavam ne, mas o que eu sei mais desse engenho, que o engenho grande que tinha lá no Arraia eu não alcancei não, só alcancei alguma, só as conversas, só as palavras.

(Entrevista morador Arraial, Encontro de Afetados pela Mineração, realizado pela JNT, em Arari, em abril de 2019).

Continuou explicando que as pessoas que detinham o “papal da terra” faleceram, o que agravou a condição de vida e os conflitos, devido à instabilidade da permanência. Por isso, hoje lá não tem mais terra para trabalhar, apenas para viver. E que fazer o levantamento da história e dos papéis é muito caro, já que o governo não “entra junto” para garantir o direito de cada morador.

As histórias escondidas (KILOMBA, 2010) surgem em várias narrativas, algumas que, de forma fragmentada, rememoram suas existências nesta região devido à escravidão. Dona Canela ao abordar as histórias que aprendeu com os antigos/as que já estavam na terra quando de sua chegada em Mutum II, conta que ali é do tempo da escravidão. Em suas palavras: “porque aqui, aqui é quase assim... do tempo assim, eu não sei, que teve umas escravidão não era...”. Porém, em seguida, engata uma história contada pelos *antigos* como se versasse sobre as “origens” do povoado, retratando uma passagem que pode tanto remeter à uma história bíblica ou *causas e histórias* vividas.

Olha, já teve assim, meus avós contavam que já teve umas enchentes assim muito grandes, que a água vinha ficar dentro de casa, que eles fazia girau pra ficar em cima. Nesse tempo que meu bisavó que contava.

Ai teve umas escuridão também. Já a veia aí já era gente, a mãe de Flor.

[Eu:] Mas a senhora acha que aqui o povo já morava na época da escravidão?(retomo a questão levantada anteriormente por ela).

Já, ah já. Já tinha gente morando aqui, com certeza. Ah eu não sei, ai dos lados ai.

[Eu:] Mas morava porque era fazenda?

Não, nesse tempo não existia.

[Eu:] E morava pra ca como?

Eu acho que morava porque a gente não conheceu mesmo ne, porque pra descobrir aqui, assim, esse lugar, o [nome] não sei nem se descobre. Não sei nem se descobre, quem que morava pra ca. (...) Quem era que tava aqui, quem não tava..

Porque óia, no tempo da escuridão, a finada (nome) contava pra nós que eles eram pequenos. Já tinham saído uns pra *roça*, já tinha saído outros pra ir fazer copa, pra trabaia. Ai diz que quando era na escuridão, que teve essa escuridão, que ia assim ó. Foi assim. Amanheceu o dia, mas quem saiu pros seus lados, pra fazer suas obrigações, seus serviços, seus trabalhos, pegar água também, porque nesse tempo que não tinha água aqui. Que eles tirava água em rastro de boi, que chovia e ficava e eles tiravam. Ai dona (nome) contava pra nós, depois que eu já tava [aqui], ela contava isso pra nós até quando ela existiu viva, quando ela podia falar e contar pra nós, porque quando ela caiu dela morrer, ai pronto, ela não falou mais, ficou deitada até quando faleceu. Mas ai ela já tinha

contado muita coisa pra mim, ela contava muita coisa pra mim. Prestava atenção nos meus meninos, pra não sair, pra eu sai pra juntar coco, pra encher água, pra eu encher água.. Quando os meninos dormia ela botava na rede e ela era cega. Quando acordava, ai ela pegava lá da rede e botava na porta e ai ficava com a palha na mão na porta, enxotando galinha. E eu era rápida no serviço, eu era rápida pra fazer as coisas. Eu digo eu vou que deixei os meninos dormindo e dona (nome) ela não enxerga, ela e cega. E os outros fazendo tudinho seus serviços, trabaiano, aqui meu serviço de juntar coco, encher minha água e ia pra la.

Ai ela contava muita coisa pra mim. Dessa escuridão ela contava assim o: que quando amanheceu o dia, disse que eles olhava assim e vinha assim, chegando assim.. ai ia escurecendo, escurecendo, vinha chegando, chegando, chegando e ia perdendo a claridade todinha ate que tomou mesmo! Ai disse que ficou tudo truvo, ai criou essa neblina, aquele coisa, como se fosse pra chover, ou então era um eclipse que se transformava assim naquela neve, coisa assim pra chover, aquele sereno, ai tudo escuro, ai começava a cair aqueles pingo de água, ai escureceu mesmo. Ai quem já tava fora de casa tava sem jeito de vir pra casa sem enxergar. E aonde que adiantava acender lamparina que não clareava? Ai nesse tempo eles iam em são Jose de Ribamar e comprava aquelas velas de cera e pegava e acendia e dava so aquela roda assim, que não clareava, como é o fogo de energia e de lamparina. Porque a lamparina também, a gente usa ela, acende ela, e ela clareia tudo dentro de casa. A lamparina disse que deu e parece que não. Que não clareava não, que era so ali a rodinha de onde ela tava. No fogo.

Ai disse que ficou no tempo, aquele horário todinho, ate quando foi voltando de novo o tempo, no claro. Ai a voltou de novo e clareou, ai a escuridão saiu. E disse também que eles escutava era macaco cair de galho de pau, preguiça caindo de galho de pau, e galinha querendo se agaselhar com pinto.

Eu: Eu ficou muito tempo assim?

Acho que ficou bem assim muito tempo, acho que não durou uma hora não, acho que menos, uns 15 minutos, ou 10, faco uma base que fosse isso, e uma hora não passou, e era muito. Era ate capaz de não clarear mais, mais coisa de dez. ai passou. Ai ninguém sabe.

(Entrevista Canela, Mutum II, novembro 2018).

Por que é importante situar este trabalho a partir de uma limitação da própria pesquisa – no sentido de que este esforço sistemático com as histórias não poderá ser realizado? Porque como vim argumentando nos diversos capítulos, sentidos de escravidão são reivindicados em diferentes falas e contextos, sejam eles referentes a um passado de colonização e formação de engenhos, de ocupação e *luta* pela terra, mas também, pesem as mudanças e descontinuidades, como expressões atualizadas das relações de poder em que se sentem “*escravos da Vale*” e vivendo numa *prisão* conformada por ela e por suas práticas.

No contexto do pagamento do *foro* da terra, o sentido de “ser *escravo* de fazendeiro”, atualizado, no entanto, hoje, por ser “*escravo da Vale*”. Esta demarcação das relações de sujeição vivenciadas, seja em sentido metafórico, seja em sentido da exploração de seu trabalho, nas marcas e traumas corpóreos, revela dores e *sofrimentos*, mas também enuncia que sempre estiveram na *luta* e conquistaram a terra mediante sua

união, adentrando o *confronto* com este *Grande Poder* sobretudo no contexto da duplicação da EFC.

A história escondida (KILOMBA, 2010) é então ativada, contada através de histórias, causos, eventos e situações, nas memórias dos *antigos* e *antigas*, mas se atualizam, também, no tempo presente, pelo cotidiano e em suas narrativas. Ela vai costurando mosaicos que abarcam sentidos da espiritualidade, valores, ademais do sentido de continuidade do trabalho ora entendido como exploração, como situado, ora como práticas e conhecimentos aprendidos e que edificam seus *modos de viver*.

Imagem 27 - Nos corpos, a *certidão* da história.



Fonte: Autoria própria, novembro 2018.

Sobre este aspecto, em todas as conversas e falas foi resgatado o sentido de continuidade de seus modos de vida através do que foi aprendido com gerações anteriores, pais e mães, avôs e avós, pessoas mais *antigas* do convívio, na circulação entre os territórios, seguindo o sentido de acompanhá-los/as em suas jornadas, aprendendo a *lida* com a *roça*, com o coco, na cozinha, com as crianças, enquanto crianças que não tiveram, em sua grande maioria, a possibilidade de ir para a escola, mas trazem consigo todos estes saberes. Como nos diz Dona Flor:

Oia, eu em [nome cidade] comecei a trabalhar na idade de 10 anos, mais meu pai e minha mãe. Eu era o chulé do pe deles. De mamãe eu ainda acompanhava com ela ate no fim da vida dela fui eu, e nunca larguei ela, ta vendo. Porque era coisa linda minha mãe. Minha mãe, mãe mesmo, diz é manha, manha. Ai eu me formei, andava muito. (...)

Não, nos moremos na *roça* quando eu era pequena, nos moremos em *roça*. (...) E eles foram faxinar arroz. E eu também queria trabaia, eu posso trabaia! Eu nunca fiquei dentro de casa. Hoje eu choro de ver o tempo que eu já fui menina

e hoje da tempo que eu fico dentro de casa e não saio pra lugar nenhum. Ai minha mãe foi pra faxinar esse arroz e eu peguei um pedaço de capana que ficou desse tamanho assim, quebrada no meio e fui amola. Todo mundo espremendo a terra era ó, correndo a boca da catana e eu botei o dedo aqui ó, ia abandeando o dedo e enrolei na saia, enrolei na saia e corri pra arriba de mamãe. Mamãe no meio da *roça* e eu tava em casa, dentro da *roça*, morando, que nos morava na *roça*. Eu escondi o dedo na saia e corri pra cima dela. Mamãe perguntou: “que é?” Eu disse: olha mamãe. Mame olhou tava no sangue a roupa, ai mamãe veio enrolou meu dedo e eu doida que eu era doida danada. E eu hoje, e ai eu me formei nisso, viu? Ai fui indo, fui indo, peguei o jeito de *roça* e me acabei na *roça*, me acabei na *roça*, trabalhando. De la eu vim pra ca, derramou? E ai minha fia eu vou lhe dizer que eu sofria, eu fui doida e não ficava, mamãe ia, mamãe ia e eu ia lá escondendo nas bolas de mato que eu ia me andando atrás dela, quando dava a volta eu chegava mais pra perto, quando chegava no caminho eu ia me assegurando no mato e me escondendo no mato pra não ficar em casa, pra ir junto com ela. Que eu aprendi tudo que ela fazia de benefício.

(Entrevista Dona Flor, Mutum II, novembro 2018).

Relatos das marcas no corpo, da dificuldade de ter sido uma criança que não pôde estudar para ir trabalhar, mas que revelam também os meandros sobre seus modos de conhecer e aprender engendrados em acompanhar, observar e “ir fazendo” junto. Em muitas falas, as aprendizagens de saberes com os parentes surgem como principais pontos de conhecimento: aprendi com meus avós, pais, como nas falas de Dona Flor e Canela, respectivamente.

Eu só não sei ler, porque por causa do serviço, porque no dia que meu irmão, mais veio que eu, comprou o caderno, com a capa de abc, e o lápis, eu tava com ele na mão, e ia pra escola, na casa dele. Aí ela mandou [nomes] me buscar lá onde eu tava, eu já ia pra escola. Ai não fui, não aprendi ler, não aprendi. Mas pra fazer conta, eu faço aquelas conta doida, e trabaia. Trabaia, pra serviço, venha o que vier. Eu faço cerca, eu fazia cerca, eu cavava buraco pra cerca, sabe o que eu nunca fiz bem na minha vida? O cortar de foice, o cortar de foice se enrolar na boca, corta minha mão, eu não acerto cortar com a foice. Mas tirar palha, e fincar casa, capinar, fazer cerca, eu faço cerca cearense, eu faço quebra dedo, faço de [inaudível] e faço de palha. E cavo buraco pra fazer a cerca, tudo direitinho. Cavava. Pra nos fazer 100 bracas de cerca [nomes] nós não gastava o dia, minha filha. Cada arrumava na beira da cerca e ia fazer do jeito que quiser. E eu nunca achei uma pessoa no mundo pra cortar arroz mais que essa preta veia aqui, oh. Eu nunca achei um homem pra me deixar sargado aqui e ele ir cortar la na minha frente. Eu apostava com qualquer um. E hoje eu choro porque eu não posso mais fazer, tenho saudade. Eu vou nas minhas capoeiras tudinho aqui, me leva em tal lugar e nós vamos. Rapaz é bem lembrar que bem aqui... sei tudinho minha irmã. Lembrar meus pés de fruta, minhas coisas. Em *roça*? Eu perco? Perco nada. De jeito nenhum, ainda não perdi. Essa que tá *roçada*, que tá queimada, eu fui lá dentro dela, já fui na terra em que eu plantei um bucado de pepino, de maxixe, melão, melancia, na eira lá, tá lá, eu já fui lá ver de novo, que é pra eu ir lá plantar agora. Eu ainda não fui prantar lá, embora eu não coma, mas fica pra quem estiver vivo pra comer, que eu faço isso.

(Entrevista Dona Flor, Mutum II, novembro 2018).

Canela rememora de sua infância como aprendeu com a sua mãe a relação com o coco, com ela, com seu pai e irmão a relação com a *roça*, compartilhando através de uma descrição densa e detalhada estas práticas e saberes de cultivo, que abarcaram, após, também o café e o fumo, conforme faziam seu pai e sua bisavó. Sua certeza é a de ter estes saberes e ser capaz de fazer todo o processo, se assim fosse o caso.

Que meu pai ia pros matos pra tirar palmito, ai ele quando nos ia pra *roça*, nos era pequeno, nos ia tudinho, ai meu pai botava umas cangalhas no cavalo, botava os coifo no cavalo e nos montava. No cavalo. E ai o mais velho ia na frente segurando a corda e ele e mamãe na frente. Ai chegando la no mamãe ia no mato quebrar coco, e nos ficava la brincando e papai trabalhando la na *roça*. (...) Ai mamãe ia quebrar coco, so nos vinha pra casa de tarde. Ai nos ia juntar coivara na *roça*, coivara, ai papai ia cavar com a enxada, fazia as covas e nos ia prantando o milho e eles semeavam o arroz assim, semeavam dentro da *roça* e capinando por cima, ai quando começava a chover o arroz nascia. Ai botava os cachos, quando madurava ai a gente ia tirar com as facas, cortando e botando no coifo. Eu me lembro. Ai eu e mamãe nos ia juntar coco. Quando eu comecei que eu cresci mais ai eu ia ajudar ela a quebrar os coco, ajudava ela a quebrar. Ai de tarde a gente vinha vendia pra comprar as coisas, nos vinha assim.

[Eu: Uma vida toda quebrando coco então~.

Foi, uma vida toda quebrando coco. Foi desde esses dias na casa dos meus pais que era trabalhando. Eu lavava roupa dos meus irmãos tudinhos, de minha mãe, de meu pai. Quando meu pai ia pescar que chegava com peixe ai mamãe botava as tabua no chão e nos ia cuidar do peixe. Ai lavava, temperava, botava no fogo pra nos comer. Teve uma época que eu alcancei que não tinha farinha, ai meu pai botava a mandioca de molho e nos pegava aquela massa da mandioca e nos pegava e botava no pano espremia assim e saia a água da massa não? Ai nos ia pra panela, botava as tacuruba assim, fazia o fogo de lenha e nos ia mexer assim o fazer farinha, escaldada e ficava ate torrada, nos fazia assada e botava pra comer o peixe com essa assada de panela.

E quando nos ia quebrar o coco já sabia, era quebrar os coco pra de tarde nos comprar farinha pra nos comer. Arroz não. Não se comprava arroz era so farinha. Não comprava arroz, não tinha arroz pilado nesse tempo, so se socava no pilão. Mas nos vivia bem, justamente como ainda é e nos veve ainda, porque hoje nos ainda bota *roça* e bota no pilão pra nos comer, so se não quiser, ficar comprando, ou então bota na ladeira pra nos pilar. Mas pras casas que já tem, na bubasa tem onde pila.

(Entrevista Canela, Mutum II, novembro 2018).

Todos estes conhecimentos passados entre as gerações conformam saberes próprios, conforme já apontado, em sua relação com o *mato* ou conformando uma ecologia própria em sua forma de cultivo. Sua própria condição de *analfabeto* é retomada diversas vezes por Seu Querubim, contraposta, no entanto, em suas palavras, com seus saberes e conhecimentos, ainda que estes sejam desconsiderados pelo “povo da cidade”. Em nossas conversas, o tema das relações de poder, dos saberes e conhecimentos é muito presente. Escuto diferentes falas sobre, por exemplo, ser apenas “um agricultor analfabeto”, mas que “se largar esse povo da cidade aqui” não sabe nem “produzir o de comer”; ou sobre terem *herdado* de seus familiares a *luta*; ainda, a *lição* que é para nós,

pesquisadoras – como situei no primeiro capítulo -, aprender seus modos de cultivar a *roça no toco*, como nos dizia Seu Toada. Enquanto um morador relatava que “a *certidão* tá no corpo”, referindo-se às marcas do *sofrimento* e da *luta* que foi trabalhar incessantemente para conquistar a terra, a mesma expressão foi usada por outro Seu Querubim, no entanto, para reconhecer através das árvores a história objetivada, o território construído: “Tem as Mangueiras lá, que tá só o toco, que já morreram de veio, mas tão lá pra eu te mostrar a *certidão*. Plantio de minha mãe, de meu avô, tudo lá. Ai eu que vim mudando de lá pra cá e já tô aqui”.

Imagem 28- Nas árvores, a *certidão* da história. *Mangueiras, palmeiras e outros paus*.



Fonte: Autoria própria, novembro 2018.

A possibilidade do cultivo e exposição de sua história através das práticas e saberes, de seus corpos, das árvores e memórias, é deveras importante, pois implica a possibilidade de sua existência e resistência pela manutenção de seus modos de vida, das relações instituídas não apenas entre as pessoas em Mutum II, mas no corpo território constituído por diversas *comunidades*. A importância de seus modos de vida para sua existência com *dignidade* é, portanto, central nos processos históricos de *luta*, atualizados na resistência frente às lógicas atualizadas do poder colonial e racista imbricado nestes megaprojetos de desenvolvimento.

3.2 A duplicação da EFC e a *luta* pelo viaduto: processos de securitização do conflito social, ecológico e territorial.

Acaba Mundo, Muda Voz, Serpente de Ferro, Cobra de Ferro são alguns dos nomes pelos quais é conhecido o trem; a EFC é ainda equiparada à uma *prisão*, que impede suas formas de ir e vir – direito fundamental mais básico, em seu aspecto constitucional – e que está sendo violado em distintos pontos ao longo dos mais de 900 km de sua extensão. Esta situação, portanto, não se restringe a Mutum II, mas afeta outros territórios ao longo de toda EFC. Neste contexto, as lutas pela construção de viadutos que facilitem o trânsito das pessoas, automóveis e animais com maior segurança despontam como demanda política, nos povoados, *comunidades*, em áreas urbanas e rurais. No início da pesquisa, pensava que a depender da forma como é pautado, expõe uma certa centralidade para esse aspecto e, mesmo, a secundarização dos demais em sua inter-relação para a compreensão das ameaças sobre os modos de vida e natureza. Logo fui aprendendo mais sobre as lutas e problematizando minha própria visão.

Situação que se agrava no contexto de duplicação da EFC, pois isto implicou o adensamento do tráfego de trens que circulam, agora, em duas linhas e em duas direções. Conflitos despontaram ou se agravaram desde que a duplicação foi iniciada em 2011, primeiro com a ampliação do Terminal Ferroviário do Porto da Madeira - TFPM – e a implantação de novo ramal com 105 km de extensão em direção ao “Complexo S11D Eliezer Batista” na região de Serra Sul, depois com a duplicação de vários trechos, levando a linha principal a uma extensão de 997 km e pelo menos 542 km duplicados (ANTT, 2018a, p. 8).

No contexto de Mutum II, implicou a visão, na *comunidade*, de que ademais de tudo, a duplicação ocorreu de modo a devastar a região em termos ambientais, com as narrativas já trazidas sobre o processo de soterramento de igarapés e morte das *Palmeiras-mãe*, mas também agravando sua condição de vida mediante o *isolamento* da *comunidade*. Não foram previstas, portanto, garantias de travessia às *comunidades*. O Estado e a empresa tratam muitas destas *comunidades* como “comunidades lindeiras” à ferrovia. Esta classificação reforça a tese da empresa de que as *comunidades* estão ao lado da ferrovia, invertendo o fato de a ferrovia ter atravessado os territórios da existência de tantas *comunidades*, suprimindo-os. E que até bem pouco tempo muitas *comunidades* nem sabiam o que era uma “comunidade lindeira”, sendo esta mais uma classificação que aos poucos vai sendo incorporada, expressa em suas narrativas que estão também, afinal, em disputa⁸⁸.

⁸⁸ Agradeço pela observação sobre “comunidades lindeiras” por Sislene Costa.

Neste contexto, foram impulsionados atos de resistência, em que as *comunidades* colocaram seus corpos nas linhas, por vezes ocupando e interrompendo a circulação de trens, outras, incidindo sobre as instituições, juridicamente, e também defendendo e afirmando o território político, garantindo assim sua travessia, ainda que em condições não ideais.

Portanto, retorno à narrativa inicial nesta dissertação, sobre os eventos que culminaram na criminalização das pessoas da *comunidade* de Mutum II por supostamente terem obstruído a ferrovia, enquanto estavam, nesta versão, impedidas em seu trânsito para o rito funerário. Disto decorreu também o início de uma *luta* pelos *procedimentos*, isto é, no campo jurídico, quando ganhou mais força a relação da *comunidade* com a organização Justiça nos Trilhos, que atua no apoio jurídico das pessoas e *comunidades* afetadas e criminalizadas via judicialização pela Vale, com vistas a garantir sua defesa, assim como no apoio a processos coletivos de luta relativos à reparação de direitos violados. No caso, implicou, portanto, o início da postulação dos problemas e demandas pela *comunidade*, culminando na proposição de uma Ação Civil Pública pelo Ministério Público Estadual com o intuito de garantir a construção de um viaduto e, logo, da travessia segura, conforme almejado pela *comunidade*⁸⁹.

Não me deterei no detalhamento deste cronograma nem do processo, mas sim na análise de alguns elementos importantes presentes nestes documentos para compreender desde as margens os embates já discutidos no capítulo 2.

O contexto em que o advogado da Vale tentou classificar como “nada” a *comunidade* – referindo-se desta forma a um sujeito político e de direitos em plena audiência judicial – foi o de uma tentativa de conciliação das partes, visto que, ao contrário das demandas postas na Ação, a empresa iniciou a construção – segundo os moradores/as, sem diálogo efetivo – de uma *passarela* (uma Passagem em Nível para Pedestres, em um trecho próximo à entrada do povoado) – para ser sua passagem “oficial”, mas que segundo eles não serve aos seus propósitos pois não passa nem moto, nem carro, nem bicicleta, nem nada. Foi após esta reunião que Seu Macaxeira exclamava, indignado “somos *escravos* da Vale, nós sempre fomos *escravos* da Vale!”, recebendo o apoio gestual de outros moradores/as presentes.

⁸⁹ A Ação tem como réus a Vale e o município de Arari e a organização Justiça nos Trilhos atua neste processo como assistente da parte autora.

O “nada” ou o discurso sobre o território vazio ou esvaziável foi trabalhado no segundo capítulo mediante a análise do processo metodológico de definição dos objetos dos estudos realizados pela ANTT, em que a agência calculava a “intensidade de importância” (ANTT, 2018b) das áreas cortadas pela EFC, para o estabelecimento de uma lista de áreas prioritárias a serem contempladas ou não com o viaduto e outras intervenções relativas aos “investimentos sociais” previstos na negociação da prorrogação. Mutum II⁹⁰ não está entre elas, pois como visto anteriormente, as *comunidades* não foram consideradas como “parte efetiva” do problema público, na documentação oficial analisada; e como será aqui exposto por meio dos documentos jurídicos, para a Vale e para a ANTT ali não há tráfego de fluxo suficiente para a construção de um viaduto (ainda sob o argumento de estarem seguindo as normas da ABNT)⁹¹; logo, as soluções passíveis de serem encaminhadas muitas vezes não coincidem, em suas palavras, com “(...) os interesses, muitas vezes desproporcionais, da população local”⁹².

A Ação Civil Pública⁹³ situa como o problema da travessia não é um problema isolado de Mutum II, mas sim algo que está há 30 anos sem resolução. Traz legislações para demonstrar, juridicamente, que a ferrovia não pode *isolar* as “Comunidades” com o tráfego ferroviário, demandando a interrupção das obras de duplicação da EFC (ainda em vigência na época), o fim do estacionamento de trens na entrada da “Comunidade”, a observância do problema de ruídos, acima dos limites regulamentados no horário de tráfego, a construção de um viaduto na entrada da “Comunidade”, entre outras demandas.

Esta ação foi declinada pela Vale com uma resposta onde tenta, primeiro, criminalizar a organização Justiça nos Trilhos por supostamente, em sua leitura, agir de “má fé” e pedindo, para tanto, que a organização faça o ressarcimento à empresa em forma de multa. Para a Vale, a organização tem única e exclusivamente o objetivo de prejudicá-la na perseguição de seus interesses – que afirma serem legítimos – beneficiando-se dessa dinâmica; outra tática explícita é ater-se à legitimação de suas ações pela ANTT, reivindicando o “discurso de autoridade” da agência reguladora em várias passagens, como a referente à visita técnica realizada pela ANTT ao longo da EFC durante 6 dias do

⁹⁰ Há um viaduto indicado para Arari, não localizado no povoado.

⁹¹ VALE S.A., Contestação à Ação Civil Pública n°. 5820420188100070, 2017, 5 vol., fevereiro 2019, p. 3.

⁹² VALE S.A., Contestação à Ação Civil Pública n°. 5820420188100070, 2017, 5 vol., fevereiro 2019, p. 38.

⁹³ MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO DO MARANHÃO, Ação Civil Pública n° 582-04.2018.8.10.0070/5842018, Arari, Junho, 2018.

segundo semestre de 2018 (de 1 a 6 de outubro de 2018)⁹⁴. Isto é, no meio do processo de “consultas públicas” sobre a prorrogação, e de forma posterior à publicação do Relatório Final (ANTT, 2018a). Segundo este relato e os documentos parte dos Autos, a ANTT esteve em campo observando a situação de várias “Comunidades” ao longo da EFC. Sobre esta vistoria, a agência declarou o seguinte, nas palavras da Procuradoria Federal do Maranhão (em comunicação virtual acerca da visita técnica e Relatório de Inspeção da EFC Carajás em 23 de outubro de 2018):

Com relação a participação de lideranças comunitárias, a ANTT rememora o posicionamento de sua área técnica no sentido da existência de dificuldades operacionais para proceder conforme solicitado pelo MPF e determinado por este douto juízo, uma vez que nos autos não constam informações sobre os contatos de todas as lideranças comunitárias respectivas, devendo ser considerado que o trecho objeto da fiscalização é extenso e atravessa grandes áreas rurais dos Estados do Pará e do Maranhão, o que inviabiliza esse acompanhamento sem que haja uma prévia indicação de quem seriam as lideranças legitimadas para acompanhar a fiscalização (MPF em comunicação sobre vistoria da ANTT apud VALE S.A., Contestação à Ação Civil Pública nº. 5820420188100070, 2017, 5 vol., fevereiro 2019, p. 476).

Concentro no seguinte fragmento: “(...) devendo ser considerado que o trecho objeto da fiscalização é extenso e atravessa grandes áreas rurais dos Estados do Pará e do Maranhão (...)”. Isto é, a própria ANTT identifica ao MPF que a EFC atravessa extensas áreas rurais, logo, concluo que o problema dos “conflitos urbanos” e da “mitigação em áreas urbanas” implicou não a leitura da inexistência do rural, mas do rural como espaço vazio, esvaziável, cujas vidas não têm a “intensidade de importância” necessária para serem sequer representadas no Relatório Final (ANTT, 2018a), entre os “atores envolvidos” no problema, menos ainda dignos de serem beneficiados com vultosos investimentos, pois as soluções previstas não coincidem com os interesses “desproporcionais” da população local, como já citado. Reproduzo as palavras da empresa a respeito:

Não obstante, é evidente que a construção de um viaduto constitui uma medida desnecessária e desproporcional ao fluxo estabelecido na região (...)
 Recorde-se que se trata de obra complexa e que requer dispêndio elevado de valores, não podendo ser construída aleatoriamente, unicamente porque não se deseja utilizar os meios viáveis de travessias já disponíveis (VALE S.A., Contestação à Ação Civil Pública nº. 5820420188100070, 2017, 5 vol., fevereiro 2019, p. 21).

⁹⁴ É importante ressaltar que esta inspeção foi realizada pela ANTT em cumprimento à decisão judicial proferida na ação civil pública nº 0112334-42.2015.4.01.3700, em curso na 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado Maranhão. Referida ação questiona a falta de segurança do atravessamento da EFC em todo território maranhense, ou seja, não ocorreu porque estava prevista como devido processo no escopo da proposta de antecipação da prorrogação.

Tem-se assim a seguinte situação. A Ação Civil Pública movida a partir da atuação do Ministério Público Estadual notificava a construção de uma Passagem em Nível (PN) pela “Comunidade” no trecho Km 121+650, demandando a regulamentação desta passagem pela Vale; demandava também que Vale e município de Arari realizassem melhorias nas condições de acesso da estrada vicinal – estrada da Independência, que liga o povoado de Mutum II a outros povoados por dentro, como Canarana e Picos – garantindo assim seu acesso à passagem “oficial” da Vale (que se localiza na entrada destes povoados). O embate subjacente à estas ações é a demanda da *comunidade* em contar com uma passagem segura no local por ela estabelecido, enquanto a Vale, a ANTT e o município argumentam, em resposta, que a travessia segura é garantida no trecho do km 119+700, onde está a Passagem em Nível (PN) “oficial”, ademais de uma Passagem Inferior (PI), segundo eles, também bastante próxima, no km 119+913, e até a qual a *comunidade* deveria se deslocar para atravessar⁹⁵.

Neste sentido que foi repudiada pela Vale a construção desta que, em seus termos, é uma “passagem clandestina”, defronte à Mutum II; afinal, na visão da Vale, é a própria *comunidade* que se coloca em risco, utilizando a “passagem clandestina” (e cuja existência segue dependente de disputa judicial). Já para a prefeitura, foi a recusa da própria *comunidade* em usar a estrada vicinal – no caso, a estrada da Independência - que acabou resultando na sua deterioração; isto é, como o município não tem recursos, nesta visão, a soma das chuvas mais a recusa da população em utilizá-la levou não ao descumprimento de suas obrigações em mantê-la em boas condições, mas à sua desistência de realizar os reparos devidos⁹⁶. Como já demonstrei no capítulo 1, as condições de construção das estradas vicinais e de acesso – no plural, e não apenas da

⁹⁵ A passagem construída na entrada de Mutum II permite a circulação de veículos motores, como automóveis e motos, mas não ônibus; a Passagem em Nível chamada de passarela por moradores – ou Passagem em Nível para Pedestres – é a passagem “oficial” que a Vale construiu sem diálogo efetivo com a *comunidade* e que permite apenas a circulação de pedestres; nas Passagens em Nível e Inferior defronte à entrada dos outros povoados, consideradas “oficiais” pela Vale, permite-se a passagem de automóveis, ainda que a Passagem Inferior, além de alagar no inverno, permita apenas a circulação de veículos pequenos. Uma e outra estão separadas por quilômetros de distância, como pode ser visto no mapa da *comunidade*.

⁹⁶ Indica, a prefeitura, que essa construção [refere-se à passagem considerada “clandestina”] está em situação de irregularidade pois o art. 4º, inc. III da Lei Federal n. 6.766/97 dispõe sobre a faixa não edificável de 15 (quinze) metros nas faixas de domínio público das ferrovias e a jurisprudência correspondente indica “esbulho possessório” qualquer edificação em 15 m correspondentes. “Assim sendo, não há cabimento na condenação do ente público da ACP porque a construção da vicinal já foi realizada, porém com a chegada do período chuvoso e com a não utilização da mesma pelos municípios, houve natural deterioração da mesma”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARI, Contestação à Ação Civil Pública do Ministério Público Estadual n.º 5820420188100070, Arari, fevereiro 2019, p. 4).

estrada da Independência - são precárias, não condizem com as condições locais e os períodos de chuva implicam sempre em sua destruição, ilhando a *comunidade*.

Imagem 29 - Ruptura total da estrada vicinal – estrada da Independência - e exposição da inadequação da calha instalada para o volume das águas do igarapé, no inverno; engenharia das *comunidades* em construir uma “ponte” garantindo sua mobilidade, ainda que precária.



Fonte: Larissa Santos, agosto 2019.

Retorno à reflexão sobre a luta de classificações que marca este *confronto* e tentativa de destituição das *comunidades* de sua condição de sujeitos políticos e de direitos. Cabe notar a forma como a ANTT – em pleno processo de consulta sobre a “melhor alternativa regulatória” para avançar com a “mitigação de conflitos urbanos” – entre outros objetivos, como já exposto - classifica as extensas áreas atravessadas pela Vale como rurais para o MPF e segue emitindo declarações que as inferiorizam, na lógica de hierarquizar a “intensidade de importância” das localidades e suas demandas políticas; logo, este “discurso de autoridade” é utilizado pelos réus da Ação – Vale e prefeitura de Arari - para reforçarem o argumento sobre como as demandas comunitárias são “desproporcionais” e “desnecessárias”, culpabilizando as próprias “Comunidades” pelo risco que correm, assim como pela deterioração das condições da estrada vicinal. Expõe-se assim a forma como funciona o que chamei de processo de sua “reconstituição” (DAS; POOLE, 2008), pois são vistos se não enquanto sujeito político e de direitos, por categorias inferiores ou “objetos” passíveis de exercício permanente da exceção, como territórios e corpos demarcados pela “ilegalidade” – ao situarem a passagem construída na “clandestinidade” – implicitamente criminalizando sua construção e o direito das *comunidades* de indicarem o ponto para sua travessia de forma mais adequada ao seu território de existência.

Ademais de notar os *caminhos* de criminalização da *comunidade*, via tentativa de judicialização de “lideranças”, também *caminhos* construídos ou usados por moradores/as na garantia de seu território político são criminalizados; são estes percursos e usos criminalizados e obstaculizados pelos modos corporativos de apropriação e uso do espaço. Ainda, tanto ANTT, como Vale, como prefeitura impulsionam discursos de culpabilização da *comunidade* pela sua própria situação, sendo ela que “não quer” usar as vias delimitadas por estes poderes. Veena Das e Deborah Poole (2008) argumentam como a produção das margens pode implicar a naturalização da condição de margens de povos indígenas, por exemplo, vistos muitas vezes como mais próximos da natureza e, portanto, semi-natureza ou “selvagens”. Neste caso, nesta pesquisa, naturaliza-se que devido à sua condição de vida anterior – ausência de estradas e vias de acesso adequadas, serviços públicos – seria “natural” que eles e elas tenham que percorrer quilômetros – como o faziam e fazem para buscar água todos os dias – para conseguir atravessar a via férrea⁹⁷. Isto porque a *comunidade* não conta com transporte público em sua localidade, e nem todos têm automóvel, motos e bicicletas para uso. Outro ponto importante a ser considerado e que já havia sido evidenciado no primeiro capítulo: Mutum II tem um processo próprio de territorialização e, pesem as relações políticas e de solidariedade entre povoados vizinhos, são estas unidades sociais e de mobilização diferenciadas (ALMEIDA, 2004;2013); exigir que a travessia ocorra única e exclusivamente pelos povoados vizinhos implica impor dinâmica exógena aos seus modos de convivência, organização sócio-política e de usos comuns dos espaços. O que entendo, portanto, é a demanda de que sejam reconhecidos enquanto *comunidade* e que, neste sentido, a interlocução garanta o reconhecimento de seus direitos e modos de vida.

Imagem 30 - A procura por água no cotidiano. Lata d'água na cabeça e açude com água contaminada.

⁹⁷ Segundo a Vale “Todas essas opções garantem a acessibilidade segura da população sem que tenha que percorrer grandes distâncias, demonstrando-se que nem de longe se encontra a situação crítica narrada na peça vestibular de “ausência de travessia segura” para as referidas Comunidades”. (VALE S.A., Contestação à Ação Civil Pública nº. 5820420188100070, 2017, 5 vol., fevereiro 2019, p. P. 372)



Fonte: Autoria própria, 2018.

A Vale adentra este imbróglio enaltecendo sua “boa vontade”, na medida em que - como afirma repetidas vezes - a estrada vicinal é um “problema de políticas públicas” que foge à sua responsabilidade e tampouco pode ser “(...) determinada pelo alcance de seus impactos, ou seja, a sua área de influência direta” (VALE S.A., Contestação à Ação Civil Pública nº. 5820420188100070, 2017, 5 vol., fevereiro 2019, p. 25), nos termos dispostos pelo IBAMA⁹⁸. Novamente, a noção de “impactos” surge como redutora dos significados e da própria “magnitude dos impactos” passíveis de serem considerados, na medida em que – no modo como é retratada nesta documentação - não reconhece o território construído, menos ainda os efeitos cumulativos vivenciados e expressos através dos corpos e enquanto antagonismo entre territorialidades. Cabe citar também, que apesar da prefeitura apontar a proibição de construção e intervenção nos 15 metros para cada lado da ferrovia, e da Vale indicar como sua área imobiliária abarca 40m para cada lado (no capítulo 2), a péssima condição de mobilidade da estrada de acesso (a que margeia a EFC) neste “corredor” não aparece na Ação como obrigação de fazer pela Vale.

Não obstante, o próprio IBAMA estabelece como condicionantes da licença ambiental alguns aspectos que devem ser observados⁹⁹, mas que não pude encontrar como informações referidas para compreender o que a Vale tem realizado, nesta localidade, com relação à: poluição atmosférica e das águas, o soterramento dos igarapés, a

⁹⁸ VALE S.A., Contestação à Ação Civil Pública nº. 5820420188100070, 2017, 5 vol., fevereiro 2019, p. 6

⁹⁹ Sendo o IBAMA responsável pelos impactos de âmbito nacional (efeitos diretos a todo país) e regional (de parte ou todo território de dois ou mais estados). Em resumo, mediante supervisão ambiental, gerenciamento de resíduos sólidos, controle e monitoramento de efluentes e recursos hídricos, controle e monitoramento de ruídos, controle e monitoramento de emissão atmosférica, passivos ambientais para processos erosivos e área degradada, controle vegetação invasora, atropelamento de fauna, Educação ambiental, Comunicação social, faixa de domínio (regularização), área de risco e programa de emergência. (VALE S.A., Contestação à Ação Civil Pública nº. 5820420188100070, 2017, 5 vol., fevereiro 2019, p. 25).

devastação e desmatamento, o controle de vegetação invasora como o capim, atropelamento de fauna, como onças e outros animais, mas parece possível inferir o que podem ser usos corporativas da condicionante de realização de programas de educação ambiental e comunicação social. Em comunicação da Vale ao IBAMA, em abril de 2016, referente ao envio de sua Avaliação de Desempenho Ambiental das Condicionantes como medida necessária à retificação da licença de operação n. 842/2009, ela afirma, no entanto, expor ali ações que, nas palavras da empresa expressam “(...) nosso encontro com o desenvolvimento sustentável, com a vida e com o planeta, atributos que formam a cultura de nossa empresa e de todos que fazem parte dela, mantendo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais” (VALE S.A., Contestação à Ação Civil Pública nº. 5820420188100070, 2017, 5 vol., fevereiro 2019, p. 637). Observo que o responsável assina pelo setor de “saúde, segurança e meio ambiente”, notando que há, ainda nesta mensagem, afirmação sobre o compromisso da ação empresarial em “transformar valores”. Como visto no capítulo 2, no entanto, a relação entre estas três variáveis foi desconsiderada nos documentos e consultas referentes a antecipação da prorrogação da concessão, mas se faz bastante presente em suas estratégias sociais e territoriais, como exponho ao longo deste trabalho.

Por fim, para concluir esta seção, retorno ao texto da Ação Civil Pública, atenta a forma como empresa argumenta que a narrativa dos fatos exposta na Ação não encontra qualquer justificativa para os pedidos elencados; segundo esta argumentação, não teria cabimento pedir interrupção da duplicação – deve-se considerar que esta resposta é efetivada quando já estava concluída em 90% a duplicação, devido à demora entre um movimento judicial e outro – acusando a incompetência da justiça estadual em atuar no caso, pela falta de apresentação de prova técnica que confirme o estacionamento de trens defronte aos povoados e que isto ocorre, hoje, menos do que no passado e, somente, por motivos de segurança e vistoria (ou seja, os que demandam isto são os que colocam a *comunidade* em risco). Apoiada no discurso da legalidade, acusa a JNT de “artimanhas” e ações “temerárias” para conseguir “objetivo ilegal”, de maneira “hostil” e “descortês”, supostamente sendo esta organização a responsável por instigar as “Comunidades” nestas ações: diz ainda que as alegações – não ficando de todo explícito se referindo-se ao MPE, às “Comunidades” ou apenas à JNT – não passam de “queixume”¹⁰⁰. Alega que esta Ação atenta, igualmente, contra a importância econômica

¹⁰⁰ VALE S.A., Contestação à Ação Civil Pública nº. 5820420188100070, 2017, 5 vol., fevereiro 2019, p. 8.

da EFC, sendo ela o único meio de conexão entre os principais portos do país, considerando o quesito profundidade nos Portos de São Luís, e única via de conexão com sul/sudeste do estado do Maranhão, centro norte do país (sul do Pará), ademais de integrar a FNS trecho norte – FNSTN - com o restante do país (centro –oeste e outras regiões)¹⁰¹.

Em análise realizada pela própria empresa, intitulada “Análise da PN clandestina km 121+650 – Comunidade Boca do Mel”, apresenta-se o objetivo: “(...) avaliar o pedido de PN Oficial na Travessia clandestina para comunidade Boca do Mel no município de Arari, após a interdição da ferrovia em 04/02/2016” (retomando assim o embate sobre a suposta interdição da ferrovia). Neste documento, a seguinte narrativa é apresentada na sessão cujo subtítulo é “Análise da Relação Comunidade” (subtítulo que deixa dúvidas sobre se a análise foca na relação da Vale com a “Comunidade”, ou se a análise foi feita pela “Relação Comunidade” atuante no local): ocorreu uma reincidência na construção da “passagem clandestina” que, após desmobilização pela empresa, foi refeita pela *comunidade* em 2017. Indica, assim, que a empresa destrói, mas a *comunidade* reconstrói. Reconhece, em seguida, que o povoado se situa em local “Rural”, no município de Arari, com população de 80 pessoas – número rebatido pelos moradores/as durante audiência com o MPE, indicando no local a moradia de por volta de 220 pessoas. Aponta que a “dinâmica da Comunidade” se dá pelo fluxo do km 121 [onde está a passagem denominada por eles como “clandestina”], que “o acesso da Comunidade foi interrompido e ficou intrafegável durante o período chuvoso”, e que a Comunidade tem no histórico uma interdição de ferrovia. Trata-se, nesta visão, de “Comunidade vulnerável e põe na Vale a culpa da prefeitura não realizar a manutenção de seu acesso. A comunidade foi no Ministério Público e denunciou a Vale por esse motivo”¹⁰². Destaca que lá “reclamam” devido ao risco de acidentes, por estarem sendo prejudicados com a morte de animais, por estarem “(...) sofrendo em virtude das obras de duplicação da ferrovia, solicitando, desta forma, a construção de um viaduto na entrada de Boca do Mel”¹⁰³.

¹⁰¹ VALE S.A., Contestação à Ação Civil Pública nº. 5820420188100070, 2017, 5 vol., fevereiro 2019, p. 47.

¹⁰² VALE S.A., Anexos da Contestação à Ação Civil Pública nº. 5820420188100070, doc. 14 “Análise da PN Clandestina KM 121+650 – Comunidade Boca do Mel”, 2017, p. 10.

¹⁰³ VALE S.A., Anexos da Contestação à Ação Civil Pública nº. 5820420188100070, doc. 14 “Análise da PN Clandestina KM 121+650 – Comunidade Boca do Mel”, 2017, p. 10. No primeiro núcleo comunitário, sendo a área mais sensível visto que mais próxima à EFC: lá onde o barulho da EFC é mais forte, a poeira contaminada de minério, as casas rachadas, a vulnerabilidade aos processos recentes no amplo espaço ermo constituído neste amplo corredor, e em que o progressivo processo de esvaziamento do território se torna mais evidente. Lá, desde o início da pesquisa, percebi como algumas moradias foram feitas e desfeitas num

Neste documento há ainda um quadro bastante instigante sobre os modos de classificação, tipificação, destituição em jogo. No documento 14, anexo à “Análise da PN Clandestina KM 121+650 – Comunidade Boca do Mel”, há uma sistematização sobre Acidentes/Quase Acidentes mapeados pela empresa nesta localidade. Primeiro, contabiliza-se como zero o número de acidentes no local, entre 2012 e 2017. Como causa destes “quase acidentes”, portanto, o destaque está naqueles causados por “terceiros” – ou seja, o que desresponsabiliza a empresa - e um total de 5 atropelamentos de animais “sem impactos”, número que contrasta de forma marcante com os relatados por moradores/as, em geral. O que mais chama a atenção, ao final, é a forma como a noção de “vandalismo” surge neste quadro. Ao final, não os acidentes ou quase-acidentes que despontam em número de casos ou em termos simbólicos, mas sim o que a Vale considera como “vandalismo contra material rodante” e “vandalismo a equipamentos de eletroeletrônica”. A mobilização da noção de “vandalismo” para abordar as “ameaças” à infraestrutura logística da EFC produz efeitos mais severos nesta relação de antagonismos na medida em que contribuirá a classificar estes territórios e “Comunidades”, sobretudo os que ousam divergir e “apedrejar” sua atuação, a partir de noções que permitem submetê-los à política calcada em processos de securitização.

Quadro 2 - Vale: Histórico de acidentes/quase acidentes ferroviários no local

período curto, além de outras pessoas terem mudado para outras localidades – como uma pessoa que foi trabalhar em uma fazenda realizando serviços domésticos – retornando ou não as suas casas.

153

Histórico de acidentes / quase acidente ferroviários no local

Não tem registro de acidente no local

Quase acidente de Terceiros na região do km 121 – 2012 a 17 ago/2017

Naturezas	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total Geral
QA-Vandalismo ao Material Rodante					12	10	22
INC-Atropelamento de Animais sem Impactos		1	1			3	5
INC-AVU Terceiros					1	2	3
QA-Quase Atropelamento de Animais	1			1			2
INC-Apedrejamento						1	1
QA-Quase Abalroamento					1		1
QA - Vandalismo a equipamentos de eletroeletronica						1	1
Total Geral	1	1	1	1	14	17	35

14



Fonte: VALE S.A., Anexos da Contestação à Ação Civil Pública nº. 5820420188100070, doc. 14

“Análise da PN Clandestina KM 121+650 – Comunidade Boca do Mel”, 2017, p. 14.

3.2.1 A *cobra de ferro* é uma *prisão*: proibição de uso e produção do esvaziamento da EFC.

A dificuldade em fazer avançar os direitos da *comunidade* que viria a conformar Mutum II, na justiça, foi vista desde a falta de celeridade desta em garantir os anseios do povo; se por volta da década de 1980 isto foi elencado como um dos fatores que levou à *união* e *luta* para a compra coletiva da terra, hoje a visão é de maior esperança em perseguir vitórias necessárias, no conflito atualizado, através dos *procedimentos*. Há, nesta visão, talvez, um olhar mais positivo para as ações, por exemplo, junto da promotoria (ênfatizando que a promotora realizou visita técnica à *comunidade*), embora identifique-se o *Grande Poder*¹⁰⁴ da Vale em “passar por cima” também das ações da justiça. Nas palavras de Seu Folha Seca é a *Besta* “quem passa por cima” não apenas de quem não estudou, mas também do “direito da justiça”.

E peço desculpas para quem estudou porque as vezes eu digo coisas que talvez a pessoa não entende ou entende e passa por cima, parece que porque eu não

¹⁰⁴ Analogia à parábola bíblica da Besta Fera e do Grande Poder, no Apocalipse.

estudei passa por cima, quer me engolir, mas não é isso não. Isso é o caso da Besta.
(Entrevista Seu Folha Seca, morador, dezembro 2018).

Outra moradora corrobora a visão e acrescenta, neste diálogo, que “ou a justiça ou a *comunidade*”, pois a Vale “não respeita a *comunidade*”. Ao que ele responde:

A comunidade já tá empurrada, tem tempo, mas agora foi a justiça. (...) fizeram sem a gente aceitar. Chegaram e falaram: o senhor já tá sabendo que vamos fazer uma passagem ali, a PN, e o senhor pedir a comunidade pra não meter obstáculo. (...) Não queremos passagem de nível assim que não resolve nosso problema, nosso problema é o viaduto. Pode fazer até 80. Viaduto que fica livre de um tanto de coisa, porque tem hora que acontece acidente ali que é demais. É risco de vida. Então a gente passa que não tem jeito. E agora pior que são duas linhas. Porque quando era uma linha era perigoso, mas o trem vem dali. E agora vem de qualquer lado.
(Entrevista Seu Folha Seca, morador, dezembro 2018).

Cabe apontar que situar os *caminhos* como resistência não implica negar narrativas que advogam pela necessidade dos viadutos, nem da construção das estradas dentro dos povoados, conforme demandado em Mutum II, mas sim a contraposição com a sua classificação pela “clandestinidade” e também aos múltiplos significados que *caminhos* e estradas expressam nestes conflitos.

Entre as pessoas com as quais conversei, mulheres e homens, a estrada de acesso que compõem a EFC, construída com o processo de sua duplicação, é vista como um enorme perigo, pelo risco de atropelamentos e pela velocidade do trem, que agora anda em duas *bandas*, sendo responsável por acidentes e mortes. Conta-se que um senhor, retornando ao povoado no jumento, deparou-se com a vinda do trem no mesmo momento em que este empacava na ferrovia; ele conseguiu salvar-se, mas, indignado, retirou seu facão e passou a atacar a enorme estrutura de ferro que ali passava. Isto provoca risos, hoje, e preocupação, pois a duplicação implicou uma condição ainda mais difícil de travessia que outrora. Existem tantos relatos de acidentes, alguns fatais, que destroem os corações e cotidianos. Ademais da interrupção dos ciclos de vida, pois, por exemplo, é o trem que impede a passagem das crianças para a escola – prejudicando sua formação; de uma pessoa doente que precisa ser retirada com urgência – e precisa esperar muito tempo para passar; da travessia ao cemitério para enterrar ou velar parentes; impede também que escoem sua produção, afetando sobremaneira suas estratégias de garantia da sustentabilidade da vida (OROZCO, 2014).

São estas ações da vida cotidiana que não são compreendidas muito menos consideradas, muitas das vezes, por “técnicos” e “especialistas”, ao advogar em defesa deste traçado de “desenvolvimento”.

Em um dia dos primeiros meses do ano de 2019, eu chegava ao povoado e notava, no caminho, certa agitação. Algumas cabeças de gado haviam sido mortas na EFC e, pesem os pedidos pela não retirada dos corpos da ferrovia – pois recorrentemente são acusados pela empresa de não terem “provas” sobre suas denúncias, ou seja, são as pessoas que precisam gerar provas do atropelamento dos animais, não só o gado, pois recentemente foi atropelada uma onça¹⁰⁵ - logo a carne fresca havia sumido da localidade. Esta tensão, gerada pelo atropelamento de animais, reforçou, para mim, a necessidade de refletir sobre a relação entre os processos de precarização da vida, como o *empobrecimento*, como foi falado na audiência, as múltiplas formas de violência vivenciadas na localidade, a criminalização - e correlata repressão - como figuras de uma mesma dinâmica e movimento. Em outros termos, sobre as ramificações da violência estruturante da expropriação ou supressão territorial e ecológica e estes processos. Algumas pessoas relatavam, neste contexto, que “a vida tá piorando”, observando como situações de violência e de tensionamento estão aumentando. Para uns, isto se explica, em grande parte, devido ao aumento do consumo de álcool nos arredores, há quem veja efeito da falta de oportunidade e emprego, afetando sobretudo jovens, entre outras reflexões possíveis sobre esta dinâmica.

Como apontava no capítulo 1, esta situação relacionada à tensão pelo boi – e que ocorre com frequência, conforme “o trem mata gado na linha” – evidencia a limitação de pensar a morte de animais apenas como “impactos” numéricos, se não como inter-relação de acontecimentos e processos desencadeados e potencialmente conflituosos. Já evidenciei o efeito desta relação na mudança da cultura alimentar e de reprodução camponesa, que eram amparados na criação de porco, havendo, inclusive, uma dimensão importante referente ao equilíbrio ambiental vinculado à antiga “nação”. Porro et. al. (2004) analisaram esta dinâmica na Amazônia oriental como efeitos dos incentivos governamentais, particularmente da Sudene, indicando que o gado, ademais de figurar como elemento importante do processo de desmatamento, passa a adentrar a cultura camponesa, ainda que em medida abissalmente menor que dos pecuaristas.

¹⁰⁵ É curioso notar que durante a pesquisa ocorreu mais de um encontro tenso entre moradores/as e as onças, que não são, segundo eles, comuns na localidade, apesar da história da Ilha da Onça Preta. Neste período, relataram a ida de um especialista em onças, de Carajás, pela Vale, ao povoado, para abordar o tema.

A captura do boi – ou dos bois, no caso – também pode ser lida como processo de resistência daqueles a quem este alimento material e simbólico é negado de forma sistemática. Durante o Bumba Boi, no São João, milhares de pessoas dançam junto ao boi ressuscitado, tão amado pelo dono – o patrão - após ter sido morto por um homem escravizado, pai Francisco, disposto a satisfazer os desejos de sua mulher grávida, Catirina. Aquele boi especial, no entanto, que sabia inclusive dançar, foi ressuscitado por feiticeiros e pajés, livrando pai Francisco da morte. O boi do relato aqui compartilhado corrobora, ao invés, com as figuras de imagem do desencantamento e da construção de um arquétipo de “criminalidade” e “criminoso”, em que as próprias pessoas e *comunidades* passam a figurar de vitimadas¹⁰⁶ a algozes e sujeitos de sua própria condição, ainda sob o estigma da falta de “civilização”. A escalada desses problemas é invisibilidade quando há negação da dimensão cumulativa dos efeitos gerados, impulsionando disputas que expressam o desafio da permanente reconstrução do que se chama *comunidade*.

A “bebida”, ou o consumo de álcool, já citado, também é signo mobilizado pela empresa para justificar a responsabilidade dos “acidentes” na ferrovia, como em alguns casos cuja explicação recai na ideia de “causas maiores” e de “ação de terceiros”: relatos por pessoas de *comunidades* distintas apontam para a atuação da empresa em fomentar ideias como “morreu porque estava bêbado na linha” ou “a investigação demonstra que estava circulando pelos bares antes do acidente”. A estigmatização das pessoas que têm suas vidas ceifadas na linha do trem – e os efeitos que isto acarreta nas famílias, particularmente quando se trata de um *pai de família* - seguindo os dizeres dos próprios moradores/as – segue, portanto, o sentido da destituição (ou sua “reconstituição”) da memória - da vida vivida e, logo, dos que ficam – afetando não apenas o indivíduo, mas a coletividade que o constitui. A cada pessoa ou evento criminalizado, estigmatizado, afeta-se a memória coletiva ou social vigente, evidenciando ainda mais que ela – como dimensão significante da vida social – está constantemente em disputa; há, assim, não apenas a ameaça de morte física e social do corpo, mas de sua morte moral¹⁰⁷ e política.

Imagem 31 – Placa que avisa sobre risco de atropelamentos devido à circulação do Trem em duas linhas.

¹⁰⁶ Kilomba (2010) utiliza o termo vitimada ao invés de vítima para expressar processo que implica relação de poder, logo, sendo gerado por outrem.

¹⁰⁷ Agradeço à Sislene Costa pela observação sobre a ameaça de morte moral destas coletividades.



Fonte: Autoria própria, dezembro 2018.

Durante as sessões públicas, a Justiça no Trilho denunciava a ausência de inquéritos independentes para investigação destas situações chamadas “acidentes”, muitas vezes com os próprios funcionários ou seguranças da Vale informando as condições de sua ocorrência. Surgiu, também, nestas falas, a ideia de existência de um fenômeno em que supostamente corpos são deixados na EFC, constituindo, portanto, na verdade, em prática da “desova”. Esta referência impressiona por advogar certa regularidade ao fato, naturalizando-o, portanto, e, ao mesmo tempo, contribuindo à classificação destas localidades como marcadas pela presença de *bandidos* ou, como visto, “vandalismo” ou “clandestinidade”.

“Vândalos” são aqueles, no entanto, que, de outro ponto de vista, se organizam de algum modo para *participar* da distribuição da riqueza que passa e não deixa nada neste corredor. Grupos ou indivíduos que se organizam para retirar peças dos trilhos e, sobretudo, óleo, dos trens, tornam-se objeto da preocupação dos técnicos e especialistas, como já exposto, então vale recobrar: para garantir a segurança, é necessário “isolar” a EFC da população, como expressou o Relatório Final (ANTT, 2018a). Os próprios moradores/as relatam sentir medo deste novo cenário engendrado. Sendo estas vivências que vêm sendo marcadas pela atuação da “polícia para quem precisa de polícia”, como já dizia a canção dos Titãs. Isto é, aparecem nos discursos oficiais e, por vezes, de moradores/as, justificando a atuação das forças de segurança contra os “*bandidos* escondidos nos matos”, resultando em violência e mesmo tiroteios cada vez mais frequentes contra estas localidades, conforme relatado. O quadro exposto na última sessão contribui para organizar o ciclo: em que a existência de um corpo repressivo coaduna com a produção da necessidade de sua existência, da reconstituição de corpos e territórios a serem disciplinados, controlados, e mesmo exterminados.

No único dia em que seguimos para os povoados à noite, em novembro de 2018, senti o equívoco de minha decisão. A estrada de acesso é um espaço aterrorizador

à noite: escuro, vazio, cheio de buracos ou trechos alagados, o que reduz também a velocidade dos automóveis. Ao chegarmos, todos/as preocupados/as (pois sem sinal de celular, como se comunicar?), já que na noite anterior havia ocorrido tiroteio: segundo relatos, a polícia entrou pelas estradas vicinais atirando ao léu, num processo de perseguição engendrado sabe-se lá contra que ou quem. Janelas e portas fechadas, todos encerrados em suas casas.

O medo, no entanto, também se refere aos roubos. A estrada de acesso é um local visto como privilegiado. A *passarela* em embate, que no povoado de Capim Açú, outro povoado do mesmo município, caiu antes mesmo de ser inaugurada, gerou muita indignação em Mutum II, pois longe de apresentar alternativa para sua travessia, desrespeitando sua principal demanda política, constitui “esconderijo para assalto”. Segundo moradores/as, visão esta que foi corroborada pelo próprio funcionário da empresa, quando afirmou ser “um perigo” aquele bloco de concreto no meio da estrada de terra, um “esconderijo” para *bandido*.

Todas estas condições que tornam muito inseguro circular à noite, por exemplo, e aumentam a tensão entre moradores/as. Dizem que de moto “circulava por aí” um *estuprador*, e que “era preciso cuidado”. Com Vinagreira, quando conversávamos, dizia que sente medo de circular visitando as casas, o que é exigido em seu trabalho, e também de circular sozinha pela estrada de acesso; quando tem que sair, às vezes só vai se for de bicicleta e, mesmo assim, pedalando no máximo de velocidade que consegue. O mesmo sentido de medo permeia as narrativas de outras duas mulheres. Uma delas, Melancia, conta que prefere buscar coco nas beiras de caminho, mas que isto se deve ao medo de *visage*. Já aconteceu de encontrá-las mais de uma vez, e lhe deu pânico, sente que está sendo observada. Ao mesmo tempo, fora as *visages*, só sente medo de “gente que *endoida*” e de “*bandido* que se esconde no *mato*”:

Só se é gente corrido, que vem pra ficar escondido dentro dos matos. Isso ai dá medo. A gente se deparar com uma pessoa dessa ai, escondida ne. Claro que a gente..

[Eu:] E tem muito?

Nessa hora eu tenho medo. Não e difícil. As vezes a gente sabe por noticia, bandido que fugiu da cadeia, so assim que a gente sabe.

(Entrevista melancia, novembro 2018).

Esta narrativa é recorrente entre moradores/as, segundo a qual, dizem, “*bandidos* que fogem da cadeia”, *bandidos* que realizam assaltos e outras ações marcadas pela “ilegalidade” nos municípios próximos aproveitariam a área de *mato* e o espaço ermo

para se esconder. São falas que muitas vezes buscam enfatizar a distinção entre *bandido* e *pai de família*, *honesto*, etc. Notícias estas que são reproduzidas em jornais sensacionalistas de circulação local e, cada vez mais, circulam também no “zap”; quando corre na boca solta, leva à preocupação de não circulação pela área à noite, como um toque de recolher informal. Noutra vez, quando estive na localidade para uma ida ao Salão de um povoado (Tambor de Mina), não pudemos seguir caminho: por um lado, a estrada vicinal estava alagada, sem passagem; pela estrada de acesso, não poderíamos passar, pois a polícia estava “buscando os *bandidos* escondidos” e era muito *perigoso* circular por ali.

Toda esta situação leva a uma preocupação de pais e mães com os jovens, para que não se envolvam em *confusão*, pois, afinal, a juventude quer se divertir nas festas e eventos realizados. O problema é que, tendo ou não envolvimento efetivo com algum desentendimento engendrado, estão mais suscetíveis a sofrer consequências severas. Por diversas vezes ouvi que para as mulheres cujos maridos migram por trabalho a situação é ainda mais delicada, de vulnerabilidade, pois ali, como explica Folha Seca, emprego mesmo só se for em fazenda. Isto no caso de a família permanecer, pois há aqueles/as que tentam constituir moradia em cidades maiores, como a capital, ou no Sudeste; entre eles, os que não pretendem retornar, e os que retornam frustrados com as dificuldades enfrentadas. Em outra visão, uma senhora que perdeu seu filho, e que sente essa dor, cercou sua casa com cerca elétrica definindo que ali “macho não entra mais”.

A construção de narrativas sobre os *perigos*, as “desovas”, a “clandestinidade”, o “vandalismo” e os “*bandidos* que se escondem nos *matos*” também produz seus “efeitos de verdade”; também contribui a tornar estes territórios e corpos objetos e alvos da ação repressiva e da política do controle, ademais da política da morte, de um Estado policial que imbrica de modo crescente as forças privadas de segurança com as forças públicas, que podem mesmo atuar como forças privadas de segurança. Não raro, as falas denunciam que quem atua é a polícia, mas diante da pergunta sobre quem é a polícia, a resposta é “polícia da Vale”. Isto significa que qualquer morador/a ou pessoa pode tornar-se um suspeito e alvo potencial, caso adote comportamentos que fujam à normativa informalmente estabelecida. Por exemplo, uma senhora levada ao hospital de madrugada. No retorno, outro esquema desafiador precisou ser ativado – perceba-se como estes “esquemas” necessitam das relações de solidariedade para funcionarem: um carro a trazia do hospital pela estrada escura; a “polícia da Vale” passou então a segui-los quando percebeu que seguiam pela estrada de acesso, parando na entrada do povoado; só então

que viram como ela foi retirada do carro por moradores/as que a colocaram, em seguida, em uma moto, encarregada de atravessar a EFC, entrar no povoado e leva-la até sua casa. Outros relatos dão conta de abordagens a jovens e homens de moto, por esta polícia, que anda circulando pela área, às vezes mantendo-se em esquinas onde pouco se percebe sua presença.

É difícil, portanto distinguir a atuação destas forças e tampouco me pareceu sensato questionar para além do que me foi relatado, neste momento. Como a privatização das forças públicas é um fenômeno mais amplo no Brasil, estes relatos são contextualizáveis, assim como outros modos de controle e segurança pela vigilância constante. Percebem às vezes, por exemplo, a presença de uma figura que volta e meia encontra-se, à noite, na entrada do povoado, e que, segundo esta leitura, vigia os passos dos moradores/as. O Tema da vigilância e da observação, portanto, é uma recorrente: uma vez, conversando sobre a prática da caça e da pressão posta sobre os *bichos* na redondeza, quando muitas pessoas de outros povoados passam a querer caçar na área preservada, um jovem dizia que sentia vontade de *caçar* os “drones” da Vale que sobrevoam, com regularidade, suas cabeças. Já uma moradora apontava que não gosta apenas de duas coisas na vida no povoado:

A gente, só o que a gente não gosta aqui é quando vem as pessoas também querendo acabar com as coisas, os matos. Desmatar. Mas.. E os bichos também, pra mexer com os bichos. Tiroteio também nós não gosta, eu não gosto também. Ta certo, la uma vez pro outra, ta certo, mas vim direto a gente não gosta.

Eu: pra vir ficar fazendo o que aqui..

Pra vir ficar mexendo nos bichos. Mas ai dos campos, matar os bichos, as arvores, isso dai eu não gosto.

(Entrevista moradora, novembro 2018).

Todos estes elementos revelam a forma como a EFC foi se transformando, com mais força após a sua duplicação, em um corredor ermo, pouco iluminado, em péssimas condições de mobilidade – esburacado, no inverno, alagado – sem garantia de transporte público em muitas áreas, como em Mutum II – logo, sair e entrar dali requer andar por esta via, conseguir uma moto ou bicicleta, ou quiçá um carro, cuja viagem até a sede do município, está distante em 60 km. O *isolamento* surge, portanto, não apenas como impedimento de ir e vir pelo trem – e este direito é fundamental - mas pela delimitação de um espaço de exclusão, cortando o território mais amplo, e que torna a segurança um aspecto central. Segurança, como vim demonstrando, da infraestrutura logística e da carga nela transportada, do capital transnacional e dos contratos jurídicos,

que devem ser modernizados para “pacificar” o nervosismo capitalista e os conflitos existentes; não se trata, portanto, das percepções e sentidos de “segurança” trazidos por *comunidades* e cujos diferentes sentidos de liberdade e *prisão* veiculados abarcam outras dimensões referentes a garantia de seus *modos de ver*.

Imagem 32 – *Passarela* que para a *comunidade* além de não servir aos seus propósitos, representa um *perigo* a mais na estrada de acesso.



Fonte: Autoria própria, dezembro 2018.

Portanto, ao iniciar este trabalho, logo deparei-me com falas que situavam a produção de seu *isolamento* e o sentimento de viverem numa *prisão*, motivando a *luta* pelo viaduto - como um consenso entre todos/as - e um modo, esperança, de diminuir essa condição vivenciada. Porém, o que pude refletir, ao longo da pesquisa, em várias conversas, é que a *prisão* não se relaciona apenas à interrupção dos *caminhos* e das estradas: há *aprisionamento* nos *perigos* proporcionados pela Vale aos modos de vida, práticas e saberes. O temo da produção que não pode ser escoada, pois não há quem “queira vir buscar”, é exemplar, como ensina um casal de moradores:

Oh, e outra coisa. Nós aqui, nós veve aqui, é que nem quem veve encurralado sobre essa ferrovia. Essa ferrovia acabou com nós é de todo jeito. Acabou com o que nós tem, que não pode – [Ela:] criar – criar, produzir; acabou nossa saída. Nos não pode muitas coisas, aqui não pode dizer: eu vou vender. Porque não tem condição - [Ela:] não vende, não vende - quando quer, nós dá.

[Eu:] porque?

Porque quem tem seus caminhão não quer passa ali – [Ela:] ficam com medo de comprar na mão de ninguém – num tem por onde passa! Num tem escoação, o nome correto é escoação, pra mó de poder ter saída. Não tem, fica preso.

(Entrevista casal de moradores, novembro 2018).

Os *bichos* ficam presos, precisa cercar; as pessoas presas, por onça, cobras, por água, por seguranças; as mulheres já não podem circular. Até aqui, busquei demonstrar como as narrativas sobre *prisão* e *aprisionamento* dão conta de uma série de condicionamentos que impedem plenamente suas existências. *Aprisionamento* que se relaciona, volta e meia, com os sentidos de escravidão anunciados.

Essa situação é explicada por um morador, em parte, pelo início dos projetos sociais da Vale, posto que, segundo ele, estes projetos determinam onde podem existir e onde não e de que forma, “retendo-os” dentro dos povoados. Isto é, em sua visão, esta é sua principal função, “retirá-los da ferrovia”. Diz que antes destes projetos sociais, as pessoas viviam na e ocupavam a EFC, sobretudo com práticas de trabalho e econômicas reinventadas em suas margens. É o caso em que ali vendiam todo tipo de produção – de *legumes* produzidos na terra à comida - aproveitando a passagem e paragem do trem na estação próxima. Bolo, bebidas e o famoso *bandeco* eram produzidos por mulheres e vendidos por familiares, ou por elas mesmas, na época em que as janelas do trem eram abertas e a melhor opção para os passageiros era alimentar-se junto às pessoas das *comunidades*, cujas vendas incrementavam a renda familiar mediante a circulação de pessoas em linha.

Foi a partir da duplicação e da “modernização” dos vagões dos trens, fechando suas janelas para a instalação de ar condicionado, como principal justificativa a de beneficiar os passageiros/as, e também a segurança, que isto mudou. Porém, foi também após a duplicação que ações de protesto foram realizadas nas suas imediações ou sobre os trilhos do trem, em diferentes municípios. Como já demonstrado no início, a tentativa de judicialização de moradores/as pela Vale não raro não tem como origem estes embates, mas o sentido de proibição de interdição e de uso, ademais dos mecanismos de punição a corpos territórios dissidentes, que ousam *confrontar*.

Em suma, parecem caminhar lado a lado, por tanto, dois processos: primeiro, o de produção do esvaziamento deste espaço, em que a vigência como espaço ermo marcado pelo “vandalismo” justifica uma política de ocupação calcada na segurança. Segundo, o avanço de outras práticas e iniciativas sociais que se apresentam como alternativa de ordem, moralidade e progresso para a “desordem” vigente.

3.2.2 *Participar para ganhar*: condicionantes de acesso à benefícios no projeto social.

A histórica dificuldade de acesso à água, conforme exposto, no capítulo 1, foi ainda mais agravada com a atuação de agências e programas estatais - como a Sudene, a instituição do PGC e a construção da EFC – mas, principalmente, em tempos recentes, com o processo de sua duplicação. Situação que levou Lucena (no prelo) a afirmar que a Vale é a principal responsável pela constituição progressiva de um enorme “corredor seco”, na medida em que tal situação não se restringe à Mutum II, como exposto.

O enfrentamento desta situação, no entanto, surge com uma enorme complexidade. Primeiro, destaco que ela não passa por recuperar cursos d'água afetados, sendo notória e conhecida a atuação da empresa em destruir mananciais e bacias hidrográficas, como no caso do Rio Doce e Brumadinho, e conforme já era anunciado enquanto risco para esta região, nos primeiros anos do século XXI¹⁰⁸. Quanto a realização de obras para abastecimento de água, há novamente informações atravessadas em cena. Na medida em que a Estação do Conhecimento possui a sua própria estação de tratamento de água, em Arari, segundo relato de um servidor público, esta seria uma solução de maior autonomia a ser adotada; porém, no caso concreto, de construção de poços artesianos, ele duvidava se prevaleceu o repasse de recursos pela empresa para construção de poços artesanais pelo município ou se esta ação ocorreu por iniciativa do próprio município sem repasse de verbas pela Vale. Fato é que durante a escrita do primeiro capítulo o poço encontrava-se quebrado e, durante a escrita deste capítulo, ele já havia sido reconstruído pelo município, resultando em enorme felicidade na parte beneficiada da comunidade (e quebrando novamente um par de semanas depois).

As ações realizadas pela Vale nos territórios perpassam assim negociatas e embates quanto às devidas responsabilidades na garantia das políticas públicas e origem de recursos entre a empresa e o Estado em suas várias agências e níveis da federação, no caso principalmente através de “convênios”. Recorrentemente, reparações a violações de direitos são negadas sob argumento da própria empresa de que não pode substituir o papel do Estado, resultando em disputas intermináveis sobre as responsabilidades e devidas esferas de atuação, como no caso das estradas vicinais, aqui relatado.

Na visão de um morador da sede do município, a precária situação quanto ao acesso à água levou a promotora locada no município de Arari a sugerir que a empresa assumisse a construção das cisternas. Seria deveras importante comparar datas e relatos com as políticas efetivamente firmadas, porém, optei nessa dissertação a uma visão parcial na medida em que corresponde ao nível de informação que circula entre as próprias pessoas nos povoados, constituindo assim uma faceta também da problemática

¹⁰⁸ No Processo de planejamento para o sucesso da conservação da APA Baixada Maranhense (Sitio Ramsar) são identificadas várias ameaças, dentre elas, uma ameaça muito alta da pecuária extensiva e intensiva para igarapés e preservação de mata firme. No tópico Estrada de Ferro Carajás não há avaliação para o estado de ameaça para igarapés e desmatamento de mata firme, mas sim indica-se uma ameaça muito alta sobre complexo de lagos e espécies caçadas. Cabe apontar que este documento foi elaborado antes do processo de duplicação da EFC (APA BAIXADA MARANHENSE/SITIO RAMSAR, s/d).

de *isolamento* já exposta, por um lado, mas também do que me permitiram acessar como informação, no decorrer do processo de pesquisa.

Esta hipótese, por exemplo, de que a construção de cisternas não havia surgido da “boa vontade” da empresa, mas de uma recomendação da promotoria, foi relatada por mim e recebida com espanto e reações de desconhecimento da informação ofertada. Pois, neste caso, haveria um contraste entre tal recomendação e a forma como foi assumida discursivamente pela empresa - não em construir as cisternas mediante cadastro das famílias atingidas por suas ações – ao propor a implementação de um projeto social que apresenta, no entanto, condicionantes para acessar benefícios, sobretudo de *participação*. Uma *participação* regulada, posto que monitorada semanalmente pelos/as agentes, sendo alguns/as deles/as, pessoas das próprias *comunidades*.

Já expus não se tratar apenas da cisterna. A cisterna, no entanto, para muitas pessoas, foi o principal motivo para sua aceitação em *participar* do projeto, visto que muitas não lograram ser beneficiadas com a política do Programa Água para Todos. Na medida em que a cisterna já estava construída ou em construção em muitas casas, quando iniciei a pesquisa, logo o banheiro seco tornou-se o novo objeto de desejo de aquisição.

O ciclo do projeto nas casas parece consistir, então, na construção do espiral de ervas, da horta em mandala – construída no chão –, o buraco de lixo – que não pode mais ser queimado, mas sim deve ser enterrado no próprio *terreiro* –, e a manutenção do *terreiro* sem lixo nem folhas no chão; o círculo de bananeiras, a vacinação das crianças, o monitoramento das pessoas na casa, de modo semanal. Já citei a melhoria “estética” das casas – ajeitando a palha do telhado, passando cal nas paredes – e os desenhos – ou as *marcas* - implantados. A *participação* em oficinas, feiras – por exemplo, na própria Estação do Conhecimento – em algumas delas com a circulação da moeda social. Moedas sociais usadas para feiras, atividades de troca de produtos e exposição, mas também para marcar a pontuação de cada casa e, portanto, de acordo com os pontos acumulados, *ganhar* ou não o próximo benefício.

Imagem 33 - Horta em mandala, do projeto Casa Saudável, no verão.



Fonte: Autoria própria, novembro 2018.

Ou seja, são práticas que parecem espelhar metodologias e princípios da economia solidária, da Permacultura, e, no caso das cisternas, mesmo os acúmulos obtidos por movimentos sociais do semiárido brasileiro. Trazem consigo, no entanto, não o sentido do benefício enquanto reparação de direito, mas de sua garantia mediante o devido comportamento condicionado. Este “comportamento” pode ser caracterizado de várias formas. Uma delas, conforme nos explica um agricultor, é que tem que *participar*: se deixar de *participar*, perde *acesso*; a outra explicação, realizada por duas mulheres, é através do *trabalho*. A reação de uma delas, durante a conversa, foi dizer, em suas palavras: “não vou trabalhar, não trabalho mais! Já trabalhei muito na minha vida”, complementando que são “*escravos da Vale*”.

Quando perguntei a duas moradoras quantos pontos são necessários para ganhar o próximo benefício ou como fazer para pontuar e *ganhar*, elas disseram não saber. Como relatei no capítulo 1, um dia, durante a pesquisa, chegando à uma casa, encontrava uma mulher correndo de lado a outro catando folha e “arrumando as coisas”: perguntei o que era, pelo que me dizia que a “Vale estava vindo”. Logo entendi que ela precisava deixar tudo organizado para quando chegassem. Ou seja, precisava *trabalhar* para fazê-lo. Nesta esteira, ela relatava achar um absurdo a forma como as cisternas foram construídas, opinião também de outro morador da sede do município.

Tomando café durante uma tarde, ele conversava com outro morador e dizia achar um “absurdo” o projeto das cisternas, pois o que pagavam para os cisterneiros não correspondia nem ao valor mínimo de uma diária que um *pai de família* precisa para botar comida em casa, valor de no mínimo R\$50,00 por dia. Continuava dizendo que era um “absurdo” porque se trata de uma empresa que “lucra muito” e que “trata as comunidades como um nada”. Curioso, pois esta fala foi feita antes da notícia de que o advogado da Vale havia tentado classificar a *comunidade* como o “nada”. Dizia em alto e bom tom que

a empresa deveria chegar ali e “construir tudo para todo mundo”, e que estava um “quiproquó” na cidade devido às acusações de corrupção contra o prefeito, na Câmara, visto que supostamente foi repassado um valor da Vale para a construção dos poços pela prefeitura, mas, questionava: “a prefeitura fez o que com estes poços? Que tá todo mundo sem água? ”.

Este aspecto da construção da cisterna é explicado por alguns moradores, desde outra perspectiva. Durante uma conversa, ao entenderem que estávamos “investigando sobre a água” foram comentando livremente – isto é, sem que perguntássemos - sobre os projetos sociais da Vale. Um deles foi dizendo, sobre o cisterneiro, que foi bom aprender, pois agora os cisterneiros podem fazer sem a empresa, mas que, no final, acaba não valendo a pena, devido ao valor do material e ao valor pago. Outro, porém, dizia que o valor pago é muito baixo, e que é difícil de compreender porque umas pessoas podem participar do projeto e outras não, que tudo fica pela metade. Logo explicaram que são muitas as iniciativas existentes junto aos agricultores, mas que tem que *participar* das atividades para ter acesso a elas.

Quem *participou* aponta que o cisterneiro, porém, faz apenas a parte final, de montagem da cisterna, quando todo o material já está pronto, o que implica um *trabalho* prévio de vários dias, para, ao final, fazer a montagem com a técnica aprendida. Por isso a moradora, indignada, dizia achar um *absurdo* a forma como as cisternas foram construídas. Segundo ela, naquela localidade foram as mulheres que garantiram a construção das cisternas. Elas que “prepararam tudo” de várias cisternas, não só de suas próprias casas, com os homens preparando as placas, para virem os cisterneiros e levantarem as caixas. “Preparar tudo” significa todo o *trabalho* de preparo do cimento, sem equipamento, conforme ressaltava, e “ficando com as mãos todas machucadas”, pra depois não receberem absolutamente nada. Fizeram tudo isso prestando atenção às condicionantes para *ganhar* o próximo benefício, acreditando que assim seriam contempladas.

Uma delas dizia que foi ao redor desta situação que ouviu de um agente da própria empresa que aquilo era “humilhante”. Ao que ela respondeu: “é humilhante, mas eu quero”. Referia-se ao banheiro seco, que hoje traz felicidade no cotidiano, sobretudo quando chega visita na casa. Segundo ela é muito ruim quando chega visita, “que não tá acostumada” [a ir no *mato*], e não pode ir ao banheiro. Conversamos sobre se existe algum contrato, algum papel referente ao projeto e seus objetivos mais amplos, mas ela diz não

ter nada disso. Afinal, qual seria o problema da *participação* e do *trabalho* se a adesão ao projeto é consultada?

3.2.3 “Semeadores de conflito”: o tensionamento comunitário na disputa do corpo território político.

O *trabalho* já havia aparecido de outras formas ao longo da pesquisa: primeiro, como negação, no sentido de que a empresa não garante emprego a ninguém. Um trabalhador da sede do município de Arari, sem saber da pesquisa, dizia-me que considera um “absurdo” o que a Vale faz com as *comunidades*, deixando-as em segundo plano, assim como a própria cidade [referia-se à sede]. Segundo ele, ninguém consegue emprego na cidade, e lá quem manda são os donos do arroz, um povo do sul, “perigoso”, que domina a Câmara e adota meios violentos de “apaziguar” os conflitos.

A falta de emprego, continuava ele, é a razão da migração de homens para outras cidades, estados, particularmente para o Sudeste, como a ida de muitos para São Paulo. Aos que ficam, a possibilidade de trabalhar nas fazendas, principalmente, como já havia comentado em várias outras falas sobre o trabalho *alugado*, e que ainda que algumas mulheres também “pegam serviço”, grande parte delas permanece nos povoados.

Sobre este aspecto, um morador vê como um problema relacionado à permanência na terra e à atuação “dos donos de terra” que “querem só para eles explorar”; isto é, a expulsão da terra, a negação de seu acesso ao *pobre* gera a migração para a cidade, a necessidade de *arroubar* [roubar] para comer ou morrer. Em suas palavras: “ai o *pobre* vai viver do que? Ele não tem o trabalho, ou ele vai pra cidade, pra se arroubar pra poder comer, ou morrer mais ligeiro, ou vai pedir esmola. Não é assim? ”. Ao que completa, abordando também a dificuldade de mobilização para a *luta*.

Nós vai *lutar*. Pra ver se nós fica no nosso lugar, quieto, nós não sai com a trouxa na cabeça. Ah não, saíram tudinho que nem gente que você ta dizendo, as coisas e eles não ta nem ai, tudo caladinho. Rapaz borá *lutar*. Tamo *lutando*. Tamo na briga ai até agora.
(Entrevista morador, dezembro 2018).

Como relatava no capítulo 1, a condição de permanência na terra, em seus modos de vida, é vista como condição também de sua dignidade e de uma vida sem violência, pois é onde a “terra tá *cercada*” que avança violência e conflito no campo; nas palavras de Querubim:

Você sabe quais são os direitos dos três ser? É ser preso, é ser de cadeira de roda, é ser pro cemitério. Nós não temos mais outros caminhos, os nossos caminhos é esse. Nos que é da terra ne?
Só os três ser que nós temos direitos nessa terra, é só.
(Entrevista Seu Querubim, Mutum II, dezembro 2018).

O trabalho também aparece na leitura feita por outro morador, já citado, sobre como tais projetos veiculados pela empresa no campo social tem como objetivo tirar as pessoas da EFC e produzir um espaço exclusivo, ou de exceção, pois, nas palavras usadas, “agora é proibido ir pra lá”. É de proibição que se trata. Isso gera uma série de efeitos em suas vidas, como visto até então, pois a criação de um espaço “vazio”, ermo, produtor da necessidade de sua vigilância coaduna com a retirada das formas até então inventadas, na criatividade de ressignificação de sua reocupação, particularmente na venda de produtos.

A fala do representante de Alto Alegre do Pindaré, no capítulo 2, expressou como em contrapartida à destituição desta economia popular e da “retirada das pessoas da EFC”, em outras localidades ocorreram formações de padaria e também de cooperativas de mulheres, ao que indica, mais afetadas pelo impedimento de comercialização às beiras da ferrovia. Porém, nem todas logram participar das cooperativas, ou nem todas cooperativas logram vingar em suas ações e na venda de seus produtos estilizados nos setores de alimentação dos novos vagões modernizados. Ali, nos povoados entre os quais está Mutum II, um agricultor dizia que ele mesmo trabalhava lá na EFC, que muita gente aproveitava para vender tudo que pudesse nas janelas do trem: produtos da agricultura familiar, roupas, doces, de tudo se vendia nas janelas e nas estações de passageiros. Agora, corre na boca solta que tão logo será ofertado um curso de corte e costura para mulheres. O morador questiona, ironicamente, a proposta de fazer um curso de corte e costura, afinal, quem vai até lá para comprar? Onde irão vender? Vê todas estas propostas como paliativos, mas fundamentalmente para retirar o povo da EFC.

Ao refletir com outra moradora sobre o relato acima, ela concordava:

(...) Tinha um povo que trabalhava ali na beira da estrada. Quando tinha, o povo vendia coisa ali. Vendia, vendia, vendia tinha o povo que trabalhava ali e vendia.

[Eu:] vendia o que?

Vendia de come. Pronto? Farofa, pamonha, dindin, bolinho, o pessoal comprava. Agora só compra no trem e é caro. E eles dizem que o lucro só tava saindo pra ficar pra fora na comunidade. Ai eles tiraram, fecharam pra ter que comprar só no trem, na empresa. São vivo!

10 h era o trem passava assim e vinha o povo vendendo as coisas. Dava umas 18h tava em casa, vendido as coisas. Agora não, é tudo no trem. É água no trem, alimentação no trem, tudo é no trem.

(Entrevista moradora, dezembro 2018).

A ideia aqui não é passar uma noção de homogeneidade de pensamentos entre diferentes pessoas dos povoados e *comunidades*, mas cabe dizer que estas são falas que se repetiram em diferentes momentos pelas pessoas com as quais esta pesquisa foi construída em diferentes locais. Talvez a figura de imagem de “*escravos da Vale*” não contemple a todos, mas mais de uma vez foi ativada, por pessoas distintas, como forma de retratar uma situação de privação quanto à sua mobilidade, ao tratamento recebido, estando *presos, encurralados, isolados* e fadados ao *trabalho*.

A contraposição, afinal, leva ao questionamento sobre porque uma empresa como a Vale recusa-se a efetivar algumas das principais demandas políticas postas pelas *comunidades*, como os viadutos, oferecendo a construção de apenas 14 viadutos para dezenas de *comunidades* ao longo de toda EFC, “investindo” parques 243 milhões de reais em toda sua extensão, por um lado, mas direcionando recursos tão vultosos para suas ações de Responsabilidade Social Corporativa, “voluntárias”, por outro. Ou seja, qual o sentido de a empresa negar a construção de um viaduto em Mutum II por classificar este lugar como o “nada” e, ao mesmo tempo, investir tanto para reconfigurar estes territórios?

Durante uma reunião, perguntei a moradores/as se eles conversavam com os “Relação Comunidade” sobre seu desejo de obter o viaduto ao invés dos benefícios que *ganham* com estes projetos. Um dos presentes respondeu que “ninguém fala nada”, “ninguém tem coragem de falar”, deixam tudo na voz de um único “representante”. A (im) possibilidade da fala reflete o silenciamento histórico de vozes que enfrentam barreiras para se pronunciar abertamente, pois são inaudíveis às hierarquias de direito que constituem o Estado. A rebeldia e insubmissão de tantas mulheres e homens, no entanto, conforma suas estratégias de resistência que incluem modos próprios de sua comunicação.

Em diferentes contextos o silêncio se coloca, tornando central a leitura de gestos, olhares e ações para compreender as dinâmicas ali vigentes, assim como as estratégias de resistência que transcendem a possibilidade de enfrentamento aberto, em certos contextos, como pontua Scott (2000). A dialética entre discursos públicos e ocultos, ou sua infra-política, é presente no cotidiano das pessoas, ao se relacionar com a empresa, cuja presença é deveras ostensiva, mas também comigo, enquanto pesquisadora, assim como com a JNT, com os representantes da associação de moradores, entre si, com

fazendeiros, enfim, compõe as relações sociais, as posições e múltiplas formas de interação entre si, também elas permeadas por interesses e relações de poder.

Com relação à empresa, prevalecem, entrelinhas, falas que apontam para a falta de informação concernente aos projetos prevaletentes, assim como, principalmente, à problematização do processo efetivo de tomada de decisão quanto aos caminhos a serem seguidos na realização de projetos junto à *comunidade*. Isto é, muitas vezes a crítica parece direcionada a este processo, já identificado no contexto da sessão pública descrita anteriormente, e que se repete aqui. A empresa realiza a consulta, em reunião, se a comunidade quer *participar* de determinado projeto ou não; porém, seus objetivos mais amplos com estes projetos não parecem ser discutidos, compartilhados ou conhecidos, assim como as premissas subjacentes a eles estão dadas sem a possibilidade de sua discussão, fundamentando, por sua vez, as lógicas de *participação* compulsória e normatização dos comportamentos, logo, de sua “adesão”.

Assim sendo, entendo que as análises críticas feitas pelos/as moradores/as sobre estes projetos levam em consideração os equívocos de sua instauração e seus significados estratégicos no cômputo dos embates mais amplos; há falas que reforçam que estes projetos só existem devido à *luta* e *pressão* pelas *comunidades*, e que também veem neles várias nuances de *humilhação*; outras, ressaltam um modo de *divisão* que é gerada, na medida em que acarreta na *mansidão* devido a algumas melhorias pelo avanço da *marca* da empresa. Isto é, de que há *divisão* posto que algumas práticas de enfrentamento aberto ou reivindicação de direitos passam a não ser tão bem vistas, na própria *comunidade*, devido ao sentimento de ameaça de *perca* dos benefícios; ainda, há visões sobre a possibilidade de aproveitarem o que estão *ganhando*, diante da inação do Estado; ou mesmo pela crença efetiva na *boa vontade*, como relatava o senhor na sessão pública, ao abordar o “valor vida” cultivado pela empresa. Ou seja, são apontamentos que indicam contradição - a leitura crítica não extingue a disposição a aderir à algumas propostas, mesmo quando “rir” da pretensão corporativa faz parte da ironia com que por vezes a recebem.

Entendo que não se deve confundir “jogar as regras do jogo” com cooptação¹⁰⁹, embora a cooptação seja uma dinâmica efetivamente presente, que nem sempre ocorre de forma difusa, mas concentra-se em figuras específicas – figuras chaves

¹⁰⁹ O ponto a destacar é que aceitar projetos, aderir à projetos não deve ser confundido com falta de perspectiva crítica pelas pessoas e *comunidades*, ao contrário, essa adesão, por vezes, pode configurar as próprias estratégias de sua resistência.

- que podem não expor abertamente o fato de estarem jogando dos dois lados, nem os benefícios – objetivos ou subjetivos - a elas gerados em desmobilizar ou contrapor a dissidência. Uma das formas mais efetivas, neste aspecto, é a conformação de grupos paralelos para lidar diretamente com a Vale, que atuam, assim, em deslegitimar associações e representantes comunitários críticos à atuação da empresa. A intenção nesta dissertação não é avaliar ou ponderar as escolhas das *comunidades*, mas sim refletir junto, desde as conversas e vivências compartilhadas, as estratégias do *Grande Poder* de agir e convencer, nas várias dimensões de sua atuação.

Por isso, é deveras importante situar como as mesmas falas que reconhecem melhorias e que são críticas reconhecem que diante de tais estratégias uma disputa se torna mais efetiva, pois entre diálogos, subversões e *confrontos* abertos, há muita ambiguidade, favorecimentos, e tensionamentos intracomunitários que são criados ou agudizados, alguns que são vistos, no entanto, como conflitos ou “problemas de vizinhos” (ou no caso, parentes) – sendo esta, acredito, a parte mais “degradante” dos efeitos produzidos sobre sua organização enquanto corpo político.

Uma determinada “tecnologia social” pode ser vista como *boa*, no âmbito do projeto, para algumas pessoas, outras parecem se importar muito pouco, pois “queriam mesmo a cisterna” e se mantêm agora apenas para *ganhar* os demais benefícios, ou ainda contam com a atuação das agentes – nesta localidade, principalmente mulheres – em regularmente plantar novas mudas, levar sementes, ajeitar os cercados de arame das mandalas, antes inexistentes. Duas senhoras dizem que não aceitam o projeto, pois não aceitam ninguém dando ordem em suas vidas, ainda que uma delas tenha continuado a “contrapelo”. Ambas, se questionadas sobre isso em outro contexto, diriam, provavelmente, que é uma “maravilha”, “belezura”, creio eu, em tom de ironia. Não significa, a meu ver, que não pensem que a cisterna e o banheiro não são bons, mas sim que fazem sua própria análise crítica a respeito do jogo jogado.

Outro ponto de crítica é a forma como identificam que quando um “Relação Comunidade” estabelece uma relação muito boa com a *comunidade*, ele será com certeza realocado em outra área. Em geral, o que percebem é a tentativa de dissociação entre relação com a empresa, incluindo seu jurídico, e “relação com a comunidade”, com a Estação Conhecimento, Ongs, agentes ainda que se refiram assim mesmo, sempre, à empresa –afinal, trata-se mesmo da Vale. Esta dissociação, também opera de forma específica, pois implica tentar dissociar direitos e antagonismos das ações beneficentes e voluntárias, deixando os funcionários e agentes que atuam em nome da empresa em

papéis de ambiguidade que variam entre a vigilância e o compromisso; não à toa, mais de uma vez ouvi relatos sobre “ameaças”, sobretudo de retirada dos projetos, expressando uma lógica de “chantagem locacional”.

Assim, são feitas críticas à determinados/as agentes, vistos como “semeadores de conflito”, e muitos elogios e defesas de um ou outro que tem *boa relação* estabelecida. Entendo que esta é a forma também de dizerem, a mim, que há um problema na relação estabelecida principalmente quando os agentes são da própria *comunidade*; e que diferenciam a relação com as pessoas que trabalham para a empresa, e que muitas vezes estão apenas “ganhando a vida”, outras sendo inclusive bastante “queridas”, apresentando maior ou menor grau de compromisso, com a forma como são instituídos os projetos e seus significados no conflito mais amplo. Este aspecto é muito importante, pois a função de agente é realizada, nesta localidade, principalmente por mulheres, que ganham por volta de 150,00 para atuar na mobilização, monitoramento, efetivação das práticas do projeto. Para duas mulheres, uma agente e uma beneficiada, ele traz frutos muito importantes em sua condição de *isolamento* em sua própria casa; para outra, só mobiliza os/as demais para *melhorar* a vida da *comunidade*.

Há, nesta mesma esteira, o aspecto da fricção e da competitividade erigida principalmente entre mulheres, neste caso, devido a uma suposta diferenciação de status em função da relação com a Vale. Durante pesquisa em Açailândia, em 2012, percebia como um dos anseios máximos, na sede do município, era o “uniforme verdinho” que garantia status e benefícios no comércio. Neste outro âmbito, estas relações perpassam outros simbolismos. *Participar* de determinadas atividades, viagens, receber um pagamento regular, e sobretudo *ganhar* ou *não ganhar* um determinado benefício expõem o cumprimento ou não de determinados comportamentos imputados, assim como a relação instituída, desta vez, a nível individual.

Ora, uma senhora dizia que não participaria de mais nada. Segundo ela, quando chegaram as pessoas da Vale elas foram recebidas de coração aberto, e a *comunidade* se dispôs logo a ensinar o que sabiam, *participar* das propostas, percebendo com o tempo a *ingratidão*, o início de confusões e favorecimentos. Compreendo que é como dizer que os projetos foram recebidos acreditando que de fato estavam comprometidos com melhorias para a *comunidade*, mas, no entanto, foram aos poucos expondo outras facetas até então desconhecidas. O ponto ápice nesta contradição se deu com o envolvimento de agentes na história de embate pelo acesso ao cemitério, de alguma

forma envolvidos na análise da situação e/ou instauração de queixa crime contra os/as próprios moradores/as.

Se antes notava a padronização da organização do território casa e também estética, mediante os símbolos – as *marcas* - desenhados nas cisternas, recentemente mostraram-me como as casas que já tiveram os “banheiros secos” construídos avançaram ainda mais nesta direção, na medida em que não apenas reproduzem estes padrões, aumentando desde então o número de casas que imprimiram em suas paredes novas palavras de adesão: “amo esse projeto”, “projeto casa saudável”, “amo o projeto casa saudável”, etc. Ouvi de uma moradora que ela acha os desenhos bonitos, mas que não aceita nome do projeto ou marca da empresa em sua casa; mesmo quem jurava não querer banheiro, conta agora com uma construção retangular no *terreiro* - para as visitas: pois não deixou, até agora, de preferir o *mato*.

A ânsia já mudou também de foco. Ela objetiva agora ganhar a construção das casas prometidas. Casas de alvenaria. No entanto, uma nova tensão gerada. Há aqueles que aceitam essa nova etapa e há os que não. Aqueles/as que anseiam pelos benefícios, pois a essa altura já poderiam ter também uma casa de farinha; e anda em disputa uma negociação junto ao município para a construção de uma nova escola e um posto de saúde, a serem construídos também pela Vale, sem estar claro se no âmbito do próprio projeto ou como “convênio” estabelecido com o município e/ou governo do estado.

3.2.4 O fogo do saber “chama a unidade da terra”: ambientalização do discurso empresarial e a resistência na defesa das *Palmeiras-mães*.

Andando pelos *caminhos*, sempre admirava algumas casas com seus *terreiros* cheios de plantas e flores, e também os cultivos suspensos em *cofo* ou, por vezes, no chão. Perguntando à Urucum se não plantava antes do projeto ter início, ela dizia que sim, sempre plantou cebola, cebolinha, tudo suspenso ou no “pé das árvores”. Em uma das casas, o *terreiro* é enorme, todo plantado com ervas e frutíferas; em outras, percebe-se que a prática não é tão extensiva, ao que pergunto a uma moradora se poderia falar sobre os projetos que “ela tá *participando*, que a Vale traz”.

Oh é bom, porque eles vieram assim, pra trazer pra gente fazer as hortas. Ai a gente bota o estrume, planta cheiro verde, tomate, cebola, pimentão, alface, planta tudo. Aí dá aquelas coisas né, aí a gente panha pro uso da gente e ai já

não compra. As sementes eles dão: aí a gente planta e colhe pro consumo da gente. Agora ficou ruim pra gente, pra nós, eu não aguentei pra encher a água, pra molhar. Não tem água que molhe, a terra ta muito seca.

[Eu:] |Antes a senhora não tinha horta?

Não, não era horta que nos chamava. Nós chamava era boi de cavalo, era canteiro, que a gente ficava botava assim e plantava assim atrepado.

[Eu:] Nas próprias arvores? (ela aponta para o pé da árvore).

É, nós não fazia assim no chão, e agora veio e foi assim no chão. Faz um círculo de talo ou com garrafa de litro e bota o estrume dentro e planta, com a tela de arame que eles dão.

[Eu:] Esse outro jeito não dava?

Dava! Dava a mesma coisa. A mesma coisa. Sempre quando eu alcancei minha mãe ela fazia os canteiros pra plantar essas coisas. Aí no chão, nós, eu não sabia não. Mas agora depois desse projeto pra fazer essas caixas, é como é que diz? Me esqueci como chama. Tem um ditado que chama, da firma, que eles trabalham. Aí fizeram as caixas e nós aceitamos que sim, pra botar água pra nós, que aqui nos veve sem água.

(Entrevista moradora, novembro 2018).

A moradora expõe, assim, primeiro, que acha *bom* de fazer a horta, e observa também que já havia um modo próprio entre elas – aprendido com sua mãe, no seu caso, de cultivo no *terreiro* e que este era feito de forma *suspensa*, nas árvores, no *cofo*. E que era tão bom quanto, mas que disseram sim – para o projeto – para que “botassem água”, pois, afinal, “*vevem* sem água”. Como nos explica, as sementes são dadas pela empresa. Este ponto, da diferença de como cultivar o próprio *terreiro* também é ressaltado por outra moradora, que aponta não gostar muito deste esquema no chão, mas que era condição: ela preferia o cultivo *suspensa*, como sempre fez, dentro de *cofo*. Agora, no entanto, se “apropriou da técnica” e resolveu construir o seu cultivo *suspensa*, mas com a base de tijolo, ao invés de palha, para ver o que acontece.

Imagem 26 - Cultivo suspenso no *cofo*.



Fonte: Autoria própria, fevereiro 2019.

Como as falas referem-se a *ganhar* as coisas da empresa, continuo a conversa para entender melhor o funcionamento.

Tem que fazer as mandalas, justamente que é as hortas; e o espiral de ervas, que planta as ervas pra fazer os chás pra gente beber; e o circo [referindo-se ao círculo] de bananeira também ó, tai também as bananeiras, tudo pra poder ganhar elas. E os banheiros também, como eles ainda vem pra fazer os banheiros

Tem que fazer o buraco de lixo, tem que ter o lixo zero ao redor da casa, não deixar lixo, tudo limpinho pra poder ganhar o banheiro, justamente o espiral de ervas, o mesmo, a horta, o circo de bananeiras, tem que ter as vacinas das crianças em dia, quantas pessoas dentro de casa conveve, idoso, criança, adolescente, assim, pra poder ganhar, tudo tem que ter, fazer a ficha, tem que fazer o cadastro com as fichas pra ganhar, tudinho.

É, tem que fazer isso ai, eles faz as procuras com a gente, tem que ter tudo em dia; ai a gente ganhou a caixa e agora vamos ganhar o banheiro; eles continuam vindo, a mesma coisa.

(Entrevista moradora, novembro 2018).

Assim, a partir dos *terreiros* passei a refletir sobre a relação deste projeto com o trabalho de cuidados¹¹⁰ exercido majoritariamente por mulheres, incluindo o trabalho político – ainda que não seja deveras reconhecido como “trabalho” - que envolve um fazer *comunitário*; em Mutum II, este fazer *comunitário* por mulheres tem grande importância, nas casas pelas quais circulei, com visitas, cuidados de saúde, um alimento compartilhado, cuidado de crianças; a casa engloba também o *terreiro*, onde se senta para conversar, tomar café a tarde; mas abarca também entre algumas a *roça*, a pesca, e sua destreza nos caminhos do *mato*. Foi a partir da reflexão e diálogo sobre o trabalho de cuidados e das práticas de cultivo nos terreiros que fui levada à *roça aradada* e às falas de defesa das *Palmeiras*.

Imagem 25 - Pelos *caminhos do mato*.

¹¹⁰ Com isto refiro-me ao debate feminista sobre trabalho reprodutivo – garantidor da reprodução social da vida – que é aqui englobado como práticas de garantia da sustentabilidade da vida, como zelo. Cabe destacar, no entanto, que esta atenção se deve as reiteradas vezes com que moradoras situam seus atos e pensamentos sobre eles em nossas conversas.



Fonte: A autoria própria, novembro 2018.

A defesa das *Palmeiras* e, sobretudo para mulheres e homens *mais antigos*, das *Palmeiras-mãe*, me ensinaram a ampliar o entendimento sobre a dimensão dos projetos e a forma como se contrapõe a seu pensamento e ao território como projeto de vida. Aos poucos fui, assim, aprendendo peça por peça este quebra cabeça, o que denotou novo sentido à conversa coletiva com mulheres e homens quando explicavam que a empresa vem atuando também sobre os modos de cultivo, aparecendo naquele momento relatos de como propunham aumentar a produção, mas cultivando sem veneno e sem queimar, isto é, sem realizar a tradicional *roça no toco*. O fogo, segundo me explicavam, é visto pela Vale como uma fonte importante de devastação ambiental da região. E em povoados vizinhos a Mutum II, sendo que em um deles as *roças* apesar de consorciadas não são coletivas, muitos lotes aceitaram trocar o modo de cultivo *no toco* pelo *arado*, com sementes e tratores manejados pelos responsáveis pelo projeto social, ao menos assim me foi explicado. Não fica evidente nas conversas se estas ações são participadas pela Embrapa ou pelo próprio Incra, mas sim parecem ser justificadas em nome do “meio ambiente”.

A dimensão que tais projetos foram tomando, envolvem, portanto, muitas dimensões da garantia da sustentabilidade da vida (OROZCO, 2014) e, mesmo que não sejam efetivas, visto os relatos de quem deixam tudo pela metade, ou que tem apenas o intuito de distrair e *amansar*, elas produzem seus efeitos. No caso, foco, portanto, na concepção aprendida neste momento de que aumentar a produtividade envolveria adotar este modo de produção que inclui *aradar* a terra em detrimento do modo de cultivo tradicionalmente realizado. Em um dos povoados, visitei a *roça* de um senhor, *aradada*

pela Vale; de um lado, a *roça aradada*, cercada de arame farpado, lisa, pois recém havia sido semeada. De outro, a floresta de cultivo, consorciada, sem cerca. O senhor explicou que propuseram fazer assim e ele resolveu tentar. Que disseram que seria bom, explicando-me como a empresa chegou, *aradou*, cercou, plantou, e entregou pronta; mas que prefere o seu modo próprio de cultivo, mostrando-me, em seguida, orgulhoso, a área e os cocos coletados. Quando perguntei o porquê, ele dizia que é melhor para a saúde e para o corpo, pois essa [da Vale] ele ficou “assim”, “olhando, sem fazer nada”. Com os olhos tristes, mas esperançoso quanto ao resultado.

O resultado é muito questionado por quem permanece crítico ou na resistência. Portanto, foi ao questionar se não havia modo de cultivo anterior no próprio *terreiro*, e ao entender a relação entre a casa e a *roça*, que fui levada a uma parte onde apontavam: “tá vendo? Nós não vamos *aradar!*” - evidenciando, sobretudo, a ausência das *palmeiras* naquela localidade. A narrativa que conduz o conflito histórico retornava ali, novamente, na resistência pela preservação das *palmeiras*, mas também de seus modos próprios de viver.

Imagem 34 - Imagem de área “*aradada* pela Vale”.



Fonte: Autoria própria, dezembro 2018.

A *roça no toco* e a negativa de *aradar* a terra permanecem assim, nas palavras de moradores *antigos*, como *resistência*, ao que se somam outras agências, subversões em pequenos atos, apropriações, ressignificações destes instrumentos e propostas. Quem não *aradou* e afirma que não irá *aradar* elenca vários argumentos sobre o porquê de não o fazer. São problematizadas: a qualidade dos *legumes* gerados. Dizem que quem *aradou* está reclamando muito da qualidade do *legume* gerado, que eles ficam *miudinhos*. Desde sua experiência – e conhecimento – de cultivo da terra, isso não precisa ser feito ali, pois

a terra é produtiva; *aradar* resulta em necessidade de agrotóxico, pois excluídas suas técnicas próprias para enfraquecer o crescimento do *mato* através da combinação das espécies, gera-se um *mato* que “não tem quem dê conta de capinar”. Na primeira escuta, poderia pensar tratar-se apenas da recusa ao agrotóxico, mas há outro elemento que, após, me pareceu mais significativo nessas falas e ele se refere – novamente – ao trabalho. “Não há quem dê conta de capinar”, pois *roça aradada* – como ocorreu com sua experiência prévia com o campo de arroz – gera um trabalho absurdo, que leva as pessoas ao agrotóxico.

Assim, sinto que ainda que as melhorias de estradas internas possam ser justificadas por moradores/as através de um sentido de *progresso* da *comunidade*, o “progresso” aqui proposto mediante possibilidade de “aumento da produção” está sendo rebatido como expressão, na verdade, de sujeição via instauração de uma determinada relação de trabalho, modo de produção (e de vida), mas também de valores.

Outro aspecto ressaltado, portanto, é a relação de *dependência* gerada. Dependência que se impõe de diversas formas. Com outro agricultor conversava sobre o processo histórico através do qual alguns se tornaram dependentes da compra de algumas sementes. Ou seja, algumas sementes são reproduzidas por eles e elas, garantindo a autonomia, outras volta e meia precisam ser compradas; ele lembra o período exato em que passaram a ser oferecidas essas sementes, e que eles aceitaram usá-las porque a chuva gera muitas dificuldades em alguns momentos e elas cresciam mais rápido que as sementes originais. O problema é que logo perceberam que a semente não se reproduz, tornando-os dependentes da compra e, em alguns casos, à época, do veneno que garantia seu crescimento. Ele recorre, em sua fala, aos saberes de sua avó, que produzia um *remédio* que tinha a mesma função, saber perdido em função do avanço da agroindústria, suas propagandas e ações junto a pequenos agricultores. Não pude compreender a natureza da semente ofertada pela Vale, mas sim que tanto no cultivo do *terreiro* como nas *roças aradas*, há falas que apontam para que a empresa como fornecedora.

Apesar de todas as dificuldades pela falta de incentivos, de condições de ir e vir para escoar a produção, historicamente, como visto, a *roça* é prática de resistência que garante sua permanência na terra e sua autonomia no cultivo da alimentação. Submetê-la a ingerência externa, sobretudo a um agente antagonista como este, capaz de processá-los, é submeter sua capacidade de gerar seu próprio alimento. Nas palavras de um morador:

Não, não, não. Também não. Não derrubemo não. Então vai morrer nenhum. Você ta vendo esse bando de toco aí? É so palmito novo. Mas aí não vai morrer, nenhum não morre. Só se fizer uma coivara, fizer no pé de um, aquele se pegar muito calor morre. A não ser, não morre nenhum minha fia. Quando der mês de janeiro, venha aqui pra você ver como isso ta tudo verde de novo?
 E esse legume só nessa terra, ... (vento) sabe porque é fofa a terra? Se procurar isso aqui eu vou dizer, rapa, não quero. Eu vou *roçar* esse pedacinho de mato, com toda luta, eu vou plantar, mas eu não quero *aradar*.
 (Entrevista morador, abril 2019).

Finalmente, há também a defesa das *palmeiras* no âmbito do roçado. *Aradar* a terra – como no retângulo que pude observar in loco – não deixou uma *palmeira* de pé; e mesmo quando deixam algumas, como em outro local visitado, segundo eles a máquina gera tal destruição e enfraquecimento da terra que ela não consegue se recuperar no período de 2 ou 3 anos, no caso de quem não produz de forma itinerante.

Ou seja, as *Palmeiras-mãe*, estas *mães de família*, ensinaram a mim, nas falas e ações pelos vários *caminhos* percorridos, que junto à sua disposição de diálogo e, mesmo, *participação* junto às iniciativas da Vale, há as manifestações que fundamentam inclusive *confrontos* abertos. No final das contas, como questionou Seu Toada, os homens, *pais de família*, *maltratam* a terra porque precisam: todo cultivo e forma de exploração é uma forma de *maltrato*. Nessa mesma linha, um agricultor questionava se isso que a Vale faz – *aradar* a terra – não é uma forma de *maltrato*. Em suas palavras: “Ah e porque se queimar ta maltratando a terra. E quando você *arada*, você desmata, você não ta maltratando a terra?”.

Ademais de todas as dimensões que já elenquei sobre as *Palmeiras-mães* ao longo desta dissertação, ressalto aqui sua importância, finalmente, como expressão de seus saberes e sua ecologia própria, que não se dissocia de sua leitura e defesa da *mãe terra*. O discurso empresarial ambientalizado que é utilizado para criminalizá-los pelo fogo é devolvido com as seguintes afirmações: o fogo de seu saber se diferencia do fogo indiscriminado que produz *quintas* – e ele “chama a unidade da terra”: como no fogo que impulsionou o processo de desapropriação da fazenda vizinha pelo Incra, simbolizando a *brabeza* de uns e outros, mas também a união e solidariedade entre as pessoas e povoados no processo de *luta* pela terra; o fogo que realiza *o acero ou a coivara* garante a fertilidade da *terra preta*. O fogo simboliza, neste caso, conhecimento e saber, ademais de não subordinação a uma iniciativa que desconsidera sua experiência e conhecimentos como produtores/as, assim como sua atuação histórica para a preservação do *mato* – ou deixar a *floresta* em pé – que resiste com eles e elas apesar de todas as ameaças e dificuldades enfrentadas. Durante a reunião em que foi relatado como o advogado da Vale tentou

classificar a *comunidade* como o “nada”, as mulheres também ataçaram fogo naquele espaço: longe de quererem esperar as ações dos *procedimentos*, incitavam a *comunidade* a agir e afirmar sua existência.

Imagem 35 - *Palmeiras-mãe* na roça.



Fonte: Larissa Santos, agosto 2019.

“Porque no tempo que ainda tinha o *caminho* de *mato*, que não tinha essa travessa aqui pra nós, nós vivia mais liberto” é a fala de Dona Flor, com a qual abri esta dissertação, e que expõe novamente a dinâmica de antagonismo e conflito entre territorialidades, desde seu ponto de vista e narrativa; o *caminho* ao qual ela se refere, que não é lugar desde o ponto de vista dominante, que corta em linhas retas, geométricas, as vidas, é, nesta outra perspectiva, sinuosidade, conexão e liberdade. São falas como essa que apontam como entram no *mato*, sabem os *caminhos*, fazem tudo por lá e não tem medo. Por isso, os *caminhos* surgem como metáfora e como materialidade de *resistência* à *prisão* instituída pela *cobra de ferro*.

CONCLUSÃO

Nesta dissertação, busquei refletir sobre tensões e antagonismos entre territorialidades, focalizando a atenção nos embates ao redor da atuação do Estado e das estratégias corporativas da Vale na Estrada de Ferro Carajás (EFC). A problematização esteve relacionada aos seus efeitos na impulsão de conflitos sociais, territoriais e ecológicos, sobretudo nas disputas de territórios específicos, priorizando, neste sentido, os pontos de vista e narrativas da *comunidade* de Mutum II sobre os mesmos. Devido à presença ostensiva desta corporação na *comunidade*, propus que a instituição do poder da Vale de intervir pressiona cada vez mais para a reconfiguração dos territórios específicos (ALMEIDA, 1995; 2013) de modo imbricado ou em tensão com os poderes estatais, o que implica a disputa da política pelos territórios e corpos territoriais políticos, mesmo quando não reconhecidos enquanto tais.

A pesquisa de campo levou-me a questionar o que significaria pensar a “magnitude dos impactos vividos” pela *comunidade* em função do atravessamento do território pela EFC desde seus próprios pontos de vista e narrativas. A noção de impacto logo se mostrou insuficiente para analisar estes conflitos. Passei a dialogar com a noção de efeitos, considerando que estes efeitos são de muito mais longo prazo que as análises prevalentes sobre impactos costumam apontar, assim como menos diretamente definidos na simples oposição entre o Estado e a população (SIGAUD, 1986), pelo que estabeleci a relação entre efeitos e conflitividade, atentando ao que torna possível as resistências concretas emergentes em cada contexto histórico e social.

As trajetórias e os procedimentos de pesquisa levaram a compreender, ao fim, como se dão os embates ao redor da atuação do Estado e das estratégias corporativas da Vale e conduziram à problematização sobre como os territórios específicos estão colocados sob ameaça. A análise se orientou por uma relação de espaço-temporalidade que articulou como marcos – no que tange à EFC - os anos por volta da década de 1980 (construção da EFC e circulação do Trem); 1997 (privatização da Vale); 2011 (início duplicação da EFC); 2018 (proposta de prorrogação da concessão) e levanta uma reflexão: o que acontecerá a partir de agora nos territórios, com povos e comunidades situados nas rotas dos corredores logísticos e ecológicos? Que projetos virão? Se a duplicação da EFC converge com a ampliação da territorialidade corporativa, conforme foi argumentado, e que afeta as territorialidades específicas, quais implicações no sentido de agravamento destas situações sociais e efeitos vivenciados?

Nesta dissertação busquei trabalhar e demonstrar um esquema de contraponto entre *comunidades* versus estratégias corporativas; territorialidades específicas versus empresariais; vida versus capital; sempre expondo tais situações de conflito desde suas dimensões social, ecológica e territorial. A partir do trabalho de pesquisa busquei descrever como são situações marcadas por ameaças e violências, mais pela empiria do que pela teorização: isto é, situando um corpo conceitual difuso¹¹¹, mas guiando a descrição pelas reflexões e narrativas dos sujeitos sobre como estas se expressam em seus pontos de vista e as tendências que anunciam. Arrisco dizer que ainda que o trabalho tenha sido construído com a *comunidade* de Mutum II, ele versa sobre situações que – respeitadas as particularidades – levantam questionamentos e esquemas vivenciados em diversos territórios atingidos, contrapondo modos de constituir região e contra região¹¹².

No primeiro capítulo, abordei a construção do território específico trazendo narrativas que expressaram a construção de suas territorialidades específicas (ALMEIDA, 2013), ameaçadas em suas estratégias de produção e reprodução social do viver, ou de *luta* pela garantia da sustentabilidade da vida (OROZCO, 2014). Este capítulo evidenciou a importância das práticas e sentidos incorporados (BOURDIEU, 2004) na construção do território e de seu pensamento ecológico, que implica uma espaço-temporalidade própria. *O mato, as palmeiras, a floresta, os bichos, o meio ambiente*, não surgem como elementos contrapostos às suas existências, ao contrário, são parte dos princípios de sua organização e igualmente sofrem os efeitos da ação destrutiva de planos e megaprojetos de desenvolvimento envolvendo Estado e coalizões empresariais em distintos contextos. Como Dona Flor anunciou, por diversas vezes, o *Acaba Mundo* silencia muitas vozes. Cala as vozes com o barulho, cala as vozes pelos modos de silenciar, subordinar, sobretudo quem se levanta em protesto. Gera a destruição e o desmatamento que deixam também a terra, a *mãe terra, seca, morta, muda*.

Ressaltei, neste sentido, a importância da relação entre maternidade e território no cômputo do conflito em que *mães de família* – as mulheres quebradeiras de coco, mas também as Palmeiras de Coco Babaçu, as *Palmeiras-mães – lutaram e lutam valentes* para *criar* seus filhos. Esta relação foi descrita no modo como nas décadas de

¹¹² Agradeço aos pesquisadores/as do LDCT/NEPP-DH UFRJ e ao coord. Pedro Cláudio Cunha Bocaiuva por contribuírem com minha reflexão sobre a opção, neste trabalho, em pôr em diálogo autores e conceitos diversos e mesmo aparentemente divergentes, encontrando aí potência para edificar pensamento crítico e buscando refletir, sobretudo, com os sujeitos desde os territórios. Ademais, sobre como esta investigação parece abordar, afinal, modos de constituir não apenas a região, mas a contra região.

1970 a 1990 se viram em *confronto* com o Estado e fazendeiros, incentivados pela Sudene, revelando como em sua vivência não se dissocia o projeto pecuário e a instituição autoritária do PGC. A supressão territorial e ecológica – a exemplo do processo de desmatamento - que *acabou* com as *mães de família*, devastou as águas mediante soterramento do Igarapé, e expulsou um povoado inteiro da região, o *Cocal*, enfoca com mais ênfase o *confronto* com os fazendeiros e suas estratégias de *mansinho*, mas não desarticula ambos os processos, ao contrário. Ambos levaram à perda de seu *patrimônio*, através do qual as vidas das *mães de família* foram ceifadas e ameaçadas. As árvores, como mangueiras e *palmeiras* resistentes, as capoeiras, e o cemitério seguem resistentes como *certidões* que contam a história escondida (KILOMBA, 2010).

No “tempo do *mato*” continuei a abordagem através da descrição do modo de cultivo, em que a *roça no toco* possui enorme importância não apenas como garantia de sua alimentação, mas como expressão dos conhecimentos que embasam seus *modos de viver e sustentar* a vida; a defesa das *palmeiras* e do *mato* evidenciou a dimensão ecológica de seu pensamento expressa também através da *roça*. A *roça* surge assim como elemento de resistência, sendo a diferenciação da prática do *acero* ou *coivara* como conhecimento versus o uso de fogo indiscriminado referente importante para compreender o tensionamento com o discurso ambientalizado, atual, da Vale que, no entanto, os criminaliza; também expressa a *luta* contra os processos de “cercamento” – ou modos de *aprisionamento* - como outro modo de expressão da supressão territorial, de modo a não seguir os destinos forjados aos *homens da terra, pais de família* que tem o acesso à terra negado e seguem para a cidade: a *prisão*, a *morte*, a mendicância, a *bandagem*. Como dizia Seu Toada, *lutaram* pela terra foi para *criar, produzir e ver* e continuam até hoje na *luta* para não serem expulsos dela.

O histórico de dificuldades englobou também a alteração da antiga *nação* de criação de porco, parte da cultura alimentar camponesa e também de seu sistema ecológico, para a presença cada vez mais expressiva do gado, ao longo dos anos. Os efeitos do atropelamento de animais e outros aspectos decorrentes da construção da EFC, como a multiplicação do capim, foram refletidos junto a outros dos desequilíbrios identificados, como a epidemia de cobras e a circulação de onças pela área preservada. Pese a preservação do *mato*, nas dinâmicas do “tempo de Deus” - que divide a vida entre inverno e verão - e na condição de água saloba da localidade, a *luta* para acessar água para beber e viver é uma dificuldade que os acompanha há décadas, tornando a vida tão dura, mas também expressando os laços de *união* e solidariedade cotidianos. Foi este

também o elemento central através do qual a Vale fortaleceu sua “entrada” na “Comunidade”, assumindo o papel antes desempenhado pelo Governo Federal no Programa Água para Todos, mas propondo, desta vez, a construção das cisternas mediante a *participação* das pessoas em seus projetos sociais.

Destaco, deste capítulo, a relevância da relação entre supressão territorial e ecológica e o processo de devastação do que é comum: dos bens, dos usos, dos espaços, considerando a centralidade do comum na garantia da sustentabilidade da vida (OROZCO, 2014), com forte protagonismo das mulheres, pelo que penso ser possível relacionar entre este processo e a maior precariedade em suas vidas na atualidade. As narrativas da memória tempo-presente anunciam também que, ainda que não tenham contato com o MIQCB, há muita convergência nas práticas de garantia de vida, visões e pensamentos; por exemplo, ao articularem maternidade, território e ecologia, na defesa das *Palmeiras-mães*, da *mãe terra* e na própria relação social entre mulheres. Anunciam como historicamente se formou uma economia ao redor do coco, com capacidade de garantir sustentabilidade ou *sustento*, mas que é muitas vezes subdimensionada em análises ou na vida política. E que, apesar das ameaças, algumas formas de uso comum permanecem: a supressão do território político – seu *patrimônio* – não impede que construam territorialidades próprias, nas quais os cocos, as travessias constantes para o trabalho de cuidados, nos usos resistentes do cemitério, entre outros, continuam fazendo demarcações importantes de seu próprio mapa.

Cemitério que também tenciona e expõe a visão racista, colonial, de que não há “nada” ali, que não têm a “intensidade de importância” necessária para receberem os devidos investimentos pela Vale. O cemitério demarcou, desde o início da pesquisa, que a *luta* se dá como *herança* e perpetuação da relação com “aqueles que já se foram”, através também dos conhecimentos e saberes repassados entre gerações e que fazem sua história. Assim, através de práticas e estratégias nem sempre anunciadas, mas vividas, sentidas, corporificadas que inscrevem objetivamente sua história - nos corpos - e territórios. O senso prático de Bourdieu (2004), ou um sentido social incorporado, foi trabalhado, portanto, a partir dos próprios relatos, que evidenciam como a construção do território foi e é a construção de si, e que pensar os processos de territorialização pelo corpo traz algumas implicações.

Por isso, a constituição da unidade de mobilização (ALMEIDA, 2013) através da *luta* pela construção da *comunidade* – ou “daqueles que se organizam pelo bem comum” – foi tratada por mim como processo de sua corporificação como sujeito político

coletivo (e de direitos) da resistência e da afirmação de suas existências e pensamentos sobre o viver. No capítulo 2, esta passagem foi retratada pelo histórico de agudização do conflito fundiário frente às ações dos fazendeiros e da Sudene, expondo como no âmbito deste conflito ocorreu o processo de *luta* pela terra em Mutum II. A terra não é vista aqui como mero ativo econômico ou meio de produção, pois é vivida desde pensamentos, sentidos e valores correspondentes aos múltiplos pertencimentos vigentes entre as pessoas neste lugar: pescadores/as, agricultores/as, quebradeiras de coco, extrativistas, trabalhador e trabalhadora rurais que ali construíram e vivenciam sua história. Abordei, assim, como os processos de territorialização dominantes impulsionados por antagonistas (OLIVEIRA, 1998), foram contrapostos pela afirmação de usos tradicionais da terra, amparados em saberes específicos sobre a natureza ou uma ecologia própria, com valores de uso comum repassados entre gerações (LITTLE, 2002).

Ou seja, a importância da *comunidade* como instância de organização sócio-política leva-nos novamente à importância do comum e de sua defesa. Defesa que advém, por exemplo, pela noção de *zelo*, como um trabalho de cuidado que se diferencia do trabalho excessivo ou explorado, para com a *roça*, com a *mãe terra* e, também, na constituição da *comunidade*. Logo, sentidos próprios que englobam, ademais da atuação das representações políticas masculinas, sobretudo em espaços externos, o trabalho político exercido por mulheres na constante constituição deste “nós-eu”, como diz Ribeiro (2005), como corpo político. A maternidade, que surgiu como um vetor importante das relações territoriais e ecológicas também se colocou como vetor de impulsão de *lutas* históricas.

O mapa construído ao longo deste processo, apresentado logo na introdução, traz alguns destes referenciais, porém, trata-se aqui de um mapa tático que reforça ênfases da *luta* atual. Seu título é significativo sobre a “guerra dos mapas” que busquei evidenciar ao longo das páginas e sobre a qual tantas e tantas vezes discutimos entre nós ao longo da pesquisa: frente ao discurso sobre vazios demográficos, territórios vazios, às tentativas de sua tipificação como “nada”, de destitui-los de sua “intensidade de importância” e da possibilidade de posicionamento dissidente quanto ao conflito e a “magnitude dos impactos” em suas vidas, anunciam: “a necessidade de vencer, faz o mapa valer”. De forma contraposta à tentativa de instituir a subordinação e seu “apagamento”, uma vez mais, outro mapa, construído desde outros pontos de vista, afirma-se e demarca posições, percursos, demandas, alça suas vozes através desta linguagem, que afirma sua resistência e enquadramentos próprios sobre o conflito.

O mapa da *comunidade* antecede o texto, dá vida à escrita, prepara o terreno para a sessão em que o foco se deteve na análise dos *confrontos* no marco atual, seja este, de fortalecimento do megaprojeto de infraestrutura logística que tem na EFC, até o momento, importante vetor de sua materialização. Esta situação expôs de modo mais sistemático a existência de um campo de conflitos: o acompanhamento da proposta de antecipação da prorrogação contratual da Vale sobre a EFC, por mais 30 anos, diz respeito não apenas à Mutum II, já que se trata de um corredor logístico de exportação de minério de ferro e “commodities” do agronegócio que atualiza pretensões regionais, o Corredor Logístico Estratégico Norte-Nordeste e o Arco Norte. A análise dos relatórios e documentos oficiais publicados pelo Governo Federal, em parte com informações subsidiadas pela própria Vale, assim como as observações durante a primeira sessão pública do amplo processo da Audiência Pública 009/2018, permitiram refletir as lógicas das estratégias de poder e seus mecanismos estratégicos, por exemplo como são impostas as “verdades” dos “aparatos de Estado”, expressando uma “luta de classificações”.

Com os aportes de Bourdieu (1989; 2014; 2004) analisei o processo metodológico de construção do “Relatório Final Estrada Ferro Carajás”, produzido pela ANTT (2018a), evidenciando seu papel performativo e na projeção de um “discurso de autoridade” que produz efeitos sobre a representação da realidade: a situação conjuntural analisada evidenciou que, assim como outrora, são ignoradas visões divergentes, os distintos modos de vida, territorialidades, identidades, que marcam este campo na disputa entre forças antagônicas e situa a atualidade da “guerra dos mapas”. Argumento, assim, que nos documentos oficiais evidencia-se a desconsideração das visões conflitantes, sobretudo, atendo-me ao escopo desta pesquisa, de camponeses, povos e comunidades tradicionais, através de sua destituição/exclusão da condição de sujeitos políticos coletivos e de direitos. A definição do conflito social, territorial e ecológico pela ótica da segurança e como restrito à um “conflito de área urbana” reproduz dinâmicas históricas de classificação destes territórios como vazios demográficos ou territórios esvaziáveis, elimináveis e “reconstituíveis” (DAS; POOLE, 2008). O efeito será a produção da condição de subordinação e criminalização de corpos e territórios, mesmo, seu “apagamento do mapa”.

Derivo, portanto, a atualidade da visão de Almeida (1995), apontando que as tentativas de “apagar do mapa” se dão em muitas dimensões: através dos modos de supressão territorial e ecológica vivenciados – como as perdas territoriais até então pouco relatadas –; no deslocamento de um povoado e na devastação dos babaçuais –; nas

tentativas de seu apagamento em documentos e sessões públicas, que deixam em suspenso a identificação rural e ou das múltiplas identidades coletivas campesinas, de povos e comunidades tradicionais, neste amplo “corredor” – por exemplo, na definição do conflito como restrito às áreas urbanas e em sua exclusão como “ator envolvido” -; mas também nas disputas territoriais atuais que abrangem pressão por reconfiguração dos territórios específicos. A “guerra dos mapas” e as ameaças correlatas de “apagar do mapa” o território do “outro” é uma forma de abordar sentidos que, no extremo, são expressões do extermínio e genocídio em curso.

A complexidade da situação foi exposta no relato sobre a sessão pública, quando alguns representantes de *comunidades* estiveram presentes naquele espaço com o intuito de defender a empresa devido aos seus projetos sociais e de “desenvolvimento”. Algumas destas falas foram permeadas, em minha visão, por ambiguidades, oscilando entre a defesa da empresa e as críticas expressas em discursos ocultos, que evitam o confronto aberto (SCOTT, 2000). Por outro lado, vozes dissidentes situaram a sessão como espetáculo, afirmando seu poder de definição dos princípios de sua auto identificação – ou sua autonomia, como expressa Bourdieu (1989) - seus modos de viver e pensamentos na contramão do “desenvolvimento” e do “progresso” que destrói, como o *cuidado* para com a *terra*. Este quadro permite depreender que há disputa sobre os próprios processos político-organizativos, empurrando a luta social a contingenciar diretamente as estratégias territoriais e sociais da Vale nas localidades de sua atuação. Acserald (2017) tratou a situação no âmbito da “degradação progressiva da política” em que a corporação transnacional projeta-se não somente sobre a “macropolítica”, mas disputa a política nos territórios, junto a sujeitos que reivindicam seus direitos territoriais. Por isso, a importância do argumento que sustentei sobre como o Estado e a Vale veiculam, por um lado, a política da força – no esvaziamento deste “corredor”, com dispositivos de segurança e constituindo-o como um espaço de exceção permanente - por outro, a pedagogia da conversão (DAS; POOLE, 2008) com práticas políticas, e seus valores, que impulsionam a possibilidade de reconfiguração dos territórios: pressionando a organização *comunitária*, semeando tensionamentos e divisões internas, instituindo modos embranquecidos de existência, tentando controlar corpos e agências. Em suma, a disputa por território envolve múltiplas dimensões envolvendo não apenas uma ameaça de morte do corpo social, mas do corpo moral e político.

Ao longo do texto tentei situar através das descrições e narrativas como os processos de securitização do conflito social, ecológico e territorial se fazem presentes

nos atos de Estado e nas estratégias corporativas da Vale. Na abordagem sobre a situação conjuntural, explicito o enquadramento da situação - o conflito - a partir dos sentidos de segurança hegemônicos – segurança jurídica, segurança da infraestrutura logística, envolvendo processos de classificação com a produção de estereótipos, “inimigos” internos, calcando caminhos de criminalização. Ou seja, trazendo problemáticas de cunho social, territorial, ecológica e a ótica da segurança, da força, da militarização. Porém, observo que a ambientalização do discurso empresarial (e o discurso sobre o desenvolvimento sustentável impulsionado pela empresa) também parece estar englobado na lógica da securitização. Busquei descrever e compreender como ocorre este processo de “securitização” através de descrições e pontos de vista pouco visibilizados. Portanto, é deste ângulo que, no capítulo 3, trago com alguma dificuldade - visto que a ação belicosa da empresa nesta “guerra” tornou não só campo, mas a escrita deste trabalho um desafio permanente de não exposição das partes - situações e pontos de vista sobre as formas de atuação política do Estado e da Vale e como elas atualizam lógicas coloniais e racistas de poder ao redor de megaprojetos.

A afirmação do território construído e de si mesmos se fez presente em narrativas contrapostas com os modos como o Estado e a Vale agem politicamente, se posicionam e tentam tipificar as *comunidades* em ações judiciais e documentos oficiais nestas disputas no âmbito territorial. Sobre este tema, demonstrei como o campo jurídico e a atuação policial são relevantes no entendimento das estratégias corporativas, como já apontaram Milanez et. al. (2018). A classificação do conflito como “urbano”, na situação conjuntural analisada, entrou em contradição com as próprias definições atribuídas pela ANTT e pela Vale ao reconhecerem, na documentação analisada no capítulo 3, como a EFC atravessa “extensas áreas rurais”. Ou seja, esta classificação do conflito não decorreu, portanto, de uma leitura sobre a inexistência do rural, mas do rural como “vazio demográfico”, ou esvaziável, cujas vidas não tem a “intensidade de importância” necessária para serem sequer representadas no Relatório Final (ANTT, 2018a), menos ainda dignas de serem beneficiadas com vultosos investimentos nos marcos dos direitos e obrigações, não do voluntarismo.

A análise das ações judiciais e documentos oficiais expõe também a tentativa de classificação da *comunidade* por termos como “clandestinidade” e “vandalismo”. Mesmo, como preguiçosos – o termo não é usado, mas sim argumenta-se com ironia que estas pessoas se recusam a andar “pequenas distâncias” para usar as vias oficiais de travessia da EFC – sendo infantilizados ao terem suas demandas políticas situadas como

“queixumes” (não sendo e todo evidente a quem se dirigem, efetivamente, incluindo aqui o MPE e a organização Justiça nos Trilhos)¹¹³. Cabe retomar o pensamento de Veena Das e Deborah Poole (2008) sobre como a produção das margens implicou, em outro contexto, a naturalização da condição de margens de povos originários, indígenas, por exemplo, vistos muitas vezes como mais próximos da natureza e, portanto, semi-natureza ou “selvagens”¹¹⁴. O que nesta situação implica a naturalização de sua condição de vida anterior – ausência de estradas, vias de acesso adequadas, serviços públicos – tornando “natural” que eles e elas tivessem que percorrer quilômetros – como o faziam para buscar água todos os dias e ainda fazem – para conseguir atravessar a via férrea. Considerando que a dicotômica separação entre natureza e cultura, pressupõe, ainda, relações hierárquicas e de dominação da última sobre a primeira, logo justificando o processo de sua inferiorização e de dominação, cabe dizer que esta narrativa ocidental não expressa a priori as teorias e pensamentos próprios destes povos, e das relações por si instituídas.

Esta disputa é reforçada mediante discurso corporativo de que a Vale, na verdade, atua com “boa vontade” junto às *comunidades*, pois, em sua visão, não detém nem a responsabilidade pela política pública nem, neste caso, a situação pode ser englobada como “impacto” na medida em que “não está em sua área de influência”, nos termos dispostos pelo IBAMA. Ou seja, a noção de “impactos” surge novamente como redutora dos significados e da própria “magnitude dos impactos” passíveis de serem considerados, na medida em que não reconhece – na forma como é apresentada na documentação por mim analisada - a noção do território específico construído, menos ainda os efeitos cumulativos vivenciados e expressos através dos corpos territoriais; espaço-temporalidades e pensamentos que levaram-me a questionar o que implicaria pensar a “magnitude dos impactos” desde o sentido de maternidade atribuído à terra, que tudo dá, mas também às *Palmeiras-mãe*, ou seja, desde estes pontos de vista? Considerando, como o faz Dona Flor, a forma como a *mãe terra* é também silenciada, assim como as *Palmeiras-mãe* são ameaçadas – junto a outras *mães de família* - pela ação atroz que as *maltrata*?

A Vale, em comunicação virtual sobre condicionantes ambientais ao IBAMA, como demonstrado, apresentou-se através de um setor que articula três vetores na “transformação de valores” e do “desenvolvimento sustentável”: “segurança, saúde e

¹¹³ VALE S.A., Contestação à Ação Civil Pública nº. 5820420188100070, 2017, 5 vol., fevereiro 2019, p.324

meio ambiente”. É curioso notar que isto condiz com análise que proponho nesta dissertação, sobre como a securitização do conflito social, ecológico e territorial engloba ações de saúde e “meio ambiente” como parte de uma política calcada na segurança. Segurança, como vim demonstrando, não de Dona Flor, ou das percepções e necessidades de “segurança” trazidas por eles e elas, e cujos diferentes sentidos de liberdade e *prisão* veiculados abarcam dimensões referentes à garantia de seus *modos de ver*. As narrativas comunitárias sobre viver esta *prisão* e *aprisionamento* dão conta de uma série de condicionamentos que impedem plenamente suas existências. *Aprisionamento* que se relaciona, volta e meia, com os sentidos de *escravidão* anunciados.

Considero relevante ampliar e realizar outras pesquisas que reflitam as diversas formas de expressão da securitização, como nas metáforas e subjetividades anunciadas, mas também com outros dados sistematizados, relativos aos modos de criminalização, que abrangem desde a judicialização daqueles que ousam se opor e seus efeitos¹¹⁵, a outros modos, como exatamente neste caso, tangenciando ações sociais em “saúde” e “meio ambiente”. Não à toa investimentos sociais diversos são vistos por setores do judiciário como possibilidade de “pacificação dos conflitos” vigentes, como exposto.

Ao compreender que o projeto social não tratava somente da proposta de reconfiguração do território casa, mas de práticas e saberes que abrangem os modos de produção do viver, impulsionando a reconfiguração territorial em conformidade com os valores e premissas sustentados pela empresa, aprendi sobre a tensão entre a ambientalização do discurso empresarial “dentro” da “Comunidade”, em seus projetos sociais e propostas de “desenvolvimento”, frente aos pensamentos e práticas ecológicos da *comunidade*. Este discurso apresenta planos e projetos para o viver, expondo uma complexa relação entre a política da dependência, como refletido pelos próprios moradores, da privatização e competitividade neoliberal no território onde não apenas o Estado, mas também a Vale age na produção de regras¹¹⁶, veiculadas de forma explícita ou nas entrelinhas, nas tentativas de seu controle e gestão.

¹¹⁵ Gerando o sentimento de medo, insegurança, retração ou retirada da luta em alguns casos, estigma social, possivelmente mesmo reduzindo o escopo de ações passíveis de serem empreendidas em cada contexto.

¹¹⁶ A banca que acompanhou o desenvolvimento deste trabalho discutiu como, ao final, ele contribui a pensar não apenas as dinâmicas de visibilidade e invisibilidade que recaem sobre determinados sujeitos e dimensões, mas também sobre os próprios agentes e dinâmicas do poder. Por exemplo, permitindo visualizar não apenas o poder quando “obstrui”, mas evidenciando o poder quando ele “produz”: produz a casa, produz a organização do espaço, produz o vazio, ou seja, o poder não só obstruindo, mas produzindo. Neste sentido, de que há assim uma reflexão sobre a produção pelo poder, expresso não apenas na forma como “cercam” ou *aprisionam* a *comunidade*, mas também como buscam produzi-la, ou em meus termos,

Estes projetos e estas relações são perpassadas por muita ambiguidade: a noção de *participação* atrelada ao projeto social no contexto territorial é lida por algumas pessoas, moradores, enquanto modo de *trabalho*; como instrumentalização para retirá-los da EFC, ou para *esfriar a comunidade*. São jogadas regras difusas, que não se confundem necessariamente, no entanto, com cooptação; ao contrário, tais benefícios e projetos *comunitários* são lidos muitas vezes como resultado do próprio processo de *luta* efetivado ao longo dos anos, ainda que o efeito reverso seja seu uso, em muitos casos, em gerar tensionamento intra-comunitário, fricções, faccionalização, competição e favorecimento (e, evidentemente, também cooptação, sobretudo na prática de conformação de grupos políticos paralelos que atuam para deslegitimar o corpo político instituído na *luta*)¹¹⁷. Ou seja, o problema não está apenas nos projetos em si – que, como demonstrado, reproduzem desde a lógica corporativa algumas práticas e metodologias reivindicadas por movimentos sociais - mas nos usos, nos processos de tomada de decisão, de definição dos marcos e premissas de *participação*, no condicionamento de comportamentos, convergindo para incidências que instituem relações de subordinação entre as partes. Em suma, a contradição se forma nas relações de poder - assimétricas – que definem as possibilidades de projeção e materialização do viver.

A negação dos serviços básicos - que constitui direitos violados - ainda agravada pela devastação ecológica, por exemplo, na impossibilidade de manutenção da floresta e das águas – é usada não para garantir a reparação do dano sofrido, mas, mediante chantagem locacional, a capilaridade na estratégia corporativa de atuação. É neste sentido que compreendo os relatos, no plural, das várias ameaças sofridas por pessoas de

“reconfigurá-la”. Neste sentido, o capítulo 3, com as devidas limitações, ao focar no poder colonial da Vale, na forma política de sua atuação, contribui a compreender que suas formas de “resolução do conflito” são parte da política de securitização, em que não apenas a atuação da força, mas também a pedagogia da conversão é acionada: afetando, sobretudo, quem “cria conflito”, quem se insurge, não se submete, e, logo, precisa se adequar ou sair. Logo, convergem com a ideia por mim apresentada de que são necessárias sínteses sobre os mecanismos de atuação que levam à ameaça e efetivação de seu “apagamento do mapa”, como situado. Ao mesmo tempo, é necessário questionar o quanto a empresa e o Estado conseguem de fato produzir essa força de ocultamento de seus processos de violência, pela produção de corpos disciplinados, normatizados, corpos e territórios matáveis. Isto porque o fluxo do capital que impõe tempo e espaço e interrompe os fluxos da vida - como paredes que interrompem as dinâmicas das águas (com a produção do corredor seco, conforme situado com Lucena (no prelo) - antagoniza com as perspectivas espaço-temporais próprias. Termino, assim, por captar lógicas de atuação dos diversos agentes deste processo, não apenas da Vale, mas do Estado, transcendendo, portanto, análise da situação em Mutum II.

¹¹⁷ Neste sentido, as tensões e conflitos no âmbito da própria *comunidade* tornam-se mais vibrantes, pois os valores contrapostos anunciam aqueles que aderem à ideia de “produzir mais”, “ganhar mais benefícios”, demarcar “propriedades”, e passam a instituir como atrasadas tais e tais práticas aprendidas através do tempo e da *luta*. Latente está o sentido de delação ou competição, a ação individualizada, a solução individualizada, a destituição do comum e dos espaços de convivência que transcendam a lógica engendradora.

comunidades, da retirada dos benefícios ou projetos sociais, e outras ações, sobretudo quando se afirmam corpos territórios políticos da dissidência.

As novas “tecnologias sociais”, ademais de atuarem no sentido de controle dos modos próprios de sua organização, projetam simbolicamente a noção de seu atraso – pouco produtivos – mas também, implicitamente, de falta de saúde, de sujeira. É o caso do lixo que não pode mais ser deixado no terreiro, apenas juntado no buraco do lixo para ser enterrado; das maquiagens que devem ser feitas nas casas participantes do projeto, com cal branco e palha ajitada; dos desenhos coloridos, em tons pastéis, que emolduram os benefícios *ganhos* pela boa disciplina. Um morador apontava que a situação da água melhorou um pouco com a chegada dessa nova *marca*, referindo-se aos projetos sociais. Esta alegação sobre tratar-se de uma *marca* condiz com a observação que aqui postulo, da pressão pela reconfiguração dos territórios, tornando-os parte de seu Valor: ordenados, coloridos, disciplinados e, literalmente, estampados com uma *marca*, uma logo, que expressa o avanço imagético desta ocupação.

Durante uma atividade realizada pela JNT, uma pescadora questionava ironicamente se a Vale vai “ensinar agricultor a plantar”, e também abordava que em sua visão era necessário ir além dos impactos, pois está tudo “ligado”. O que dizia com isso, na minha escuta, é que conflitos que parecem estar dissociados da EFC por não estarem na sua “área imediata de influência” – na qual a análise de impactos por vezes enfoca, sobretudo quando aborda os “impactos diretos” – estão a ela conectados, por estabelecer neste “corredor” a disputa sobre os modos de vida. Necessário assim transcender a lógica de investigação sobre os “nexos causais” de impactos, observando com mais ênfase as dinâmicas atuais de acumulação e suas expressões socioterritoriais. É esta a proposta da abordagem de Almeida (2018) sobre a atualização das *plantations* através de corredores logísticos e ecológicos, mas há também outras leituras em vigência.

No Maranhão, amplia-se a pressão corporativa (e não apenas da Vale) em controlar os modos de cultivo de camponeses, comunidades tradicionais, neste caso, em Mutum II, “tratorar” *mato*, *palmeiras* e histórias. A reconstrução permanente dos *caminhos* construídos pela *comunidade* e desfeitos pela Vale, a ironia, a rima e a toada, as idas ao cemitério pelo “melhor *caminho*”, a defesa de seu cultivo e das *Palmeiras-mães* constituem apenas alguns de seus modos de resistência e *luta*, como a aposta mais recente de avançar com os *procedimentos* junto à JNT, também sob ameaça de criminalização pela *Besta Fera*, este *Grande Poder*.

Destaco, por fim, três aspectos para reflexão, que espero aprofundar em futuros trabalhos. Primeiro, sobre a importância política do trabalho de pesquisa com a memória social e coletiva nos contextos de conflito. O trabalho aqui apresentado encontra sua relevância e justificativa também como tentativa de contribuição à politização dos conflitos ao criar momentos de autorreflexão sobre os próprios relatos dos tantos *caminhos* percorridos, de suas *lutas*, das razões que os fazem permanecer apesar das adversidades. E por isso mesmo, os conhecimentos, narrativas das memórias constituem também os territórios da disputa, que vão sofrendo pressão por modificação, sobretudo no embate com a territorialização corporativa, que busca modificar esta relação. Aprender sobre essa tensão na perspectiva da *comunidade* tem sua relevância como parte da politização destes conflitos na contramão da securitização.

Segundo, as noções mobilizadas de corpo como corpo político, que não se dissocia do território, portanto, corpos territórios, evidencia-se com mais ênfase, ao longo das páginas, em suas próprias acepções, através da dor e do *sofrimento* pelo território construído enquanto expressão de vida frente à política de morte; e que miná-lo é minar a sua própria existência: o corpo é o território construído e o território construído é o corpo. O *sofrimento* que se atualiza é evidenciado em marcas, cicatrizes, ou em seus próprios termos, nas *certidões*, da dor, mas sobretudo da *luta*. As emoções e os sentimentos ensinam sobre as dinâmicas de subjetivação na constituição do sujeito corporificado, nestes embates, estando no cerne das disputas que se colocam entre territorialidades e demarcam a política (ou os processos de despolitização, degradação e securitização) em tempos atuais; atravessadas igualmente por uma microbiopolítica da gestão de emoções e afetos, de controle das corporalidades vigentes - nestas formas corporativas de ocupação colonial (ARAÓZ, 2014).

Neste povoado, a atuação da Vale atualiza, na visão de moradores/as, o conflito histórico anteriormente relatado frente à fazenda. A afirmação de que a *cobra de ferro* constitui uma *prisão* pode ser lida enquanto metáfora, mas que aponta para um processo perverso se consideradas as expressões racistas do encarceramento em massa no Brasil, que atinge sobretudo corpos negros e não brancos; as falas trazidas ao longo explicitam que ali se resiste às formas de sujeição pelo *trabalho*, como tantas outras e outros anunciam, pela expulsão e deslocamento, e pela escravidão. Colocam em questão a necessidade de reflexão sobre os encarceramentos dos corpos e territórios vivenciados, sobretudo por mulheres, como Dona Flor anunciava logo no início desta dissertação e como foi também citado no encontro da Teia dos Povos.

A abordagem de Mbembe (2016) dialoga com a comparação feita pelos próprios moradores/as entre dois momentos marcantes de sua história territorial, o de terem sido “*escravos de fazendeiro*” para serem “*escravos da Vale*”, nesta *prisão* representada pela *cobra de ferro*. Isto porque o autor trabalha como as fazendas coloniais e as relações escravagistas vigentes foram a primeira forma de relação entre biopolítica, o estado de exceção e de sítio. E que este fato colonial se diferencia do modo como a necropolítica estabelece a política entre a morte e a vida, não apenas como direito de matar (ou deixar viver), mas sitiando e deliberadamente matando ou deixando morrer o inimigo ou ameaças identificadas. Aborda, portanto, o processo de constituição de uma soberania difusa, em que as regras não são tão evidentes, produzidas ou acordadas na tensão entre forças, a partir dos dispositivos e tecnologias representadas pelo racismo e como configurando uma situação de ocupação colonial¹¹⁸. Neste sentido, são estas formas de atualização da fazenda – entendida enquanto estrutura política – cujas relações sociais interferem nos corpos, nos imaginários, nas formas de viver, todas estas insígnias dos processos de dominação. É esta atualização que expressa a combinação entre controle disciplinar, biopolítica e necropolítica, definindo, em modos de operação da soberania, “quem importa e quem é descartável”, como nos diz Mbembe (2016).

Kilomba (2010) expressa como efetivamente a escravidão não é apenas um passado, mas um cotidiano atualizado pelo racismo, em distintas dimensões, contribuindo para analisar os processos de subjetivação na constituição dos sujeitos, no caso da *comunidade*, este corpo político, por exemplo, através da afirmação também das histórias de *luta*. Também para Mbembe (2016) significaria pensar como mesmo a condição de absoluta expropriação ao qual o termo “escravo” remeteria – a perda do lar, de direitos sobre o corpo, de status político que remetem à exclusão da humanidade, entre ser sujeito e objeto - é contraposta através da luta, da expressão, do pensamento, da *comunidade*: a fazenda entendida como espaço em que o “escravo” pertence a um mestre não poderia

¹¹⁸ A “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição (territorialização) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que sustentava. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o *status* de sujeito e objeto”. (MBEMBE, 2016, p. 135)

ser, portanto, uma *comunidade*, pois ela implica exercício do poder de expressão e pensamento. Pensamento este que articula noções outras sobre o tempo, o trabalho, sobre si. Paradoxo, portanto, como nos diz, é que tratado “como se não existisse”, o “escravo” ressignifica objetos, instrumentos, linguagens, representações, na música, através do corpo (MBEMBE, 2016, p. 132).

É possível tangenciar, no mesmo sentido, por um lado, as *lutas* por constituição da *comunidade* e, por outro, como faz o autor, a projeção deste sentido político da fazenda na arquitetura da extração de recursos naturais. Mbembe (2016) situa como esta arquitetura estabelece a política da verticalidade em redes, túneis, linhas, traçados, porque não, corredores logísticos e ecológicos no modo produtivo mais eficiente da colônia, como diz Almeida (2018), as “plantations”. São estes, argumenta Mbembe (2016), processos de territorialização pelo topo, que imprimem configurações verticalizadas na ordenação do espaço e produzem modos de violência “difusa” na vivência diária, entre forças de segurança privadas, públicas, e outros agentes que não apenas os estatais. E esta abordagem, dialogada entre estes vários autores e autoras, ganha renovadas proporções quando refletida desde sua dimensão enquanto processo de constituição de “região” que avança pela Amazônia, através dos megaprojetos de infraestrutura logística da extração.

O terceiro aspecto refere-se à situação específica vivenciada por mulheres e *mães de família*, na notoriedade com que foram relatadas suas vivências, marcadas pelo *sofrimento*, sobretudo por seus cachos e filhos, mas também de *luta*. Retomo a ideia de que a *comunidade* não é homogênea, mas constituída por territorialidades e corporalidades específicas. E que, portanto, estas expressam que há vivências diferenciadas frente à verticalização das relações, da ordenação do espaço, da produção da violência difusa. Considerando o trabalho político exercido¹¹⁹ na costura comunitária, dá-se a importância de refletir sobre estas dinâmicas de verticalização e seus efeitos sobre as relações de (re) produção social, material e simbólica, estruturantes da vivência comum¹²⁰. E evidenciar que as marcas, as dores, as violências marcam de forma muito

¹¹⁹ Neste sentido, investigações sobre os efeitos das estratégias corporativas na disputa da política nos territórios, sobretudo através do trabalho político exercido por mulheres, por exemplo, adentrar a casa como “porta de entrada” no território ou impulsionar seu próprio movimento social direciona-se a esta atuação no âmbito comunitário. Iniciativas como a da Vale de formar redes, associações e conselhos de mulheres no Maranhão, propondo organizar, por exemplo, mulheres quebradeiras de coco.

¹²⁰ Para usar os termos de Cruz-Hernández (2016, p.4) sobre a “(...) subversão/reorganização de todas as atividades e processos sociais, produtivos, reprodutivos a fim de garantir a conservação e ampliação coletivamente deliberada das condições materiais que garantem a reprodução material e simbólica da vida”.

distinta os corpos de homens e mulheres, mulheres urbanas e rurais, mulheres brancas e não brancas, de distintas gerações, em conflitos que tornam uns corpos muitos mais vulneráveis que outros (CRUZ-HERNÁNDEZ, 2016; SANTISTEBAN, 2017). Considerando os conflitos sociais, territoriais e ecológicos que se espriam pelos territórios, no Maranhão, escutar e aprender sobre suas vivências, diante das dinâmicas de agudização das opressões e violências, de lutas e resistências.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri. **O lugar e as possibilidades da política: sentidos da cartografia social**. Henri Acserald; Alfredo Wagner Berno de Almeida (Ed.); Arydimar Vasconcelos Gaioso, Cynthia Carvalho Martins, Jurandir Santos de Novaes, Patrícia Maria Portela Nunes (Orgs.) – Rio de Janeiro/São Luis: Casa 8, 80p., 2017.

AGUIAR, Diana. **A Geopolítica da Infraestrutura da China na América do Sul: Um estudo a partir do caso Tapajós na Amazônia**. Rio de Janeiro: ActionAid / FASE. 2017, 80 p.

ALENCAR, Edna. Paisagens da memória: narrativa oral, paisagem e memória social no processo de construção da identidade. **Teoria & Pesquisa**. vol XVI, n. 2, jul-dez. 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: A Guerra dos Mapas. Repertório de fontes documentais e comentários para apoiar a leitura do mapa temático do Seminário-consulta “Carajás: Desenvolvimento ou destruição?”** Belém: Seminário Consulta: 1995. 2ª edição revista e ampliada. 1995. 349 p, 1995.

_____. **Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de Territorialização e Movimentos Sociais**. Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n.1, p. 9-32, maio, 2004.

_____. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: **Povos e Comunidades Tradicionais**. Catalogo. Livros, Fascículo. Manaus. PNCSA/UEA. p. 157-173, 2013.

_____. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. **CADERNO CRH**, Salvador, vol. 25, n.64 p.63-71 Jan./Abr. 2012.

_____. MOURÃO, Laís. **Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo**. Manaus: UEA Edições, 2017, p. 1-50.

_____. Berno; MARTINS, Cynthia Carvalho; SHIRAIISHI NETO, Joaquim. **Guerra Ecológica nos Babaçuais: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de *commodities* e aquecimento do mercado de terras na Amazônia.** São Luís: MIQCB/BALAIOS TYPOGRAPHIA, 2005. São Luís: Balaios Typographia, 2005.

Machado Araóz Horacio. Territorios y cuerpos em disputas: Extractivismo minero y ecologia política de las emociones. en: **INTERSTÍCIOS**. Revista Sociológica de Pensamiento Crítico, vol.8 (1). 2014

ARCANGELLI, Alberto. **O Mito da Terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense.** São Luis: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987,

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do Babaçu: Gênero, maternalismo, e movimentos sociais no Maranhão.** Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. 2013.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: **O poder simbólico.** Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1989. p. 107 a 132. 1989.

_____. Materialismo do simbólico. In.: **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92).** Edição estabelecida por Patrick Champagne [et. al.]: tradução Rosa Freire d'Aguiar – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.p. 19-76.

_____. **O Poder Simbólico.** / Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 15ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2011, p. 1 – 139.

_____. Da regra às estratégias. In.: **Coisas Ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 77-96

BRASIL. ANTT. **Aviso de Audiência Pública n. 009/18.** 2018d. Disponível em: www.antt.gov.br Acesso em: 7 outubro de 2018.

BRASIL. **Relatório Final: Estrada de Ferro Carajás** / Agência Nacional de Transportes Terrestres – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Brasília: ANTT, Julho, p.64, 2018. Disponível em: www.antt.gov.br Acesso em: 27 de agosto de 2018.

BRASIL. Caderno de Engenharia. **Relatório Final: Estrada de Ferro Carajás** / Agência Nacional de Transportes Terrestres – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Brasília: ANTT, Julho, p.64, 2018b. Disponível em: www.antt.gov.br Acesso em: 27 de agosto de 2018

BRASIL. Caderno de Meio Ambiente. **Relatório Final: Estrada de Ferro Carajás** / Agência Nacional de Transportes Terrestres – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Brasília: ANTT, Julho, p.64, 2018c. Disponível em: www.antt.gov.br Acesso em: 27 de agosto de 2018

BRASIL. **Relatório da Audiência Pública 009/2018: Registros e avaliação de contribuições sobre os documentos jurídicos e estudos técnicos acerca da prorrogação do prazo de vigência contratual da concessão da Estrada de Ferro Carajás - EFC** / Agência Nacional de Transportes Terrestres – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Brasília: ANTT, Julho, p.64, 2019. Disponível em: www.antt.gov.br Acesso em: 27 de julho de 2019.

BRASIL. **Corredores Logísticos Estratégicos: Complexo de Minério de Ferro** / Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Brasília: MTPA, 2018, 1 vol. Grátis.

BRASIL. **Decreto-lei 1813 de 24 de novembro de 1980**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11813.htm Acesso em: 27 de maio de 2018.

BRASIL. **SÍTIO RAMSAR/APA DA BAIXADA MARANHENSE - MA. Planejamento para o Sucesso da conservação**. Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais no Maranhão. s/d. 27 p.

BRONZ, Déborah. **Nos bastidores do licenciamento ambiental: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos.** Rio de Janeiro: Contra Capa. P.15-64, 2016.

COELHO, Tadzio Peters. **Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado** / organizadores: Márcio Zonta e Charles Trocate – Marabá, PA, Editorial Iguana, p.160, 2015

CRUZ HERNANDEZ, Delmy Tania. Uma mirada muy outra a los territorios-cuerpos femininos. Em: SOLAR, **Revista de Filosofia iberoamericana**, año 12 Vol. 12 – 1. ISSN: 1816-2924, 2016.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus margenes. Etnografias comparadas. **Revista Académica de Relaciones Internacionales**, núm. 8, junio 2008, GERI-UAM, 39 p.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism.** Unrast Verlag, p.11-24 2010.

LAÓ-MONTES, Agustín. **Contrapunteos Diaspóricos: Cartografias Políticas de Nuestra Afroamérica.** No prelo. 361 p., s/d.

LAVALLE, Adrian Guzan. Cidadania, Igualdade e Diferença. In: **Revista Lua Nova**, n. 59, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n559/a04n559.pdf> 2003 p.75-94. Acesso em: outubro 2018.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, **Série Antropologia**, 2002.

LUCENA, Mariana. **Direitos Humanos e Empresas: A Vale S.A. e as estratégias de dominação, violações e conflitos envolvendo territórios, água, raça e gênero.** São Luís. (Org.) Justiça nos Trilhos. No prelo.

MARÉS, C. et al. **Protocolos de Consulta Prévia e o direito à livre determinação**. Verena Glass (Org.). São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; CEPEDIS, 2019. 268 p.

MATOS, Sérgio Ricardo Reis. **El proceso de securitización y las políticas de defensa de países de la organización del Tratado de Cooperación Amazónica**. Tesis para obtenção de grau de mestre em Relações Internacionais. Universidad Mayor de San Andrés. Postgrado em Ciencias del Desarrollo. CIDES – UMSA, 2013.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n.32, dezembro 2016. 30 p.

MILANEZ, B. et al. A estratégia corporativa da Vale S.A.: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas. **Versos – Textos para Discussão PoEMAS**, 2(2), 1-43. 2018.

OROZCO, Amaia Perez.. **Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida**. Madrid: Traficantes de sueños. p.21-182, 2014.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **MANA** 4(1):47-77, 1998.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, p. 200-212. 1992.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA (PNCSA). Projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial. **Quebradeiras de Coco Babaçu e Agroextrativistas no Sudeste do Pará**. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/>. Acesso em: 10 março 2020.

PORRO, Roberto; MESQUITA, Benjamin; SANTOS, Itaan de Jesus Pastor. **Expansão e Trajetórias da Pecuária na Amazônia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, 184 p.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia** / Jacques Rancière; tradução Mariana Echalar. – 1. Ed. – São Paulo: Boi Tempo, 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Outros territórios, outros mapas. En: **OSAL : Observatorio Social de América Latina**. Año 6 no. 16 (jun.). Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16TRibeiro.pdf> Acesso em: 04 de janeiro de 2016.

SANTISTEBAN, Rocio Silva. **Mujeres y conflictos ecoterritoriales. Impactos, estrategias, resistencias**. Lima: CMP Flora Tristán. pp.182, 2017.

SCOTT, J. C. La Infrapolítica de los grupos subordinados. In: **Los dominados y el arte de la resistência: discursos ocultos**. México: Edições ERA, p.217-237, 2000. Disponível em: <http://introhistoria13files.wordpress.com/2012/10/scott-los-dominados-y-el-arte-de-la-resistencia.pdf>

SIGAUD, Lygia.. Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: As barragens de sobradinho e Machadinho. **Comunicação 09: Programa de Pós Graduação em Antropologia Social**, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, pp. 117, 1986.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículo dos sem teto e a construção da escala geográfica. In: **ARANTES, A. (org.). O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 132 – 175.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities en la megaminería. 2012. **América Latina en Movimiento**. Marzo, ano XXXVI, II época, 473. p. 5-8. 2012.

_____. Modelo de desarrollo y cuestión ambiental en América Latina: categorías y escenarios en disputa. In: **El desarrollo in cuestión: reflexiones desde América Latina**. (coord.. Fernanda Wanderley). CIDES/UMSA, 2011.

VAINER, Carlos B. “Águas para a vida, não para a morte. Notas para uma história do Movimento de Atingidos por Barragens no Brasil”. 2002. Disponível em: <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/publicacoes>

_____ **Conceito de “Atingido: uma revisão do debate e diretrizes”.**
(s/d).Disponível em: <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/publicacoes>. Acesso em:
outubro 2012.

_____. Planejamento Territorial e Projeto Nacional: os Desafios da
Fragmentação. **R.B. Estudos Urbanos e Regionais**. V. 9., n.1, / Maio, 2007.

WARE, Vron. O poder duradouro da branquidade: “um problema a solucionar”. In:
Branquidade: identidade branca e multiculturalismo/Vron Ware (organizadora);
tradução de Vera Ribeiro – Rio de Janeiro: Garamond, p. 7-40. 2004

Documentos jurídicos

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO DO MARANHÃO, Comarca Arari, Ação Civil
Pública nº 582-04.2018.8.10.0070/5842018, Julho, 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARI, Comarca Arari, Contestação à Ação Civil
Pública do Ministério Público Estadual nº. 5820420188100070, fevereiro 2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO. Comarca de Arari.
Processo Nº. 155-75.2016.8.10.0070 (1562016), consulta em: outubro 2019).

VALE S.A., Anexos da Contestação à Ação Civil Pública nº. 5820420188100070, doc.
14 “Análise da PN Clandestina KM 121+650 – Comunidade Boca do Mel”, 2017, p. 14.

VALE S.A., Contestação à Ação Civil Pública nº. 5820420188100070, 2017, 5 vol.,
fevereiro 2019.

Notícias

ANTT. “Leilão da FNS tem ágio de 100,92%” (Ascom ANTT, 2019). Disponível em:
www.antt.gov.br, Acesso em: 05 abril 2019.

BARBOSA, Catarina. Ameaças à comunidade continuam após assassinato de camponeses quilombolas no Maranhão. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/09/ameacas-a-comunidade-continuam-apos-assassinato-de-camponeses-quilombolas-no-maranhao>. Acesso em: 10 março de 2020.